UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JÚLIA SPIGUEL FAVARETTO

Descolonizando Saberes: Histórias de Bolivianos em São Paulo.

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

JÚLIA SPIGUEL FAVARETTO

Descolonizando Saberes: Histórias de Bolivianos em São Paulo.

Dissertação apresentada ao
Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da universidade
de São Paulo para a obtenção do
título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Zilda Márcia Grícoli Iokoi.

São Paulo
2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

F272d Favaretto, Júlia Spiguel
Descolonizando Saberes: histórias de bolivianos em
São Paulo / Júlia Spiguel Favaretto ; orientadora
Zilda Márcia Gricoli Iokoi. - São Paulo, 2012.
188 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Imigração. 2. História Oral. 3. Globalização. 4.
Bolivianos. I. Iokoi, Zilda Márcia Gricoli, orient.
II. Título.

*A minhas avós, Olga e Luiza,
que não puderam ver este trabalho concluído.*

Agradecimentos

Este livro é o resultado de uma pesquisa que desenvolvi ao longo de pelo menos quatro anos. Nesse período, recebi apoio irrestrito de meus pais, José Eduardo Favaretto e Sônia Spiguel Favaretto, aos quais serei eternamente grata. Daniel Pinheiro Lovizio foi o verdadeiro companheiro que esteve ao meu lado durante todo o processo, e conviveu com todos os percalços e conquistas desse projeto. Agradeço sua compreensão e seu companheirismo. A meu avô, Jacob Moisés Spiguel, e minha irmã, Cláudia Spiguel Favaretto, agradeço o carinho e a preocupação que têm por mim.

Algumas amigas acompanharam de perto o desenvolvimento da pesquisa, como Marília Ariza, que não apenas leu alguns de meus escritos como me incentivou muito; Mariana Kenez, que esteve sempre interessada na pesquisa e inclusive me ajudou bastante com as transcrições das entrevistas; Mainá Prada, uma amiga para todas as horas e compreensiva quando eu estava ocupadíssima com as atividades do mestrado. Às três sou grata pela amizade e colaboração.

Devo agradecer a outros amigos por torcerem por mim, entre eles: Alessandra Barbosa, Flávia Aranha, Gabriela Megale, Luciana Ferraz, Eduardo Capello, Flávio Cundari, Flávio Oliveira, Lucas Marchezin, Renato de Mattos, Ricardo Arashiro, Tiago Machado, Vinícius de Moraes.

Não poderia deixar de dizer que meu trabalho foi influenciado por colegas e professores, os quais contribuíram de maneira significativa para que eu chegasse até aqui: Cláudia Moraes de Souza, Teresa Cristina Teles, Odair da Cruz Paiva e José Carlos Sebe Bom Meihy, estes dois últimos agradeço em especial pelas críticas e sugestões feitas no exame de qualificação, em Agosto de 2010.

Algumas pessoas do Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, das Intolerâncias e dos Conflitos da Universidade de São Paulo – que contribuíram diretamente com etapas técnicas desse projeto devem ser aqui citadas: Assad Ghazal e Júlio de Toledo, que filmaram e editaram as entrevistas registradas ao longo da pesquisa.

O financiamento da FAPESP foi essencial para que o projeto fosse desenvolvido, por isso, agradeço a confiança depositada.

Aos colaboradores Carlos Danilo Soto Gomez Garcia, Lucia Fiorella Uaman Mamani, Ana Ruth Delgado de Mendes, Andres Trifon Espinosa Mamani, Nerian Elisa

Alarcón Catari, Carla Karen Quispe Lipa, Victor Osmar Rocabado Goitia, que se dispuseram a contar suas vidas, sem os quais essa dissertação não existiria, fica registrada minha gratidão.

Por fim, expresso meus profundos agradecimentos à minha orientadora, a Prof. Dra. Zilda Márcia Grícoli Iokoi, que acreditou e investiu em mim. Sua dedicação aos estudos subalternos, sua inconformidade com as injustiças sociais e sua incansável energia fazem dessa professora um exemplo a ser seguido.

Resumo

Esta dissertação é o resultado da pesquisa sobre o deslocamento de bolivianos para a cidade de São Paulo a partir de histórias de vida de alguns desses imigrantes. Realizadas para o título de Mestre no Programa de História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, as pesquisas foram desenvolvidas entre 2009 e 2012. Baseamo-nos na noção de colonialidade do saber, formulado por Boaventura de Sousa Santos, para compreender como os deslocamentos de populações em direção aos centros do capitalismo, que, com a esperança de integrarem-se no mundo globalizado, revelaram as impossibilidades no Século XXI da expansão dos direitos fundamentais.

Por meio da História Oral, registramos histórias de vida nas quais foram expostos valores a respeito do mundo contemporâneo, daqueles que, por serem imigrantes, sentem-se como estrangeiros em terras brasileiras. Estes sujeitos, em suas narrativas, demonstraram as faces perversas da globalização e a fragilidade da racionalidade ocidental, a qual não constrói novas dimensões de saberes necessários neste momento histórico. A análise das entrevistas foi feita tendo como referência autores como Abdelmalek Sayad, para quem os deslocamentos são um “fato social total”, Silvia Rivera Cusicanqui, defensora da revalorização de saberes alternativos à lógica ocidental dominante, e Axel Honneth, que investiga o processo de sociabilização dos sujeitos e as formas de reconhecimento ou desrespeito que dele derivam.

Reproduzidas na íntegra, as histórias de vida revelaram a imigração em toda a sua complexidade, por isso elas foram analisadas sob diversos prismas, entre eles: a subcidadania e a vulnerabilidade dos imigrantes – indocumentados – resultado do não acesso aos direitos fundamentais; o impacto da experiência da migração nas trajetórias individuais; os efeitos do preconceito e a discriminação na identidade dos grupos que ocupam posições subalternas; e, finalmente, a importação de trabalhadores como um mecanismo de produção de desigualdades. Defendeu-se nesse trabalho a idéia da necessidade da interculturalidade, pois saberes tradicionais são tão necessários como os conhecimentos oriundos das novas formas tecnológicas. Uma ecologia do Sul pode representar um novo modo de reinventar as solidariedades perdidas.

Palavras-chave: história oral, imigração boliviana, subcidadania, globalização, colonialidade do saber.

Abstract

This dissertation is the result of the research about Bolivian migration to São Paulo city, having some of migrants' life stories as our starting point. The research, carried out for the Master degree in the History Program of the Philosophy, Linguistics and Human Sciences College of University of São Paulo, was developed from 2009 to 2012. The notion of coloniality of knowledge, formulated by Boaventura de Sousa Santos, is fundamental for the understanding of populations' displacements forward the centers of capitalism. These people, in the hope of being part of the globalized world, reveal the impossibilities of the expansion of fundamental rights in the 21st century.

Through the Oral History methodology, we registered life stories in which appreciations of contemporary world were exposed by those who feel like foreigners in Brazilian lands, because of their immigrant status. These people demonstrated in their narratives the perverse faces of globalization and the fragility of western rationality, which does not build new dimensions of knowledge that are necessary in this historical moment. The analysis of the interviews was done having as references authors like Abdelmalek Sayad, for whom the displacements are a "total social fact", Silvia Rivera Cusicanqui, who defends the revalorization of knowledge that are alternative to the dominant western logic, and Axel Honneth, who investigates the socialization process of persons and the ways of recognition or disrespect that derive from it.

Reproduced on the whole, the life stories revealed the migration in all its complexity, and for that they were analyzed under varied perspectives: the sub-citizenship and vulnerability of immigrants – undocumented –, result of the denied access to fundamental rights; the impact of migration experience in individual journeys; the effects of prejudice and discrimination in the groups' identities that occupy subaltern positions in society; and, finally, the importation of workers as a mechanism that produces inequalities. We argued in this paper that intercultural society is necessary, given that traditional cultures and knowledge are as important as the ones that come from the new technologies. A South Ecology can represent a new way of reinventing the lost solidarities.

Key-Words: oral history, migration, sub-citizenship, globalization, coloniality of knowledge.

Sumário

1. Introdução.....	p.3
1.1. Para romper os silêncios da História.....	p.3
1.2. Sobre os colaboradores e o registro das	
histórias de vida.....	p.19
 2. A migração boliviana em vários tempos.....	p.23
 3. Portas semiabertas: acolhimento e integração	
de bolivianos em São Paulo.....	p.46
 4. A outra face da globalização: sonho de inclusão	
<i>versus</i> vida precária.....	p.78
 5. Neutralidade política ou subcidadania?.....	p.101
 6. O índio é a origem da América.....	p.147
 7. Conclusão.....	p.171
 8. Bibliografia.....	p.176

Índice de Tabelas e Figuras

Tabela 1: Informações básicas sobre os colaboradores do projeto.....p.22

Tabela 2: Evolução Quantitativa da População de Bolivianos no Brasil 1970-2000.....p.53

Figura 1: Cadeia Produtiva das Lojas Marisa S/A.....p.134

Figura 2: Evolução do Número de Lojas Collins.....p.135

1. Introdução

1.1. Para romper os silêncios da História

O projeto que desenvolvemos, no período de 2009 a 2011, sobre o deslocamento de bolivianos para a cidade de São Paulo teve como pressuposto ouvir as histórias dessa migração, contadas por aqueles que a vivenciam. A ideia do tema surgiu em continuidade à pesquisa, realizada no projeto de iniciação científica “História e Memória da Cidade de São Paulo: os bairros da Zona Leste” (CNPq 2004/2006), sobre o deslocamento de nordestinos para os bairros de São Miguel Paulista e Ermelino Matarazzo, em que usamos a História Oral para registrar histórias de vida dos migrantes na Zona Leste da cidade de São Paulo. Finda essa pesquisa, parecia inevitável investigar outras minorias em contextos urbanos, pois sentíamos a necessidade de incluir diferentes realidades, experiências e, principalmente, outras formas de conhecimento na compreensão que temos do mundo.

Assim, nos anos de 2007 a 2009, a comunidade boliviana pareceu-nos apropriada para tal empreendimento, visto que diversas notícias apareciam na mídia, via de regra associando o grupo ao trabalho escravo e a crimes, como o tráfico de drogas e assaltos. Nesse contexto, sentimos a necessidade de buscar, nos próprios bolivianos, discursos e interpretações sobre a comunidade de que faziam parte, visto que qualificações pejorativas, “de fora” do grupo, produzidas pela sociedade brasileira, estavam se tornando corriqueiras.

Nossa primeira aproximação com o grupo foi em visita à Feira Kantuta, que já começara a ser frequentada por pessoas de outras comunidades, não apenas bolivianos e suas famílias, visto se haver tornado uma referência, sobre a cultura da Bolívia, na capital paulista. Assim, conhecemos Dom Carlos e Dona Magui, donos de uma barraca de *salteñas* e membros pioneiros da feira. Numa entrevista informal, Dom Carlos contou-nos sobre a história da feira, que ocorria na Praça Padre Bento, antes de deslocada para a Praça Kantuta, devido a conflitos com os moradores do entorno. Em outras visitas, conhecemos Fiorella, uma moça doce e tímida, que trabalhava na barraca de Dom Carlos e que se interessou pela pesquisa. Foi com Fiorella que realizamos nossa entrevista-piloto.

Outros colaboradores surgiram no CAMI – Centro de Apoio ao Migrante –, cuja equipe trabalha no sentido de dar apoio jurídico aos migrantes em situação irregular no

país. No CAMI, pudemos perceber a enorme demanda dos estrangeiros, especialmente latinos, por auxílio, pois a sala de espera para o atendimento está sempre cheia: mães com bebês ou crianças, idosos, jovens, que buscam todo tipo de ajuda, como para obter documentos, ou vagas em cursos de informática e português, oferecidos no local e para prestar queixas sobre desavenças no trabalho. Assim, a casa antiga, localizada no bairro do Canindé, a alguns quarteirões de onde se realiza a feira Kantuta, está sempre movimentada e, aos finais de semana, funciona como lugar de encontro da comunidade, em que as pessoas passam a se conhecer, sendo o “lanchinho” o momento de maior congregação. É impossível não se comover, porém, com tudo o que se ouve: são as mais variadas histórias de vida, que têm sempre um elemento comum — o deslocamento.

A Rua Coimbra, localizada no bairro do Brás e famosa como local que agrega os bolivianos, foi outro ponto estratégico para a aproximação com a comunidade. No caminho em direção a essa rua, nota-se que os rostos dos transeuntes começam a apresentar características andinas e, à medida que nos aproximamos da localidade, quase todos são morenos, baixos, as mulheres de cabelos pretos, lisos e longos. A fisionomia indígena é bastante presente no entorno, a ponto de, surpreendentemente, nos sentirmos estrangeiros em nosso próprio país: estávamos deslocados, pois aquele é um lugar dos bolivianos; brancos e altos, éramos nitidamente de fora.

A pequena via, de aproximadamente quatro quarteirões, destoa do bairro em cujas ruas se enfileiram modernas lojas de roupas, todas de acordo com a última moda, com vitrines enormes e atraentes. Na Coimbra, não vemos pessoas apressadas, descarregando kombis e vans cheias de peças de roupas, nem mulheres cheias de sacolas. O que vemos é um pedaço da Bolívia na cidade de São Paulo: diversos restaurantes que servem comidas típicas e onde se podem ver painéis com anúncios de vagas, como costureiro, e de venda de máquinas de costura; pequenas lojas de roupas e panos, com estampas típicas; mães com bebês e crianças; jovens entrando em pequenas casas com porta para a rua e delas saindo, enfim, constitui um local em que as sociabilidades entre conterrâneos podem ser vistas, num processo de reconstrução/reinvenção, no Brasil, da sociedade boliviana.

Por meio dessas pequenas inserções, em locais marcados pela presença dos bolivianos, estabelecemos contato com alguns deles, apresentamos nosso projeto de pesquisa e os convidamos a registrarem suas histórias de vida em áudio e vídeo. Alguns se interessaram imediatamente em participar, “queriam falar” – expressão usada por muitos deles. Outros se recusaram, por “medo de aparecer” por estarem

indocumentados, ou por temerem a represália dos chefes, ou mesmo por desconfiança, visto que muito do que se fala sobre eles é negativo.

Entretanto aqueles que se dispuseram a falar compuseram um conjunto de narrativas sobre a comunidade boliviana em São Paulo, que registramos. Foram suas histórias que nos abriram a possibilidade de analisar esse deslocamento de pessoas, a partir de uma perspectiva capaz de revelar aspectos obliterados nos estudos que primam por análises estruturais. Isso significa que pretendemos priorizar as questões subjetivas, inerentes ao fenômeno migratório que nos dispomos a estudar.

Várias são as áreas das Ciências Humanas que se dedicam aos estudos sobre os deslocamentos populacionais, sejam eles nacionais ou internacionais, sejam intercontinentais. As perspectivas metodológicas utilizadas contribuem para compreender-se a migração como um fenômeno complexo, que pode e deve ser abordado por múltiplos prismas. Pesquisas recentes têm focado a migração, considerando os sujeitos envolvidos, de forma a buscar a dimensão subjetiva das experiências vividas nos deslocamentos humanos, para além das perspectivas econômicas e de Estado.

Apoiando-nos nas contribuições de Abdelmalek Sayad, para quem a migração é um fato social total, realizamos todas as etapas da pesquisa, levando em conta os múltiplos aspectos envolvidos no fenômeno, como as relações de gênero, os arranjos e os desarranjos familiares, as representações sociais, os discursos e as interpretações, daqueles que se deslocam, sobre o próprio deslocamento.

Na obra “A imigração ou os paradoxos da alteridade”¹, o autor analisa o caso do afluxo de argelinos à França. Em seu estudo, utiliza, como ponto de partida para compreender a migração internacional no mundo, sua representação como fenômeno global, em que se podem encontrar determinados padrões de procedimentos e determinados processos comuns, sem que se deixem, de lado, as particularidades de cada caso. Sayad busca compreender a migração sob uma perspectiva dialética, que englobe as duas dimensões que a compõem – a emigração e a imigração. Na verdade, o imigrante nasce quando cruza a fronteira para outro país; isso implica que esse conceito de imigrante baseia-se num agente que, saindo de uma nação para outra, se encontra, simultaneamente, ausente e presente.

¹ SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998.

Abordagens como a de Sayad enfocam os aspectos subjetivos dos deslocamentos humanos, considerando as motivações pessoais e as redes sociais como componentes importantes para o estabelecimento dos fluxos migratórios. Mas, para ele, os estudiosos sobre os movimentos migratórios costumam analisá-los sob uma perspectiva parcial, a da sociedade de origem, *ou* a da sociedade de destino, perdendo-se, dessa forma, a compreensão do fenômeno em sua totalidade.

Além disso, outra contribuição significativa do pesquisador é seu argumento de que as migrações contemporâneas são, via de regra, investigadas e compreendidas a partir dos problemas sociais que, se acredita, sejam causados pela presença dos migrantes:

Está no estatuto do imigrante (estatuto ao mesmo tempo social, jurídico, político e, também, científico) (...) só poderem ser captados e tratados através dos diferentes problemas a que se encontram associados – problemas que se devem entender aqui no sentido de dificuldades, distúrbios, danos etc. (...) [O imigrante] existe apenas, no limite, graças aos problemas que coloca para a sociedade.²

Esse sentido manifesta-se, fortemente, nas disputas que surgem pelos espaços da cidade, quando moradores de rua, trabalhadores desempregados, preadores de mão-de-obra conflitam com imigrantes, como ocorre em São Paulo, depois da organização da feira boliviana, aos domingos, na Praça Kantuta. Durante nossa pesquisa de campo, testemunhamos uma reação bastante impressionante de uma mendiga em relação à feira, acusando os bolivianos de sujarem a cidade que ela depois teria que limpar.

Percebe-se, dessa forma, que, além de sinalizar a necessidade de ampliar-se o escopo analítico sobre as migrações, a fim de considerá-las como fatos sociais totais, Sayad faz uma crítica à postura hegemônica em relação aos migrantes, ou seja, àqueles que se encontram deslocados, fora de lugar, postura que não escapa aos estudos científicos. Coloca-se, aqui, uma discussão sobre a ética envolvida na pesquisa sobre o fenômeno em questão, a qual, segundo o autor, tem uma dimensão política, encoberta pelas ilusões que o sustentam.

Segundo ele, quando se analisam os paradoxos da imigração, “desvendam-se as ilusões que são a própria condição do advento e da perpetuação do fenômeno”³. Essas ilusões são coletivamente mantidas por uma espécie de cumplicidade, compartilhada pelos três parceiros: a sociedade de emigração, a sociedade de imigração e os próprios

² Idem, p.15.

³ Ibidem, p.18.

migrantes. São elas: a presença (no local de destino), ou a ausência (no local de origem), sempre com intenções de provisoriedade; a subordinação da imigração ao trabalho, ou seja, a justificativa da presença dos imigrantes pelo trabalho, e, finalmente, a pretensa neutralidade política do imigrante, que mascara a natureza política do fenômeno migratório. Acrescento, ainda, que, no caso dos bolivianos em São Paulo, devido à proximidade das fronteiras, o ir e vir contínuo cria um tipo de transumância, cuja origem está na memória de perambulação dos habitantes do Altiplano Andino.

Dada a amplitude da proposta analítica de Abdelmalek Sayad, sua obra deu o tom das análises desta pesquisa sobre o recente deslocamento de bolivianos para São Paulo. Em sua obra, entrevistas com argelinos, que se deslocaram para a França, mostram a voz da migração, contam experiências concretas e permitem, aos leitores, uma interpretação diversa daquela feita pelo próprio autor, pois, dada a irredutibilidade do vivido, nenhuma análise daria conta da totalidade narrada pelos entrevistados que colaboraram com a pesquisa. Nesta dissertação, registramos as histórias de vida e as reproduziremos a seguir, na íntegra, para que a tal irredutibilidade não desapareça no texto analítico das narrativas. Por meio dela, também objetivamos dar dignidade à comunidade boliviana em São Paulo, enfatizando suas lutas e sua força para vencer as adversidades, no intuito de romper com a perspectiva monolítica sobre os migrantes, cultivada pela sociedade brasileira.

Esse é o sentido que Sousa Santos sinaliza em “Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social”⁴, ou seja, a necessidade de se produzirem conhecimentos que questionem a hierarquização produzida por saberes unitários, que omitem as diferentes formas de saber, pela lógica da racionalidade ocidental que se sobrepõe às demais. Para ele, a hegemonia desse saber é reducionista, pois ela “se considera única, exclusiva, e não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza [epistemológica] inesgotável do mundo.”⁵

O autor critica essa racionalidade que, em sua análise, se expressa basicamente por duas formas: 1) a razão metonímica, que simplifica o presente, ao considerar apenas o que é hegemônico, excluindo o que não interessa, desperdiçando, dessa forma, muita experiência; 2) a razão proléptica, que faz uma projeção do futuro, a partir de uma

⁴ SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a Teoria crítica e Reinventar a Emancipação Social*, São Paulo: Boitempo, 2007.

⁵ Idem, p.25.

evolução linear de desenvolvimento econômico, considerando a continuidade do capitalismo como algo inevitável.

Feita essa constatação sobre a racionalidade hegemônica, que destrói a diversidade da realidade presente – a razão metonímica – e constrói-se como monocultura, Sousa Santos atenta à produção de ausências de cinco naturezas, a saber:

- 1) A monocultura do saber, baseada no rigor do saber científico, o único válido, desacreditando as outras formas de saber (indígenas, populares, urbanos);
- 2) A monocultura do tempo linear, “a ideia de que a história tem um sentido, uma direção e de que os países desenvolvidos estão na dianteira”⁶;
- 3) A monocultura da naturalização das diferenças, que nunca considera os diferentes como iguais, mas, sim, de forma desigual, criando uma hierarquia das diferenças;
- 4) A monocultura da escala dominante, atualmente chamada de globalização, em que o global e o universal seriam tendências superiores e hegemônicas, enquanto o local e o particular, “invisíveis, descartáveis, desprezíveis”⁷;
- 5) A monocultura do produtivismo capitalista, que tira o valor de formas de produção alternativas ao modo capitalista, considerando-as improdutivas.

O que ele propõe é a construção da Sociologia das Ausências, que deve romper com as cinco monoculturas e substituí-las pelas ecologias, noção que, por si só, agrega, nas operações analíticas, diferentes dimensões do vivido e das singularidades:

- 1) A ecologia dos saberes, que deve fazer *um uso contra-hegemônico da ciência hegemônica*, levando o saber científico a dialogar com os outros saberes, o laico, o popular, o dos indígenas, o das populações urbanas marginais etc.;
- 2) A ecologia das temporalidades, que leve em conta a existência do tempo linear, mas também de outros tempos, que não são atrasados nem residuais, mas contemporâneos;
- 3) A ecologia do reconhecimento, que desverticalize as diferenças, conferindo valor igual aos diferentes, sem hierarquizá-los;
- 4) A ecologia da transescala, que articule análises entre escalas locais, globais e nacionais;

⁶ Ibidem, p.29.

⁷ Ibidem, p.31.

- 5) A ecologia das produtividades, que recupere e valorize sistemas alternativos de produção, incluindo, nessa perspectiva, os movimentos por direito à terra, à moradia, contra a privatização da água, enfim, por direitos de cidadania que afrontam os interesses capitalistas.

Assim, segundo Sousa Santos, as ecologias permitem “dilatar o presente com muitas experiências que nos são relevantes”⁸, rompendo com a razão metonímica. No caso da razão proléptica, que expande demais o futuro, considerando-o como dado, previsível, o autor propõe a Sociologia das Emergências, que consiste em tentar enxergar as possibilidades latentes de futuro. Para isso, precisamos prestar atenção às pistas, aos sinais, no presente, de um futuro possível, ao qual hoje já se dedicam muitas pessoas, por meio de lutas sociais.

Os estudos sobre os bolivianos em São Paulo abrem pistas sobre a imprudência das análises que determinam, de modo absoluto, o tempo do futuro. Para os colaboradores da pesquisa realizada para esta dissertação, os sonhos de retornar e de reviver as relações e o modo de vida deixado é forte — o futuro está aberto.

Souza Santos considera que as Sociologias das Ausências e das Emergências seriam capazes, então, de compor o que chama de uma Epistemologia do Sul, ou seja, a busca por semelhanças entre as várias formas de conhecimento, pois, em suas palavras, “não há justiça global sem justiça cognitiva global”⁹. A Epistemologia do Sul propõe-se, portanto, como alternativa, em oposição ao colonialismo e à ordem capitalista, que mantém uma dicotomia entre o Norte e o Sul. Para ele, “terminou o colonialismo político, mas não o colonialismo social ou cultural; vivemos em sociedades nas quais não se pode entender a opressão ou a dominação, a desigualdade, sem a ideia de que continuamos sendo, em muitos aspectos, sociedades coloniais.”¹⁰

Hoje, as sociedades do Norte estariam na dianteira, seriam superiores às do Sul, segundo a lógica colonial. Porém Sousa Santos adverte, ainda, sobre a existência de um Sul imperial, pois há grupos, setores e classes que reproduzem a colonialidade no interior do Sul. Para identificar onde está o Norte – para além dos países qualificados como desenvolvidos – ou onde se estabelecem relações coloniais, devem-se considerar

⁸ Ibidem, p.37.

⁹ Ibidem, p.40.

¹⁰ Ibidem, p.59

“todas as trocas, os intercâmbios e as relações em que uma parte mais fraca é expropriada de sua humanidade”¹¹.

Há, por exemplo, colonialismos internos à América Latina, caso do crescimento das disparidades entre o Brasil e alguns de seus países vizinhos, como o Peru e a Bolívia. A migração de latino-americanos, em especial de bolivianos, para o Brasil estabelece-se por meio de relações coloniais, em que os sujeitos que deixam seus países e se deslocam para grandes cidades, como São Paulo, são incluídos de maneira subordinada, precária, ou perversa, como denomina José de Souza Martins. Para este autor, a questão que se coloca é: “que inclusão a sociedade capitalista está propondo aos trabalhadores hoje?”¹² A resposta é complexa, pois, no capitalismo contemporâneo, se produzem, contraditoriamente, não apenas mais mercadorias, mas também mais desempregados e trabalhadores informais.

Nesse panorama, a História Oral surge como uma prática capaz de inserir o sujeito nos discursos e nas interpretações sobre as migrações e garante a análise da inclusão subordinada. Baseando-nos na concepção de Silvia Cusicanqui Rivera, para quem as fontes orais são um instrumento de luta política contra os discursos dominantes, consideramos fundamental recorrer a essa metodologia, com o intuito de investigar os aspectos do vivido, os valores e as trajetórias pessoais, como elementos reveladores dos processos históricos no nível da micro-história.

Em primeiro lugar, é necessário levar em conta a existência de uma variedade de abordagens com relação à História Oral, que se podem dividir em três conjuntos básicos. O primeiro deles compreende obras cujo objetivo é analisar, propor e organizar procedimentos para operar a História Oral em projetos e pesquisas a serem desenvolvidos em ambientes os mais diversos. Neste primeiro conjunto, encontram-se obras como as de José Carlos Bom Meihy¹³, Sônia Maria de Freitas¹⁴ ou Lucila Delgado¹⁵, que, pela sua proposição, são apreendidas como *manuals* de História Oral. Ainda neste conjunto, destaca-se o trabalho de Paul Thompson, *A Voz do Passado*¹⁶, cujo reconhecimento se deve à forma como ele aborda a problemática da História Oral.

¹¹ Ibidem, p.59.

¹² MARTINS, José de Souza, “O problema das migrações no limiar do terceiro milênio” in: Vários autores, *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.22.

¹³ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Reintroduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

¹⁴ FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral. Possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas, 2006.

¹⁵ DELGADO, Lucila A. Neves, et alii. *História Oral*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

¹⁶ THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

Em outros termos, para além das informações *mais técnicas* — como a dos procedimentos em entrevistas e projetos —, a reflexão sobre a questão da memória e, particularmente, a análise sobre a relação entre os historiadores e a História Oral revelam que essa forma da história possui um estatuto teórico que deve ser considerado pelos historiadores e pelos cientistas sociais. Esse estatuto transforma a metodologia da História Oral em uma ação com finalidades políticas. Resgatando o pensamento de Thompson, o desafio da História Oral, em parte, constitui uma das finalidades sociais, essencial, no caso, da História: dar voz aos sujeitos. Nessa afirmação, encontramos uma constante na maior parte das aproximações sobre a História Oral: ela tem o potencial de, ao revelar as vozes dos sujeitos, trazendo à tona formas variadas do vivido na sociedade — especialmente de grupos subalternos — explicitar projetos de regulação e/ou de transformação social.

O segundo conjunto de abordagens sobre a História Oral está expresso em trabalhos como o de Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos*.¹⁷ Trata-se de um estudo que, dentre outras abordagens, discorre sobre os meandros da memória. Análogo ao procedimento de Thompson, quando aborda a relação dos historiadores com a oralidade, o trabalho de Ecléa propicia, ao leitor, uma aproximação sobre as múltiplas formas de compreensão da memória. Seu estudo agrega conteúdos da Filosofia, da Psicologia, da Biologia e da História, revelando os potenciais e também os riscos de utilizar as memórias/lembranças para a construção da História. Diferentemente de Thompson, Ecléa busca uma análise abrangente da memória para compreender melhor seus depoentes, os velhos. Nesse exercício teórico/empírico, o pretérito da vida, atualizado no tempo presente, no corpo *lento* e na memória sagaz, faz da fala do sujeito um complexo de significados, fundamentais para a compreensão de como os *velhos* ressignificam seu lugar no mundo contemporâneo. Assim, Ecléa traz o sujeito para o centro, trata-o como uma totalidade aberta, singular e plural, única e representativa de algo mais amplo.

O terceiro conjunto de obras revela seu potencial epistemológico. Em outros termos, a potencialidade da História Oral em produzir outros conhecimentos e em revelar saberes. Neste conjunto, destacamos os trabalhos da socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui e de Walter Mignolo, para quem a descolonização

(...) que começou durante a Guerra Fria com os movimentos de libertação nas colônias inglesas e francesas na África e na Ásia, mas

¹⁷ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos*. São Paulo: Cia das letras, 1994.

que tem hoje outra cara, tanto epistêmica quanto política, na América do Sul e no Caribe. Evo Morales é a primeira concretização dessa tendência, enquanto os zapatistas foram o primeiro movimento social a aplicar o descolonialismo. Por mais que não tenham usado o termo, seus dizeres e ações eram descoloniais. Depois do fim da Guerra Fria, e talvez até o ano 2000, a esquerda boliviana foi, sem dúvida, a que mais contribuiu para a reorientação da esquerda moderno-colonial (que os europeus chamam apenas de esquerda moderna) e que se abriu para a compreensão histórica e as demandas indígenas, propostas pelos escritos de José Carlos Mariátegui, no Peru. Ela é, ao mesmo tempo, continuidade e câmbio com a esquerda nacionalista¹⁸

O pano de fundo dessas reflexões repousa na ideia de uma necessária descolonização intelectual, sem a qual não é possível revelar experiências de vida, silenciadas por formas de conhecimentos que desqualificam, subalternizam e hierarquizam saberes e conhecimentos populares. Dessa forma, o trabalho com comunidades andinas na Bolívia revela a necessidade da desconstrução do conhecimento homogêneo, produzido como elemento central. A autora propõe a apreensão e a liberalização dos conhecimentos pretéritos das sociedades indígenas latino-americanas, como forma de recriação epistemológica dos saberes silenciados, omitidos ou soterrados pelos colonizadores, que construíram suas cidades sobre as dos povos encontrados.

A História Oral, nesse sentido, é mais do que uma metodologia, é um exercício, segundo Cusicanqui, capaz de desalienar. A História Oral adquiriu, assim, um potencial epistemológico, com possibilidades de contribuição radical, na medida em que o que lhe importa não é o reconhecimento, nas suas fontes, da veracidade, ou da falta dela. Nesta proposição, permitiu-se que intelectuais indígenas e mestiços se reunissem na recuperação de fenômenos sociais, em que, anteriormente, falavam apenas os sujeitos de um conhecimento eurocêntrico. Invisíveis e excluídos, passaram a registrar, nos relatos orais, seus modos de formular as narrativas históricas, distantes da lógica evolucionista e cientificista do colonialismo do saber.

Esses três conjuntos de aproximação com a História Oral revelam suas potencialidades na pesquisa sobre as migrações. Se, de Thompson, retivemos o caráter social da história, a crítica à história produzida nos gabinetes, sem o contato com os sujeitos, de Ecléa, absorvemos a centralidade do sujeito, na sua singularidade exemplar e na complexidade da memória, matéria-prima da História. Finalmente, de Cusicanqui,

¹⁸ MIGNOLO, W, “*Só descolonização da subjetividade trará mudança à América Latina, diz Walter Mignolo*”, *Deutsche Welle*, 8 de Junho de 2010. Disponível em <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,5285265,00.html>> Acesso em 16/12/2011

apropriamo-nos do potencial epistemológico e da crítica à colonialidade do saber. Dessa forma, encontramos, na História Oral, um aporte metodológico, teórico e epistemológico importante para os estudos migratórios, um espaço de reconstrução das trajetórias individuais e coletivas, do desenraizamento, da inserção no novo, das relações com o espaço da cidade, do mundo do trabalho, da problemática dos direitos, das determinações da cultura. Esses desafios testam nossa capacidade de reflexão e de pesquisa, ao mesmo tempo em que nos levam a propor e a viabilizar as novas abordagens.

Em seu texto “Invisible Realities: Internal Markets and Subaltern Identities in Contemporary Bolivia”¹⁹, a autora propõe a utilização de fontes não orais como versões autorais da realidade, que a interpretam, teorizam e nos fornecem uma verdadeira visão sociológica da organização, dos valores e das forças que modelam a sociedade. Enquanto os estudos escritos acadêmicos tendem a organizar, de maneira inteligível, o passado, as fontes orais revelam a irredutibilidade da experiência humana e mostram como as coisas são, não como elas deveriam ser.

Assim, as fontes orais possibilitam que as vozes não integradas ao discurso hegemônico e totalizante revelem aspectos obliterados da sociedade passada e presente, incluindo-as no discurso futuro.

Para Cusicanqui, as fontes não escritas são capazes de expor visões reprimidas de grupos sociais, essenciais na compreensão de uma nação plural, como a Bolívia. Elas são construtoras de um passado-futuro, representando uma conciliação entre os dois tempos, quando a dominação e a opressão forem superadas. É na pluralidade e na diversidade que reside o potencial das fontes não escritas.

Whereas the written word of social scientific thought tends to tame the past – by making it transparent or intelligible –, oral and written sources point to the irreducibility of human experience, to the cracks and crevices of the normative realm (...). Whereas the written word and the conceptual framework of mainstream social science tends to obliterate the subaltern voices and integrate them in a monologic narrative of progress and modernization, the pictorial or audiovisual image re-enacts the forces that shaped society while at the same time organizing the chaotic and the motley into descriptions which could be termed “deep” and illuminating.²⁰

¹⁸ RIVERA, Silvia Cusicanqui. “Invisible Realities: Internal Markets and Subaltern Identities in Contemporary Bolivia”. Disponível em <www.sephis.org/pdf/cusicanqui.pdf>

¹⁹ “Enquanto o mundo escrito do pensamento científico social tende a domesticar o passado – fazendo-o transparente e inteligível –, fontes orais e escritas apontam para a irredutibilidade da experiência humana, para as fissuras e as brechas do campo normativo (...). Enquanto o mundo escrito e a estrutura conceitual da ciência social convencional tendem a obliterar as vozes subalternas e integrá-las numa

Nessa perspectiva, a oralidade é episteme ela mesma, pois é o conhecimento das realidades vividas, na maioria das vezes, ocultas na produção científica e nos discursos hegemônicos e generalizantes. Através do registro das histórias de vida, percebe-se que o conhecimento formalmente produzido contém lacunas que, quando são observadas, se apresentam como entradas para universos inteiros, até então ocultos na visão criada pelas Ciências Humanas.

Segundo Ecléa Bosi, as fontes orais são o ponto de articulação entre a História e o cotidiano, mas a oralidade está no ar, não está espacializada, como a escrita. Para José Carlos Sebe Bom Meihy, a transposição de uma fonte oral – registro audiovisual da entrevista – para a linguagem escrita – transcrição da narrativa em texto – requer uma adaptação para o novo formato documental. Meihy argumenta que há uma leveza na fala que, quando transposta ao papel, pode alterar a mensagem original. Por isso a metodologia que ele propõe, em seu “Manual de História Oral”²¹, é composta por uma etapa de transcrição do texto original, em que o pesquisador organiza, corrige erros comuns à fala e acrescenta detalhes exclusivos da oralidade que se perdem no papel, como uma tristeza no tom de voz, ao falar-se de um acontecimento triste, uma tensão corporal, ao abordar um problema irresolvido, um silêncio, que seja essencial para compreender o que o entrevistado quis dizer. Nesse estudo, as narrativas foram gravadas em audiovisual e a versão final em textos escritos é a fonte documental que utilizamos neste projeto. Por isso as entrevistas registradas neste projeto se encontram inseridas e analisadas em suas versões integrais finais.

Nessa direção, pretendemos acrescentar, aos estudos sobre o tema, outras perspectivas em relação ao fenômeno migratório aqui enfocado, quais sejam, as dos próprios sujeitos, não considerados como objetos de pesquisa, mas como colaboradores do projeto.

Sidney Antonio da Silva, pioneiro nos estudos sobre bolivianos em São Paulo, realizou pesquisas antropológicas e etnográficas em meio à comunidade, na qual já tinha certa inserção, visto que era padre da Pastoral do Migrante.²² Sidney narra os meandros de sua pesquisa, ressaltando a importância dos aspectos éticos, envolvidos

narrativa monológica de progresso e modernização, as imagens pictóricas ou audiovisuais reencenam as forças que modelaram a sociedade, ao mesmo tempo em que organizam o caótico e o desordenado em descrições que podem ser chamadas de “profundas” e “iluminadoras.” Tradução própria. Idem, p.17.

²¹ MEHY, Op. Cit.

²² SILVA, S. A. *Costurando Sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas Editora, 1997.

tanto na fase de pesquisa participante como, sobretudo, no momento da produção do texto, em que “colocamos vidas alheias em ‘nossos’ textos”²³. No texto final, entretanto, não temos acesso à voz do próprio migrante, pois o que se oferece, ao leitor, é a interpretação feita a partir do olhar do pesquisador e de sua participação junto à comunidade estudada. Essa pode ser, inclusive, a razão pela qual houve certo descontentamento entre os bolivianos, em relação ao produto final da pesquisa de Sidney, por interpretarem-na como uma denúncia do trabalho escravo, comum nas oficinas de costura em que trabalham – das quais alguns patrões são os próprios bolivianos. Para os bolivianos, o tom da pesquisa prejudicou a imagem da comunidade, do que Sidney se defende, dizendo que “criou-se, dessa forma, um impasse em que o direito a uma remuneração justa se choca com a preocupação desses imigrantes em manter o seu trabalho, que significa colocar em jogo a própria sobrevivência”.²⁴

Em nossa pesquisa, esforçamo-nos por percorrer outro caminho: os sujeitos da migração colaboradores do projeto narraram suas histórias de vida, que, integradas em sua totalidade — e não recortadas em trechos que interessam à análise do pesquisador —, fossem capazes de construir uma outra história da migração, a de quem a vive.

Pesquisadores de diversas áreas realizaram trabalhos nessa linha, como Maria Aparecida de Moraes Silva, que acrescentou, à discussão sobre metodologias nos estudos migratórios, a questão do trabalho. A autora criticou as abordagens neoclássicas, histórico-culturais e da mobilidade do trabalho, por considerá-las uma categoria analítica, que desconsidera a dimensão histórica, a qual engendra sempre “um conjunto determinado de relações sociais, pautadas pelas organizações de classe, gênero, raça/ etnia”²⁵

Apoiando-se nas contribuições de Rosa de Luxemburgo, Silva considerou fundamental compreender que a importação de força de trabalho de áreas *pré-capitalistas* para as *capitalistas* constitui um instrumento de reprodução do capitalismo. Em suas palavras, “o capital busca esses viveiros de mão-de-obra barata, desqualificada, a fim de aumentar os níveis de acumulação”²⁶. Porém explicações sobre as estruturas

²³ SILVA, Sidney Antonio. “Observação Participante e Participação Militante: a pesquisa antropológica entre imigrantes bolivianos em São Paulo”. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo. *Estudos Migratórios. Perspectivas metodológicas*. São Carlos: EduFSCar, 2005, p. 123.

²⁴ Idem, p.127.

²⁵ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. “Contribuições Metodológicas para a Análise das Migrações”. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo. *Estudos Migratórios. Perspectivas metodológicas*. São Carlos: EduFSCar, 2005, p.53.

²⁶ Idem, p.59

produtivas e de reprodução do capital não podem separar a categoria de trabalho da pessoa do trabalhador, sem o qual, o primeiro não existe. Assim, tendo em vista a centralidade do trabalhador, e não mais do trabalho, no fenômeno migratório, a autora apontou a necessidade de abordagens sobre a temática migratória que, enfim, analisem a migração como um *processo social*, ou fato social total, para Sayad. Também para a autora, a metodologia da História Oral configura-se como a ferramenta adequada para que os estudos sobre migrações tenham a possibilidade de compreender o fenômeno em toda a sua amplitude.

A pesquisa realizada por Meihy sobre o deslocamento de brasileiros para a cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, e registrada na obra “Brasil Fora de Si”²⁷, foi inovadora para os estudos do tema, já que conseguiu, a partir de uma imersão pessoal na comunidade de “brasucas”, registrar 700 entrevistas que compõem, de maneira exemplar, as diversidades do grupo. Com essa obra, o autor quebrou o silêncio sobre a crescente saída de brasileiros para o exterior, movimento de consequências profundas e irreversíveis sobre os comportamentos, as identidades, as relações interpessoais e o imaginário que se constrói sobre o Brasil, quando se está fora dele. Enfatizando a essencialidade do “ouvir”, num projeto em que se quer saber sobre “o outro”, Meihy deixou as falas, as histórias de vida darem o tom da discussão, no sentido de analisar questões que surgiram das próprias narrativas. Assim, uma das questões mais latentes nos discursos dos brasileiros que são ou estão estrangeiros nos Estados Unidos é a afirmação recorrente da nacionalidade. O abandono do país é negado pela afirmação de que se é “100% brasileiro”. Em terras estranhas, os brasileiros, porém, reinventam o Brasil, por meio de suas estratégias de sobrevivência, pautadas no que o autor chamou de *curinguismo*, isto é, a aceitação de vários tipos de trabalho que não se aceitariam no Brasil; as relações solidárias em torno de diversas atividades comunitárias, como a prática do futebol; os arranjos e os rearranjos familiares; as mudanças nos comportamentos na nova sociedade e, por fim, os projetos pessoais, em que o futuro, muitas vezes, é projetado numa volta a um Brasil idílico, ou numa permanência quase compulsória nos Estados Unidos. A obra é exemplar em demonstrar que a diversidade da experiência humana é mesmo incompatível com uma teoria monolítica e hegemônica, mas, ao mesmo tempo, que essa diversidade pode ser

²⁷ MEIHY, José Carlos Sebe. *Brasil Fora de Si. Experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

compreendida através do exercício de buscar pontos comuns e discuti-los, sem perder de vista as particularidades das trajetórias de vida.

Zilda Márcia Gricoli Iokoi, em seu artigo “Imigrantes Invisíveis”, atenta para o fato de a intensificação dos fluxos migratórios na modernidade ser paradoxal, na medida em que é condição *sine qua non* do urbano e, ao mesmo tempo, relegado às suas margens:

Os migrantes revelam os limites do funcionamento dos sistemas sociais, as margens, os pontos de exclusão, sua condição de extrema estigmatização social, conformando a imagem do que a cidade rejeita. As migrações permitem a análise pormenorizada da lógica da ordem urbana.²⁸

É nesse sentido que Sayad acredita que, quando se fala de migrações, fala-se de nós mesmos, da alteridade. Desse modo, veremos que as narrativas das trajetórias de vida de bolivianos deslocados no Brasil fazem uma análise bastante profunda da sociedade brasileira. Suas falas revelam os nossos limites, muitos deles bastante contrários a nossa autoimagem de povo simpático, acolhedor e tolerante.

A noção dos ocultamentos, produzidos pela ciência moderna, presente no título do artigo de Iokoi, que se refere à invisibilidade de povos subordinados, cujos modos de vida são silenciados pela monocultura dominante, traz consigo a necessidade de uma nova forma de produção científica, que prime pelo desvendamento da diversidade dos modos de vida e das interpretações sobre o mundo. Assim, a autora afirma que:

A consciência sobre esses ocultamentos fez com que se reconsiderassem as formas culturais desprestigiadas ao longo dos séculos, afirmando-se como crítica das noções de totalidade – ou seja – os humanos, excedentes populacionais não incorporados ao projeto moderno, passaram a ser reveladores dos limites da própria modernidade.²⁹

Em consonância com Sayad, Iokoi reforça a importância de romper-se a concepção sobre os estrangeiros, imigrantes e migrantes, como problemas sociais das grandes cidades, uma vez que são eles que garantem a sobrevivência delas. Sob a lógica da colonialidade do saber, chegam-nos, cotidianamente, notícias sobre bolivianos bandidos, pegos em flagrante, em situações análogas à escravidão, em ambientes sujos, similares ou piores que os cortiços derrubados no século XIX, onde não pode haver vida

²⁸ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Imigrantes Invisíveis: a intolerância na cidade*. In: Anais do XIX Encontro Regional de História. Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP. São Paulo, 08-12 de setembro de 2008. CD-ROM

²⁹ Idem.

decente, isto é, sub-habitações, que estigmatizam seus moradores como responsáveis pela deterioração dos espaços que ocupam na cidade.

Vejamos, então, outros lados da história.

1.2. Sobre os colaboradores e o registro das histórias de vida

O fluxo internacional de pessoas e a mundialização dos mercados agem profundamente sobre as formas de pensar, sentir e agir, em especial daqueles que deixam suas famílias, sociedades e países, em busca de condições de vida digna, sonho que, em muitos casos, se revela ilusório. Nesse sentido, este projeto buscará dar voz àqueles cujas trajetórias revelam a dimensão humana da migração.

Fazendo uso da História Oral, como metodologia, esta pesquisa partiu das entrevistas — como forma de registro das narrativas de vida —, para compreender o fenômeno migratório enfocado e, a partir dos temas que delas surgiram, fez-se uma busca do que havia sido produzido pela historiografia e por outras áreas formais do conhecimento. O constante diálogo entre as fontes orais e as discussões teóricas e científicas sobre temas, como emigração e crise na Bolívia, imaginário nacional, deslocamentos humanos, trabalho informal, que escapa às leis e aos direitos trabalhistas, processo de integração da sociedade brasileira, preconceito e discriminação, potencial de luta da comunidade, entre outros, revela como essas questões ganham interpretações variadas nas vozes dos imigrantes e como as experiências individuais são formadoras de uma experiência coletiva comum e, ao mesmo tempo, heterogênea. Além disso, a análise do fenômeno migratório, feita a partir das narrativas de vida e da historiografia, dilata o presente, de modo a ampliar o repertório de experiências e de conhecimentos que o compõem.

O registro das narrativas foi feito em áudio e vídeo, e os imigrantes colaboradores do projeto foram convidados a participar, por meio de contatos estabelecidos com a comunidade em alguns lugares da cidade, onde a presença de bolivianos é significativa. Os primeiros colaboradores da pesquisa — ou seja, os estrangeiros latinos que se dispuseram a contar suas histórias de vida em frente a uma câmera — foram apresentados ao projeto na Praça Kantuta. O local abriga uma feira de mesmo nome, realizada pelos bolivianos todos os domingos, no bairro do Pari, zona norte da capital paulista. A feira e a praça foram batizadas como Kantuta, que leva o nome de uma flor, símbolo do Altiplano Boliviano.

A Casa do Migrante — albergue mantido pela Pastoral do Migrante, ambos localizados na Baixada do Glicério, na região central da cidade de São Paulo — foi o

segundo local visitado para nos aproximarmos dos possíveis colaboradores, pois a instituição acolhe estrangeiros que estão em situação de risco.

O CAMI, Centro de Apoio ao Migrante, instituição que oferece auxílio jurídico aos estrangeiros no Brasil, especialmente os indocumentados, foi outro local em que estabelecemos contatos e onde conhecemos pessoas dispostas a gravar entrevistas e a colaborar com a pesquisa.

Deparamo-nos com algumas dificuldades para a gravação das entrevistas, já que as mesmas têm que ser realizadas com um aparato específico e necessitam de um agendamento prévio com os colaboradores. Tendo em vista que muitos se encontram em situação de restrição de sua liberdade, além de não terem familiaridade com a cidade, seu deslocamento para a sede do LEI — Laboratório de Estudos sobre a Intolerância³⁰ — na Universidade de São Paulo, mostrou-se complicado.

Um caso marcante foi o de Elba, uma jovem grávida de sete meses que conhecemos na Casa do Migrante no mês de setembro de 2010. Após passar por uma consulta médica de pré-natal, ela perdeu a bolsa com os documentos. Como havia também visitado uma colega que morava na Casa do Migrante, voltou ao local em busca dos documentos perdidos. Como estava muito abalada, conversamos com ela, que explicou que precisava dos documentos para voltar para a Bolívia, onde deixou os filhos e o marido para trabalhar em São Paulo durante a gravidez, e para onde retornaria em breve. Nosso projeto foi-lhe apresentado, assim como a possibilidade de ajudá-la, encaminhando-a órgãos que auxiliam imigrantes em situação irregular, como o CAMI — Centro de Apoio ao Migrante. Elba mostrou interesse em participar do projeto e marcamos um encontro num supermercado, no bairro Nova Cacheirinha, perto da oficina onde trabalhava, mas avisou que teria de dizer ao chefe que iria fazer compras. Elba não apareceu e nunca mais tivemos notícias suas. O desespero dessa moça e sua situação vulnerável, devido à gravidez e à ausência de familiares no Brasil, vivendo numa condição de restrição de liberdade e sem documentos, mostram que a dificuldade de se realizarem as entrevistas se relaciona diretamente à insegurança e à vulnerabilidade em que se encontram esses sujeitos.

Além disso, como a maioria dos bolivianos em São Paulo não tem documentos que regularizem sua estada no país, foi comum a resistência em exporem suas vidas

³⁰ O LEI — Laboratório de Estudos sobre a Intolerância — foi extinto em 15/12/2011, tendo o conjunto de seus pesquisadores, ligados aos estudos contemporâneos, criado o *Diversitas* — Núcleo de Estudos das Diversidades, das Intolerâncias e dos Conflitos. Essa alteração institucional permitiu a superação de impasses epistemológicos e políticos, vivenciados ao longo dos nove anos de existência do LEI.

diante de uma câmera. Em diversos momentos, pudemos perceber uma forte desconfiança em relação aos brasileiros, especialmente aos jornalistas e aos pesquisadores, que já muitos escreveram livros e reportagens sobre os bolivianos, com caracterizações pejorativas e estigmatizantes sobre eles. O fato de atualmente algumas oficinas que empregam mão-de-obra boliviana serem dirigidas pelos próprios compatriotas faz com que muitas críticas recaiam sobre o grupo; a ilegalidade dessas oficinas e as condições de trabalho, que não respeitam os direitos dos empregados, também são elementos que explicam a recusa de muitos deles em falar com brasileiros. Aos que não são donos de oficinas, mas sim empregados, fica o medo de serem delatados à polícia e expatriados.

Os que se dispuseram a narrar suas experiências compuseram o grupo de colaboradores desta pesquisa. As entrevistas registradas foram de caráter aberto, em que se priorizou a fala livre do imigrante, em detrimento de informações pontuais. Isso porque consideramos seu caráter autoral como elemento fundamental para a compreensão do ato de rememorar — no sentido de reavaliar a experiência — e como forma de produção de conhecimento sobre o mundo. O gênero da História Oral utilizado, portanto, foi o da história oral de vida.

Na Tabela 1, temos resumidas as informações básicas sobre cada um dos sete colaboradores, para que o universo da pesquisa seja visualizado sinteticamente:

Tabela 1: Informações básicas sobre os colaboradores do projeto

Nome	Idade	Origem	Quando veio a São Paulo	Está só ou com familiares?	Como chegamos ao colaborador	Gravação da Entrevista
Carlos Danilo Soto Gomez Garcia	62	La Paz	1970	Casado com brasileira, tem três filhos já crescidos	Barraca de <i>salteñas</i> – Feira Kantuta	25/09/2009
Lucia Fiorella Uaman Mamani	24	Peru – mudou-se para La Paz aos 11 anos	2008	Sozinha	Barraca de <i>salteñas</i> – Feira Kantuta	09/10/2009
Ana Ruth Delgado de Mendes	22	La Paz	2008 –foi a Buenos Aires em 2007	Está com a filha de dois meses no Brasil	Casa do Migrante	11/07/2010
Andres Trifon Espinosa Mamani	41	La Paz	1992	Casado com filhos, todos no Brasil	Campeonato de futebol – Feira Kantuta	25/08/2010 e 15/09/2010
Nerian Elisa Alarcón Catari	38	La Paz	1999	Mora com a filha, nascida no Brasil	Palestra com o Cônsul da Bolívia – FGV	20/10/2010
Carla Karen Quispe Lipa	18	La Paz	2003	Mora com os pais e a irmã	Centro de Apoio ao Migrante	03/04/2011
Victor Osmar Rocabado Goitia	23	Cochabamba	2010	Sozinho	Restaurante Limane na Rua Coimbra – indicação de Andres	05/09/2011

2. A migração boliviana em vários tempos

O presente capítulo é composto por duas histórias de vida e suas respectivas sessões analíticas e do diálogo que se pretendeu estabelecer entre elas.

A primeira é a de Carlos Danilo Soto Gomez Garcia, o Dom Carlos, um senhor extremamente aberto e receptivo, que, em um primeiro contato com os pesquisadores, mostrou-se interessado em contar a sua história, que ele narrou como a própria história da Feira Kantuta. Dono da barraca de *salteñas*, e acostumado a lidar com o público diverso, fez questão de enfatizar a importância da feira, que é mais uma manifestação cultural com danças, festas e local de prática de esportes, do que uma feira de mercadorias propriamente dita. O registro de sua história de vida foi feito em frente a sua barraca e foi bastante breve: 30 minutos. Mais preocupado em narrar a história de feira, Dom Carlos absteve-se de dar detalhes de sua vida pessoal, apresentou-se como porta-voz da comunidade e se colocou como uma liderança no processo de luta pela regularização da feira que leva o nome da flor boliviana Kantuta, das mesmas cores da bandeira de seu país.

Carlos Danilo Soto Gomez Garcia

Tive que fugir

Meu nome Carlos Danilo Soto Gomez Garcia, mas todos me conhecem por Dom Carlos. Sou casado, minha esposa é brasileira e temos três filhos. Dois deles já são casados, mas o caçula mora conosco em São Caetano e trabalha na nossa barraca de *salteñas*.

Eu nasci em 1947 em La Paz, e vim da Bolívia para fugir do Governo Militar. Na verdade, meu pai veio primeiro no ano de 1968 e trouxe meus irmãos, mas eu fiquei na Bolívia. Meus irmãos logo voltaram, mas minhas irmãs, que também estavam no Brasil, me chamaram e eu vim em 1970, principalmente porque eu estava com problemas políticos por lá. Tive que fugir. Eu estudava na Bolívia, tentei estudar aqui, mas não consegui. Organizei meus documentos, já vim com tudo legalizado. Nunca trabalhei na costura, sempre trabalhei com projetos, pois eu era estudante de engenharia, mas não terminei a faculdade porque saí do meu país. Comecei a fazer um curso de análise de sistemas aqui no Brasil, mas larguei. Sempre trabalhei, mas apenas sete anos com registro.

Eu fui o elo que ligou todos

Alguns anos atrás, fiquei desempregado. Tive a ideia de começar a fazer *salteñas* e vendê-las na rua. Isso foi em 2001. As *salteñas* que vendemos, nós desenvolvemos e aprimoramos, porque elas são um pouco diferentes das da Bolívia.

Nós estávamos na Praça Padre Bento, a feira começou lá, mas acabamos tendo problemas. A feira teve que sair daquela praça porque os moradores, por meio da Associação Amigos do Bairro, acusaram a feira de “produzir” bêbados. O que acontecia, na realidade, é que havia bares no entorno da feira e as pessoas que bebiam passeavam pela feira. Então os moradores achavam que a feira é que trazia os bêbados para o bairro, mas isso não era verdade.

Como os Amigos do Bairro fizeram um abaixo assinado para nos tirar de lá, nós procuramos junto com a Regional da Sé um local para mudar a feira. Mas, para isso, tínhamos que formar uma associação. Então fundamos a Associação Gastronômica Cultural Folclórica Boliviana Padre Bento. Eu e minha esposa começamos a falar com as pessoas e acabamos sendo uma liderança no processo de encontrar um novo local para a feira e organizar todo mundo. No início, fomos presidentes da associação, mas depois não nos candidatamos mais. E encontramos essa praça aqui, que não constava no mapa de São Paulo. Foi um ano de luta para conseguir os documentos de todos os associados, porque muitos eram sem documentos. Então, tinham que arrumar algum conhecido, para abrir em nome do conhecido. Foi difícil, tivemos que conseguir setenta pessoas para abrir a feira oficialmente. Além disso, nós nos preparamos no SENAC, através de uma parceria com a subprefeitura da Mooca, e aprendemos a gerir pequenos negócios, como lidar com clientes e administrar empregados, entre outras coisas.

Conseguimos finalmente criar a associação junto com a feira: no dia 28 de Fevereiro saiu no Diário Oficial que a feira era oficial. E inauguramos no domingo, com o primeiro carnaval, isso foi em 2003. O primeiro desfile de carnaval boliviano aqui também foi ideia minha, juntaram grupos folclóricos, porque todos queriam fazer um carnaval, só que ninguém falava com os outros, ninguém falava. Eu fui o elo que ligou todos, fizemos uma reunião muito bonita, eu chamei a todos a se desprenderem de seus interesses pessoais e assim fizemos o primeiro carnaval e inauguramos oficialmente a praça. Foram cantados hinos, foi uma festa muito bonita. Eu que escolhi o nome de Kantuta, como símbolo boliviano. Então, a praça nós batizamos com o nome de

Kantuta. E depois de muitas tentativas, consegui que o nome da praça fosse oficializado em 2004.

Aqui é o canto dos bolivianos

Nós sempre fazemos festa, como a Festa das Alacitas, que é uma festa muito tradicional em La Paz, comemoramos o Dia das Crianças, o Dia das Mães, a festa de aniversário de La Paz, que é em Julho, o aniversário de Independência da Bolívia, festas de Natal, entre outras, sempre com folclore boliviano. A festa de inauguração oficial da praça foi muito linda, esse lugar não constava no mapa, mas agora consta no guia de São Paulo. Continuam acontecendo muitos eventos por aqui, fazem-se campeonatos de futebol com a comunidade do bairro e temos um projeto de melhorar a quadra, conseguir doações de material esportivo, para a prática de atletismo. Temos um prédio popular aqui onde tem muita criança e nós queremos que elas tenham uma boa orientação: na quadra elas poderiam ter aulas, acho que se pleitearmos com a prefeitura nós conseguiremos monitores, professores de ginástica para elas. Penso que até voluntários de faculdades poderiam fazer esse trabalho, para integrar as crianças à comunidade e a comunidade à sociedade.

Nós temos uma pequena biblioteca que não está muito organizada, não consegue conservar os livros, porque nela se guarda coisas que não têm nada a ver com a biblioteca, por isso os livros se deterioram muito. O espaço é muito pequeno, por isso estamos tentando conseguir o terreno que fica ao lado da creche, aqui mesmo na Praça Kantuta. É um terreno de mais ou menos 20 por 26 metros, é grande, seria uma sede boa para fazer esse projeto para as crianças do bairro. E também temos a ideia de trazer mais folclore andino para a praça todos os domingos. É um projeto caro, precisamos de ajuda de muitas instituições que estejam comprometidas a fazer essa discussão da cultura boliviana e latina, como do Peru, Equador, Colômbia, Chile, Argentina, esse lado da Sulamérica. Acho que não é impossível, mas é complicado fazer um projeto como esse, tenho que me juntar às pessoas certas para fazer isso.

Desde que mudamos a feira para esta praça, o local se tornou um ponto oficial de encontro da nossa colônia e é visitado por todas as associações de bolivianos. Aos poucos o público brasileiro está começando a frequentar a feira também, mas a maioria é boliviana. É um lugar de passeio: eu me lembro de um Dia das Mães que não teve feira, e eu vim aqui e vi que, mesmo sem a feira, a turma veio passear na praça, então é um ponto de referência para nós, aqui é o canto dos bolivianos. Como disseram na

inauguração da praça, aqui é território boliviano. E os bolivianos vêm mesmo, às cinco da tarde está cheio de boliviano, parece que estou num bairro de La Paz!

Tá ficando desconfiado, o brasileiro

Eu acho que qualquer pessoa que sai do seu país sempre tem na cabeça a ideia de voltar. Eu tentei voltar para a Bolívia no ano de 1979, mas me falaram “O que você vai fazer lá? Não vai ter emprego, não vai ter nada!”, então eu nem tentei, fiquei aqui.

Dos 37 anos que eu estou aqui, eu fui duas vezes no ano de 1972, duas vezes no ano de 1986 e no ano de 2006 fui uma vez. Fiquei vinte anos sem ir para lá. A maior parte da minha família mora aqui, então eu não tenho um motivo forte para ir para a Bolívia. Agora, quem tem família na Bolívia, viaja constantemente para lá.

Com certeza, qualquer boliviano que pergunto, ou outras pessoas de qualquer país, quer voltar, mas as circunstâncias não permitem. E depois, o Brasil sempre nos tratou bem, eu não tenho nenhuma reclamação contra o Brasil ou os brasileiros. Eu nunca sofri discriminação de nenhuma natureza. Acho que o povo brasileiro é um povo muito feliz, alegre. Principalmente quando eu cheguei aqui, o povo era muito mais feliz, vivia sorrindo, mas começou a ficar meio “mais ou menos” uns tempos atrás, quando a crise econômica cresceu muito. Tá ficando desconfiado o brasileiro. Em 37 anos mudou bastante. Quem morou aqui antes de 1975 sabe, o povo era completamente feliz, descontraído, sem medo, confiante. Só que a economia do país começou a cair, e com a falta de emprego o brasileiro se tornou um pouco mais triste. Mas é um povo muito bom, muito hospitaleiro, nunca tivemos reclamação de uma turma de brasileiro que se enfrentasse com os bolivianos. Talvez isoladamente haja casos de brigas, mas discriminação não. Eu agradeço o Brasil por ter nos acolhido muito bem.

* * *

À primeira vista já é possível perceber que Dom Carlos constrói, ao longo de sua narrativa, a imagem de si mesmo como um líder comunitário, que tem realizações e feitos a contar, dando o tom masculino de seu discurso: é ele que faz, organiza, aglutina as pessoas e alcança objetivos em benefício de todos.

Sua narrativa difere das outras registradas nessa pesquisa: além de ser o boliviano que reside há mais tempo em São Paulo, ele saiu da Bolívia por motivos outros que a falta de recursos financeiros. Sua fuga, como ele próprio qualifica seu deslocamento, está ligada a perseguições políticas que sofreu durante o regime militar

na Bolívia, fazendo dele um refugiado político, apesar de não ter feito o pedido de refugiado ao governo brasileiro.

Em 1964, um golpe militar deu início à ditadura boliviana, cujo fim foi apenas em 1982. O período foi marcado por instabilidade política e repressão violenta, principalmente durante os governos de Hugo Banzer (1971-1978) e de García Meza (1980-1982)³¹. Dessa forma, Dom Carlos faz parte de um movimento migratório Bolívia-Brasil diferente do que assistimos contemporaneamente: membros da classe média engajados em movimentos contra a ditadura militar tiveram que procurar asilo político em outros países para não serem presos ou mortos.

Tendo abandonado o curso superior de engenharia, em La Paz, o jovem Dom Carlos veio ao encontro do pai, também engenheiro e perseguido político em seu país, com quem pôde trabalhar em projetos, mesmo não possuindo diploma. Não estava, portanto, ligado à confecção de roupas que, mais tarde, seria a porta de entrada para muitos de seus conterrâneos na cidade de São Paulo, fazendo parte. Assim, ele faz parte do primeiro fluxo de bolivianos para o Brasil, constituído por membros da classe média boliviana, que deixaram o país a partir da década de 1950 incentivados por um convênio cultural estabelecido entre os governos do Brasil e da Bolívia e devido ao início do regime militar boliviano.

[Nesse período,] a imigração boliviana para São Paulo desenvolveu-se erradicamente, a partir de planejamentos individuais e/ou familiares, num contexto de modernização do Estado boliviano e ditadura política, colocando em circulação, no âmbito internacional, estudantes, profissionais liberais e mulheres para o trabalho doméstico.³²

Dom Carlos é enfático ao afirmar que os bolivianos que deixam seu país tem a intenção de retornar, o que o incluiu no momento em que veio para o Brasil. Sua intenção de retornar, porém, foi desencorajada por amigos que o alertaram sobre a falta de empregos e perspectivas na Bolívia. Essa qualificação negativa do país andino é comum a todas as histórias de vida registradas na pesquisa, em que a Bolívia é descrita como o lugar da impossibilidade. Decidido então a permanecer no Brasil, Dom Carlos

³¹ CAMARA, Marcelo Argenta. "Bolívia: de 1952 ao Século XXI – Processos Sociais, Transformações Políticas" in *Bolívia: de 1952 ao Século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007

³² FREITAS, Patrícia Tavares de. *Imigração e Experiência Social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo*. Campinas, SP, 2009, p.77.

adaptou-se à vida em São Paulo talvez mais facilmente do que os aqueles que se deslocaram para se empregar na costura. A integração desse boliviano no país pode ser mensurada também por meio da família que construiu: casou-se com uma brasileira com quem teve dois filhos. A presença do pai e das irmãs em São Paulo garantiu-lhe um destino seguro, cuja adaptação não parece ter sido muito difícil. Pode-se dizer que seu deslocamento é definitivo, visto que o retorno à terra natal foi se escasseando e não passou de três ou quatro visitas esparsas à Bolívia.

Dom Carlos, ao contrário de muitos de seus conterrâneos que vivem no Brasil, como veremos em outras histórias de vida, esforça-se por manter laços de solidariedade com os bolivianos. Seu engajamento na luta em prol da cultura boliviana, por meio da organização da Feira Kantuta, denota sua devoção à comunidade, para a qual continua buscando conquistar mais benefícios, como projetos ligados à educação para as crianças bolivianas. Após anos trabalhando na área de engenharia, a própria comunidade transformou-se na matriz de seu sustento e na centralidade de sua luta. É interessante notar a brevidade com que narra os eventos que se sucederam no Brasil antes de montar sua barraca de *salteñas* e participar de uma feira tipicamente boliviana.

Além disso, seu provável engajamento político durante o regime militar na Bolívia é retomado em uma nova luta, após anos de residência no Brasil. Agora, seus objetivos estão ligados à conquista de espaços para os bolivianos residentes em São Paulo na sociedade brasileira. Para ele, as manifestações culturais são fundamentais para afirmar a positividade de sua comunidade e para que ela atinja níveis mais elevados de integração social sem perder suas especificidades. Nessa perspectiva, as festas surgem como uma reinvenção do mundo deixado para trás, e são reconstruídas de forma a dar coesão social a uma comunidade bastante heterogênea, cujos membros deslocaram-se a São Paulo em diferentes tempos e deixaram a terra natal por motivos diversos. Porém, nas festas, sentem-se parte de algo comum a todos, e os conflitos e disputas podem ser esquecidos momentaneamente. Por isso, como diz este narrador, o local é conhecido como “o canto dos bolivianos”, como se estivessem em La Paz, é uma verdadeira reinvenção da pátria abandonada: a conexão num território com os iguais é a expressão de que eles não são estrangeiros, pois criam sua territorialidade na capital paulista.

É indiscutível, porém, que a feira é ao mesmo tempo uma expressão cultural e um instrumento de luta política da comunidade, pois é por meio dela que afirmam sua presença na cidade como grupo produtor de riquezas, danças, comidas, músicas e

artesanato. É na ocupação desse espaço, uma praça antes sem importância, que os bolivianos apoderam-se de sua força de grupo e estabelecem relações positivas com a sociedade brasileira, em que suas qualidades são apreciadas e valorizadas.

A Feira Kantuta é, portanto, expressão de um movimento sócio-cultural com identidade própria e, na fala de Dom Carlos, percebemos a intenção de criar uma identidade hegemônica, em que os conflitos, as dissonâncias desapareçam. Entretanto, em histórias de vida de outros colaboradores dessa pesquisa, foi possível constatar que há outras identidades em disputa, o que denota a diversidade no interior da comunidade boliviana. É o que podemos extrair do trecho em que ele narra a luta pela regularização da feira na nova praça, que foi inaugurada com o carnaval boliviano, celebração viabilizada apenas quando todos abriram mão de interesses particulares em prol da articulação do grupo. Assim se expressa o processo de negociação das diversas identidades presentes na feira, as quais devem ser constantemente renegociadas, já que os conflitos e divergências ora se acomodam ora entre em atrito.

Dom Carlos, ao afirmar que ele próprio foi “o elo que ligou todos”, demonstra sua intenção em articular os compatriotas em torno de um objetivo comum, qual seja, de unificar a imagem da comunidade boliviana frente à sociedade brasileira – e expressar tal identidade em uma praça pública – ao mesmo tempo em que mostra que há divergências internas com a frase “eu chamei a todos a se desprenderem de seus interesses pessoais”. Vemos que ele negocia a identidade com os membros da comunidade, reinventando a identidade boliviana na cidade de São Paulo à medida que “une-se às pessoas certas” para atingir objetivos para a comunidade.

Nesse sentido, as festas são celebrações que integram a comunidade sob elementos comuns e simultaneamente é composta por variadas vertentes culturais e de interesses. A festa das Alacitas, exemplo citado por Dom Carlos, é a reinvenção de uma tradição *paceña*, isto é, da cidade de La Paz. A palavra *alacita* é de origem aymará e significa “compra-me”, já que a divindade cultuada nessa ocasião é Ekeko, deus da abundância e dos bens materiais necessários à vida. A tradição tem origem em feiras indígenas ligadas ao calendário agrícola e, nos dias de hoje, é realizada em São Paulo no mês de Janeiro. Essa festa, ligada às atividades comerciais, é uma das mais importantes celebrações realizadas na Praça Kantuta, mas vale observar que é uma tradição típica da cidade de La Paz, o que demonstra uma força política maior dos bolivianos originários dessa cidade do que daqueles provenientes de Santa Cruz, Chochabamba e outras localidades da Bolívia. A união, para esta festa, dentro da comunidade boliviana em São

Paulo se dá por um componente universal, o dos negócios usufruídos por muitos que ameaham alguns recursos com a venda de artesanato ou mesmo alguns produtos típicos da terra natal.

Outro aspecto que se faz necessário analisar, é a interpretação que esse senhor faz da interação entre bolivianos e brasileiros. Dom Carlos enfatiza o lado positivo da sociedade brasileira, negando que haja qualquer conflito entre as partes e exaltando a boa recepção dada aos bolivianos. Essa relação harmônica entre bolivianos e brasileiros que ele tenta transmitir é apenas aparente, porque na fala do colaborador há uma contradição de termos: diz que a feira boliviana, ainda na Praça Padre Bento, teve problemas com os moradores do bairro, mas finaliza sua narrativa dizendo que nunca houve problemas entre brasileiros e bolivianos. É possível que ele não considere a articulação dos moradores – através da Associação dos Amigos do Bairro – contra a feira um movimento xenófobo, voltado contra os bolivianos por serem estrangeiros, mas simplesmente um problema específico dos bêbados. Entretanto, deve-se pelo menos levantar a hipótese de que a população do entorno se organizou e agiu de forma discriminatória em relação a uma manifestação de uma cultura diferente da brasileira. Afinal de contas, o resultado do abaixo-assinado entregue às autoridades contra a realização da feira naquela primeira localidade, foi a expulsão dos bolivianos de uma praça pública.

Ao discorrer sobre o “povo brasileiro” Dom Carlos começa por caracterizá-lo como “muito feliz”, “alegre” e “hospitaleiro”, mas logo se corrige: diz que quando ele chegou, “o povo era completamente feliz”, principalmente até o fim da década de 1970, mas que isso mudou com a crise econômica, o que resultou num povo mais “desconfiado”. Podemos interpretar tal descrição como sendo referente à mudança de comportamento dos brasileiros em relação aos bolivianos, que até o início da década de 1980 era uma pequena comunidade composta por profissionais liberais, muitos deslocados de seu país devido à conjuntura política repressiva da Bolívia. À medida que essa comunidade começa a crescer a olhos vistos, e, a partir da década de 1980, passa a ser composta por pessoas pobres, que vem para o Brasil em busca de trabalho e sobrevivência, cresce entre os brasileiros o preconceito e a discriminação em relação a esse grupo de estrangeiros.

Assim, temos dois tempos da migração boliviana a São Paulo: o daqueles que se deslocaram entre as décadas de 1950 e 1970 principalmente por motivos políticos e que, por seu maior grau de escolaridade – estudantes universitários, médicos, engenheiros

etc. –, conseguiram integrar-se na sociedade brasileira mais profundamente do que aqueles que vieram a partir da década de 1980 e passaram a ser bastante numerosos a partir da década de 1990. Os que chegam nesse segundo movimento migratório são de classes mais pobres na Bolívia, com menor escolaridade e, em sua maioria, destinados ao trabalho nas oficinas de costura dos bairros centrais da cidade. A intensificação desse deslocamento para o município e, em seguida, para a região metropolitana de São Paulo, resultou no crescente de desconfiança em relação a esse grupo de estrangeiros. Neste caso, a partir da interpretação de Dom Carlos, a crise econômica é também causa da mudança de atitude, já que os estrangeiros passam a ser percebidos como aqueles que tiram o emprego dos “nacionais”, o que qualifica sua presença como “ilegítima” e “ilegal”. Portanto, Dom Carlos faz em seu discurso uma crítica velada a essa discriminação, ao mesmo tempo, em que tenta negá-la em outras passagens de sua história de vida, que, afinal, foi registrada por paulistanos.

Ao narrar sua vida a pesquisadores paulistas, Dom Carlos esforça-se por não ofender membros de uma coletividade que ele quer criticar, porém não deixa de transmitir sua mensagem, mesmo sem dizê-la explicitamente. Simultaneamente, faz um agradecimento a tudo que o Brasil lhe proporcionou, amenizando, dessa forma, o lado negativo da postura dos brasileiros em relação aos bolivianos. Cabe, portanto, a quem faz a análise, desvelar os não ditos e compreendê-los também como parte da relação que se estabelece entre pesquisador e colaborador. Estudos brasileiros sobre bolivianos não podem focar exclusivamente os segundos, já que as relações estabelecidas entre ambos constituem uma questão significativa concernente ao fenômeno migratório. Tanto a acolhida inicial como o processo contínuo de integração revelam muito sobre a própria sociedade brasileira, pois, enquanto vivia um período de crescimento econômico, dispunha a acolher os recém-chegados, a integrá-los ao trabalho, tecer relações afetivas etc.. Contudo, a partir do momento em que uma crise econômica se instaura, ou que o crescimento da economia diminui, a postura em relação aos que se deslocam para as cidades brasileiras, e neste caso específico, para São Paulo, transforma-se. Os novos recém-chegados, estrangeiros mais pobres, já não são tão bem-vindos e bem acolhidos.

Nessa perspectiva, a feira Kantuta desempenha papel importante no movimento de aproximação dos paulistanos com a cultura boliviana, fundamental à interculturalidade e ao respeito às diferenças.

A história de vida de Lucia Fiorella Uaman Mamani foi a primeira a ser registrada no Laboratório de Estudos sobre a Intolerância, na USP. Conhecemo-la na Feira Kantuta, onde Fiorella trabalhava na barraca de *salteñas*. Duas semanas depois, ela foi ao nosso encontro, acompanhada do namorado, e contou a sua história. No Brasil há um ano, a moça trabalha numa oficina de costura para garantir o sustento da filha, que deixou na Bolívia com a avó. Na entrevista, foi de uma sinceridade e uma simplicidade comoventes.

Lucia Fiorella Uaman Mamani
Tinha que buscar a vida em outro lugar

Eu me chamo Lucia Fiorella Uaman Mamani e eu vim aqui contar a minha história, desde a minha infância até agora, que estou em São Paulo.

Eu me recordo que quando eu tinha dois anos, minha mãe me deixou com a minha avó, foi com ela que eu cresci. Meus avôs cuidavam de mim, nós vivíamos no campo, no Peru, mas eles me colocaram na escola. Quando eu tinha onze anos, minha mãe foi me buscar. Ela já tinha feito sua família, tinha seu esposo e morava na Bolívia. Eu insisti a ela: “Onde está meu pai?”, e ela me contou o que havia se passado, que ela havia engravidado de mim, mas meu pai era outro, não era meu padrasto. Então me rebelei com ela, julguei sem saber a realidade. Fiz muito mal.

Eu tinha doze anos quando decidi ir à Bolívia, ao encontro de minha mãe e seu esposo. Porém, muitas coisas se passaram, eu tinha medo do meu padrasto, minha mãe também era muito pobre, é até hoje. Decidi então ficar sozinha e trabalhar para não prejudicar sua relação. Estudava no colégio e trabalhava para ganhar a vida. Conheci umas senhoras que vendiam *salchipapas* de noite e, de dia, refresco, suco de *mocochinchi*. À tarde ia para a escola estudar. Quando eu estava por acabar o secundário, parece que minha mãe se deu conta de que nunca havia me ajudado e decidiu me apoiar. Assim, nós conversamos, eu a entendi e ficamos bem.

Terminei o colégio em 2004, e no início de 2005, fui de férias ao Peru conhecer meu pai no departamento de Arequipa. Lá cheguei, conheci minhas irmãs, mas minha madrastra também não me queria, não sou filha dela. Tive muitos problemas nessa ocasião. De novo tinha que buscar a vida em outro lugar e voltei a trabalhar. Fui longe, em Camana, outro departamento do Peru. Ali trabalhei por mais de um ano, foi bom, era

recepcionista de um hotel na praia, durante um verão. Muita gente vinha de todo lugar. Mas tantas coisas se passam na vida, não?

Eu conheci um rapaz que me ofereceu um trabalho melhor em outro departamento, ele me disse: “Aqui está ganhando pouco, lá pagam bem.” Uma amiga tinha me apresentado a esse rapaz e ele me levou até Apurímac, que é mais longe. Eu fui decidida, mas tudo era mentira e passei por muitas coisas lá. Em 2006 retornei a La Paz.

Voltei a ver minha mãe, que estava triste, fraca, porque estava desnutrida. Foi lá que conheci o pai na minha filha, ou seja, meu namorado, e logo engravidei. Mas havia outra pessoa entre nós, uma *chica* que se metia muito e sempre dizia que iria se casar com ele. Em seguida ele partiu para o Brasil, e como sou orgulhosa, decidi não avisá-lo que estava grávida, nem a minha mãe, nem a ninguém, apenas levar comigo. Queria ir embora, desaparecer, mas nunca pensei em fazer mal a minha filha. Porém segui lutando, porque não era culpa de ninguém, só minha. Tinha me deixado levar pelos sentimentos, talvez porque sentia um carinho, há tanto tempo estava *sola*. Também não o julgo.

Então tive minha filha, o parto se adiantou aos sete meses e meio, e tive que inteirar minha mãe. Ela brigou comigo, mas também me entendeu, porque passou pela mesma coisa. Logo o pai da minha filha voltou à Bolívia e discutimos um pouco, ele disse “por que não me disse nada?” Também tivemos problemas entre as famílias, minha mãe com a mãe dele se agarraram, e eu decidi: “não se metam! Eu vou criar a minha filha, não se preocupem!” Depois todos se acalmaram e me ajudaram: davam roupinhas e fraldas.

Eu tinha parado de trabalhar, mas resolvi voltar a trabalhar, dessa vez em casas, cozinhando e limpando. Eu levava minha filha junto comigo, porque minha mãe dizia “Sua culpa...” Eu carregava minha filha durante o dia e, à noite, voltava para casa e ajudava minha mãe a vender. Descansava às onze, meia-noite, no dia seguinte começava a trabalhar às sete da manhã. Era difícil, mas nunca faltava de comer, isso era bom.

Se vai ser melhor lá, corra, vá trabalhar. Eu vou cuidar da sua filha.

Ao final de 2007, Rubens [seu atual namorado que está com ela no Brasil] me disse: “Se quiser, te ajudo”. “Podemos trabalhar no Brasil, eu posso te ensinar.” Eu falei

com a minha mãe, e ele também. “Se vai ser melhor lá, corra, vá trabalhar. Eu vou cuidar da sua filha”, e minha mãe decidiu me mandar para cá.

Porém eu não tenho documento na Bolívia, então tirei o passaporte peruano para entrar no Brasil. O dono da oficina que nos trouxe disse que há muito problema para entrar e ficar aqui, e com uma pessoa peruana é muito mais perigoso, porque existem muitos criminosos peruanos no Brasil. Por isso tivemos que entrar por um outro lado, onde não teríamos problemas.

Entramos no Brasil pelo Paraguai. Cada um do grupo pagou duzentos e cinquenta dólares ao dono da oficina, porque foi ele quem pagou as passagens. Na verdade, o dono pagou tudo e depois descontou do nosso salário quando trabalhamos para ele, ou seja, eu tive que trabalhar mais ou menos dois meses para pagar tudo, porque eu não sabia costurar, não conhecia a máquina reta, nem nenhum outro tipo de máquina.

Eu tenho que fazer um futuro para minha filha, meus irmãos e minha mãe

Quando cheguei, não sabia o que fazer, só de ficar perto de uma máquina me dava medo. Ruben me ajudou, ele sabia costurar. Outros rapazes da oficina também me diziam como fazer. Durante todo o tempo eu recordava o que tinha dito à minha mãe: “Eu vou trabalhar, *mamita*.” Deixei minha filha, *imagine*! Eu creio que vai ser por um bem, não por um mal. É o que tratei de fazer: em um mês já podia costurar.

Acho que estar no Brasil, que é um país maior, é melhor. Aqui, a crise mundial não afeta tanto, mas na Bolívia sim, que é um país pequeno e pobre. Não temos condições de sobreviver lá, prefiro viver aqui, mesmo sofrendo. A não ser que na Bolívia melhore, aí sim seria bom! Aí eu poderia voltar e ficar tranquila, viver sem medo. Porém, por agora, tenho que estar aqui. Lá é como estar num copo de água, nadando, sem poder chegar a um destino final, enquanto aqui, é como estar na água, não em um barco, mas flutuando para poder chegar a algum lugar, e por fim, estar bem. Se Deus quiser, vou trazer minha filha e os meus irmãozinhos também. Eu tenho que fazer um futuro para minha filha, meus irmãos, minha mãe, para podermos ficar muito melhor. E eu vim pra este país para poder estar melhor.

Enquanto isso, eu mando dinheiro para a minha família. Sempre, desde que cheguei. Trabalho e mando, trabalho e mando. Só paguei a passagem primeiro. Minha mãe me disse para mandar *plata* para lá.

Nós moramos aqui com muito medo

Tantas coisas que aqui vejo! Muitos brasileiros se aproveitam de bolivianos, assaltam, ameaçam, “*dá dinheiro!*”, gritam. Dá muito medo, nós moramos aqui com muito medo. Não é nosso país, não temos documento, temos que suportar tudo por um futuro melhor para nossos filhos. Além disso, odeiam os peruanos no mundo todo, porque são malandros. Eu não penso assim, porque eu não sou malandra. Não somos todos iguais, alguns de nós somos sinceros e ganhamos a vida nos sacrificando. Algumas vezes temos medo e temos que dizer “Não sou do Peru”. Eu não gosto de negar, eu nasci no Peru, cresci na Bolívia, me sinto orgulhosa disso. Dizem “peruana, peruana!”, eu penso “Ignore, siga em frente.”

Quando eu penso em todo isso, acho que minha vida melhorou um pouco quando vim para o Brasil, mas não muito, porque não estou com a minha filha. Mas em relação ao dinheiro, as coisas melhoraram um pouco. Agora quero trazer minha filha, mas como ela não tem documento, preciso resolver isso. Quero ficar tranquila, mas sem ela não posso! Estou desesperada, porque penso que minha mãe me deixou, e eu estou fazendo o mesmo. Isso é uma dor para mim. E não quero que mais tempo se passe, por isso que estou trabalhando por ela.

Costuro calças jeans, às vezes blusas, e, no verão, fazemos bermudas, só para mulheres. O dono nos paga de dez centavos a um e cinquenta por peça. Nossa entrada é às sete da manhã, trabalhamos uma hora e às oito horas tomamos o café da manhã. Às vezes nos dão pão com manteiga ou com doce de leite, e sempre café para beber. Ao meio-dia almoçamos, o almoço é boliviano: bife, assado, almôndega. Quarta e sábado tem frango. Tomamos chá ou toddy às quatro da tarde e, por fim, jantamos às oito da noite. O trabalho termina às onze horas, aí tomamos um copo de leite com fruta batida. Depois, às vezes assistimos a um DVD, às vezes vamos dormir. Temos três duchas na casa, então alguns tomam banho ao meio-dia, outros às oito da noite e outros antes de dormir. Tem dias em que ouvimos música, o dono põe música enquanto trabalhamos, e fica mais tranquilo.

Hoje somos uns treze costureiros: oito ou nove mulheres e quatro homens. E estamos bem, trabalhando. Muitas vezes estamos aborrecidos, outras vezes é divertido. Mas quando o serviço vem, é muito cansativo, dá até raiva, porque o trabalho é muito forte aqui, muito pesado. Tem sempre alguém controlando dizendo “Ela está

trabalhando mais do que você, tem que ser igual!”, muitos reclamam. Eu me pergunto “porque faz tanta maldade? Porque tanto assim?” Não sei, só sei que a vida é assim. É duro, mas tenho que ser forte, levantar a cabeça e seguir em frente: poder trabalhar e estar melhor mais para frente, se não, está tudo perdido. Tenho a esperança de estudar, mas no momento tenho que pensar mais na minha filha do que em mim, eu tenho que trabalhar por ela. Por isso, enquanto trabalho, penso nela e na minha mãe.

Não há muitas crianças na oficina, apenas duas, de uns sete anos, mas estão na escola. Quando eu trouxer a minha filha, não vou ficar nessa oficina, porque as crianças não podem sair dos quartos, elas não podem descer para perto das máquinas. Por isso estou procurando uma oficina que tenha mais espaço, um pátio onde ela possa brincar e não fique fechada no seu quarto o dia todo em frente à TV. Eu vou colocá-la numa escolinha, da igreja ou do Estado.

Agora não estamos com muito serviço na oficina, por isso Ruben me levou a Dom Carlos, da Feira Kantuta, que me contratou. Conheci sua família, seus irmãos, Dona Magui, sua mulher, e gostei muito. Gostei das *salteñas*, do trabalho de vender. Todos os domingos eu trabalho com eles e recebo cinquenta reais por dia, porque é cansativo atender pessoas o dia todo, mas é muito bonito! Vem brasileiro, boliviano, tem música. A Dona Magui é muito boa comigo, Dom Carlos também. Nós comemos durante a feira: Dona Magui é muito gulosa, tudo que ela come me dá: “Come!” me diz. Então nem tudo é tristeza.

Eu penso que ficar no Brasil é melhor para mim. Para isso, quero tirar meu documento para não viver mais com medo. Mas também tenho que voltar à Bolívia e pegar minha filha, porque minha mãe já não pode cuidar dela, disse que não pode mais esperar. Na verdade, não sei o que fazer. Penso em ir semana que vem. Tenho um passaporte peruano com selo de saída para a Bolívia, depois um selo de entrada no Paraguai e é isso. Não tenho selo de entrada no Brasil. Fui ao consulado peruano e me disseram que não posso sair com o meu documento, porque como estou no Brasil faz um ano, vão me multar acima dos mil reais. Outros me dizem para não sair, porque vou perder a Anistia. Não sei o que fazer. Posso ir e voltar clandestina com a minha filha?

* * *

Para além da comoção inegável dessa trajetória de vida, o que podemos compreender sobre o deslocamento de bolivianos para São Paulo?

A angústia com que Fiorella conta os acontecimentos marcantes de sua vida e sua força para vencer as dificuldades dão o tom de sua narrativa sem fim, deixando explícita a delicada situação em que se encontra: longe de sua filha e de sua mãe, sozinha num país estrangeiro e indocumentada.

A narrativa dessa moça de vinte e três anos conta não apenas sua história individual, mas também a saga de uma família, cujos pais não podem ou não conseguem criar os próprios filhos, que são deixados aos cuidados das avós. Para garantir o sustento da família, nesse caso, as mães solteiras emigraram – termo que se refere à saída do local de origem, o que implica em partir e deixar para trás entes queridos. As mães dessa história narrada por Fiorella, ambas andinas, podem ser comparáveis à Pachamama, figura mitológica feminina andina que representa a Mãe Terra, aquela que produz e que garante a sobrevivência de todos os seres. Assim, estas mães andinas recorrem ao deslocamento no intuito de prover o sustento de suas filhas, contando com a colaboração de suas mães para que cuidem das crianças. Além disso, Fiorella ainda assume a responsabilidade de “fazer um futuro melhor” para sua mãe e seus irmãos, passando a ser o repositório de todas as esperanças dos familiares. O que se descreve é o deslocamento como na tentativa de aumentar as chances de um futuro melhor para si mesmos e para suas famílias, em outras palavras, como estratégia para melhorar suas perspectivas.

A posição da narradora nesta trajetória familiar é fundamental para compreender que ela é, ao mesmo tempo, a criança que ficou e a mãe que partiu. Ao ser deixada com a avó, no Peru, por sua mãe, Fiorella sentiu-se abandonada, tendo sido a tristeza decorrente desta separação, causadora de diversos eventos em sua vida. Tentou reintegrar-se à nova família de sua mãe, depois à de seu pai, sem sucesso. Por fim, construiu a sua própria, da maneira que lhe foi possível. Porém, depois de ter sua filha e experimentar a dureza de criá-la sem recursos financeiros suficientes, tendo que trabalhar muitíssimo para garantir a comida para si e para seu bebê, ela teve que reavaliar a interpretação que havia feito das atitudes da mãe. Em seguida, recorreu à mesma estratégia para sustentar a família: emigrou. Seu deslocamento ao Brasil, entretanto, causa-lhe duplo sofrimento: a dor de separar-se de sua filha e a dor de saber exatamente o que a filha sentirá em relação a ela quando crescer.

Além disso, é interessante notar o papel secundário que é relegado às figuras masculinas, visto que seu pai, o pai de sua filha e seu atual namorado, não passam de personagens coadjuvantes. A única importante contribuição para o desenrolar dos

acontecimentos narrados feita pelos dois primeiros foi gerar filhos; do segundo foi trazer Fiorella para o Brasil. Assim, fica evidente a centralidade da mulher na família, especialmente em famílias desmembradas, em que as mulheres assumem todas as responsabilidades sobre os filhos e netos. O discurso feminino, que gira em torno da família, faz-se patente na história de vida de Fiorella – e de outras mulheres que colaboraram com essa pesquisa – e se contrapõe ao discurso masculino de Dom Carlos e de Andres – outro colaborador cuja história de vida será reproduzida e analisada no capítulo 5 – que narram seus feitos e articulações em prol da coletividade.

Dada a enorme dificuldade de conseguir uma renda suficiente para o sustento da família, Fiorella aceita a proposta de seu futuro namorado, Ruben, de vir para o Brasil trabalhar numa oficina de costura, o que demonstra o caráter pessoal do aliciamento de mão de obra. O recurso do deslocamento, entretanto, não foi inédito na vida dessa moça: ela já havia se deslocado para diversos lugares do Peru e da Bolívia, assim como sua mãe transitava por esses dois países. A narrativa sobre esses múltiplos deslocamentos denota que esse trânsito contínuo está naturalizado entre os herdeiros das culturas indígenas, fazendo parte dos seus modos de vida. Isso nos remete aos deslocamentos comuns aos indígenas no período pré-colonial no continente americano, em especial na região do altiplano andino, antes e durante a conhecida pax incaica – período de 1476 a 1532 d.C. em que o império inca, já bastante expandido pelos territórios hoje denominados de Peru, Bolívia e Chile, engaja-se na construção de estradas, a fim de facilitar rotas de circulação já bastante utilizadas na conexão das diversas sociedades que o compunham.³³

Antes de partir para o Brasil, porém, ela firmou um acordo com a mãe, em que ambas assumem responsabilidades: sua mãe cuida da neta e Fiorella deve mandar remessas de dinheiro, em contrapartida. As remessas constituem hoje uma importante, senão essencial, contribuição para as famílias que tem membros deslocados em outros países e, dessa forma, são sentidas nacionalmente, representando mais de 10% do PIB da Bolívia. O Banco Central boliviano divulgou que 40% das remessas são enviadas da Espanha, 22% dos Estados Unidos e 17% da Argentina, por serem os países com maior número de imigrantes bolivianos. No total, as remessas alcançaram US\$ 1,1 bilhão em

³³ MURRA, John. “As sociedades andinas anteriores a 1532” in: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: A América Latina Colonial I*, vol.1, São Paulo: EDUSP; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, p.63-99.

2008. Pode-se dizer, portanto, que a economia do país depende em grande parte do trabalho de bolivianos em outros países.

Em consonância ao que narra Fiorella, o Relatório de Desenvolvimento da ONU, de 2009, com enfoque nas migrações contemporâneas, informa que:

“Our world is very unequal. (...) For many people in developing countries moving away from their hometown or village can be the best – sometimes the only – option open to improve their life chances. Human mobility can be highly effective in raising a person’s income, health and education prospects.”³⁴

É fundamental atentar para a centralidade da questão do trabalho no deslocamento narrado e, em geral, para uma significativa parcela dos deslocamentos populacionais. Seja qual for o motivo para a emigração, o deslocamento está quase sempre relacionado ao trabalho, ou como afirma Sayad, é sempre justificado pelo trabalho. Apenas o trabalho justifica a ausência na Bolívia, o abandono da terra natal só pode ser desculpado pelo trabalho. Nesse sentido, Sayad atenta para a ambiguidade da migração, ao que ele chama de “paradoxos”, pois há sempre dois lados do fenômeno: ao mesmo tempo em que a migração de um membro da família significa a garantia de sustento dos outros, a ausência do emigrante é a culpa que este carrega. Assim, Fiorella esforça-se por explicar a si mesma, mais do que à entrevistadora, o motivo de sua ausência em relação à filha ao longo de toda a narrativa de sua vida.

Uma vez no Brasil, Fiorella, assim como outros milhares de latino-americanos, teve que aprender o ofício de costureira. O que ela conta, e que é repetidas vezes narrado por outros em situações semelhantes à dela, é o endividamento dos recém-chegados devido aos custos da passagem, pagos pelo dono da oficina. Ela veio da Bolívia com trabalho garantido, para o qual chegou depois de percorrer um trajeto pré-estabelecido, acompanhada de um coiteiro. Tal procedimento denota uma rede constituída entre o local de origem, a Bolívia, e o local de destino, o Brasil – mais especificamente a cidade de São Paulo.

Diversas questões aparecem na história de vida de Fiorella, como a necessidade de se aprender um ofício novo rapidamente para garantir o pagamento da dívida e as remessas para os familiares na Bolívia, o trabalho intensivo e a desilusão com o que era

³⁴ “Nosso mundo é desigual. (...) Para muitas pessoas nos países em desenvolvimento, sair de sua cidade natal pode ser a melhor – às vezes a única – opção disponível para melhorar suas chances de vida. A mobilidade humana pode ser altamente efetiva em aumentar as perspectivas de renda, saúde e educação de uma pessoa.” ONU, *Overcoming Barriers: human mobility and development*. Human Development Report, 2009. p.1

imaginado, a rotina de vida em que trabalho e moradia se confundem e o chefe estabelece as regras de convivência e controle social e de trabalho. Os termos medo, maldade, trabalho pesado, cansativo descrevem parte do choque da chegada e da rotina diária dos imigrantes, mas a vontade de superação enfrenta essa realidade e aparece nas palavras esperança, ter que ser forte, levantar a cabeça.

A descrição do trabalho é feita em detalhes, em que são privilegiados os aspectos da rotina, os horários, as regras. Todas as ações diárias são previamente estabelecidas, ditando um cotidiano previsível e árido. A flutuação do serviço, que depende de encomendas e da demanda do mercado da moda, tem efeito emocional direto nos trabalhadores. Tanto que Fiorella relata o quanto o serviço pesado “dá até raiva”, resultado da sensação de sentir-se explorada, sendo obrigada, como os demais trabalhadores, a produzir até suas últimas forças. O controle excessivo sobre os costureiros, os baixos salários e a má condição de vida a que estão submetidos, são qualificados como maldade proveniente do chefe boliviano que, apesar de compatriota, exerce a função de carrasco. Todo esse sofrimento pelo qual está passando, porém, é por ela considerado como uma provação necessária.

Faz parte dessa provação também o preconceito e a discriminação experimentados por ela na sociedade brasileira, e o consequente medo, sentimento que predomina em sua presença num país que não é o seu. Por ser de origem indígena, de um país pobre, e por buscar emprego num país vizinho, onde se pensa que estrangeiros roubam empregos de nacionais, Fiorella experimenta diversas situações em que é intimidada e discriminada. Suportar todas as dificuldades só é possível porque, em sua consciência, há pelo menos duas pessoas que dependem dela para viver no presente e obter perspectivas futuras melhores do que as que têm hoje. Nota-se, dessa forma, que a ligação entre o deslocado e os familiares que ficaram no local de origem, se mantém não apenas pelas remessas, mas também por uma conexão emocional profunda e por esperanças em relação ao porvir, em que se imagina a re-união dos membros da família.

Na perspectiva dessa narradora, bem como para os outros colaboradores da pesquisa, o deslocamento é o meio pelo qual a vida pode ser melhorada, ele é imaginado como uma etapa temporária de sacrifício para se alcançar “um futuro melhor”. Fiorella repete para si mesma que as provações pelas quais está passando serão por “um bem, não por um mal” o que é consoante ao que diz Sayad:

Só se aceita abandonar o universo familiar ao qual se pertence “naturalmente”, só se aceita emigrar e viver em terra estrangeira e num

país estrangeiro, com a condição de se convencer de que isso não passa de uma provação que comporta em si mesma sua própria resolução.³⁵(SAYAD, 1998:57)

A resolução sonhada é nada mais do que a reconstrução da unidade familiar numa terra próspera, quando Fiorella trouxe sua filha para junto de si e “se Deus quiser” seus irmãozinhos também. O lugar imaginado para viver no futuro, no caso o Brasil, é melhor se comparado ao em que se estava, a Bolívia. Vale a pena atentar-nos para os adjetivos que qualificam o país de destino: grande, sem crise, rico, melhor. Os termos aparecem sempre em oposição àqueles que caracterizam a Bolívia, formando pares antitéticos: grande/pequeno, sem crise/com crise, rico/pobre, melhor/pior. Vale dizer que essas adjetivações são utilizadas na descrição dos dois países, tanto antes da migração, quanto depois de se chegar ao Brasil, isto é, a Bolívia é tida como o lugar da impossibilidade, da inviabilidade, enquanto o Brasil, apesar das longas jornadas de trabalho, do afastamento da família, do não acesso a direitos e do preconceito experimentado, é visto como o lugar onde se pode fazer um futuro possível e viável.

Assim, mais uma vez recorrendo à teoria de Sayad sobre as migrações contemporâneas, o imperativo do trabalho é o que gera a deslocamento, a princípio temporário, como se quer acreditar. Porém essa “ficção” de uma imigração exclusivamente de trabalho, sustentada pelos sujeitos envolvidos – sociedades de origem e destino, assim como pelo próprio imigrante – é paulatinamente desvelada, pois não há imigração que não se transforme em imigração familiar, ou seja, de povoamento:

[é] regra geral de todos os movimentos migratórios [que] toda imigração de trabalho contém em germe a imigração de povoamento que a prolongará; inversamente, pode-se dizer que não há imigração reconhecida como de povoamento (com exceção talvez dos deslocamentos de populações que a colonização requer ou ainda dos movimentos de populações consecutivos ao estado de guerra ou remanejamento de fronteiras.) que não tenha começado com uma imigração de trabalho.³⁶

A ausência no local de origem e a presença no país de destino, ilusoriamente provisórias, tendem a se tornar permanentes, muitas vezes por meio do deslocamento de outros membros da mesma família, que vão ao encontro daquele que partiu, sonhando em reconstruir a unidade perdida.

³⁵ SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998, p.57.

³⁶ Idem, p.67.

Observa-se hoje a presença de diversos estudantes bolivianos em escolas da rede pública, o que denota o enraizamento desses trabalhadores em São Paulo, onde estão refazendo suas vidas, trazendo e tendo filhos, neste caso, brasileiros. O crescimento da comunidade boliviana na cidade não conta apenas com a chegada de novos trabalhadores jovens e solteiros, mas de suas famílias, o que constitui uma verdadeira imigração de povoamento. É o que nos diz Fiorella sobre o seu sonho para o futuro: trazer sua filha para junto de si, o que demonstra que sua intenção não é voltar para a Bolívia, mas radicar-se no Brasil definitivamente.

Há também na narrativa um momento de suspensão do sofrimento, quando a solidariedade é a matriz das relações interpessoais, o que ocorre ao domingos, na Feira Kantuta. Essa é a oportunidade de se estar entre pessoas que se ajudam, conversam, se encontram. A dura realidade do trabalho intenso na oficina pequena e fechada dá lugar a uma feira ao ar livre, em que compatriotas passeiam, comem comida típica da Bolívia, vendem produtos importados de lá, compram cartões telefônicos para ligar para suas famílias e ouvem músicas que remetem à terra natal. No trabalho de vender *saltañeas*, Fiorella pode usufruir do que produz, ao contrário das roupas que costura na oficina, convivendo, inclusive, com brasileiros, por meio da manifestação da cultura boliviana. Com a frase “então nem tudo é tristeza”, a narradora nos diz que a positividade de sua vida no Brasil está no momento em que brasileiros conseguem apreciar as qualidades do povo boliviano, quando se respeitam as diferenças sem hierarquizá-las.

Recorrendo à obra de Axel Honneth “Luta por Reconhecimento”, podemos compreender a positividade atribuída por Fiorella à sua experiência na feira por meio da perspectiva do reconhecimento social. Para esse filósofo, o processo de socialização se desenvolve por meio da interiorização de normas sociais, que são determinantes na formação da identidade individual, “pelo fato de aprender a assumir as normas sociais de ação do ‘outro generalizado’, deve alcançar a identidade de um membro socialmente aceito de sua coletividade”.³⁷ O autor define três formas de reconhecimento que são desenvolvidas em diferentes etapas da formação do sujeito, a partir de suas relações intersubjetivas e que resultam em auto relações práticas. No caso da satisfação que o trabalho na barraca de *salteñas* proporciona a Fiorella, a terceira forma de reconhecimento de que trata Honneth, a estima social, é um conceito adequado para compreender o significado de sua experiência.

³⁷ HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 2003, p.136.

A estima social é um elemento de diferenciação dos sujeitos baseada nas propriedades e capacidades individuais – ou de grupo – e, por isso, é classificatória, ao contrário do reconhecimento jurídico, que nivela todos por meio da adjudicação de direitos. Da falta do reconhecimento social, resulta um tipo de rebaixamento, pois aquele que não é respeitado em suas qualidades individuais não pode desenvolver a autoestima.

À luz da teoria do reconhecimento de Honneth, as discriminações que Fiorella enfrenta cotidianamente, quando diz que as pessoas – leia-se os brasileiros – pensam que os peruanos são malandros, ou quando sofre intimidações e assaltos, representam o desrespeito a um determinado grupo – de estrangeiros latino-americanos em São Paulo – a partir da qualificação negativa do mesmo. Dialogando com as considerações de Sousa Santos sobre a descolonização do saber, temos a condição de inferiorização dessa comunidade como resultado da racionalidade ocidental, que não consegue enxergar a riqueza da diversidade étnica e cultural.

Portanto, a negatividade aferida aos estrangeiros latinos e seus filhos no Brasil, nas falas cotidianas, na abordagem da mídia sobre o “problema” da imigração está diretamente relacionada ao conjunto de valores que hierarquizam os modos de vida. O fato de esse grupo social ser alvo de depreciações valorativas, por meio de associações entre imigrantes e o tráfico de drogas, a bandidagem e a delinquência, impede que os sujeitos refiram-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas. Disso resulta a autorrelação prática por Honneth, denominada baixa autoestima ou vexação.

Em contraposição ao desrespeito, ou à falta de reconhecimento social que Fiorella e outros tantos estrangeiros experimentam, a convivência entre iguais na feira Kantuta e a experiência de vender um alimento típico de seu lugar de origem, tanto para seus compatriotas como para brasileiros, confere-lhe a possibilidade de estabelecer relações solidárias – em que os compatriotas podem ser entendidos como membros de uma mesma família estendida – além de proporcionar uma troca cultural com a sociedade em que vive agora. A venda de *salteñas*, muito apreciadas pelos visitantes da feira, não deixa de ser uma expressão cultural boliviana, em que se demonstra parte da riqueza do grupo e, portanto de sua positividade. Não é à toa que essa atividade dominical é o único momento em que a narradora afirma não estar triste.

É, portanto, no trabalho na feira que se ligam essas duas histórias de vida: a de Dom Carlos e a de Fiorella. De um lado, temos um senhor que vive no Brasil há 37 anos, de outro, uma jovem que está aqui há apenas 1 ano e meio; Dom Carlos veio por

motivos políticos, na década de 1970, já Fiorella deslocou-se para o trabalho na costura em busca de sustento para família; ele tem terceiro grau incompleto e é proveniente da classe média boliviana, ela é peruana de nascimento, trabalhou no campo durante a infância e terminou o ensino médio com muito esforço; Dom Carlos é o dono da barraca de *salteñas*, Fiorella é sua empregada; ele está regularizado no Brasil; ela é indocumentada. Os dois trabalham juntos aos domingos, e por isso, são representantes da sobreposição de diferentes tempos num mesmo lugar.

Esses dois colaboradores, com trajetórias tão distintas, convergiram para a Praça Kantuta, no bairro do Pari, na metrópole paulistana. Um encontro improvável, porém elucidativo, pois a partir dele desvendam-se as heterogeneidades da população boliviana em São Paulo. Assim, cada uma das histórias é em si uma sobreposição de tempos históricos. Em Dom Carlos temos o tempo das ditaduras e do período repressivo na América Latina, o tempo do crescimento da cidade de São Paulo e da construção civil – em que ele trabalha com projetos de engenharia, num movimento de alteração do traçado urbano que abre espaço ao mundo do capital financeiro e da especulação imobiliária. Iniciava-se a pós-modernidade quebrando os elos de solidariedade, a cooperação no trabalho, as lutas coletivas nas grandes fábricas e a imigração de técnicos especializados num país que havia limitado o sistema universitário a um reduzido número de pessoas. Dom Carlos perdeu o emprego quando da crise econômica da década de 1980 e tornou-se um produtor de comida e animador cultural; em Fiorella temos o tempo dos indígenas andinos, cujos modos de vida estavam intimamente ligados aos deslocamentos contínuos na região do altiplano, da perambulação. Ainda realizava trabalhos domésticos, extensão de sua vida familiar. Ao imigrar para o Brasil, inseriu-se no tempo da reestruturação da produção, quando da desorganização das fábricas, da flexibilização da produção, que se apropria da mão-de-obra informal e da precarização da vida do trabalhador. Há também o tempo da reinvenção das tradições, de que ambos participam na feira, a reinvenção da Bolívia no Brasil, em que pessoas que dificilmente se encontrariam na Bolívia estão unidas aqui por laços de solidariedade estabelecidos em torno de elementos comuns.

Essas histórias de vida são reveladoras do próprio mundo, por isso o uso da História Oral é pertinente quando se estudam as migrações: o migrante se desloca nos tempos da história, está presente e ausente simultaneamente. É nesse sentido que Sayad afirma que a migração é um “fato social total”:

(...) todo o itinerário do imigrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas (...).

(...) falar da imigração é falar da sociedade como um todo, falar dela em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica (história demográfica e história política da formação das populações), e também em sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes na sociedade e de seu funcionamento (...).³⁸

Vemos que os deslocamentos de bolivianos atravessam temporalidades que sobrevivem simultaneamente, desde as muito anteriores ao mundo moderno, que foram se reconfigurando nas diferentes conjunturas sócio-políticas, às que ainda não se configuraram plenamente, mas já anunciam o devir. Pudemos vislumbrar também o esboço de uma comunidade plural, ou por enquanto, no mínimo heterogênea, não sendo possível qualificar todos os bolivianos em São Paulo como iguais.

A partir dessas duas histórias de vida, abriram-se campos de interpretação da migração boliviana para São Paulo, sendo improvável sua apreensão por outras metodologias de pesquisa. Postas em diálogo, elas revelaram concretamente algumas das múltiplas facetas do fenômeno migratório e evidenciaram que este não é apenas um deslocamento no espaço físico, mas também um trânsito entre culturas e temporalidades.

³⁸ SAYAD, *Op. Cit.*, p.15-16.

3. Portas semiabertas: acolhimento e integração de bolivianos em São Paulo

Neste capítulo, tentamos compreender as interpretações sobre o que significa ser boliviano em São Paulo, a partir das histórias de vida de duas jovens narradoras: Ana Ruth Delgado de Mentos, de 22 anos, e Carla Karen Quispe Lipa, de 18. Pretendemos, acima de tudo, desvendar questões do vivido dos bolivianos na cidade de São Paulo, para além das caracterizações que os homogeneizam como costureiros “ilegais” em oficinas “clandestinas”. Para isso, selecionamos narrativas que contrastam entre si em diversos aspectos, embora se aproximem em outros, no intuito de analisar parte da diversidade que compõe o perfil dos bolivianos que se deslocaram para a região metropolitana, durante a primeira década deste século.

Ana Ruth é a narradora da primeira história de vida. A moça, que conhecemos na Casa do Migrante, albergue para migrantes em situação de risco, mantido pela Pastoral do Migrante, levou sua filha de dois meses e meio à sede do LEI, hoje Diversitas, e contou sua trajetória, enquanto amamentava o bebê. Ana chegou a São Paulo em 2008, portanto estava no Brasil há um ano e meio, no momento do registro de sua história de vida.

Ana Ruth Delgado de Mentos

Dinheiro só te alcança para comer, não mais que isso

Meu nome é Ana Ruth Delgado de Mendes. Eu nasci na cidade de La Paz, na Bolívia, e eu morava na Avenida Nove de Abril. Minha família é muito humilde, eu também. Meus pais são separados, não moram juntos. Meu pai mora com outra mulher, tem dois filhos e minha mãe mora sozinha. E tenho mais duas irmãs e um irmão, nós moramos com meu pai porque ele tem casa, mas minha mãe mora num quarto de aluguel, que é muito pequenininho e tem fogão.

Eu terminei o estudo, fiz o Ensino Médio e, depois que eles se separaram, comecei a trabalhar. Aí eu já não quis mais estudar para fazer faculdade, eu não tinha tempo. Lá na Bolívia, os trabalhos são muito pesados, das oito da manhã às oito da noite, então não dá para estudar.

Eu trabalhei como vendedora de roupa, numa fabrica de *confites*; depois eu trabalhei de *mezera* e depois numa empresa de serigrafia. Depois disso tudo, eu trabalhei de ajudante de costura e gostei muito, porque eu aprendi a costurar, ainda lá no meu país. O problema é que, na Bolívia, não se ganha muito bem, é muito pobre, e dinheiro só te alcança para comer, não mais que isso. Eu queria estudar na faculdade, mas tinha que me dedicar a uma coisa só, ou estudar, ou trabalhar. Então eu me dediquei a trabalhar. Eu queria fazer mais dinheiro para estudar, por isso eu viajei. Eu tinha uns vinte dois anos quando um rapaz falou pra mim que, como eu sei costurar e queria ganhar mais dinheiro, eu tinha que viajar para a Argentina, porque ali também tem trabalho de costura, tem bolivianos com oficina. Eu o conhecia de uma agência de empregos, é muito comum no meu país, elas anunciam: “precisa-se de jovens, moças para viajar à Argentina e ao Brasil. Passagem paga”. Então, o trabalho dele era levar pessoas, por isso ele falou pra mim “eu vou te levar”, e eu viajei com ele para a Argentina. Eles te levam até ali e depois eles voltam e arrumam mais jovens pra viajar. Nós fomos por terra e foi muito bom, foram três dias e eu conheci muitos lugares que eu não conhecia, passei por outros estados do meu país. Eu tinha medo de viajar, porque nunca tinha viajado.

Queria dar uma chance para a minha vida

Quando cheguei em Buenos Aires, Argentina, fui trabalhar em uma fábrica de costura. E, para mim, foi muito bom porque meus chefes eram bolivianos e eles também eram bons. Mas a verdade é que os trabalhos são sempre assim: das sete da manhã às dez horas da noite e o salário é muito pouco. Muitos trabalham das cinco da manhã até meia-noite, outros amanhecem trabalhando, para ter mais dinheiro. Eu morava dentro da oficina, havia muitas pessoas. As mulheres dormiam separadas dos homens, mas os casados tinham quarto só pra eles, às vezes com seus filhos.

Eu não tinha documento na Argentina, então eu era ilegal, mas muita gente é ilegal. Ali ninguém tem documento, porque quem tem documento não trabalha com bolivianos, elas preferem com argentinos, que pagam bem, não te exploram, os bolivianos te exploram mais.

Então eu trabalhava para esse fabricante e ele tinha um espaço grande, a oficina tinha muitas máquinas, máquinas que eu nunca tinha usado. Aprendi muito, ganhei mais experiência. Graças a Deus, eu cheguei a um fabricante, uma pessoa boa, porque muitas

oficinas são muito ruins, exploram o boliviano. Alguns chefes não te pagam para que você não vá embora. Eu tinha muitos amigos na Bolívia que me contaram essas coisas; mesmo assim, eu quis experimentar, queria dar uma chance para a minha vida.

Eu fiquei lá na Argentina por um ano, e a minha rotina era de muito trabalho: eu só tinha folga no domingo e sábado, depois do meio-dia. Mas eu não parava no sábado, porque eu queria juntar dinheiro. Mas meu chefe não queria que ninguém trabalhasse domingo, ele falava que as pessoas têm que descansar. Ele era muito bom, não posso falar mal dele. Nós não tínhamos salário, se ganhava por peça. Eu fazia calça jeans por um peso e cinquenta e também fazia jaqueta por três pesos. Em dois dias eu fazia cento e vinte peças, eu era rápida nas máquinas, e ali havia muitas: com agulha dupla, cintureira, e quando tem todas as máquinas a gente avança rápido, isso é bom de um fabricante.

Quando eu falei pra ele que queria viajar, ele me falou para esperar um mês e me pagou tudo. Eu voltei pra Bolívia para passar as festas de Natal com minha família. Fiquei um mês. Depois meu pai falou para eu estudar alguma coisa. Comecei a estudar programas de computação. Nesse tempo, outro amigo me falou que ele já estava no Brasil, que era muito bom, que se ganha mais, porque o real vale mais que o peso. Ele disse “Ana, a gente vai lá, você vai experimentar e como você já conhece como é esse trabalho, você não vai sofrer muito.” Eu falei “tá bom” e ele me trouxe até aqui.

O ruim de estar no Brasil sem documento é que os próprios bolivianos te exploram.

Meu chefe disse que ia pagar a passagem, mas ele não pagou. Ele mandou passagem pra nós, porque ninguém tinha dinheiro para pagar. Fomos eu, minha amiga e um rapaz de ônibus até a fronteira de Corumbá. Ali tinha uma moça e ela nos deu as passagens da Andorinha [empresa de ônibus] e nos fez passar a fronteira. Quando você entra no Brasil, você tem que falar que só vai ficar quinze dias, eles não te deixam ficar mais tempo. Mas, ali na fila, tem gente que não consegue entrar, tem gente que não tem sorte ali na fila. Eu acho que os bolivianos que vem da cidade, de La Paz, conseguem entrar mais que os do campo. Os policiais escolhem quem passa. Então a gente conversou com uma federal, foi assim que a gente entrou no Brasil.

Quando eu cheguei em São Paulo, meu chefe nos esperou na Barra Funda e nos levou de táxi pra sua casa, na Zona Norte, na Penha, perto do Terminal Cachoeirinha.

Era sua casa alugada e também a oficina. Aqui que eu sofri. Ele é boliviano, tem uns trinta anos e sua mulher, uns vinte. Eles nos exploravam muito, nos pagavam trinta centavos por peça de malha. Em certos meses, a gente saía com duzentos reais, cem reais, não dava para nada. E ele nos metia muita coisa na cabeça, falava que “se vocês saírem pra rua, a Polícia Federal vai pegar vocês e vocês vão ficar presos, porque vocês são ilegais.” Ele pegou nossos documentos, para que a gente não fugisse. Lá, ele nos fazia trabalhar das seis da manhã até a meia-noite. Toda a gente ficava ali na casa, só ia pro mercado pra fazer as compras, comer alguma coisa. Ele dava comida durante o trabalho, mas descontava tudo do salário: comida, água, luz, por isso ninguém saía com quinhentos reais, todo mundo saía com cem, cento e cinquenta, duzentos, no máximo. Ele fazia as contas de quantas peças a gente produzia, somava e descontava vinte por cento. Porque ele falava “eu tenho que pagar aluguel, não é minha casa”.

Em certos momentos, o chefe chegava bêbado na casa de noite e dizia que queria namorar comigo e com a minha amiga. Ele não chegou a ter sexualidade conosco, mas ameaçava e reclamava no trabalho, qualquer coisa que eu fazia, ele falava que estava errado e que não ia me pagar.

Um dia, eu estava cansada dessa situação, resolvi ligar para a minha mãe e contar o que estava acontecendo. Eu estava chorando, porque estava desesperada. Minha mãe então ligou para ele, e ele disse que iria me mandar de volta, mas era mentira. Ele me mandou para a rua. Era de noite. Ele me devia dois meses e não me pagou nada, disse que o chefe dele é coreano e que o coreano não tinha pagado pra ele, mas que depois ia me pagar: “Vou te pagar daqui a um mês”. “Pra onde que eu vou, se eu não conheço nada?”, porque meus amigos eram todos da oficina. Além disso, eu não falava muito bem português, tinha medo de que não me entendessem e que a Polícia me pegasse.

Mas eu tinha um namorado, ele é brasileiro. Eu o conheci quando ia ao mercado, que ficava a cinco quadras do meu trabalho e ele também morava perto do mercado. Ele me via passar e um dia me chamou “Oh amiga! Você é chilena?” Ele pensou que eu fosse chilena! E eu falei “Não, eu sou boliviana”. Assim a gente conversou.

No dia em que meu chefe me colocou na rua, fui procurar meu namorado. Falei tudo, contei o que aconteceu e ele me acolheu. Depois ele mesmo foi falar com meu chefe, que fechou a porta na cara dele.

Eu falei que só ia ficar uns dias até arrumar um emprego. Achei outro emprego umas dez quadras abaixo do primeiro. Mesma coisa: a chefe era boliviana, eu trabalhava

das sete da manhã até dez ou meia-noite, mas ela me pagava por mês, não por peça. Ela me pagava quatrocentos reais por mês e eu tinha que acabar uma quantidade certa para ela: uns três cortes, e cada um com trezentas peças. Trezentas peças por semana, *imagina-te!*

Um dia ela descobriu que meu namorado era brasileiro e falou que não gostava de brasileiro: “você agora vai decidir: seu namorado ou o trabalho”. Eu contei para ele, e ele falou “Ela não pode falar isso, ela está errada, isso é preconceito! Saia desse emprego, eu vou procurar um emprego brasileiro pra você.” E eu saí desse emprego, eu trabalhei com essa moça dois meses. E ela também não me pagou. Ela falou também pra voltar na semana seguinte, eu voltei, mas não adiantou. Voltei várias vezes e nada.

O ruim de estar no Brasil sem documento é que os próprios bolivianos te exploram. Lá na Bolívia, todo mundo fala bem do Brasil, que tem emprego, que tem dinheiro e isso é bom mesmo, tem muito boliviano aqui. Mas eles te fazerem trabalhar muito, e não te pagarem... Já ouvi muitas histórias dos meus amigos lá no Brás. Na feira da meia-noite, aos sábados, na rua Coimbra, a gente se encontra e se conta tudo. Antes de conhecer meu namorado, eu ia pro Brás e encontrava bolivianos de São Miguel, Paulista, Guarulhos, de todos os lugares. Mas ele é ciumento, então não vou mais.

E eu continuei na casa dele. Ele morava na casa do pai dele, porque os pais deles são separados. E ele tinha um quartinho, então a gente morava os dois juntos. Eu fazia comida, cuidava da casa. O pai dele tem mulher, e sua irmã mora em cima e tem marido também. Era tranquilo, era tudo bom ali. Mas meu marido brigou com seu pai, porque seu pai bebia todo sábado. Todo fim de semana, ele bebia e ele xingava o filho dele, falava muitas coisas pra ele. Um dia, ele não aguentou mais e os dois brigaram. Então ele me falou “Ah, a gente não vai escutar mais essas coisas não” e a gente foi embora pra casa da mãe dele, na Brasilândia.

Eu fiquei na casa da mãe dele e, no começo, era muito bom porque eu trabalhei com uns brasileiros, e eu tinha dinheiro, toda família gostava de mim. Eu fiquei grávida e trabalhei até os cinco meses. Era tudo bem até aí. Depois, eu não conseguia me inclinar mais, me doíam as costas e eu ficava cansada, tive que parar de trabalhar. A mãe dele ficava chateada, porque meu marido também estava desempregado. Ela nos dava comida, mas depois ela cansou de dar as coisas. Ela mandava meu marido trabalhar, ele saía procurando emprego, mas não achava. Então ele fazia bicos, fazia de tudo: trabalhava de pedreiro, ajudante geral, ajudante de cozinha. Mas a mãe brigava por tudo e achava que eu tinha muito dinheiro e que estava em um banco no meu país.

Isso porque eu falei pra eles que eu fui pra Argentina, que eu ganhava bem, era melhor falar, né?

A situação foi piorando e, um dia, ele brigou com a mãe e nós fomos para a casa da irmã dele. Lá a gente dormia no chão, toda noite a gente arrumava o colchão no chão da cozinha e dormia ali. Um dia, sumiram cinquenta reais da carteira dele e ele me acusou, mas eu não peguei. Para que ia pegar dele? Ele quis me bater, mas a mãe dele segurou. Então a irmã dele veio e me bateu. Eu fiquei chorando em um canto. “Se você não me der o dinheiro, você não vai sair desta casa! Eu vou dar uma volta, quando eu voltar, quero meu dinheiro aqui”, ele disse. Onde que eu ia arrumar esse dinheiro? Então a mãe dele me deu cinquenta reais, mas isso foi muito pior, porque ele achou que eu era culpada.

Eu não vim para sofrer, vim para trabalhar, me levantar!

Acho que, por tudo isso, minha filha, a Jaciele, não nasceu bem. Ela não conseguia respirar, ela estava na UTI da maternidade na Cachoeirinha. Quando eu estava na maternidade, a psicóloga falou “Porque a sua filha está na UTI, eu vou te fazer umas perguntas”. Então eu contei sobre a minha gravidez pra ela; naquele momento eu estava muito deprimida. Fui atendida por uma assistente social, que disse para eu não voltar mais para a casa deles, porque agora tenho minha filha, e o que se passa comigo vai passar para ela. Então me mandaram para a Casa do Migrante. Estou lá há dois meses. Fui muito bem acolhida: me deram comida e ganhei o enxoval da assistente e uma outra moça me deu o carrinho. Então, tenho tudo. E é muito bom lá na casa, são três quartos e o banheiro. No meu quarto dormem cinco mulheres. E estamos bem lá, nos dão café da manhã, almoço e janta. No café tem chá ou chocolate e pão com manteiga, mas não tem leite, isso é o pai da minha filha quem traz. No almoço e na janta, tem arroz, feijão, carne, salada. No final de semana, frango.

A cada fim de semana meu marido vem me visitar. Primeiro, ele ficou chateado quando eu quis ir para a Casa do Migrante. Tive alta do hospital e ele não queria saber de mim. Na porta da maternidade, ele disse que me virasse, e a psicóloga falou pra ele “Leva ela até a Casa do Migrante pra que você conheça a casa.” Ele concordou, mas, depois que saímos da maternidade e pegamos o ônibus, ele jogou minhas coisas no chão e me deixou ali. Quando eu cheguei no Paissandu, ali era o ponto final do ônibus e eu não conseguia levar tudo. O motorista pegou minhas coisas, ele me ajudou e me levou

até a polícia metropolitana. O motorista disse que meu marido me deixou, que eu tinha acabado de sair do hospital, e eles me levaram até a Casa do Migrante. Lá, a Carla, a assistente social, me recebeu. Posso ficar lá por seis meses.

Agora, meu marido vem me ver todo domingo, a assistente social disse para ele morar comigo, ou, pelo menos dar as coisas para a minha filha. Ele falou que vai arrumar um canto pra gente ficar junto. Ele traz dez, vinte reais pra comprar leite, comida, e está arrumando dinheiro para eu ir embora com ele, mas longe da família dele. Eu quero trabalhar também; agora não posso, porque minha filha é muito pequeninha, mas depois vou trabalhar. Esses últimos dias eu pensei “Por que eu vim para cá?” E eu não vim para sofrer, eu vim trabalhar, me levantar! E agora tenho que agir mais por minha filha. Eu quero ficar aqui no Brasil, por isso eu estou tirando meus documentos. Eu sei que posso tirar documento porque tenho minha filha que nasceu aqui, mas a multa é de oitocentos reais, é muito caro. Não tirei pela Anistia, porque eu entrei depois do dia 19 de Fevereiro. Agora com o MERCOSUL, o convênio entre os países, é mais barato, custa duzentos reais.

Eu só saio pra rua pra fazer meus documentos. De segunda a sexta, fico sozinha; aos domingos, meu marido vem me visitar e vamos passear na Praça da Sé, na casa da irmã dele, voltei a falar com ela, afinal, é a família dele. Às vezes, durante a semana, desço no quintal pra tomar sol com a Jaciele, mas tem dias que está fazendo muito frio, e tenho medo de que ela fique gripada. Eu não sei cuidar de um filho direito, é a primeira vez.

Quando eu tirar os meus documentos, eu quero entrar numa firma ali no Bom Retiro. Uns bolivianos falaram pra mim que trabalham com registro, numa casa ali, aonde a gente só chega de noite, por isso não se encontra fácil. E disseram que vão arrumar emprego pra mim ali. Tem cesta básica e tudo, e se eu for embora da casa, eu alugo um quarto e compro fogão, geladeira, tudo isso. E trabalho. Se meu marido não quiser ficar comigo, eu me viro com o fruto do meu trabalho.

* * *

O tom da narrativa dessa jovem mãe é de denúncia. Ana Ruth esforça-se por descrever as condições a que os bolivianos são submetidos no Brasil, enfatizando em especial a exploração do trabalho pelos próprios chefes bolivianos. Essa parece ser uma importante mensagem que ela quer transmitir. As longas jornadas de trabalho, a

remuneração irrisória, os abusos morais por parte dos chefes — como a retenção dos documentos dos trabalhadores, as ameaças sobre as consequências de eventuais fugas — caracterizam a dura realidade enfrentada por muitos desses trabalhadores.

De acordo com o que Ana descreveu sobre sua vinda ao Brasil — posterior à sua estada em Buenos Aires —, o deslocamento que realizou foi resultado de um agenciamento de mão-de-obra especificamente para a indústria da costura, em São Paulo. Um dos primeiros aspectos que se pode notar é que ela faz parte de um segundo fluxo migratório de bolivianos para a capital, já que saiu de seu país com a viagem financiada pelo futuro chefe, também boliviano, com emprego garantido no ramo da confecção de roupas.

Como vimos no capítulo anterior, essa segunda fase da imigração boliviana iniciou-se na década de 1980, quando se percebe uma inflexão quantitativa e qualitativa no perfil desses imigrantes. Os bolivianos que passam a chegar são membros das classes mais baixas, com menor escolaridade e vêm especificamente, em grande maioria, já empregados em oficinas de costura, nos bairros centrais da cidade. Assim, esses recém-chegados representam um abastecimento de mão-de-obra à produção do vestuário no Brasil, ao que são destinados desde seu país de origem. A Tabela 2 mostra o aumento da presença de bolivianos no país, de acordo com os censos de 1970 a 2000:

TABELA 2

Evolução Quantitativa da População de Bolivianos no Brasil 1970-2000			
Ano	Bolivianos com registro	% do total de latino-americanos	% do total de estrangeiros
1970	10.712	14,91	0,87
1980	12.980	11,74	1,17
1990	15.694	13,24	2,04
2000	20.388	14,13	2,98

Fonte: MTE, 2010.

Dado que a maior parte da população boliviana passa a ser indocumentada, a partir do crescimento do trabalho informal no setor da confecção, os bolivianos recenseados representam apenas uma pequena parcela do total. Segundo o cônsul geral da Bolívia em São Paulo, Jaime Valdívia, há aproximadamente 200 mil bolivianos na cidade, número também estimado pela Pastoral do Migrante. Já a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo estima que na região metropolitana vivam cerca de 300 mil bolivianos.

As formas de agenciamento de bolivianos para o trabalho na costura são bastante conhecidas: parentes, amigos ou conhecidos que já estão no Brasil podem voltar à Bolívia e trazer conterrâneos para suas próprias oficinas em São Paulo, ou para quem estão trabalhando. Agências de emprego também publicam anúncios de vagas de trabalho em São Paulo, e foi assim que Ana foi trazida para cá. Como ela disse, as agências são muito comuns em La Paz e hoje são um motivo de preocupação no país, segundo reportagem do jornal boliviano *La Razón*:

Los reclutas recurren a diferentes mecanismos para convocar a personas necesitadas de empleo. En pleno centro paceño aparecieron decenas de letreros. “Se necesita costureros con experiencia para Brasi, con salidas diarias hasta el 24 de enero del 2011”, señala uno de los avisos.

En algunos periódicos también se pueden encontrar varios anuncios. “Inmediato. Costureros, ayudantes, cocinera para Sao Paulo, Brasil. Rectistas (gente que hace costuras en máquinas) 300 a 600 \$us — destajo— (pago por producción), ayudantes 200 a 300 \$us, cocinera 250 a 300 \$us (sueldo). Más alimentación”. Algunas radioemisoras y canales de televisión en provincias como en San Borja (Beni) pasan convocatorias similares.

Otro mecanismo de reclutamiento son los anuncios en las agencias de empleo de la ciudad de El Alto. En las plazas Juana Azurduy y del Lustrabotas hay decenas de ofertas de trabajo para Brasil y Argentina. En esas agencias, averiguar los datos del empleador cuesta Bs 3. “Necesito un aviso para trabajar en Brasil, pero que todavía esté vigente”, pide una joven al secretario de la agencia. El funcionario con toda calma revisa su cuaderno y comienza a leer en voz alta, “éste era para el 30 de diciembre (2010), ya han salido; éste es para el 15, o sea para mañana, pero ya está completo, quizás te puedes ir el lunes (17), aunque también ya está lleno, más seguro anota éste que es hasta el 20 (enero)”.³⁹

Dessa forma, pode-se dizer que há um forte agenciamento de mão-de-obra, que conta com anúncios em rádios, emissoras de televisão, agências de emprego, além daqueles que já se deslocaram para São Paulo e voltam à terra natal, a fim de recrutar conhecidos para o ofício da costura na capital paulista. Entretanto, como nos contou Ana Ruth, quando um boliviano não está regularizado no país, fica sujeito à exploração do chefe, ou seja, a falta de documentos é o instrumento que garante a submissão dos trabalhadores a condições indignas e ao trabalho análogo à escravidão. Nas palavras de Patrícia T. Freitas, o agenciamento de bolivianos para o trabalho nas oficinas de costura configura

³⁹ “RECLUTAN gente joven para llevarla a trabajar como ilegal em São Paulo”, *La Razon*, 18 de Janeiro de 2011. Disponível em <<http://www.la-razon.com/version.php?ArticleId=125070&EditionId=2431>> Acesso em 15 de Setembro de 2011.

um “circuito de subcontratação transnacional”, denominação que visa a salientar as seguintes características do fenômeno (...): i) o termo “circuito” refere-se ao fato de tratar-se de uma atividade que possui uma territorialidade própria, ou seja, que se desenvolve ao longo de um espaço no interior do qual as pessoas e as mercadorias, vinculadas a essa atividade, estabelecem uma circulação que as leva para pontos específicos: as oficinas de costura irregulares na cidade de São Paulo; ii) o termo “subcontratação” busca dar conta do fato de que se trata de um circuito que tem como objetivo “subcontratar”, ou seja, contratar, de maneira precária, pessoas para uma determinada atividade econômica e iii) o termo “transnacional” busca sublinhar o fato de que o circuito une dois pontos que se encontram no interior de fronteiras nacionais diferentes e essa vinculação é feita por atores não institucionalizados.⁴⁰

Esse circuito parece incluir também Buenos Aires, na Argentina, onde encontraríamos circunstâncias muito parecidas de inserção dos bolivianos no setor de confecção, já que além de Ana, outro colaborador da pesquisa, Andres, também conta sobre sua passagem pela cidade e a presença numerosa de bolivianos por lá.

O crescimento expressivo do trabalho informal e de estrangeiros indocumentados nesse mercado relaciona-se, intimamente, às reconfigurações do capitalismo contemporâneo.

Nas palavras de Norbert Trenkle, “devemos fazer distinção entre o conteúdo desse conceito [globalização] e sua conotação ideológica e seu uso”. O discurso neoliberal defende a globalização como “uma reconciliação, abrangendo todo o mundo sob o teto comum do mercado, parecendo proporcionar relações de vida igualitárias e melhores no mundo inteiro.”⁴¹ Falar na globalização apenas como um fenômeno que cria um mundo homogêneo mascara o lado perverso dessa nova economia mundial, além das diversidades, das tensões e dos antagonismos que ela gera.

Para Octavio Ianni, “a Globalização do mundo expressa novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial”⁴². A acumulação flexível passa a ditar as regras, confrontando a rigidez do fordismo, como modo de organização da produção, e expandindo a lógica toyotista, o que implica níveis altos de desemprego estrutural e um retrocesso do poder sindical. O resultado é o desemprego cíclico e estrutural, que reduz as possibilidades de emprego de milhões de

⁴⁰ FREITAS, Patrícia Tavares de. *Imigração e Experiência Social: o circuito de subcontratação transnacional de força de trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado) Campinas, UNICAMP, 2009, p.28.

⁴¹ TRENKLE, Norbert, “Globalização e Migração” in: Vários autores, *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.35.

⁴² IANNI, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.11.

trabalhadores, os quais se “movem de um lugar para o outro, por cidades, províncias, nações e regiões, tecendo o seu mapa do mundo.”⁴³ Essa intensificação dos movimentos migratórios ocorre justamente pela procura, de um lado, de força de trabalho barata pelas empresas em todo o mundo, e por outro, de emprego, integração e sobrevivência pelos trabalhadores, que também têm de globalizar-se.

O espriamento da informalidade nos mercados de trabalho é observado mundialmente, fenômeno compreendido por muitos pesquisadores como resultado das reconfigurações do capitalismo. Autores como Saskia Sassen, Octavio Ianni e Alejandro Portes⁴⁴, demonstram que a regulação das relações trabalhistas, baseadas no contrato de trabalho, começa a esfacelar-se, à medida que a indústria desmonta suas plantas baseadas nos modos taylorista e fordista de produção, demite seus funcionários e passa a contratar terceiros para a realização de etapas da produção. A nova estratégia tem como objetivo baratear os custos do produto final, que deixam de incluir encargos trabalhistas e despesas com a infraestrutura necessária para manter as antigas linhas de montagem.

Quando deparamos com uma história de vida como a de Ana Ruth, compreendemos que a fragmentação da produção significa, para o trabalhador, a fragmentação da vida. A vida produtiva passa a ser o único valor da vida, agora desorganizada pela dissolução das fábricas e do contrato formal de trabalho. Ana é o exemplo de uma geração de jovens que, desde sua entrada no mercado de trabalho, são inclusos de maneira subordinada e perversa. Além disso, o esfacelamento dos vínculos coletivos deixa os sujeitos na solidão, sem apoio institucional e jurídico, dependendo da solidariedade de alguém que se compadeça de sua miserabilidade.

Saskia Sassen, debruçando-se sobre as transformações do mercado de trabalho nas grandes cidades, afirma que:

“Os fatos que indicam essas mudanças são o declínio dos sindicatos no setor manufatureiro, a perda de várias proteções contratuais e o aumento de trabalho involuntário, em turno parcial ou temporário, além de outras formas de trabalho condicional. Uma indicação extrema desse rebaixamento é o crescimento das oficinas de fundo de quintal e o trabalho industrial realizado em domicílio.”⁴⁵

⁴³ Idem, p.171.

⁴⁴ SASSEN, Saskia. *The Global City. New York, London, Tokyo, Princeton*, New Jersey: Princeton University Press, 1991; IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; PORTES, Alejandro (Ed.). *The Informal Economy: studies in advanced and less developed countries*, Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 1989.

⁴⁵ SASSEN, Saskia. *As Cidades na Economia Global*. São Paulo: Studio Nobel, 1998, p. 137.

As oficinas que empregam trabalhadores indocumentados, alijados de direitos civis e trabalhistas, um fenômeno típico da desregulação e da pulverização do trabalho contemporâneo.

A história de vida de Ana é a sua luta em busca, não apenas de inserção digna no mundo, por meio do trabalho, mas, principalmente, por meio de uma família. A tentativa de constituir uma família para si, com o namorado brasileiro, representa um movimento contrário à desorganização da vida que ela experimenta nas oficinas, seja em Buenos Aires, seja em São Paulo, onde sempre esteve sozinha. Nessa trajetória, o namorado brasileiro é, assim como na história de vida de Fiorella, um mero coadjuvante, o que ela explicitamente diz ao final de sua narrativa, já que afirma não depender dele para atingir seu objetivo de trabalhar e viver com dignidade. A filha é sua semente do futuro, para quem ela pretende viver e realizar conquistas e que, por ser brasileira de nascimento, representa a escolha de Ana em estabelecer-se aqui definitivamente.

Seu deslocamento para a cidade de São Paulo, entretanto, só foi possível por fazer parte de um circuito de subcontratação transnacional, isto é, diretamente vinculado ao trabalho informal na costura e, logicamente, a um movimento migratório também informal.

O trajeto mais comum da imigração da Bolívia para o Brasil é feito de ônibus ou trem: começa em La Paz, passa por Santa Cruz, Cochabamba, até chegar a Porto Quijarro, onde fica a fronteira entre os dois países. Após adentrarem o território brasileiro, a viagem até São Paulo é feita de ônibus, e os três mil quilômetros entre a capital andina e a paulistana são percorridos em pouco mais de um dia.

O que podemos extrair dos fragmentos acima é que a vinda desses sujeitos vincula-se totalmente ao trabalho que vieram realizar no Brasil. Sem o compromisso com uma oficina de costura, eles não teriam condições financeiras de se deslocar, já que o pagamento dos custos da viagem é realizado *a posteriori*, sem que isso tenha sido esclarecido de antemão. Assim, os imigrantes chegam endividados e, por isso, obrigados a honrar a dívida por meio de prestação de serviços sem remuneração, nos primeiros meses. O trabalho que realizam é sempre o da costura, o que parece estar em consonância com o que diz Sayad sobre a existência de um “mercado de trabalho para imigrantes”.⁴⁶

⁴⁶ SAYAD, *Op. Cit.*, p.54.

Apesar das especificidades de cada história de vida, alguns dos colaboradores desta pesquisa enfrentaram situações graves de desrespeito na nova vida que passaram a levar como indocumentados. Em primeiro lugar, o medo de sair de perto dos conterrâneos, ou mesmo de sair da oficina para passear na rua, aparece como um sentimento comum a todos eles, justificado por não entenderem o idioma português e por não terem documentos. Os supermercados são os únicos lugares públicos em que não se sentem inseguros, pois não correm o risco de se perderem ou de serem pegos pela polícia.

Alguns donos de oficinas, como foi o caso de Ana Ruth, confiscam os documentos de seus empregados, para evitar que fujam sem pagar a dívida da passagem. Além disso, restringem a liberdade de ir e vir dos mesmos, amedrontando-os com a ideia de serem presos e deportados pela polícia brasileira.

Como denuncia Ana Ruth, as condições de trabalho nas oficinas são, muitas vezes, indignas e os chefes mantêm os trabalhadores sob constantes ameaça e vigilância. Juridicamente, essas formas de desrespeito, definidas como assédio moral e trabalho análogo à escravidão, não são permitidas, mas, por outro lado, a ausência do acesso dos imigrantes a direitos políticos básicos, como a participação em sindicatos, instituições de luta dos trabalhadores, tolhe qualquer possibilidade de reivindicação do trabalhador estrangeiro. No Brasil, o não nacional, quando dentro do território brasileiro, está submetido ao Estatuto do Estrangeiro, um segmento da Lei de Segurança Nacional, instituído no período da Ditadura Militar e ainda vigente, que mantém esses sujeitos, que vivem na sociedade brasileira e para ela produzem riquezas, numa situação de subcidadania. No Artigo 106 do referido estatuto, lemos: “Art. 106. É vedado ao estrangeiro: (...) VII - participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada”.⁴⁷

Podemos considerar que essas ferramentas jurídicas, presentes em diversos países receptores de mão-de-obra imigrante, funcionam como instrumento de manipulação política dos governos, pois são utilizadas de acordo com a conveniência econômica de cada situação. O caso francês, por exemplo, demonstra como o governo faz uso da legalidade, de formas contraditórias, em diferentes conjunturas socioeconômicas, para gerir a presença estrangeira. Os acontecimentos nas periferias

⁴⁷ BRASIL. Estatuto do Estrangeiro. Decreto-lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. Disponível em <www.pge.sp.gov.br>

francesas em 2005, que foram manifestações de descontentamento por parte dos filhos de imigrantes africanos ao modo como são tratados pela sociedade e pelo Estado franceses, trouxeram à tona essa questão.

Robert Castel investiga a gestão diferencial das minorias étnicas na França e mostra que, num período de crescimento econômico, jovens oriundos de ex-colônias francesas na África se deslocaram, em grande quantidade, para a metrópole parisiense, como mão-de-obra operária, fundamental para o país. Entretanto, a partir do início da crise dos anos 1990, um fluxo de mão-de-obra importante para suprir as necessidades industriais francesas tornou-se, na nova conjuntura, desinteressante, principalmente quando as inúmeras famílias, agora unidas ao imigrante inicial – o trabalhador jovem –, são consideradas onerosas aos cofres públicos. Os estrangeiros e seus filhos, mesmo regularizados, naturalizados ou nascidos na França, passaram a ser alvo de políticas anti-imigratórias e de xenofobia, já que o Estado agora questiona a própria garantia formal da cidadania desses jovens, sempre qualificados como imigrantes de primeira, segunda e terceira gerações.⁴⁸

Ignora-se que esses jovens assumem um mercado de trabalho disponível na sociedade francesa, que despreza empregos considerados de baixa qualidade. O resultado é que os descendentes de imigrantes e os próprios imigrantes produzem riquezas tanto para o país em que estão como para seus locais de origem, com as constantes remessas para familiares, que ficaram na terra natal.

As manifestações de 2005, na França, revelaram ao mundo o tratamento não paritário entre os jovens de periferias, filhos de imigrantes africanos, e os cidadãos “franceses da gema”, que se expressa na discriminação policial, judiciária, empregatícia, escolar e, finalmente, na opção religiosa (islamismo) que atua como estigma. Todas essas formas de discriminação exprimem a negação do reconhecimento desses jovens como sujeitos de direitos. Assim, mesmo imigrantes regularizados podem ter a renovação dos documentos de permanência negada, caso seja esse o interesse do governo. Além disso, a própria falta de documentos serve como instrumento de manobra para que, na sociedade de destino, seja possível administrar a presença estrangeira.

Faz-se vista grossa em relação às condições indignas a que são submetidos os trabalhadores imigrantes indocumentados, ou, quando muito, são denunciados no meio

⁴⁸ CASTEL, Robert. *Discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Petrópolis: Vozes, 2008.

mediático num tom que deprecia os próprios explorados, sempre relevando o fato de que os trabalhadores flagrados nessas condições eram “imigrantes ilegais”, termo que criminaliza a presença dos bolivianos na cidade e culpabiliza esses sujeitos pela própria situação a que se submetem, por falta de opção.

Por todas as experiências de desrespeito por que passou, Ana Ruth adota, em sua narrativa, uma postura vitimizada diante da vida. Elenca as diversas situações de humilhação que sofreu, mas a que ela enfatiza é o desrespeito por parte do namorado e da família dele. Apesar da restrição ao ir e vir, dos abusos dos chefes e do trabalho exaustivo, a ofensa familiar, isto é, da família à qual ela desejava pertencer, parece infligir-lhe dor maior, resultando num estado depressivo, como ela mesma adjetiva. O nascimento de sua filha, numa ocasião em que estava triste, deprimida, sem esperanças na vida, é justamente o momento de inflexão em sua vida, não apenas por tornar-se mãe e, portanto, membro de uma família – mesmo que composta apenas por ela e pela filha –, mas por entrar numa instituição hospitalar que daria novos rumos a sua trajetória.

Enquanto moça solteira, trabalhadora informal e estrangeira indocumentada, Ana Ruth não obteve nenhum apoio de compatriotas, não havia em seu horizonte uma saída possível daquela situação extremamente vulnerável. Porém, ao dar entrada num hospital e dar à luz a uma criança, ela passou a receber atenção e cuidados médicos e sociais, quando uma enfermeira decidiu investigar as causas dos problemas do bebê. Essa agente de saúde, então, resolveu chamar uma assistente social, colocando Ana Ruth numa rede de apoio institucional, a qual levou a moça até a Casa do Migrante, dirigida por padres scalabrinianos, da Pastoral do Migrante. Foi por meio da filha, portanto, que a moça, antes completamente alijada de políticas de acolhimento, tratada e considerada apenas como uma força de trabalho pela sociedade, tornou-se uma pessoa de direitos, ou, pelo menos, uma pessoa cuja vida tem valor, para além de suas atividades produtivas.

Essa trajetória pela instituição hospitalar e pela religiosa – cujo elo foi o poder público, por meio da assistente social – revela o funcionamento de ambas: apesar de terem como objetivo acolher doentes, vítimas de violências e migrantes em situações de risco, seguem uma dinâmica de funcionamento específica, não aberta à acolhida de todos aqueles que precisam de ajuda. Há certas vulnerabilidades que abrem o caminho para a entrada nessa rede de apoio institucional, enquanto outras são ignoradas, como foi o caso de Julian, um jovem boliviano que trabalhava como costureiro e sofreu um grave acidente. Julian saía, num sábado, para jogar uma pelada de futebol quando foi

atropelado por um ônibus. Sozinho na metrópole paulista, sem documentos, sem família e sem dinheiro, foi hospitalizado na Santa Casa e a Pastoral do Migrante foi acionada. Marta, que foi a narradora da história desse jovem⁴⁹, trabalhava, à época, na Pastoral e foi designada a acompanhar o caso. Não podendo estar ao lado de Julian a todo momento, Marta contou que o garoto foi esquecido numa maca, sem que seus ferimentos fossem tratados, suas unhas cortadas, seu corpo limpo. Transferido para outro hospital, para viver sua agonia final, o jovem faleceu sozinho, sem local para ser enterrado. Essa triste história de solidão, abandono e agonia ilustra o que Giorgio Agamben denomina de **vida nua**, ou **vida exposta à morte**. Agamben argumenta que, ao contrário da teoria sobre o pacto social, a relação política originária é aquela entre o soberano e o *homo sacer*, que se apresentam como

(...) duas figuras simétricas, que têm a mesma estrutura [de exceção] e são correlatas, no sentido de que o soberano é aquele em relação ao qual todos os homens são potencialmente *homines sacri* e *homo sacer* é aquele em relação ao qual todos os homens agem como soberanos.⁵⁰

Em outras palavras, aqueles que estão no limiar da sociedade estabelecem o limite entre quem está dentro e quem está fora da estrutura societal, relação que se reproduz na instituição hospitalar, em que jovens estrangeiros indocumentados, sem família ou amigos, e com poucas chances de sobreviver estão incluídos subordinadamente, ou perversamente, e, portanto, atestam a presença do *homo sacer*.

Para ampliar a compreensão do papel das famílias bolivianas em São Paulo e das instituições de acolhida a essa população, que adota continuamente a cidade de São Paulo como destino e, posteriormente, como morada, vejamos a história de vida de Carla Karen Quispe Lipa, uma jovem de 18 anos que trabalha no Centro de Apoio ao Migrante. Carla foi a quinta colaboradora e contou sobre sua vida em curtos 35 minutos, mas com maturidade articulação de ideias e impressionantes.

Carla Karen Quispe Lipa

Eu acho que não sofremos muito aqui, só a adaptação ao idioma e ao clima

⁴⁹ Entrevista concedida por Marta a Vanessa Generoso Paes in: PAES, Vanessa Generoso. *Trânsito de Identidades e Estratégias de Negociação Familiar: deslocamentos populacionais entre a Bolívia e o Brasil*. São Paulo, 2011. (Dissertação de Mestrado).

⁵⁰ AGAM BEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002, p.86.

Meu nome é Carla Karen Quispe Lipa. Sou nascida na Bolívia, na cidade de La Paz, e vim para o Brasil com nove anos de idade, com os meus pais e minha irmã, que se chama Érica. Viemos para cá em março de 2003, eu me lembro bem. Assim que chegamos, fomos morar na casa do meu tio, que já vivia aqui há uns dez anos, na Vila Guilherme, onde tinha uma oficina de costura.

Viemos de ônibus. Nós partimos de La Paz até Cochabamba, em Cochabamba, pegamos outro ônibus até Santa Cruz, em Santa Cruz, pegamos o trem pra vir pra Corumbá. Em Corumbá, nós ficamos uma semana, porque era mês de Carnaval. Tivemos de passar por uma banca da Polícia Federal, onde não entendemos nada. Pegaram nossos passaportes e pá, pá, carimbaram; foi assim que entramos aqui. Meu tio mandou um táxi, lá ao terminal rodoviário, e fomos parar na casa dele.

Chegamos lá, e o meu pai queria logo nos colocar em uma escola, só que o meu tio falou que não dava, porque, a partir de março, não tem mais inscrição em escola. Então, eu e minha irmã paramos de estudar por um ano. É, foi um ano sem estudar, por causa do idioma também, a gente não entendia. Ficamos seis meses na casa do meu tio, e, por certos problemas, fomos embora dessa casa. Mudamos para uma casa onde os meus pais trabalharam como funcionários de costura, e as cargas horárias eram bem grandes. Ficamos nessa casa por um ano e meio, quase dois anos.

Nessa oficina, tinha um quarto pra gente, é como eles dizem: um quarto de casal. Quarto de casal é o quê? Tem uma cama e um beliche, se você tem filhos. O resto era separado; nos outros quartos, acho que moravam os que são solteiros, eles compartilham os quartos. Foi tranquilo, eu nunca entrei na oficina porque o meu pai não deixava. Quando ele entrou na oficina, ele disse “*minhas filhas não vão trabalhar, eu vou trabalhar, e qualquer reclamação, vocês falem pra mim*”. Meu pai sempre foi claro nisso, porque eu já escutei histórias de familiares e amigos que entravam na oficina com filhos, e conforme os filhos vão crescendo, eles têm que ajudar no trabalho. Mas, com a gente, o meu pai nunca deixou, ele sempre falou: “*vocês fiquem aqui no quarto e estudem*” e deixava a gente lá. Só tínhamos os sábados e domingos para sair, aí a gente passeava. Eu acho que não sofremos muito aqui, só a adaptação ao idioma e ao clima, que é muito quente! Lá é muito frio, mas eu me acostumei, era diferente, só isso.

Eu me lembro de que, quando cheguei aqui em São Paulo, eu pensei “*Nossa, que cidade grande!*” No dia em que eu fui no mercado, pensei “*Onde eu estou?*”, porque lá, você não passa nesses caixas que fazem pi, pi, pi. Eu só via isso pela televisão, nunca imaginei que veria isso.

Eu sou boliviana, mas eu sei me defender

Logo depois, entrei na escola. Não foi tão complicado entrar na escola. Outros filhos de estrangeiros demoram a entrar na escola, só que, pra gente, foi diferente. Eu e a minha mãe vimos quando começaram a abrir as inscrições, e a dona da casa também falou “*olha, tem uma escola aqui, vocês podem ir lá.*” Fomos até a escola e eles perguntaram “*Vocês têm documento?*” Aí minha mãe falou, “*Não, a gente não tem documento.*” Aí pedimos pra falar com o diretor, porque sabíamos que, em nenhuma escola, assim como na Bolívia, se pode negar o estudo pra você. Então minha mãe falou, “*não, eu quero falar com o diretor.*” Então falamos com o diretor e ele foi super boa gente. Ele fez assim “*Ah, você é de onde?*” “*Eu sou da Bolívia*” e tudo mais. Aí ele falou “*eu vou fazer uma pequena prova pra ver se você...*” Aí eu me lembro que ele pegou um livrinho que estava na estante dele e me fez ler. Eu acho que eu li mais ou menos e ele falou “*Ah, tudo bem, você tá dentro!*” Inscrevemos a minha irmã em outra escola, que era a Eduardo Prado, porque lá só tinha aula da primeira série até a quinta série. Eu tinha que entrar na sexta, então eu tinha que estudar numa escola e minha irmã em outra. Eu não posso dizer como a minha irmã foi na escola dela, mas eu posso dizer como eu fui recebida na minha escola. Quando as aulas começaram, eu achei estranho, porque lá na Bolívia, quando entra o professor, todo mundo tem que ficar quieto. Eu ficava quietinha no meu lugar, e todo mundo ficava fazendo bagunça, gritando, e eu não entendia o que eles estavam falando. Às vezes eu entendia, porque eu já assistia muito televisão. E eles me confundiram com japonesa! Eles vinham do meu lado e falavam “*Como é o Japão?*”, mas eu também não entendia, por que Japão? Eu dizia que não era do Japão. Eles não mexiam muito comigo, mas sim com outros garotinhos. Quando eu entrei na escola, não havia muitos bolivianos como há agora. Então, nas salas que eu frequentei na quinta, na sexta, sétima, oitava, até o primeiro ano, sempre fui a única estrangeira, mas, em outras salas, tinha um montão de estrangeiros. Por isso meus colegas de classe eram superlegais, falavam comigo, me tratavam bem. Até que, na sétima série, se não me engano, a professora perguntou “*De onde você é?*”, porque ninguém sabia de onde eu era. Eu falei “*Eu sou boliviana*”, e todo mundo virou e olhou para minha cara: “*Mentira!*”. Eu disse “*Não é mentira, eu sou boliviana!*”, “*Não, você é japonesa, coreana!*” Aí eles ficaram meio assim, desconfiados. Às vezes, eu ouvia “*Ah, os seus pais vieram aqui para tirar o trabalho dos nossos pais*”, eu posso falar isso?

Na primeira série, entrou um boliviano na minha sala. Nossa, eu fiquei superfeliz de poder conversar com alguém em espanhol. Ele nasceu aqui no Brasil e quem nasce aqui no Brasil com pais bolivianos, os pais colocam essa ideia *“ah, não, você é brasileiro”*. Aí eu fui falar com ele, era no meio do ano, então eu fui falar com ele *“Oi, tudo bem? Eu tenho o meu caderno, você quer emprestado pra copiar?”* ele respondeu: *“Eu não falo com você.”* *“Como assim? Mas você é boliviano!”* *“Não, eu nasci aqui, eu sou brasileiro. Meus pais podem ser bolivianos, mas eu não falo com bolivianos.”* Eu fiquei pensando: *“Nossa, o próprio boliviano, ou descendente, está discriminando outra boliviana? Não, não acredito!”* Mas tem outros bolivianos que se juntam entre eles, ficam em grupinhos. Eu entrei num desses grupinhos de bolivianos. Como na minha sala eu era a única estrangeira, todos falavam comigo. Aí os bolivianos me perguntavam *“Por que você fala com os brasileiros? A gente não fala com os brasileiros.”* *“Mas por quê?”* eu falei. *“Por que vocês não falam com eles? Eles são legais.”* Me responderam: *“Eles são legais com quem eles querem ser legais.”* Acho que era um tipo de bullying, né? Eu não sofri desse jeito. Eu me lembro que um menino queria pegar o meu caderno, e eu tinha uns amigos brasileiros, que disseram *“Você não vai pegar o caderno dela, porque ela não é como os outros bolivianos”* *“Mas como assim, como os outros?”*, eu disse. Eu sou boliviana, mas eu sei me defender. Meu pai sempre falou *“se alguma coisa eles te falarem, você vai se defender.”* Mas os outros bolivianos são tímidos, eles não se defendem, então é lógico que alguém vai ficar enchendo o saco. O que eu não gostei é que os bolivianos se unem, ficam juntos, mas não falam com os outros. Na sala até falam oi, mas lá embaixo, na hora do intervalo, eles ficam só entre eles.

Saindo da escola, eu ia para a minha casa e, às vezes, eu via outros bolivianos passando por uma situação horrível: eles saem da escola, aí vêm os menininhos brasileiros e colocam eles contra a parede e falam *“Quero dinheiro!”*. Essas coisas eu já vi. Eu ia até eles, dizia *“Não deixe mais!”* *“Como eu não vou deixar se eles vão me bater?”* *“Então, bate também!”*, eu falava. Eu tive um professor que falava assim: *“Não façam isso, nós somos todos iguais”*, os professores tratavam todo mundo bem, eles elogiavam. Os alunos brasileiros tinham mais raiva dos bolivianos porque os professores elogiavam os bolivianos, que eram bem quietos na sala. Eles não traziam problemas, nem nada. Mas comigo ninguém mexia porque eu sabia me defender.

Então, durante a semana, eu estudava e os meus pais trabalhavam, mas, no final de semana, a gente saía. Os estrangeiros, como os bolivianos e os paraguaios, têm sempre um lugar de encontro. Como, por exemplo, os bolivianos têm aqui a Kantuta, a

Coimbra. Mas minha mãe levava a gente pra vários lugares, mesmo se a gente não conhecesse. Acho que era pra não aborrecer a gente, porque saíamos sempre na Bolívia. Íamos pros mercados, pros shoppings. Percebemos que era uma questão de falar, de comunicação. Então minha mãe sempre foi se comunicando, ela não é calada, ela fala tudo o que vem à mente! E ela falava “*Vamos pra tal lugar!*” e a gente ia pra lá. Saíamos para conhecer os lugares em São Paulo. Tinha vezes que a gente se perdia, e minha mãe perguntava “*Onde fica? Onde fica?*”. Como eu já sabia um pouquinho de português, eu perguntava “*Como posso chegar aqui?*”, as pessoas indicavam e a chegávamos sem problemas. Fomos ao shopping perto da Vila Guilherme, não me lembro o nome, eu tinha nove anos, então não me lembro. Fomos pras praças daqui, fomos no Parque Ibirapuera, esses lugares todos.

Depois de um tempo, meu pai abriu uma oficina própria. Ele nunca falou pra gente que os donos da casa [e da oficina] falaram pra ele que eu e minha irmã tínhamos que descer pra ajudar. Meu pai nunca falou isso, só agora que eu fiquei sabendo. Por causa disso, ele e minha mãe trabalharam, trabalharam e compraram duas máquinas. Aí eles abriram a própria oficina. A gente começou com duas máquinas, uma geladeira, uma cozinha, quatro pratinhos, era só nós quatro. Por isso, mudamos de casa, fomos morar na Rua João Buemer. Isso foi em 2006. Começamos só nós quatro, e aí eu ajudava os meus pais, mas não na máquina, só a contar o serviço, a cozinhar. Eu tinha um cachorro também, então tinha que cuidar, depois eu falei “*Eu quero um gato!*”, meu pai deixou, aí tinha um gato e um cachorro. Eu e a minha irmã ajudávamos na limpeza, mas a gente continuava estudando. Eu estudava à tarde, ela também, chegávamos juntas, fazíamos lição, sempre ficamos aí, nós quatro. Depois meu pai contratou mais dois funcionários que ele conhecia, sempre trabalhamos entre família. Muita gente traz pessoas da Bolívia para trabalhar, mas essas já estavam aqui. Foi um ano difícil, porque começar nunca é fácil.

Eu acho muito legal ajudar minha gente

Um certo dia, eu estava andando para ir no Barateiro [supermercado], aí eu vi o CAMI, que era aqui na esquina, onde anunciaram “*curso de informática gratuito*”. Aí eu pensei “*Nossa! Que legal*”. Eu tinha medo de mexer no computador, era apavorada! Aí eu fui lá, conheci o Paulo, ele me recebeu e falou: “*Oi, tudo bem?*” “*Tudo*”. Ele começou a falar espanhol, e eu pensei que ele era boliviano. “*Aqui temos aula de*

informática, se você quiser vir, pode trazer sua irmã também.” eu falei “*Tá bom*”, e eu me inscrevi. Comecei as aulas básicas de informática. Eu vi também que muita gente estava entrando no CAMI e eu pensei “*Pra que essa gente tá entrando?*” Foi no Acordo Bilateral Brasil-Bolívia, mais ou menos em 2008. Aí eu via: “*Que legal essa ajuda*”. Conteí pro meu pai “*Pai, esse moço ajuda a tirar documento*”, aí meu pai foi pra lá. Nesse dia, entramos no acordo bilateral, só que acabamos perdendo, porque não tínhamos condição de pagar a multa, porque a multa era de 495 reais para cada um. Então era mais ou menos dois mil reais por família e gastava uns quatro mil em todo o processo de regularização. Aí deixamos passar. Eu continuava indo no CAMI, mas em 2007 eu não frequentei mais, fiquei só em casa, em 2008 também. Bem no final de 2008, eu fiquei sabendo que o CAMI se mudou. Aí eu falei “*Pra onde será que se mudou?*”, e era aqui pertinho. Em 2008, eu também mudei de casa, fui pra Rua Guarantã, aqui perto também.

Aí eu vim pro CAMI de novo, porque eu estava esquecendo como usar o computador, na minha casa, eu nunca tive um computador. Antes, quando eu frequentava o CAMI, eu fazia a minha lição de casa, assim como todas as crianças pra quem eu dou aula agora. Resolvi voltar e me inscrevi de novo no curso de informática avançado. Meu professor foi o Uilbert. Fomos eu e a minha irmã. E tudo o que ele ensinava eu já sabia, eu falava “*Já acabei!*”, e todos os outros não, porque tem gente mais adulta, que é mais devagar. “*Já acabei! O que mais?*”, eu enchia o saco do Uilbert! Ele falava “*Calma, calma. Já vai.*” Quando terminaram as aulas de informática, a gente fez a formatura, me deram o certificado daqui. Aí ele falou comigo “*Carlinha, você não quer dar aula?*” Eu achei legal, mas falei assim “*Você tá brincando, né? Eu não tenho nem idade suficiente!*”, eu tinha 16 pra fazer 17. “*Eu sou muito nova!*” “*Mas isso não interessa. O que você está aprendendo você pode ensinar para os outros.*” “*Tá bom!*”, eu aceitei. No começo de 2009, fui dando aulas aqui no CAMI. Teve a inauguração, eu me apresentei, falei “*Sou ex-aluna, vou ensinar tudo o que eu puder para vocês*”. Eu ensinei informática básica.

Nesse mesmo ano, saiu a Lei da Anistia. Fomos até Brasília, pra ver o Lula assinando! O CAMI organizou um ônibus, com bastante gente: bolivianos, paraguaios, peruanos. Nossa, foi muito legal, fomos para lá, foi um dia inteiro de viagem! É longe! Depois voltamos pra cá, e nos reunimos: o Uilbert, a Isabelita, e outras pessoas também, o Paulo, e tudo mais. Pensamos como seria o atendimento aqui no CAMI, porque nessa época tinha que vir junto o atendimento da Lei da Anistia e da renovação do Acordo

Bilateral Brasil-Bolívia. Depois que eu dei aula de informática, eu vim aqui e falei pro Paulo: *“Paulo, eu tenho disponibilidade de vir aqui todas as tardes para ajudar”*, porque eu estudava de manhã. *“Ah, ótimo, Carlinha, que bom que você quer ajudar!”* Eu acho muito legal ajudar minha gente, gente boliviana, peruana, todos. Fiz três meses de voluntariado aqui, aí ele me chamou *“Carlinha, eu estou vendo que você gosta desse trabalho, eu vou contribuir”*, ele me deu uma contribuição mínima. Aí eu vim todos os dias, era uma correria pra lá e pra cá. Foi uma experiência muito bonita que eu vivi aqui. Porque o que eu acho significativo nisso tudo é que tem vezes em que eu ando com o meu pai e minha mãe na rua, aí tem gente que eu atendi que vem até mim de diz *“Oi, como você está? Muito obrigado por você ter me atendido, me deram o meu protocolo”*, é muito legal, porque com esse protocolo você se sente muito feliz. É um protocolo que já serve pra você fazer compras, enviar dinheiro para o exterior para os seus familiares, porque antes não dava. Você tinha que pedir para outras pessoas que tinham documentos para enviar o dinheiro pra você. Por isso, eu acho que as pessoas que tinham mais dificuldades por não terem documento devem se sentir muito felizes. Eu me sinto bem porque não estou irregular aqui.

Como eu disse sobre o Acordo Bilateral, minha família resolveu deixar passar, porque era muito caro. Aí veio a Anistia e eu fui atrás, porque, na Anistia, você não paga nenhuma multa. Como eu já trabalhava aqui, peguei os documentos dos meus pais e eu mesma fiz. Meu pai foi atrás de autenticar as cópias dos documentos. Em junho, foi a Lei da Anistia, no mês seguinte, eu já fiz tudo. Fomos lá, aceitarem a documentação e ganhamos o protocolo. Pro meu pai, sem documento era impossível pegar cheque, tinha que ter uma conversa com o coreano para dar em dinheiro, porque nos bancos eles não aceitavam a nossa cédula de identidade. Ou então tinha que pegar um amigo que já tinha conta, mas você sabe que, hoje em dia, ninguém faz essas coisas de graça, então você dá mais ou menos cinco por cento pro cara do seu pagamento. Agora está tudo mais fácil, ele consegue receber cheque, ir ao banco, mas também foi difícil eles aceitarem aquele protocolo, porque a maioria dos bancos não sabia o que era isso. Aí falavam *“O que é isso? Você me traz um papelzinho? Não dá, não posso aceitar!”* Tínhamos que ficar explicando que é a lei, dizíamos *“Liga pra lá pra vocês verem!”*. Eu fui uma vez e fiquei muito brava, porque eles não queriam aceitar! Falei *“Como você não sabe? Você não sabe da Lei da Anistia? Esse daqui é o nosso documento agora, aqui está o número do meu RNE”*. Aí eles ligaram pra cá, pra lá, demoraram mais meia hora pra atender.

Falaram “*Ah, desculpa, a gente não sabia, ninguém mandou essa informação pra cá*”. Então a gente tem que brigar pelos nossos direitos.

Por outro lado, trabalhando no CAMI, vi algumas histórias tristes, principalmente o fato de os imigrantes mais humildes trabalharem muito. Pessoas que vêm do interior da Bolívia e que não sabem se expressar direito são as que sofrem mais, que trabalham até mais tarde. Teve gente que eu atendi que estava quase dormindo, isso me marcou muito. Por que nós, entre nós mesmos, fazemos isso com os nossos companheiros?

Por que a gente veio pra cá, se a gente estava muito bem lá?

Na Bolívia, morávamos eu, minha irmã e meus pais. De lá, acho que eu me lembro desde os cinco até os nove, era muito pequena. A gente vivia numa casa, nós quatro só. Nos fins de semana, minha avó, ou às vezes os meus tios vinham. A saudade que eu tenho de lá é da minha avó, ela mora lá na Bolívia, numa cidade no interior, no departamento de Apolo, que fica dentro de La Paz, na fronteira com Beni: é um lugar bem gostoso. Para mim, estava tudo bem, porque o meu pai tinha duas lojas, eu estudava numa escola particular, eu fazia aulas de balé, e tudo mais. Por mim, estava ótimo, mas eu não sei por que os meus pais decidiram vir pra cá. Eles falaram que era pra me dar uma educação melhor, mas eles não souberam me explicar por que a gente veio pra cá. Até eu me faço essa pergunta: “*Por que a gente veio pra cá, se a gente estava muito bem lá?*” Eu não sei explicar.

A conversa que os meus pais tiveram com o meu tio, que eu pude escutar, foi que meu pai ganharia muito mais do que ganha na Bolívia, mais ou menos ganharia em dólares. Coisa que não é a verdade. Você vem aqui e você sofre. E, às vezes, nunca é como pensávamos, mas fazer o quê? Temos que continuar lutando pelo que a gente quer.

Eu nunca perguntei pra eles “*Pai, por que a gente veio pra cá?*”. Eu só fui vendo a trajetória deles trabalhando por nós. Sempre vi isso, desde que eu era pequena, sempre meus pais trabalhando por nós. Eu acho que eles pensaram em dar mais educação, pra gente saber mais coisas.

Sempre estivemos os quatro juntos

Hoje eu estou estudando o meu último ano, eu estou meio nervosa, porque eu vou fazer o ENEM. E estou estudando para tentar entrar numa faculdade, eu não quero parar de estudar, acho que não vou parar. Quero estudar Relações Internacionais.

O que eu vejo é que, mesmo estando regularizado, o estrangeiro não é tratado de igual pra igual, não. A gente tem umas barreiras. Nos hospitais, às vezes, os funcionários não te tratam bem, se você não entende o que eles dizem. Tem gente que chega e os médicos perguntam “*O que você tem?*”, aí a pessoa responde em espanhol, e a médica não sabe falar espanhol, então fala “*Ah, eu não estou te entendendo*”. Aí ela dá qualquer receita e manda a pessoa embora. Já vi isso muito. Minha mãe falava “*Levanta, vai lá*”. Aí eu ia lá e falava, “*Ela não sabe falar espanhol, não tem ninguém aqui que sabe falar espanhol?*” “*Ah, é que a gente quer saber o endereço da pessoa, e ela não entende!*” “*Ela não sabe, como ela vai te entender? Eu vou fazer a tradução*”, eu dizia. Aí eu ajudava a moça. Antes era assim nos hospitais, agora eu vi que tem gente que já fala espanhol, tem vários bolivianos aqui no posto de saúde, que trabalham lá. Mas sempre vai haver essa barreira, você é estrangeiro, por mais que você contribua aqui com impostos e tudo mais, pra eles, no pensamento deles, você está roubando o trabalho deles. É a minha maneira de pensar.

Além disso, não podemos votar. Eu acho isso ruim porque a gente também contribui neste país, a gente trabalha, a gente paga impostos, como todos os brasileiros. Os estrangeiros são vistos como “*Ah, por que você vai votar se de repente você nem vai mais morar aqui? Você não contribui muito por aqui.*”

Eu estou aqui há oito anos, nunca mais saí pra Bolívia, nem de férias, porque meus pais não queriam mandar a gente sozinha, nunca viajamos sozinhas, meu pai nunca viajou só e minha mãe também não. Sempre estivemos os quatro juntos.

* * *

Carla narra sua história de vida reforçando bastante o seu caráter de exceção, qualificando suas experiências sempre em contraste com as da maioria dos bolivianos em São Paulo. Considera-se mais bem preparada para a vida, principalmente na luta por seus direitos do que a maior parte de seus conterrâneos no Brasil, o que ela atribui às suas experiências diferenciadas na Bolívia e no Brasil.

Tendo-se deslocado à metrópole paulista na década de 2000, Carla não pertencente às classes mais pobres da Bolívia, com baixo índice de escolaridade. Essa presença indica que os trabalhadores em condições equivalentes à escravidão não

representam a totalidade dos que chegam aqui. Carla posiciona-se como de classe média, em seu país de origem, fornecendo elementos que justificam tal classificação: por ser estudante de escola particular, ter acesso a aulas de balé e por ser filha de comerciante, com duas lojas próprias. A falta de explicações sobre os motivos que levaram a família a mudar-se para São Paulo, já que, para ela, a vida em La Paz era boa, aparece como uma questão intrigante.

Podemos inferir, pela data em que deixaram o país de origem, no ano de 2005, que alguns fatores podem ter influenciado a saída dessa família da Bolívia, tais como a instabilidade política do país, associada à crise de representatividade em que a disputa pelo poder e a constante troca de presidentes levou as camadas populares a se mobilizar. Entre os anos 2000 e 2006, a crise de hegemonia havia se instaurado, período em que sete presidentes foram trocados. A classe média também foi afetada pela crise, já que a economia boliviana, aberta ao mercado internacional, perdeu investidores e parte do capital foi retirado do país. Nessa perspectiva, é possível que os pais de Carla tenham visto o Brasil como um lugar em que poderiam conquistar maior segurança, onde estariam menos vulneráveis. Indagada pela entrevistadora sobre alguma justificativa que os pais teriam dado sobre a decisão de migrar, Carla revela que ouviu uma conversa entre os pais e o tio sobre as promessas de se fazer dinheiro no país vizinho. O tio, que havia se mudado para São Paulo na década de 1990, já tinha sua própria oficina de costura e convocava os familiares a juntarem-se a ele, afirmando que o lucro era certo. Temos até aqui narrados os discursos sobre a migração que garantem a continuidade do fenômeno, ancorado tanto na manutenção de ilusões sobre o deslocamento, como na ascensão social de uma parcela dos deslocados no novo local de morada; sem que haja o sucesso de alguns, o fluxo de pessoas não teria razão de ser. A respeito dos mecanismos que reproduzem a migração, Sayad afirma que:

O desconhecimento coletivo da verdade objetiva da emigração que todo o grupo se esforça por manter (os emigrantes que selecionam as informações que trazem quando passam algum tempo na terra [natal]; (...) e os candidatos à emigração que projetam [no local de destino] as suas aspirações mais irrealistas etc.) constitui a mediação necessária através da qual se pode exercer a necessidade econômica.⁵¹

As meias verdades garantem a continuidade do fenômeno migratório, que mostra sua outra face no local de destino.

⁵¹ SAYAD, *Op. Cit.*, p.44.

A narrativa de Carla atesta que as classes médias também passam a fazer uso da migração para São Paulo, como estratégia de ascensão social, em outras palavras, como caminho para melhorar suas perspectivas futuras, assim como os de origem camponesa, os artesãos e os operários.

Entretanto as trajetórias percorridas são distintas, já que os membros das classes médias têm uma inserção diferenciada, desde o momento em que chegam à cidade: eles não vão trabalhar como empregados em oficinas que não conhecem, não têm seus documentos confiscados pelo patrão, nem estão à mercê das formas mais perversas de exploração. Isso porque vêm com algumas economias, têm acesso à informação, devido ao maior grau de escolaridade, e, portanto, conhecem seus direitos. Acima de tudo, consideram-se pessoas de direito, o que significa que têm a expectativa de serem tratados como tais.

Ana Ruth e Fiorella, ao contrário, submetidas a situações de extrema exploração, conformam-se, a primeira menos do que a segunda, com a condição subalterna de seu vivido. Honneth, em “Luta por Reconhecimento”, busca renovar a teoria de Hegel sobre a construção do mundo social como um processo de aprendizagem recíproca entre sujeitos, utilizando elementos da psicologia de Mead para construir a sua própria teoria social normativa.

Segundo ele, a ausência de garantias de direitos formais, ou a ausência de reconhecimento jurídico e social de minorias, pode ter implicações subjetivas profundas. Define esse processo como reconhecimento recíproco formal:

No Estado, [...] o homem é reconhecido e tratado como ser racional, como livre, como pessoa; e o singular, por sua parte, se torna digno desse reconhecimento porque ele, com a superação da naturalidade de sua autoconsciência, obedece a um universal, à vontade sendo em si e para si, à lei, ou seja, se porta em relação aos outros de uma maneira universalmente válida, reconhece-os como o que ele próprio quer valer – como livre, como pessoa.⁵²

O direito em vigência hoje tem suas bases nos princípios universalistas que transformaram o Ocidente a partir da modernidade. Ele é o resultado de um longo processo de lutas travadas por ampliação do reconhecimento jurídico ao longo dos séculos XVIII, resultando na constituição dos direitos de liberdade, no XIX, em que foram estabelecidos os direitos políticos de participação, e no XX, quando foram

⁵² HEGEL, 1970, p. 221 APUD HONNETH, Alex. *Luta por Reconhecimento*, São Paulo, Editora 34, 1992, p.179.

conquistados os direitos de bem-estar social.⁵³ O sistema jurídico moderno, no plano teórico, passa a ser entendido como a garantia formal de que o direito é aplicado na mesma medida a todo sujeito, ou seja, que todo indivíduo, independentemente de sua posição na sociedade, goza dos mesmos direitos e deveres, em outras palavras, é reconhecido como paritário, pois o que está em jogo são suas propriedades universais que fazem dele uma pessoa. Nessa perspectiva, o sistema jurídico deve combater as exceções e privilégios, estendendo, a todos os membros da coletividade, o status de cidadão.

Porém algumas histórias de vida de colaboradores desta pesquisa revelam que nem sempre há esperança entre os que vivem uma inclusão subordinada a serem tratados como pessoas de direito. Quando uma pessoa percebe a dificuldade de participar de maneira igualitária numa comunidade de direitos, ou seja, quando ela introjeta discursos que afirmam a inferioridade do grupo ao qual pertence, dificilmente luta para ser reconhecida e respeitada como sujeito de direito, e comumente conforma-se em não ter o status de cidadão. Isso pode explicar, em parte, o silêncio de muitos imigrantes bolivianos em São Paulo, quando não denunciam os maus tratos e desrespeitos que sofrem. Não se considerando cidadãos num “país que não é o seu” — expressão comum nas entrevistas registradas —, muitos dos bolivianos não têm a expectativa de usufruir dos mesmos direitos que um trabalhador brasileiro.

Faz-se fundamental, entretanto, questionar um direito universalmente válido,

[...] à luz das descrições empíricas da situação [específica a ser estudada], no sentido de saber a que círculo de sujeitos ele deve se aplicar [...]. Nessa zona de interpretações da situação referida à aplicação, as relações jurídicas modernas constituem [...] um dos lugares em que pode suceder uma luta por reconhecimento.⁵⁴

Neste trecho, Honneth aponta a necessidade de observar cada situação empírica em sua especificidade; ele deixa claro que cada sistema jurídico diz respeito a um círculo de sujeitos, cujos critérios delimitativos devem ser objeto de análise. Baseados na prerrogativa de exclusividade sobre o território, os Estados modernos estabeleceram, historicamente, um conjunto de direitos assegurados apenas aos cidadãos nacionais.

⁵³ MARSHALL, Thomas H. “Citizenship and Social Class”. In: *Sociology and the Crossroads*, Londres, 1963, p.73.

⁵⁴ HONNETH, *Op. Cit.*, p. 186.

Aos imigrantes, o Estatuto do Estrangeiro regula sua presença no Brasil, mantendo os não-nacionais numa condição de subcidadania. Entre as normas do Estatuto, está o Artigo 107:

Art. 107. O estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil, sendo-lhe especialmente vedado:

I - organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem;

II - exercer ação individual, junto a compatriotas ou não, no sentido de obter, mediante coação ou constrangimento de qualquer natureza, adesão a ideias, programas ou normas de ação de partidos ou facções políticas de qualquer país;

III - organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar, com os fins a que se referem os itens I e II deste artigo.⁵⁵

Assim, a lei brasileira proíbe a organização e a manifestação política, mascarando o caráter político das migrações, como afirma Sayad. Além disso, o Estatuto do Estrangeiro, em outros de seus artigos, restringe os exercícios de atividades remuneradas e burocratiza o processo de legalização dos imigrantes residentes no país. Apenas esses três aspectos do referido estatuto são suficientes para demonstrar que, aos estrangeiros, não se garante o status de cidadão. Com isso, aqueles que vêm para o país para morar e trabalhar passam a viver sob a ausência de reconhecimento jurídico pleno.

A narradora Carla, ao contrário, coloca-se politicamente contra as leis brasileiras, por ter a expectativa de ser tratada como uma cidadã no Brasil, assim como alguém que nasceu aqui. Sua crítica explicita o senso comum dos “nacionais” em relação aos “não-nacionais”, estes pensados como trabalhadores provisórios que, a qualquer momento, podem retornar ao país de origem – voluntária ou involuntariamente – e, por isso, desmerecedores do status de cidadãos. O preconceito da sociedade brasileira, que acredita em que os bolivianos que vêm para São Paulo “roubam” o trabalho de brasileiros, é também a base da discriminação que Carla e tanto outros relatam ter sofrido nas ruas, nas escolas, na busca por trabalhos outros, que não a costura.

⁵⁵ BRASIL. Estatuto do Estrangeiro. Decreto-lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. Disponível em <www.pge.sp.gov.br>

Sua história de vida desvenda diversos aspectos do vivido dos bolivianos, afetados pela ausência de reconhecimento que sofrem na sociedade brasileira, como a dificuldade de abrir uma conta no banco, de remeter dinheiro aos parentes na Bolívia, de alugar um imóvel, ou, simplesmente, de estudar, ou de ser atendido num hospital.

Na esfera subjetiva, ou seja, para o sujeito, essa experiência de não participar de maneira paritária da comunidade na qual está inserido tem implicações profundas. Para Honneth, a partir do reconhecimento jurídico, constrói-se o autorrespeito:

um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que o capacitam para a participação, numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de ‘autorrespeito’.⁵⁶

Nessa perspectiva, Carla apresenta-se como uma jovem que sabe de seus direitos e que reconhece sua positividade, tanto em seus talentos individuais, quanto no trabalho que realiza junto ao CAMI, em prol de seus compatriotas. Refere-se a si mesma com autorrespeito, sabendo o valor que tem a comunidade boliviana em São Paulo. Experiências de rebaixamento, ou a negação do reconhecimento, ao contrário, geram a impossibilidade do autorrespeito e o que Honneth chama de **morte social**. Há, portanto, no Brasil, formas constitucionais de desrespeito pessoal, que mantêm uma parcela da população excluída da posse de direitos, o que representa uma limitação violenta da autonomia pessoal, gerando o “sentimento de não possuir o status de um parceiro de interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade”.⁵⁷ É o que observamos na entrevista de Ana Ruth, que relata o que viveu na primeira oficina em que trabalhou, quando seus documentos foram confiscados, sua liberdade foi negada e chegou à situação-limite de ser posta literalmente na rua. Sem lugar para passar a noite, em outras palavras, sem direito à moradia numa metrópole estranha e opressora, ela recorreu à solidariedade do namorado. Outras tentativas de trabalho como costureira revelaram-se semelhantes: os calotes nos pagamentos se repetiram e a chefe boliviana não a aceitou como empregada por ter um namorado brasileiro, que facilmente protegeria Ana Ruth dos abusos de autoridade, já que ele, sim, é protegido – pelo menos formalmente – por direitos de cidadania. Todas essas experiências de rebaixamento resultaram em seu estado depressivo, quando não podia vislumbrar uma solução para sua vida; não enxergava uma saída possível do ciclo de exploração e humilhação que vivenciou.

⁵⁶ HONNETH, *Op.Cit.*, p. 197.

⁵⁷ Idem, p. 216.

Nessa conjuntura, é possível compreender a dificuldade de articulação autônoma na luta por direitos dos bolivianos residentes no Brasil. É por isso que Honneth argumenta que os atores sociais só conseguem desenvolver a consciência de que eles são pessoas de direito, e agir consequentemente, no momento em que se sentem protegidos juridicamente contra a invasão da esfera da liberdade, em favor da chance de participação pública e do acesso a um mínimo de bens materiais para a sobrevivência.

ONGs e associações como a Cáritas, a Pastoral do Migrante e o CAMI são organizações da sociedade civil que desempenham essa tarefa de mediação e articulação das lutas pelo reconhecimento dos direitos desse grupo.

Ana Ruth, em estado de depressão, como reação aos maus-tratos a que foi submetida, teve nas instituições de apoio a possibilidade de afastar-se do ciclo de exploração que a trouxera para São Paulo. Não vemos, em sua entrevista, porém, a consciência de que as experiências de desrespeito sejam injustas, isto é, ela não esboça indignação, mas, ao contrário, parece considerá-las como parte constituinte da realidade do mundo, contra as quais não adianta lutar.

Carla, ao contrário, adota uma postura combativa e politizada, por ter a consciência de que seus direitos estão sendo desrespeitados injustamente. Engajada na tarefa de conquistá-los para si e para seus compatriotas — grupo que, em vários trechos de sua narrativa, ela amplia para a categoria dos latino-americanos em São Paulo —, ela explica com orgulho seu trabalho no CAMI e ressalta a satisfação de ser reconhecida dessa forma por aqueles para quem trabalha.

Uma questão relevante abordada por Carla é sua inserção na escola. Ciente do direito de estudar, mesmo sendo indocumentada, Carla, acompanhada da mãe, garantiu o próprio acesso à educação, não na secretaria, como deveria ser, mas recorrendo ao diretor, para ter vaga na escola. Apesar do sucesso em sua busca pelo estudo, o processo narrado mostra que ela teve que provar, mesmo que informalmente, que sabia ler, para ser aceita na escola. Deduz-se, daí, que as crianças que não saibam ler em português, ou mesmo em espanhol — já que temos relatos de bolivianos oriundos do campo, indígenas que falam línguas como o aimará —, têm, muitas vezes, esse acesso negado, ou enfrentam maiores dificuldades para obter vagas nas escolas. Esses casos desmentem a lei que garante o acesso universal à saúde e à educação.

Além disso, as experiências que Carla conta sobre sua vida escolar revelam como as crianças reproduzem os preconceitos transmitidos pelos pais a respeito dos bolivianos. Com a frase “eu sou boliviana, mas sei me defender”, Carla revela ter

desenvolvido uma estratégia para combater os comentários negativos dos quais era alvo, além de conseguir relacionar-se bem com brasileiros e bolivianos. Entretanto, como ela mesma observa, a maioria dos alunos vindos da Bolívia reagem às atitudes xenófobas isolando-se em grupos para os quais a nacionalidade é critério de apartação, revelando que as barreiras para a integração dos bolivianos em São Paulo estão dentro das instituições de ensino, sem que haja um projeto político, ou pedagógico, para eliminá-las.

Outro aspecto que salta aos olhos é a postura de crianças nascidas no Brasil — e, portanto, brasileiras —, filhas de bolivianos, as quais negam sua ascendência, e por isso tentam afastar-se dos alunos nascidos na Bolívia. O preconceito contra si mesmos, como diz Carla, pode ser justificado pela interpretação, por parte dos descendentes de bolivianos, de que ser boliviano significa ser alvo de discriminações constantes; negar a ascendência e assumir uma identidade brasileira configura-se, pois, como a maneira de tentar escapar dessa realidade.

Essas duas moças expressam algumas das várias diferenças na população boliviana em São Paulo, como a articulação da luta por direitos e a atitude que tomam diante da vida. Entretanto também apresentam pontos em comum, como a discussão sobre o tema da família. Nas duas histórias, o esforço dos deslocados em constituir uma nova família, no caso de Ana Ruth, e em manter a unidade familiar, no caso de Carla, é central. Em ambas, os esforços dos pais são voltados à garantia de um futuro melhor para os filhos e a permanência em São Paulo é tomada como o caminho que levará a essa conquista. Assim, Carla afirma que testemunhou, ao longo de toda a sua vida, o trabalho dos pais em prol do futuro das filhas, denotando que, para eles, o valor de suas vidas reside no futuro das vidas dos filhos, cujas conquistas pessoais serão, na verdade, conquistas de toda a família.

Por meio das histórias de vida dessas duas jovens, foi possível compreender que as experiências de desrespeito — que denotam a ausência de reconhecimento dos bolivianos como pessoas de direito, em igualdade aos brasileiros — têm efeitos diversos sobre os sujeitos que as vivenciam, podendo resultar na resignação e na sensação de impotência diante da vida, assim como pode ser o estopim para a luta pelo reconhecimento, quando há a expectativa de ser tratado em pé de igualdade aos brasileiros. Além disso, vimos como a sociedade brasileira e suas instituições têm as portas apenas semiabertas aos estrangeiros indocumentados, selecionando os tipos de vulnerabilidade que são passíveis de ajuda daqueles que ficam às margens da rede de

acolhida ou socorro, para os quais se fecham os olhos — em outras palavras, tolera-se o intolerável.

As narrativas revelaram, dessa forma, aspectos do fenômeno migratório, em especial do processo de integração na sociedade brasileira, que não viriam à tona sem a utilização da História Oral, como campo que prima pela inclusão das vozes subalternas na produção do conhecimento.

A Outra Face da Globalização: sonho de inclusão *versus* vida precária

Conhecemos Victor numa segunda-feira à tarde, no restaurante Limane, que fica na Rua Coimbra, famoso reduto de bolivianos. Foi Victor que veio até nós, já que trabalha no restaurante e nos atendeu à mesa, onde esperávamos por Andres, outro colaborador do projeto que já havia contado sua história de vida e iria conferir o texto final de sua narrativa. Ávido por conhecer pessoas e fazer novas amizades, Victor interessou-se imediatamente pela pesquisa o registro de sua história foi realizado na semana seguinte. Antes disso, porém, ele mostrou-nos os caminhos que percorre em seus dias de folga no bairro do Brás, e afirmou, por diversas vezes, que estar entre tantos bolivianos não era o que esperava ao chegar no Brasil. Por isso, estava muito feliz em ser convidado a ir à Universidade de São Paulo e conhecer brasileiros. Eis a história que ele contou:

Vitor Osmar Rocabado Goitia

Eu fui uma mancha negra na família

Meu nome é Victor Rocavado Goitia. Eu nasci em oito de agosto de mil novecentos e oitenta e oito, em Cochabamba, na Bolívia. Meus pais também são de Cochabamba, mas meu avô paterno era do interior.

Eu não me criei com o meu pai nem com a minha mãe. O trabalho que meu pai tinha era numa empresa que construía trens, então ele trabalhava longe. Minha mãe foi muito chata conosco, ela nos deixou quando eu tinha oito anos. Tenho oito irmãos, mas a verdade é que são seis agora. Tenho um irmão maior que eu e quatro irmãos menores, e outros dois por parte de pai. Quando éramos pequenos, nós ficávamos com a minha mãe, enquanto o meu pai estava trabalhando em outras cidades. Justamente por motivo de trabalho, minha família decidiu ir a Oruro, onde moramos por uns quatro anos.

Quando o trabalho acabou, voltamos para a casa dos meus avós, em Cochabamba. Eu já senti que era muito diferente. Era outra gente, eu não conhecia mais as pessoas, não era mais a mesma coisa. Eu entrei na escola, estava estudando e nessa época começaram os problemas. Minha mãe já estava se portando muito mal, bebia

muito e batia a mim e em meu irmão. Um dia, de manhã, eu me levantei para ir à escola, mas ela não estava lá para preparar o *desayuno*, o café da manhã. Meu irmão maior falou: “*a mamãe foi embora*”. Então, foi desse jeito que meus avós e meus tios ficaram conosco.

Meu pai trabalhava e vinha nos ver uma vez ao mês, duas vezes, vinha pouco. Ele mandava o dinheiro, mas meus avós falavam que ele não mandava nenhum dinheiro. Meu pai falava “*sim, eu mando pra vocês, eu mando seiscentos bolivianos.*”, mas nunca eu recebi dinheiro do meu pai. Ele nunca disse “*olha, filho toma aqui um dinheiro pra você*”. Então, eu vivi uma infância muito dura.

Acabei o colégio, e eu não pude estudar alguma profissão porque eu não tinha os recursos pra estudar, não tinha dinheiro. Meu irmão é engenheiro, ele é engenheiro civil. Ele estudou, teve o apoio dos meus tios, mas, como se fala, que eu fui uma mancha negra na família: era bagunceiro e não gostava de estudar. Na verdade, não que eu acho que não gostava, mas meus tios falavam que “*se você não estudar nunca vai ser nada, você vai ser um burro*”. Por isso eu me meti no estudo e terminei, mesmo com dificuldades.

O meu irmão mais novo acabou o colégio no ano passado. Ele quer estudar medicina, mas também como não temos recursos econômicos, o dinheiro também não dá. Ele vai ter que encontrar uma maneira de fazer algo. Minha irmã é a mais nova, e causou um problema na família. Ela estava *enamorada* com um rapaz que era mais velho do que ela, então ela fugiu e se casou, com dezessete anos. Ela fugiu de casa, porque meus tios era contra o namoro. Isso que ela fez me doeu muito. Eu soube disso por telefone, liguei para a Bolívia e minha avó falou “*sua irmã se casou.*” Nossa! Ela vai sofrer muito, ela é muito nova, nem acabou o colégio, ainda está estudando.

Depois que eu terminei a escola, eu comecei a trabalhar, mas antes de trabalhar eu estava querendo estudar. Me meti a trabalhar com computadores, eu fui fazendo cursos de informática. Mas eu não tinha dinheiro, então estudava e trabalhava ao mesmo tempo. Foi nessa época que saí da casa dos meus avós, eu tinha dezessete anos. Fui morar com um amigo, que depois me pôs pra fora de sua casa. Aí eu passei a morar no trabalho, mudava de trabalho e ia morar no novo trabalho.

Eu imaginei muita coisa bela

Em Cochabamba, conhecia um amigo que trabalhava em um restaurante de brasileiro. Então, ele me levou lá, eu falei com o dono e ele me aceitou. Eu trabalhava de copeiro, como garçom. Trabalhava no restaurante, mas não conseguia mais estudar, eu me sentia muito cansado, por isso deixei o estudo. Depois, saí desse emprego. Então trabalhei de pedreiro, depois na prefeitura, no canal de televisão da prefeitura. Era bem pequeno, e eu trabalhava de operador. Fiquei nesse emprego uns dois anos. Foi nessa época que eu reencontrei um amigo de infância, que já estava morando no Brasil há 4 anos. Ele chegou à Bolívia me falou “*o que você tá fazendo aqui? Tá trabalhando, tá ganhando quanto? Nossa você é um cara burro. Vamos pro Brasil, tem muito trabalho, lá a gente ganha mais. Vamo lá! Vamo lá!*” Ele disse também que aqui as coisas eram muito diferentes, que havia muita tecnologia, coisas que não havia na Bolívia. Isso ficou na minha cabeça. Eu imaginei muita coisa bela. Foi por isso que eu decidi vir ao Brasil.

Cochabamba é uma cidade muito boa. Tem muito trabalho lá, não digo que não tem, mas o salário é muito pouco, muito pouco. Você sai com mil duzentos, mil trezentos bolivianos por mês e tem que pagar aluguel, comida, luz, água, e tudo lá é muito caro. Aqui eu vejo que uma Coca-Cola custa uns dois reais. Lá na Bolívia é oito, nove, dez bolivianos; um quilo de frango aqui no Brasil tá quatro, três reais, lá está dezoito, dezenove, vinte bolivianos, então não dá. Não tem jeito de poder sobreviver lá. Tem gente rica, tem gente lá que vive bem, gente que trabalha, que ganha mais. Mas a gente pobre, como nós, tem necessidade de vir aqui.

Tem uma senhora lá no meu país que é como minha mãe, eu a queria como minha mãe. Ela tinha uma pensão, um restaurante, e sempre me ajudava, me dava comida, conselhos. Eu trabalhava lá perto e em um instante estava lá. Como eu estava na dúvida sobre vir para o Brasil, fui conversar com ela. “*Vai de avião que é mais fácil*”, ela disse. “*Se você vai por terra, na fronteira não vão deixar você entrar, você vai passar fome e vão te deportar*”. Eu tive medo de tudo isso, mas era muito caro vir de avião, custava uns quatrocentos e cinquenta dólares. Aí decidi: “*Eu vou! Eu vou conseguir dinheiro para ir de avião!*” Vendi algumas coisas que eu tinha, fiz um empréstimo no banco e vim. Meu sonho era viajar de avião! Tive que ir até Santa Cruz para pegar o voo. Entrei no aeroporto, perguntei à moça “*Cadê o avião que vai ao Brasil?*”, ela me indicou e eu subi no avião. Pediram a passagem e aí disseram: “*Nossa cara! Esse aqui é o avião para Sucre, não para o Brasil*”. Subi no avião errado! Desci correndo, assustado. Passei pela imigração, entrei no avião certo e pronto. Quase que fui

pra Sucre por engano! Na verdade, tive muito medo, mas foi rápido, em duas horas e meia chegamos, e não senti quase nada.

Cheguei ao aeroporto de Guarulhos, e não sabia nada. Eu sabia um pouco de português, porque trabalhei naquele restaurante brasileiro. Durante o voo, eu estava sentado no banco do meio, entre um boliviano e um brasileiro. Decidi fazer o que o brasileiro fazia. Eu via o que ele fazia e imitava: ele pegava um livro, eu pegava um livro. Quando saí do avião, fui atrás dele. Chegamos à Polícia Federal e eu tive medo de ser deportado. Então me endireitei, e olhei firme nos olhos da moça, que perguntou: “*Seu documento?*”, peguei o documento, a passagem e entreguei a ela. “*Você vai ficar quantos dias?*”, “*Um mês*”, eu respondi. “*Você veio por quê?*”, “*De turista*”. Ela me deu noventa dias e me deixou passar. Passei e não sabia onde estava minha mala. Nossa, cara! Não sabia falar muito português, eu pensei “*o que vou fazer agora?*” Eu perguntei a um boliviano, “*Você sabe onde levam as malas?*” “*É lá mesmo*”, aí eu fui, tem uma esteira que gira, né? Mas eu não sabia qual era a minha mala. Não lembrava qual era a minha mala. Era vermelha e grande, mas havia três malas vermelhas e grandes. Finalmente achei a minha e saí do aeroporto. Logo encontrei uma moça, que falava português: “*Moço, moço!*” não, na verdade o que ela disse foi “*Bolívia, Bolívia! Você quer trabalhar?*” Eu falei que sim. “*É no interior de São Paulo, umas quatro horas daqui.*” Eu tive medo, então disse: “*Não, não, eu vou pegar um táxi.*” Na verdade peguei um ônibus até São Paulo. Perto de onde desci, havia uma cabeleireira, e ela tinha traços de boliviana. Perguntei se ela falava espanhol e ela disse que era boliviana. Contei que estava buscando trabalho e ela disse “*estão precisando de um ajudante de cozinha da Rua Coimbra, no Brás*”. Eu não sabia onde era, então ela me indicou o caminho, tive que pegar o metrô.

Nunca em minha vida tinha visto escadas rolantes! Eu não sabia onde pisar, tive medo. E fiquei assustado com tanta gente! Eu via muita gente boliviana no metrô, então perguntando, eu cheguei lá. Quando já estava no Brás, perguntei pela rua Coimbra. Encontrei a rua direitinho, e tinha muito boliviano! “*Essa é a Bolívia! Não parece o Brasil!*” Dessa maneira comecei a trabalhar nesse restaurante que estou agora, o Restaurante Limane. Lá tem um painel grande com várias vagas de emprego. Liguei para o numero de um dos anúncios e o cara disse “*Tá, espera aí que eu vou te buscar*”. Eu disse que necessitava de um lugar para dormir, comer, e ele me levou para a casa dele, na Vila Guilherme.

Eu não achava que ia trabalhar com boliviano, porque quando o meu amigo me falou sobre o Brasil, disse que eu ia trabalhar com costura. Não imaginava que iria chegar aqui, morar no trabalho e trabalhar das sete da manhã às dez da noite, comer aí, jantar aí. Chegando na casa do cara, ele disse que eu precisava trabalhar para ele. Como eu não sabia trabalhar com máquina de costura, estava aprendendo, tinha mês que eu tirava só duzentos reais, eu não gostava. Eu tinha que levantar às seis da manhã e costurar à vezes até às onze horas, uma da manhã. Tinha vezes que a gente amanhecia costurando. Os olhos chegavam a arder e ficava sentado o dia todo, imagina! Eu tinha folga nos finais de semana, aí eu trabalhava no restaurante, mas o dinheiro era muito pouco e o cansaço não dava mais. Depois de seis meses, eu decidi ir embora pra Bolívia.

Dessa vez fui de ônibus, que era mais barato. Fiquei lá por seis meses. Voltei para a casa de um amigo, que morava no interior, em Capinota, já não fui para a cidade, porque a cidade é muito cara. Nesse lugar, não consegui trabalho. Não sabia o que fazer e o meu amigo reclamava, porque eu comia e dormia em sua casa. Assim me meti a trabalhar no campo, plantar batata, ervas, essas coisas. Eu estava sofrendo mais na Bolívia do que aqui. Estava trabalhando no sol, não tinha direito o que comer, era muito cansaço. Aí pensei: “Eu vou voltar!”. Liguei para o dono da oficina, o Dom Gustavo, e ele me mandou o dinheiro para a passagem. O cunhado dele também queria ir, então viemos juntos, já não mais de avião. Fizemos o caminho por terra: de Cochabamba até Santa Cruz, de Santa Cruz toma outro ônibus até Porto Quijarro. Mas em Porto Quijarro eu tive que esperar cinco dias, porque tinha que apresentar carteira de vacina, que eu não tinha. Tinha também que ter a passagem de volta, a permissão da Polícia Federal e antecedentes criminais. E eu não tinha nada disso. Mas, na verdade, quando eu passei pela fronteira eles só pediram a passagem e o carnê de identidade, o CDI, que é como o RG daqui.

Por enquanto, estou sozinho, mas quero ter uma família

Quando eu cheguei aqui de novo, já não foi um choque, eu estava mais experimentado. Fui para a mesma oficina, e dessa vez tive que pagar a dívida da passagem, uns duzentos, trezentos reais. Mas em um mês eu já paguei tudo isso e saí de lá, fui trabalhar no restaurante. Eu imaginei que ia ser mais fácil que a costura, mas também é muito difícil, muito. É bem cansativo: levanto às seis, sete horas, tenho que cozinhar, lavar pratos, limpar a cozinha, é muito trabalho pra mim. Mesmo aos sábados

e domingos, levanto cedo e vou dormir às onze da noite. E o movimento, então! É também tem muita briga por lá. Tem muita briga com a cozinheira, tem muita briga com a dona, com o garçom. Quando você começa a trabalhar lá, você tem que fazer tudo. Mesmo feriado você trabalha, sem receber mais por isso. Eu estava ganhando seiscentos reais, era mais do que na costura, mas o trabalho também é duro.

A mulher do Dom Jorge, dono do restaurante, é muito chata. Ela não quer que o cozinheiro seja homem. Dom Jorge é que é o bom! Dom Jorge é muito, muito gentil, carinhoso. A mulher não, tá sempre dando ordem, não deixa nem a gente almoçar direito. Eles têm dois restaurantes, então são oito pessoas que moram na casa, nos fundos dos restaurantes: eu, a cozinheira, o garçom; do outro restaurante tem a cozinheira, o ajudante que faz *salteñas*, os garçons e o ajudante de garçom.

No começo eu dormia na sala, mas reclamei com a dona, porque era muito sujo e tinha muito barulho, tinha até rato. Agora estou num quarto, sozinho. Também não dá pra dormir direito, eu não gosto muito. Eu sempre pensei “*se alguém veio a trabalhar em Brasil é pra superar, não pra sofrer como na Bolívia, né?*” Mas aqui é a mesma coisa: a gente vem pra sofrer. Não, então eu decidi: “*isso aqui tem que acabar, isso aqui tem que acabar*”. Comecei a tirar meus documentos, queria ser legal aqui no Brasil. Estou em trâmite. Eu já tirei minha carteira de trabalho, já tenho CPF, estou tentando buscar outro emprego, onde eu possa estar melhor, onde tenha mais benefícios e seja recompensado por meu trabalho. Então vou ficar um tempo nesse emprego e depois vou embora, trabalhar em outro lugar.

Eu tenho um tio na Espanha, e na verdade o meu sonho era ir pra lá. Mas, da Bolívia eu não posso ir para a Espanha por causa do problema da droga. Muita gente leva droga e que é mandada de volta. Penso que a Espanha não deixa entrarem bolivianos por causa disso. Um amigo falou que se eu fosse ao Brasil, de lá eu posso ir para a Espanha, seu eu tiver documento. Vim para o Brasil também para poder fazer isso. Estou vendo, mas isso vai ser mais com o tempo.

Agora tenho que pensar no presente, tenho que trabalhar. Aí, com o tempo, se Deus quiser, se a oportunidade vier, eu vou. Sem pensar duas vezes eu vou! Eu vejo muito gente que está na Espanha e já tem tudo. Quando eu for, não é pra trabalhar e voltar para a Bolívia, é pra morar lá, ter meus filhos lá, até ficar velho.

Por enquanto, estou sozinho, mas quero ter uma família, estou procurando uma namorada, com o tempo aparece. Minha família está toda na Bolívia, por isso ligo todo

o mês pra lá, falo com a minha avó, mas não posso falar com a minha irmã. Não tenho seu telefone e isso é muito triste.

Desde pequeno eu tenho uma enfermidade, tenho ataque epilético, e quando eu fico nervoso, tenho ataque, desmaio. Já passei três vezes por isso aqui no Brasil. Tive que ir para o hospital e o médico disse que tenho que fazer um exame, um espectro, que eu ainda não marquei. Aí ele vai me dar uma mediação. Por causa disso, qualquer coisa mais grave que acontece, pode provocar um ataque. E essa história da minha irmã me deixa muito nervoso, fico preocupado com ela. Já tentei falar com ela por telefone, pra convencê-la a voltar pra casa...

Como a minha família está toda lá, eu mando metade do meu dinheiro pros meus irmãos, que não moram mais com os meus avós. A outra metade eu gasto. Lá no Brás tem algumas empresas que mandam o dinheiro pra Bolívia, uma delas e a Western Union.

Somos todos pessoas com mãos, olhos, só a língua é diferente.

Quando eu estou trabalhando aqui, eu vejo muito boliviano, eu vejo muito, muito, muito boliviano. Eu saio na rua e vejo boliviano de um lado, e do outro lado boliviano! Então eu sinto que estou na Bolívia. Isso pra mim não é bom, eu vim aqui pra conviver com gente diferente, pra conhecer seu costume, pra conhecer a maneira como eles moram aqui em Brasil, mas eu não tenho essa oportunidade. Eu não gosto de morar ali no Brás, é muito chato porque nos sábados você só vê boliviano bebendo, bebendo tanto que até caem no chão. Tem muita briga, roubo, e isso afeta a imagem do boliviano. Eu vou a uma loja eu quero comprar alguma coisa e já dizem: “*Você é boliviano!*” porque tem gente bebendo e as pessoas pensam que eu também sou assim.

Muita gente não percebe que sou boliviano, acho que por causa da cor, eu sou mais claro. Se alguém me pergunta “*você é boliviano?*”, eu falo que sim, não tem porque negar o que eu sou. Somos todos pessoas com mãos, olhos, só a língua é diferente. Uma vez eu tive um problema com isso. Eu queria namorar uma brasileira, eu tava olhando pra ela, mas ela falou “*você é de onde?*”, “*eu sou boliviano.*” “*Nossa! Vai embora, eu não quero boliviano!*” Eu me pergunto, por que a mulher que não quer o boliviano? É porque eu sou muito feio? Acho que não. Elas acham que somos bêbados, mas nem todos são iguais, cada um é de um jeito.

Muitas famílias têm oficinas no Brasil, mas tem familiares na Bolívia. Então o que eles fazem? Trazem sua família toda pra cá. Eu acho que as pessoas não vem só

porque são pobres e precisam de trabalho. Elas vêm também por causa da família. Por exemplo, digamos que eu venha pra cá e que eu tenha lá na Bolívia a minha mulher, meu filho. Eu trabalho aqui, junto um dinheirinho e trago a minha esposa, eu trago a meu filho, eu trago a meus tios. É isso que está acontecendo, é por isso que tem tanto boliviano chegando no Brasil.

Eu não tenho muitos amigos aqui. As poucas pessoas que eu conheço são bolivianos, mas eu gostaria de ser mais amigo de brasileiros, gostaria de relacionar me com gente de aqui o Brasil. Quero falar bem o português, eu gostaria falar muito bem português, quero conhecer a sua comida, cozinha as suas comidas, me vestir como vocês. Não quero imitar, quero conhecer. Eu tenho agora vinte e dois anos, eu já vivi vinte anos na Bolívia, agora quero viver vinte e dois anos aqui no Brasil. Tenho amigos bolivianos, mas o amigo boliviano bebe, e eu não gosto disso. Eu bebo, mas não como eles.

Além disso, só tenho folga na segunda feira, e eu geralmente durmo até, porque estou sempre muito cansado. Aí eu saio pra comer alguma coisa, uma comida brasileira: arroz, feijão. Já fui conhecer a Praça da Sé, mas sempre vou a um lugar perto, tenho medo de me perder, de sumir. Às vezes eu pego o metrô, acho mais seguro. Se vou de em ônibus eu me perco totalmente, eu não sei onde descer.

Eu fiz essa tatuagem aqui porque eu gosto muito de gatos, então tatuei essa pata de gato no meu braço. Eu tenho um gatinho aqui, mas o Dom Jorge não deixa. Então eu deixo o gatinho no meu quarto.

Eu quero conhecer mais gente, me relacionar com mais pessoas. O que sempre faço é ficar parado olhando o movimento, e quando eu vejo passar uma moça eu falo “moça, tudo bem?” como um lobo em busca de uma presa. Então no meu tempo livre eu faço isso, e nunca vou muito longe. Na feira Kantuta eu não vou muito, porque eu trabalho aos domingos. No sábado, a feira é na Coimbra, mas como eu também trabalho, e o restaurante fica muito cheio, eu não posso passear na feira.

No Brasil, você não pode fazer nada sem documento

Com o Dom Jorge, eu me dou muito bem. Ele é o patrão, mas ele não se comporta como patrão, ele é mais como um amigo. Já a sua mulher, sempre diz “você tem que fazer isso e aquilo.” Eles têm quatro filhos, os quatro nasceram aqui. Todos moram numa casa lá no fundo, atrás do restaurante. Um deles é administrador de

empresas e estava trabalhando na Espanha, chegou ano passado de volta, outro está num colégio e o outro no quartel, prestando serviço militar. E o Dom Jorge é bem conhecido, o restaurante é muito famoso, ele sai no jornal. Ele é uma pessoa que busca fazer favores aos outros, é um cara bom o Dom Jorge.

Antes, eu cozinhava no restaurante, porque não tinha cozinheira, mas agora tem uma. Eu cozinho muita coisa! O que eu mais gosto de cozinhar é o *pique*, que é uma porção de batata abaixo, em um prato. Em cima, vai uma carne, que se faz frita, em um molho de azeite, óleo, salsa, soja, mostarda, sal, um pouco de condimento e tempero de carne. Aí você frita, depois deixa ferver com pedaços de salsicha picadinha. Joga tudo isso em cima da batata, e por cima pica umas cebolas cruas, tomate e *ají*, que é pimenta. Coloca também dois ovos cozidos e tá pronto. Essa é uma comida cochabambina, mas a comida que eles fazem em La Paz é muito diferente. Lá, a batata é frita, não vai carne, e a cebola é frita no molho, então é muito diferente.

Eu, na verdade, nunca estive em La Paz, as cidades que eu conheço da Bolívia são Cochabamba, Oruro e Santa Cruz, só isso. E são todas distintas, os idiomas e os costumes são diferentes. Nós, cochabambinos, somos fechados, mas em Santa Cruz, os cambas, nós os chamamos de cambas, são mais abertos, eles não tem medo de nada. Os *paceños*, de La Paz, também são como nós, mais fechados. Aqui no Brasil tem mais gente *paceña*, por isso as pessoas pensam que a Bolívia é só La Paz, mas a Bolívia não é só isso. Ela é muito grande, tem gente branca, gente preta, tem muitas coisas.

Estou aqui há oito meses, desde Janeiro, e ainda não sinto falta de lá. Estou tirando meus documentos pela lei do Mercosul. Lá na Coimbra tem o consulado boliviano. Dentro de consulado boliviano tem a Polícia Federal do Brasil. Para isso você precisa dos antecedentes criminais da Bolívia e do Brasil, pagar multa no banco, tirar a certidão de nascimento e muitas outras coisas, é uma lista grande. Com tudo isso você tira um protocolo, que é um cartão assim branco com sua foto. Com isso você pode ficar em Brasil quase um ano. Você está legal em Brasil, só que está em processo. Agora, para conseguir a carteira de trabalho, tive que ir a outro lado, no Poupatempo pra tirar o CPF, que eu achei que era um cartãozinho azul, mas agora não é mais. Tudo isso eu fiz sozinho, porque na vida a gente tem que fazer isso.

Tem sempre algumas dificuldades de ser estrangeiro. Se um brasileiro vai à Bolívia também vai ter dificuldade. No Brasil, o problema é documento. É o maior rolo! E você não pode fazer nada sem documento. Eu quero abrir uma conta no banco, mas para isso eu necessito de CPF, RG e de uma conta de luz no meu nome. Isso é uma

coisa muito difícil, porque para ter um comprovante de residência eu tenho que ter uma casa, para ter uma casa tenho que ter dinheiro, para ter dinheiro tenho que ter um trabalho.

Lá na Bolívia você só precisa do RG para abrir uma conta. Eu tinha um amigo brasileiro lá que casou com uma boliviana e teve filhos com ela. Ele tirou o documento rapidinho e só com o RG ele abriu uma conta.

O idioma também é uma dificuldade, porque ninguém entende o que você fala, e você também não entende o que algumas pessoas dizem.

**Aqui no Brasil também tem muita festa boliviana, mas eu não vou não,
porque aqui você não sabe como vai ser, o que vai fazer.**

Lá na Bolívia eu era uma pessoa totalmente diferente. Eu não perdia nenhuma festa! Eu adorava festa, e a maior festa que tem lá é o carnaval. É muito grande! O de Oruro é o maior, mas onde eu moro também tem. Nessa festa, a gente enche umas armainhas de plástico com água e fica atirando nos outros. Uma vez eu enchi uma e coloquei na geladeira! Eu jogava água nos outros e a pele ficava vermelha! Mas a gente gostava mesmo era de molhar as mulheres, pra provocar mesmo, a gente jogava com tanta força que elas chegavam a chorar! Mas a maioria levava na brincadeira. A gente também jogava tinta uns nos outros, ficava todo mundo pintado de azul, vermelho, preto. Era muito bom, foi a minha infância!

Outra festa que tem lá é a Feira da Uva. Você sabe que da uva se faz o vinho, né? Mas da uva também se faz o *guarapo*. É uma bebida feita de uva triturada, numa garrafa que fica bem tapada por um mês, pra fermentar. Depois você tira e toma puro, se você tomar esse negócio, nossa! Te deixa louco! Então essa feira é de *guarapo*, e tem de todos os tipos: de uva branca, uva preta... Tem um grupo musical, os Carcas, muito conhecido na Bolívia, que toca nessa festa, e é tudo na rua, na praça.

Todas as festas lá são no meio da praça, todo mundo participava. Em Capinota tem a festa de aniversário da cidade, é uma serenata. Vem muitos grupos, tem jogos, é tudo muito bom. Em seis de Agosto tem a Independência da Bolívia, que é uma festa muita grande também. No Quinze de Agosto tem a festa da Virgem...

Aqui no Brasil também tem muita festa boliviana, mas eu não vou não, porque aqui você não sabe como vai ser, o que vai fazer. Não é a mesma coisa. Lá você já sabe como é, já sabe o que vai fazer e o que não vai fazer, é muito melhor. E tem muita festa.

Tem também a Festa de Todos os Santos, quando a gente vai ao cemitério para assustar gente. O costume lá é fazer o pão, e vai nas casas pedindo pão. Pra isso, precisa rezar, você reza ao morto deles e eles te dão o pão. Você vai de casa em casa até ter bastante pão, aí leva tudo pra sua casa. É muito legal. Depois, à noite, a gente vai ao cemitério, visitar os defuntos, e usa uma máscara e “UÁ!” Dá sustos nas pessoas!

Aqui, a feira da Coimbra é uma feria para os trabalhadores da costura. Eles saem a Rua Coimbra a comer a comida boliviana, a comprar uns negócios como *el chuño*, *maiz*, farinha, coisas que são da Bolívia. São coisas que chegam de lá, com pessoas que trazem, mas vendem muito caro. Mas é por isso que vem gente aqui trazendo muito coisa da Bolívia para vender na rua, por isso tem festa. Se não fosse por isso, não teria festa.

Essa é a oportunidade que eu tenho de mudar.

Eu acho que é bom pra mim estar aqui, eu estou melhor, principalmente no sentido econômico. Eu ganho dinheirinho, não sofro de fome, tenho minhas roupas. O ponto negativo é deixar algo que eu tinha lá, deixar as festas, meus amigos. Aqui eu me sinto sozinho, estou sozinho, eu sou sozinho. Não tenho ninguém, não tenho essa amizade de sair pra jogar bola, sair pra passear, pra beber, comer. Por isso eu me sinto muito oprimido aqui no Brasil. Pra ser feliz, a pessoa precisa ter amigos e um pouco de dinheiro. Não adianta ter só uma das coisas, tem que ter as duas juntas. Mas eu vejo um futuro muito bom pra mim aqui. Apesar de ser um lugar perigoso, é um futuro mais seguro, porque aqui tem coisas mais avançadas, coisas que na Bolívia você não vê muito. Se for possível, eu quero morar aqui. Eu tenho o sonho de ir para a Espanha, como eu disse, mas se isso não der certo quero ficar aqui e ter uma casa, uma mulher, um filho, essas coisas. O meu maior sonho é ter um carro, um carro bom, pra chegar na Bolívia de carro, aí as pessoas vão ver “*ele sofreu e se superou, ele está bem agora.*” Só de lembrar da Bolívia é muito doloroso. Lá eu sou conhecido como um *chico* rebelde, que não tinha futuro, que estava perdido. Meus avós e meus tios falavam muito isso. Por isso eu saí de lá, para ganhar a vida e mostrar a eles que eu não seria assim. Quando eu decidi vir pro Brasil, eu falei a meu pai “*eu vou ao Brasil*”; “*você está louco? O que vai fazer lá? Em que vai trabalhar?*” Ele não me apoiou, ninguém me apoiou, ninguém disse “*Que le vaya bien.*”

Por isso, eu tenho essa necessidade de ligar para a Bolívia, porque tenho um rancor com minha família, por ter sido maltratado por meus tios e por meus avós,

psicologicamente e fisicamente. Mas eu tenho um carinho pelos meus irmãos, que eu quero que estudem por lá, não quero que venham pra cá. Talvez, quando eu tiver minha casa, aí posso receber meus irmãos, mas agora, onde eu vou receber meus irmãos, vou mandar para uma costura? Não, vão sofrer, melhor que fiquem lá.

Na minha infância, eu fui muito travesso, e quando cresci, eu bebia muito. Quando comecei a trabalhar, gastava todo o meu dinheiro com isso. Tinha várias namoradas, ficava uma, duas semanas com cada uma. Eu decidi mudar, um dia percebi que eu tinha que fazer alguma coisa. A possibilidade de vir para o Brasil surgiu exatamente nessa época em que eu decidi mudar de vida.

Essa é a oportunidade que eu tenho de mudar. Eu vou trabalhar, eu vou ganhar dinheiro, vou a fazer minha casa, vou ter tudo o que eu não tinha lá na Bolívia. E você pode acreditar que na Bolívia eu só tinha dois pares de meias, dois pares de sapatos e uma calça; não tinha nada! Então eu tinha que lavar a minha roupa de noite para secar no dia seguinte. Eu não tinha cama própria, nem um roupeiro, então eu não deixei nada lá. Agora que estou aqui, quero ter tudo isso: um rádio, uma TV. Quero que isso seja meu, que seja fruto do meu esforço.

Muitos disseram que eu iria me perder aqui, que iria beber, como muitos fazem. Mas eu fui firme e mudei o meu caráter. Agora sou uma pessoa muito tranquila, uma pessoa muito alegre. Gosto de conversar com gente diferente, rir, brincar, eu brinco muito. Sou também respeitador, não sou racista, me considero muito legal, porque uma pessoa tem que se considerar legal pra que outra pessoa o considere legal.

Antes eu tinha uma necessidade de roubar, estava a ponto de fazer isso lá na Bolívia. Eu tinha amigos que não eram ladrões, mas estavam nesse caminho de roubar. Eles falaram “*vamos lá que tem uma casa pra roubar, vamos lá!*”, eu fui. Eu senti um medo, senti um frio, e nesse instante eu pensei, me imaginei da cadeia, preso. “*Não, o que estou fazendo? Vou embora.*” Eles quiseram me matar porque tinham medo que eu falasse, daí eu corri, corri grave, corri, passei por tudo que havia, passei por água, passei por tudo! E cheguei ah! Ah! Ah! Sem fôlego! Estava com os sapatos rotos, a roupa rasgada. Tinha um arame farpado e eu me cortei, estava sangrando, tenho a cicatriz até hoje aqui no braço. Foi aí que decidi mudar de vida de vez.

Victor é o protótipo do jovem aventureiro que se lança ao desconhecido. Apesar de chegar a São Paulo e ser rapidamente inserido no trabalho da costura, Victor deixou a Bolívia sem nenhuma garantia de hospedagem ou emprego e com a desaprovação da família. Apresentando-se como uma “macha negra na família”, sua fala é de um jovem que, sem ter se dedicado ao estudo – o que era dele esperado pelos avós – Victor acredita que quase cumpriu a previsão de que não seria ninguém ou, nas palavras que ele próprio ouviu repetidas vezes “se não estudar vai ser um burro”

Abandonado pela mãe, ele é mais um caso de crianças criadas pelos avós, assim como Fiorella – e Elisa, criada pelos tios – em que os efeitos sobre a personalidade refletem, entre outros aspectos, no sonho de constituir uma família própria que possa preencher o vazio do núcleo familiar na infância. A ausência física do pai, que trabalhava em outras localidades da Bolívia – mais uma vez expressão da herança dos deslocamentos dos povos andinos como parte integrante dos modos de vida – e a fuga da mãe são interpretadas por ele como o início ruim de sua trajetória de vida, que o levou por caminhos desaprovados pelos familiares.

Colocando-se em contraposição aos dois irmãos homens, ele assume o papel daquele que adotou um comportamento “desviante”, desacreditado pela família e, a partir de um certo momento, por si mesmo. Ao emancipar-se com dezessete anos, Victor passa a viver nos locais em que trabalhava, dependendo por vezes da solidariedade de amigos para ter onde dormir. Assim, a provisoriidade torna-se permanente em sua vida, à medida que sua moradia está condicionada ao trabalho, sempre temporário, provisório e instável, padrão que perdura – e inclusive acentua-se – após o deslocamento para São Paulo. Aqui, a moradia é provisória, já que o próprio trabalhador estrangeiro é pensado como provisório, tanto para a sociedade brasileira como para os próprios bolivianos, pois ele será empregado numa oficina de costura – ou, no caso de Victor, num restaurante – por um período que logo findará, ou com seu retorno à Bolívia, ou com a mudança de emprego, ou ainda, com uma pequena ascensão social por meio da montagem de seu próprio negócio (provavelmente no mesmo ramo em que trabalhou e onde empregará mão-de-obra boliviana também indocumentada). Nas palavras de Sayad:

(...) trabalho e habitação estão, no caso dos trabalhadores imigrantes, numa estreita relação de mútua dependência. (...) A habitação do imigrante só pode ser o que o imigrante é: uma habitação excepcional, como é “excepcional” a presença do imigrante uma habitação de emergência para uma situação de emergência; uma habitação provisória – duplamente provisória, porque os ocupantes só a habitam

provisoriamente e porque ela mesma constitui uma resposta para uma situação pensada para ser provisória (...).⁵⁸

Assim, para o trabalhador estrangeiro, diferentemente do trabalhador nacional, a moradia não constitui um direito, mas uma concessão exclusivamente vinculada ao trabalho. No caso de Victor, a provisoriedade é a dinâmica de sua vida, ainda na Bolívia, o que para ele é sentido dramaticamente em sua carência material, já que suas posses eram resumidas em: *“dois pares de meias, dois pares de sapatos e uma calça; eu não tinha nada! Então eu tinha que lavar a minha roupa de noite para secar no dia seguinte. Eu não tinha cama própria, nem um roupeiro, então eu não deixei nada lá.”* A falta de bens materiais tem grande impacto sobre sua identidade, levando-o a se considerar um pária, alguém excluído da sociedade de consumo. Por isso, quando Victor projeta-se no futuro, imagina-se bem sucedido e tendo carros, aparelhos eletrônicos, e produtos caros que comprovem materialmente seu sucesso, símbolos que não deixem dúvidas sobre o seu próprio valor como pessoa inclusa na sociedade.

Entretanto, sua vida em São Paulo, no momento da entrevista, é justamente a permanência da falta. Victor é um sujeito sem lugar, sem documentos, sem família e sem direitos. A carência que marca sua vida está em direta contraposição ao discurso hegemônico sobre os benefícios da globalização e os signos de prosperidade: dinheiro, casa, carro, rádio, televisão; por isso ele assumiu como objetivo pessoal a obtenção de todos os bens materiais que simbolizam o sucesso no mundo capitalista. Para ele, o deslocamento é o caminho que o levará em direção às conquistas que almeja, isto é, a migração é “uma provação que comporta em si mesma sua própria resolução”.⁵⁹

Com essa perspectiva, esse jovem decide lançar-se à São Paulo que lhe foi descrita como o “Eldorado”, onde há empregos e dinheiro em abundância, ou em outras palavras, onde é possível integrar-se plenamente ao mundo retratado nos meios de comunicação. O discurso do amigo que o convence a deixar a Bolívia nada mais é do que a reprodução da lógica da modernidade, que, dado o imperativo do trabalho informal – realizado em grande parte por estrangeiros indocumentados – promove sonhos das classes subalternas que se deslocam pelo mundo em busca de melhores condições de vida.

A narrativa de Victor é a expressão de como o pós-colonialismo produz subjetividades cuja matriz é a introjeção das relações coloniais de poder, em que os

⁵⁸ SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998, p.74-75.

⁵⁹ Idem, p.57.

países do Norte ocupam as posições privilegiadas. Nota-se também que o Brasil, país latino-americano, portanto do Sul, começa a se distanciar de seus vizinhos da América do Sul à medida que passa a ocupar a posição de país emergente e pensado como porta de entrada para o Norte. A Espanha é para o narrador em questão o destino final sonhado, explicitando a relação pós-colonial entre a ex-colônia e a ex-metrópole espanholas, que, como vimos em Sousa Santos, envolve diversas formas de subordinação e opressão, entre elas, a dos saberes.

Zilda Iokoi, analisando o fenômeno da migração boliviana para São Paulo, volta-se ao processo histórico da descolonização da América Latina e afirma que:

(...) o que se pretendia no século XIX, não era superar a opressão colonial, uma vez que ela era real para os excluídos, mais não para as elites locais que usufruíam das parcerias, acordos ou cooperação com os interesses metropolitanos. Ao se definir a ruptura com as antigas metrópoles pela formação autônoma de Estados Nacionais, não se pensou em níveis desses processos, uma vez que, a independência econômico-política devia também produzir a descolonização intelectual. Entretanto, os modelos seguiram a mesma dinâmica do moderno e, deste modo, a reprodução ou regulação do sistema.⁶⁰

Em consonância com Sousa Santos, Zilda Iokoi argumenta que as relações internas nos países latino-americanos a partir de suas independências não romperam com a lógica colonial, mantendo as desigualdades sociais e as relações de poder entre as elites e as classes subalternas, em grande maioria composta por indígenas e afro-descendentes. Dessa forma, as elites locais são a representação do Norte dentro do Sul, que deram continuidade à opressão dos vencidos do período colonial.

Na Bolívia, sua população composta por uma expressiva maioria indígena (cerca de 60% do total) foi, desde a colonização espanhola até a eleição do presidente Evo Morales, governada por uma minoria branca. Rica em diversidade cultural, biodiversidade, recursos energéticos, florestais e minerais e terras férteis, a Bolívia não proporciona qualidade de vida para a maior parte de seus habitantes, apresentando os piores índices econômicos e sociais do continente.

A história dos territórios que viriam a formar a Bolívia, a partir da chegada dos colonizadores espanhóis, é marcada por ciclos de exploração das riquezas naturais, baseados em princípios extrativistas e espoliadores da mão de obra indígena por

⁶⁰ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Imigrantes Invisíveis: a intolerância na cidade*. In: Anais do XIX Encontro Regional de História. Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP. São Paulo, 08-12 de setembro de 2008. CD-ROM

empresas controladas do estrangeiro ou ligadas a interesses externos. Como argumenta Marcelo Câmara:

A exploração da prata, que teve nas minas de Potosí seu apogeu, permeia a história do país desde 1548, tendo encontrado seu esgotamento somente em meados do século XIX. (...) À prata seguiu-se o salitre, a borracha, o estanho, o petróleo, o gás natural – todos vinculados a processos de exploração ligados a interesses externos.⁶¹

Fazendo uso do termo “bacia de drenagem de riquezas naturais” para descrever a posição da Bolívia no mercado mundial, Marcelo Câmara apresenta uma perspectiva econômica para a compreensão da frágil situação do país no mundo pós-colonial e globalizado. A narrativa de Victor nos mostra a interpretação subjetiva, isto é, no nível do vivido dos sujeitos, sobre o que a Bolívia representa no mundo contemporâneo: um lugar periférico, de onde se deve sair, já que está atrasado em comparação aos centros do capitalismo. A concepção sobre o próprio país como o lugar da falta está diretamente vinculada à colonização dos saberes de que fala Sousa Santos, pois os discursos civilizatórios colonialistas desqualificam pessoas, lugares e saberes e vendem sonhos ilusórios a respeito da globalização, que seria uma emancipação de toda a sociedade sob um mercado comum.

Mas, a quem serve o colonialismo? É de fundamental importância considerar que “colonialismo é capitalismo”⁶² e que, portanto, os discursos sobre as maravilhas da globalização são ideológicos e tem como objetivo ocultar a outra face do fenômeno. De acordo com Sousa Santos, os expoliadores, representantes do Norte, mantêm enormes contingentes populacionais submetidos à lógica do capital, em que o valor da vida está abaixo do valor da produção.

Segundo Saskia Sassen, na obra “The Global City”, é o capital que migra e com ele arrasta os trabalhadores, os quais se deslocam, majoritariamente, ao que Sassen denomina de cidades globais. Em seu estudo, a autora analisa três cidades: Nova Iorque, Londres e Tóquio, e demonstra que elas são os centros fundamentais do capitalismo que regem a economia mundial.⁶³ Sendo os centros do capital por excelência, as cidades

⁶¹ CAMARA, Marcelo Argenta. “Bolívia: de 1952 ao Século XXI – Processos Sociais, Transformações Políticas” in *Bolívia: de 1952 ao Século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007, p.70.

⁶² SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a Teoria crítica e Reinventar a Emancipação Social*, São Paulo: Boitempo, 2007, p.51.

⁶³ SASSEN, Saskia. *The Global City. New York, London, Tokyo, Princeton*, New Jersey: Princeton University Press, 1991.

mundiais são um reduto de promessas – ilusórias – de integração e boas condições de vida num mundo que relega à própria sorte trabalhadores considerados mão de obra barata. Nessa perspectiva, essas cidades se transformam em “pólos de esperança” para aqueles que tiveram seus modos de vida – especialmente do campo – destruídos pela civilização capitalista, ou mesmo para aqueles que não encontraram mais condições de sobrevivência em suas cidades. Mas o capital não desloca apenas despossuídos: ele também age sobre as classes médias que aspiram ascensão social, como no caso dos dekasseguis, que seguiram para o Japão com a ilusão de serem alçados à classe dominante. Também é exemplo a chegada de imigrantes coreanos no Brasil na década de 1980, trazendo capital para investir no setor têxtil e experiências no desenvolvimento dessa atividade ainda na Coréia do Sul, como veremos no próximo capítulo.

Segundo Sassen, nas duas últimas décadas do século XX, houve uma expansão de um setor manufatureiro rebaixado, pois grandes indústrias, que costumavam contar com mão de obra numerosa e razoavelmente remunerada para uma produção em massa, substituíram-na por trabalho subcontratado, realizado a domicílio ou por tarefa no intuito de suprir a demanda por flexibilidade na produção.

“(...) boa parte do trabalho que no passado se caracterizava como produção em massa, padronizada, hoje se caracteriza cada vez mais pela especialização flexível, por trabalhos realizados mediante encomenda, por redes de subempreiteiros e pela informalização (...). Em resumo, as mudanças ocorridas no suprimento de empregos, evidentes nas grandes cidades, são função dos novos setores e da reorganização do trabalho nos novos e antigos setores.”⁶⁴

Assim, as terceirizações foram expressão da reengenharia industrial, que desintegrou a classe trabalhadora à medida que separaram da base de salários os cargos que não compunham a base produtiva da empresa, ou seja, segurança, jardinagem, limpeza, refeitório, creches, etc.. Estas passaram a compor estruturas de serviços à parte, descoladas do padrão de salário principal e, dessa forma, reduzindo os custos finais da produção.

Adotando a perspectiva do esfacelamento das relações de trabalho reguladas e do aumento da informalidade⁶⁵ como consequências da própria estrutura de produção capitalista e de seu ciclo de expansão global, devemos considerar o trabalho informal

⁶⁴ Idem, p.131.

⁶⁵ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

como um elemento constitutivo do próprio sistema, impossível de ser superado pelo desenvolvimento econômico.

As migrações contemporâneas intimamente relacionadas ao aumento da vulnerabilidade e da informalidade do trabalho são consequências da flexibilização do modo de produção. Elas são hoje um importante mecanismo de suprimento de mão de obra pouco qualificada – e por isso de baixo custo – para o trabalho nas oficinas que produzem por encomenda, muitas vezes para grandes empresas que não tem mais relações diretas com os trabalhadores, isentando-se assim de garantir condições de trabalho dignas, remuneração para dias de descanso, obrigações para com a saúde dos funcionários, entre diversos outros, e subtraindo tudo isso do preço do produto final. Carlos Freire de Silva acrescenta a transferência dos riscos de mercado das empresas aos trabalhadores como outra consequência do esfacelamento do contrato de trabalho: “as empresas subcontratadas são acionadas apenas na medida em que haja demandas de mercado e em vez de estarem submetidas a uma autoridade que discipline o trabalho, são submetidas apenas aos objetivos e resultados”.⁶⁶

Os migrantes sem documentos são grande parte daqueles que realizam esse tipo de trabalho – sem descanso, com baixa remuneração e com alta instabilidade – pois esta é a única alternativa em seus horizontes de galgar sua sobrevivência e melhores condições de vida, mesmo que em condições de vulnerabilidade extrema.

A história de Victor é reveladora dessa face sombria, que é desvelada quando ele chega a São Paulo. Movido pela ilusão de adquirir os bens materiais que garantiriam não apenas sua sobrevivência, mas acima de tudo sua felicidade, ele embarca na aventura rumo ao Brasil. Porém, advertido sobre os perigos da viagem por terra, tenta escapar do trajeto que poderia resultar na deportação ou no envolvimento com coiotes adotando a estratégia de viajar de avião. Apesar do esforço em se diferenciar do fluxo de bolivianos que vêm para o trabalho pesado na costura, ele foi absorvido por esse mercado de trabalho que é outra face da globalização: a inclusão perversa, ou degradante, de que fala José de Souza Martins. Suas expectativas sobre as “coisas belas” que imaginou caem por terra ao ver sua vida reduzida à sua força produtiva, em que o imperativo do trabalho sobrepõe-se a todas as suas outras necessidades. A desilusão de Victor o leva de volta à Bolívia, onde, novamente, tem que encontrar meios

²² SILVA, Carlos Freire. *Trabalho Informal e Redes de Subcontratação*, Dissertação (Mestrado em Sociologia), FFLCH-USP, São Paulo, 2008, p. 38.

de sobreviver. Decide ir para o campo, onde o custo de vida é mais baixo, mas, mais uma vez, a realidade se mostra diferente do que ele imaginou; mais uma vez ele desloca-se a São Paulo.

Por já estar “mais acostumado”, defrontar-se com a realidade na capital paulista “não foi um choque”, em outras palavras, já desiludido com a experiência anterior, Victor já sabe o que esperar da vida como boliviano em São Paulo: deve trabalhar em subempregos, e conformar-se em ser um sub-cidadão.

Porém, como jovem aventureiro que abandonou o seio da família para desbravar o mundo, ele imagina no futuro sua recompensa, quando será um homem com família constituída, casa, carro, objetos de valor. Mais importante do que provar a si mesmo que fez as escolhas certas e chegou onde desejava é provar isso aos familiares deixados na Bolívia. Por isso, Victor descreve o momento em que sonha chegar à Bolívia de carro, mostrando que terá superado todos os obstáculos, que terá deixado a família, a cidade e o país de origem para vencer na vida. Isso porque, como aponta Sayad, o que se espera dos que retornam é o sucesso, não se quer saber das dificuldades, se quer saber das conquistas, pois sem elas não se pode perdoar a ausência do sujeito, o abandono do seio da família. Assim, ao falarem do Brasil, aqueles que já o conhecem o narram pela metade, ocultando todo o sofrimento e as privações por que passam.

Como o próprio Victor afirma, sua saída foi vista como um mal feito, uma fuga, e que a falta de apoio familiar é o rancor, ou a culpa que ele carrega. Estar ausente tem um efeito avassalador sob sua identidade, migrar significa ser aquele que abandonou os parentes, ser acusado e se auto-acusar pelo ato de se deslocar. Deve, portanto, cumprir com um mínimo de expectativas pessoais e familiares, no que está incluso o envio de remessas como manutenção dos elos com os parentes que ficaram para trás.

Os constantes telefonemas para os irmãos, as remessas de dinheiro que lhes envia, seu envolvimento nas questões relativas aos parentes fazem desses familiares apartados pela distância uma família transnacional, conceito definido por Germán Guaygua:

La familia transnacional pone de manifiesto que su composición y estructura no puede ser abordada atendiendo únicamente a lo que ocurre dentro de las fronteras nacionales o a partir del modelo de familia occidental. De acuerdo con Le Gall, ‘las familias que adoptan una forma transnacional muestran la diversidad de las formas familiares y cuestionan nuestra comprensión de esta institución’ (2005:39). Es lo que autoras como Landolt (2004) denominan “circuitos de intereses y obligaciones transnacionales”, que condicionan tanto las expectativas diarias de las personas

(posibilidades de emigrar, oportunidades de trabajo y vivienda em La sociedad de acogida, etcétera), como deberes Morales (proporcionar ayuda y soporte a familiares y amigos).⁶⁷

A necessidade do narrador em fazer contato com os irmãos por meio dos telefonemas mostra sua preocupação em manter vivos os laços afetivos na nova configuração familiar, na qual ele encontra-se separado do restante da família devido a seu deslocamento ao Brasil.

Percebemos, a partir da história de vida de Victor Goitia, que o deslocamento contemporâneo de bolivianos para São Paulo não são determinados apenas pelas dificuldades econômicas por que passam na Bolívia, ou pelas expectativas de um futuro ruim onde vivem. O sonho de integração na sociedade global, fundamentado nas imagens do mundo moderno e tecnológico baseado no consumo – ilusoriamente acessível a todos os cidadãos – move os sujeitos que estão excluídos dos benefícios materiais em direção a cidades que prometem vida próspera e emprego para os que têm disposição para o trabalho. A concepção de que com força de vontade é possível galgar estabilidade e segurança social no mundo globalizado é parte da perversidade desse mundo, pois, os trabalhadores deslocam-se para cidades como São Paulo e se submetem às mais severas formas de exploração movidos pelo sonho de mudarem de vida. Alguns conseguem, o que retro-alimenta o fluxo de trabalhadores para o setor de produção de roupas, mas a maioria – que é regra e não exceção – permanece em situações de vulnerabilidade extrema, suscetíveis às mais variadas formas de desrespeito a seus direitos.

A saída de Victor foi condicionada, portanto, pelas falas de conhecidos, pelo que estava na boca do povo sobre o Brasil, mas também pelo que ouvia sobre si mesmo dos parentes e amigos. Considerado “um *chico* rebelde”, ele era desacreditado por todos, viveu de favor com um amigo até ser expulso, e assumiu, ele próprio, a identidade de um fracassado. Victor vivenciou a provisoriedade e, consequentemente a vulnerabilidade social até uma situação limite, momento que ele avalia como de inflexão de sua vida. A narrativa sobre sua quase entrada no mundo do crime, quando aceitou a proposta dos amigos, mas não teve coragem de realizá-la, denota o momento epifânico de sua trajetória: ele cai em si e percebe que estava fora dos seus próprios princípios morais. A moralidade que lhe foi transmitida por familiares, apesar de

⁶⁷ GUAYGUA, Germán APUD PAES, Vanessa Generoso. *Trânsito de Identidades e Estratégias de Negociação Familiar: deslocamentos populacionais entre a Bolívia e o Brasil*. São Paulo, 2011. Dissertação (Mestrado em História Social), FFLCH-USP, São Paulo, 2011, p. 167.

contestada durante sua juventude, foi naquele momento retomada, fazendo-o aperceber-se do desperdício de sua vida, que só teria valor frente à sua sociedade e a si mesmo se mudasse o seu modo de ser, em outras palavras, se reconstruísse sua identidade. Tal experiência é narrada como o marco que divide sua vida em dois tempos: o antes e o agora, e está, inclusive, inscrita em seu corpo na cicatriz do corte no braço.

A passagem entre esses dois tempos foi completada justamente com o deslocamento para São Paulo. Com a frase “*a possibilidade de vir para o Brasil surgiu exatamente nessa época em que eu decidi mudar de vida*” temos expressada a migração como o recurso para a transformação de si mesmo, para a reconstrução de Victor a partir da moralidade da familiar. Paradoxalmente, ele teve que contrariar os familiares para tentar conquistar a aprovação dos mesmos, o que busca ainda hoje. Tomada a decisão do deslocamento, percebe-se o esforço do narrador em estabelecer novos padrões de conduta, e que para isso lança mão da estratégia de “copiar o brasileiro”, revelando que os discursos de superioridade entre sociedades atingem inclusive os comportamentos e, com isso, as identidades.

O distanciamento do Brasil em relação a seus vizinhos latino-americanos resultante do processo de desenvolvimento econômico e da aproximação com os países do Norte reproduz relações desiguais entre Norte e Sul dentro da própria América Latina. A hierarquização dos modos de vida, em cujo topo encontra-se o padrão ocidental, não apenas desqualifica a diversidade como a reduz, à medida que reproduz continuamente discursos e imagens a respeito da inferioridade de tudo o que difere da racionalidade ocidental, levando muitos dos que são ditos como inferiores optarem pela adoção da cultura dominante, ou então rechaçarem elementos de sua própria cultura, como foi o caso de Victor.

Uma vez no Brasil, Victor estabelece novas regras a si mesmo, afirmando não conviver muito com amigos bolivianos que estão em São Paulo pelo fato de beberem muito, atitude que ele próprio tinha na Bolívia, mas que resolveu extinguir. Vale observar que as novas regras normativas que esse jovem resolve seguir em sua vida reinventada não são aleatórias: ele absorve muito da moralidade brasileira num esforço explícito de se integrar à nova sociedade.

Há, entretanto, um conflito interno em Victor: ao tentar adotar um modo de vida que ele considera mais brasileiro, ele perde seu referencial cultural e expressa uma postura nostálgica em relação ao passado. Sua dificuldade em conciliar sua cultura de origem, que ele denomina de cochabambina, com a cultura que quer aderir, a brasileira,

revela-se quando ele fala das festas bolivianas. Aquelas que ele descreve em sua cidade natal são detalhadamente contadas, nas quais os ritos e as tradições estabelecem as ações e as diversões, enquanto as festas realizadas por seus conterrâneos em São Paulo “não são a mesma coisa” e a ausência das tradições, em sua concepção, estão relacionadas à falta de referências de como se portar, sem as quais não há como se divertir. Podemos interpretar esse distanciamento das festas bolivianas em São Paulo por parte do narrador como expressão da sua dificuldade em reinventar uma identidade em que elementos de sua cultura sejam parte integrante. A desqualificação e a inferiorização de que sua cultura é alvo nos discursos da racionalidade ocidental no mundo pós-colonial tem como efeito subjetivo o conflito identitário vivido por esse jovem boliviano no Brasil. Um exemplo da incompatibilidade em ser boliviano na sociedade brasileira é referente à bebida: o rechaço ao consumo de bebidas alcoólicas em sua nova vida é, para ele, inconciliável às festas bolivianas, já que a bebida é fundamental nos festejos de sua terra natal, como ele próprio descreve.

O afastamento de suas tradições em sua vida abasileirada reflete-se no tom nostálgico das narrativas das festas em Cochabamba, como celebração do dia dos mortos, no início de novembro, chamada de Dia de Todos os Santos pela igreja católica ou de Mastaku, em quéchuá. A peregrinação pela vizinhança, o culto aos mortos, a partilha do pão e brincadeira no cemitério compõem os ritos que anualmente são reinterpretados desde as culturas indígenas pré-colombianas.

Em contraposição ao cotidiano das festas na Bolívia, onde estava sempre cercado de amigos, está a rotina no Brasil, qualificada como solitária. Nesta e nas outras narrativas de migrantes que vieram sós, a solidão é uma presença constante na vida desses sujeitos deslocados no espaço e no tempo, passagem que deixa para trás a temporalidade cíclica das celebrações tradicionais – que reforça as relações interpessoais agregando parentes, amigos, vizinho – e os insere no tempo do capital, que desagrega a família e desorganiza a vida.

Apesar de enfrentar uma realidade muito distinta daquela que havia idealizado antes de sair da Bolívia, Victor mantém o sonho de superar todos os obstáculos e vencer, isto é, obter tudo aquilo que almeja; a esperança de conquistar um lugar para si no mundo global o faz tolerar situações em que é humilhado por moças brasileiras e explorado até os olhos arderem de tanto trabalhar. Opressão é o termo que ele utiliza para definir como se sente vivendo numa metrópole onde realiza um trabalho informal, precário e arcaico, mas onde enxerga um futuro moderno e seguro.

Essa desilusão, ou seja, a dissolução da ilusão que foi a base motivacional do deslocamento, não significa que as condições de vida no Brasil são piores do que no país de origem, ela diz respeito apenas às perdas intrínsecas à migração, que ainda assim representa ganhos na opinião de quem migra. Tais perdas são justamente o que fazem da migração uma provação, cheia de sacrifícios e sofrimentos que, com sorte, serão apenas temporários.

Por seu esforço desesperado de não permanecer às margens da sociedade na qual quer se integrar, Victor não desiste: vai continuar traçando seu mapa do mundo rumo à Espanha, rumo ao Norte, onde está disponível a ele e a todos os pobres uma inclusão precária e perversa.

5. Neutralidade Política ou Subcidadania?

Foram necessárias duas tardes para que Andres contasse sua longa trajetória de vida, não tão longa pela idade, mas por rememorá-la detalhadamente. Andres tomou a palavra para si e conduziu a entrevista sem precisar de muitas perguntas. Contou sua história de maneira peculiar, narrando fatos recentes em extrema conexão com eventos mais antigos, de sua infância e adolescência, buscando nestes a justificativa para suas ações recentes e para sua identidade. O texto final, reproduzido a seguir, constitui uma verdadeira análise sobre a migração boliviana como fato social total, em que todos os aspectos do vivido são envolvidos e transformados pelos deslocamentos.

Andres Trifon Espinosa Mamani

Então, o que eu posso contar da minha vida?

Eu sou André Trifon Espinosa Mamani e é um prazer poder compartilhar um pouquinho da minha vida como imigrante aqui em São Paulo. Quase metade da minha vida é aqui, a outra metade foi na Bolívia. Eu cheguei aqui na década de noventa, mais especificamente no final de 1991, não foi uma época fácil, porque a situação financeira estava ruim, instável.

A comunidade era pequena, e eu não tinha muitos contatos aqui. Lembro que raramente eu via um boliviano na rua, era um milagre achar um no ônibus, na rua. A gente só tinha contato aos domingos quando tinham os campeonatos de futebol, onde hoje se conhece como Praça Kantuta, ali no bairro do Canindé. Foi lá que foi fundado o primeiro campeonato de futsal dos bolivianos. Eu joguei por muitos anos, era goleiro, parei por minha condição física, tive uma complicação nos joelhos e deixei de jogar há oito anos. Nos campeonatos, eu comecei a conhecer alguns amigos, éramos uns trinta, quarenta bolivianos no máximo. Hoje, dezenove anos depois, você vê na Praça Kantuta mais de três, quatro mil pessoas no final de semana.

Então, o que eu posso contar da minha vida? Bom, eu nasci na cidade de La Paz, na sede do governo. Nasci no dia 10 de novembro de 1968, atualmente tenho 41 anos. Meus pais são do interior. Meu pai chamava Carlos Espinosa e era da província Los Andes, de uma cidade chamada Mocoña. Minha mãe chamava Valentina Mamani e era

da mesma província, mas de outro povoado chamado Pucaraña, muito conhecido hoje em dia. É lá onde fica uma das universidades de idioma aimará.

Eu tenho cinco irmãos, então ao todo somos seis. Na verdade, um faleceu há muito tempo, eu não cheguei a conhecer, porque sou o caçula da família. O mais velho é o Otávio, depois vem o Dionísio, a Fidélia, a Bonifácia, e depois eu. Meus pais me contaram que eles saíram de seus povoados e foram para La Paz para que meus irmãos estudassem, porque meus pais nunca tiveram oportunidade de ir para a escola, eles lavraram sempre, a vida inteira deles foi assim. Minha mãe faleceu há dez anos, meu pai há um.

Como sou o último filho, já nasci na capital mesmo, na província boliviana de La Paz. Eu cresci num bairro chamado La Portada. Esse nome quer dizer que é bem na entrada da sede do governo da cidade. Nasci, cresci e estudei nas escolas do bairro. Aqui chamam de prézinho, mas lá é kinder. Eu lembro o nome da escola onde estudei, era a *Carola Índias*. Sulema era o nome da minha primeira professora. Não sei se ainda vive, mas lembro bem dessa professora, acho que foi ela quem me ensinou a gostar da escola, do estudo. Ela sempre dizia que a gente tinha que se superar e ser alguma coisa na vida. Depois fui para o colégio Santo Tomás de Aquino, para fazer o curso básico. Hoje esse colégio é muito conhecido. Eu terminei o curso nessa mesma escola, mas passei dois anos em outra escola, por causa de uma bolsa que eu ganhei e fui parar num colégio chamado França Maio, muito conhecido também. O nome é em homenagem a um dos grandes escritores da Bolívia. Lá tinha um curso técnico, era uma vantagem. Mas eu não consegui me acostumar e acabei voltando para a escola do meu bairro.

Desde pequeno eu gosto de futebol

Quando eu tinha oito anos, fui convidado para participar da seleção da escola, através da minha professora Karli de educação física. Houve um torneio intercolegial e a escola foi convidada, por isso foram escolhidos os melhores jogadores. O esporte foi muito importante na minha vida. Naquela época eu jogava na linha e ela achava que eu jogava bem. No dia do torneio nós ganhamos e saímos campeões pelo colégio Santo Tomaz. Foi a partir desse dia que as portas do esporte se abriram para mim, graças a essa professora. Um professor de um clube estava assistindo o campeonato e me convidou para integrar o time dele, que é muito conhecido lá na Bolívia, o Club Deportivo Municipal. Foi um dos primeiros clubes de futebol boliviano de nível

profissional, um dos mais belos. Chegou a jogar aqui contra o Santos, na época do Pelé, eles fizeram um empate, foi muito bonito. É um time que depois se converteu em formador de jogadores, muitos formaram a seleção da Bolívia nas décadas de 60, 70, 80. Então não pensei duas vezes, meus irmãos me apoiaram e meus pais também, e fui para lá aos anos oito e saí com doze. E não joguei mais na linha, eles descobriram que eu era melhor no gol. No campeonato nacional em Oruro eu sofri uma lesão muito grave no joelho e precisei fazer uma cirurgia. O time não quis arcar com todos os custos, mas como o meu pai trabalhava numa fábrica de tecidos alemã há muito tempo, aliás, desde que foi para La Paz trabalhou nessa fábrica e se aposentou depois de 35 anos de trabalho lá. Nesse emprego ele tinha um plano de saúde e eu pude fazer a cirurgia e me curar. Depois disso, meus pais não queriam mais ouvir falar em futebol, mas o esporte era a minha vida. Eu nunca deixei de estudar, sempre fui um aluno aplicado, mas a bola era tudo pra mim. Fiquei dois anos parado, sem praticar atividade física e isso foi duro porque como eu era conhecido como o líder da seleção de escola, sentiam a minha falta. Eu sempre acompanhava os treinos, estava de muleta.

Aí, aos quinze anos surgiu a oportunidade de jogar num time chamado Ferroviário, com um salário. Com isso, eu poderia sustentar meus estudos, mas como meus pais eram contra, tive que começar às escondidas, só contei pra eles depois de um ano. Joguei na divisão juvenil por três anos e tenho boas recordações desse time também, porque ganhei muitos títulos.

Eu já ouvia falar de boliviano indo pra Argentina, pro Brasil, pra estudar, então surgiu uma curiosidade em mim: como eles conseguiam ir estudar lá?

Quando eu terminei o estudo, eu tive que tomar uma decisão. Eu via que o futebol não dava muitas garantias, não era uma profissão que sustentaria a minha família no futuro, especialmente na Bolívia. Terminado o colegial, eu fui fazer o serviço militar, que é obrigatório lá. Fiquei um ano na Marinha da Bolívia, no departamento de Deni, na cidade de Riveralta, próxima de Guajaraverin, que faz fronteira com o Brasil. Durante essa prestação de serviço militar eu decidi estudar e parar de jogar. Não parar de jogar futebol, continuei sendo amador, jogando nos bairros, mas saí do profissional. Resolvi fazer faculdade, meu sonho era estudar engenharia. Eu fui bem nas provas, mas não passei na de conhecimentos gerais e não consegui vaga em engenharia. Justamente

naquela semana estavam começando as provas de Direito. Eu nem queria fazer Direito, mas acabei passando. Então comecei a cursar a faculdade.

Eu deixei a faculdade no terceiro ano, foram dois, três anos que não parei de jogar futebol. Continuava estudando e foi justamente no terceiro ano que meus pais já não tinham mais condições para sustentar meus estudos, porque já requeria muito dinheiro. Eu também já estava com vinte e um anos. Como trabalhava um pouco, ganhava um dinheirinho, não era muita coisa. O que eu ganhava pagava meus gastos com transporte durante a semana e às vezes dava para o almoço. Era um salário mínimo pra matar a fome. Não dava para comprar os livros e o material de aula, isso sempre foi através de meus pais, mas no terceiro ano eles não podiam mais.

Na época da faculdade a gente conhece muitas pessoas e fica sabendo de várias coisas; eu já ouvia falar de boliviano indo pra Argentina, pro Brasil, pra estudar, então surgiu uma curiosidade em mim: como eles conseguiam ir estudar lá? Logo começaram a surgir oportunidades de trabalho no Brasil e principalmente na Argentina, porque lá na Bolívia se fala muito de Buenos Aires. Além disso, eu tinha o desejo grande de conhecer outro país. A Bolívia eu conheci numa viagem que ganhei do meu padrinho de formatura do colegial. Fomos para quatro departamentos: primeiro Oruro, a capital do folclore por causa do carnaval, depois Sucre, que é a capital da Bolívia, em seguida Potosí, que tem uma história muito rica por causa da exploração da prata desde os espanhóis. Lá há muitas construções antigas, como igrejas de diversos tipos arquitetônicos, a casa da moeda onde se fabricaram as primeiras moedas da Bolívia, a casa de Moto Mendes, um personagem conhecido da fundação do país. Por fim, fomos a Tarija, uma cidade muito tranquila, com muitas coisas para conhecer.

Então eu estava interessado em conhecer outros lugares e, ao mesmo tempo, um cunhado da minha irmã estava aqui no Brasil hávia dois anos e voltou para a Bolívia para visitar a família. Ele contou que estava ganhando bem, a economia estava boa, e minha irmã comentou sobre isso comigo. Ela sabia que eu queria sair da Bolívia, eu falava com muita gente e várias oportunidades estavam aparecendo, como ir para Santa Cruz, com dois irmãos mais velhos que já estavam lá. No fim, eu vim para São Paulo com o cunhado dela, no intuito de economizar um pouco de dinheiro e voltar a fazer a faculdade. Eu podia parar o curso por dez anos, depois perdia a vaga. Deixei uma carta na faculdade, para segurarem a minha vaga, pois meu plano era voltar e terminar o curso. Minha irmã me disse: “*se você não der certo lá, você volta*”, e eu vim pra essa experiência de ficar um ou dois meses.

Deixei muitas coisas por lá: família, amigos, esporte

Eu vim de ônibus, tirei meu passaporte e um visto de turista, não disse que vinha para trabalhar. Fiz todos os trâmites no consulado do Brasil em La Paz. Naquela época você tinha que apresentar uma carta falando que você tinha parentes com quem podia ficar aqui, mostrar certo valor em dinheiro para poder ficar o tempo que você estava solicitando. Eu solicitei trinta dias, então eles me concederam. Na viagem, passei por cidades que não conhecia, como Santa Cruz, onde descemos do ônibus e pegamos um trem, depois por Cochabamba, até chegar em Porto Quijarro, que é a fronteira com Corumbá. Só o trem chegava até a fronteira.

Vim com esse cunhado da minha irmã e com outras quatro ou cinco pessoas, ele tinha voltado para procurar um pessoal para trabalhar na oficina que ele estava montando. Ele tinha trabalhado em outras oficinas, conseguiu juntar um dinheiro para montar uma confecção. Os outros que vieram no meu grupo eram parentes e amigos dele.

Passada a fronteira eu achei uma maravilha porque era diferente. O ônibus era mais confortável e foi rápido chegar até São Paulo. Quando cheguei aqui eu fiquei muito impressionado! Eu imaginava que era como La Paz, uma cidade pequena, porque a televisão só mostrava os Estados Unidos, mostrava muito pouco o Brasil, a Argentina, a Sulamérica em geral. Quando chegamos pela Marginal Tietê, que é a entrada da cidade, vi aquele rio e o povo brasileiro! Eu pensava que todo mundo era moreno, como o Pelé, mas vi que era uma mescla. Pra mim era tudo diferente, além do português, que eu não entendia nada.

Chegamos ao Terminal Tietê e fomos de metrô até o bairro do Belém, onde ele morava. O metrô também me impressionou, era tudo de primeiro mundo mesmo. Os primeiros dias foram difíceis, eu demorei a me acostumar. Nós estávamos entre nós bolivianos, falávamos a mesma língua, mas quando eu saía na rua... Eu acho que demorei duas semanas para sair, eu tinha muito medo de me perder, medo da polícia. Isso era Janeiro de 1992, chegamos logo depois do ano novo. Assim que chegamos, o chefe explicou: *“aqui você começa a trabalhar às 7h, ao meio-dia tem uma parada para o almoço, recomeça às 13h e vai até a hora do café que é às 16h ou 17h da tarde. Depois do café pára pro jantar, às 20h, e daí continua até a meia-noite.”* Eu nem sabia que ia trabalhar com uma máquina, ele havia me dito que eu seria uma espécie de

administrador da firma dele, por isso eu tive esse privilégio de começar como ajudante geral. Eram dez pessoas que trabalhavam e moravam na oficina.

Ficamos uma semana sem fazer nada, só esperando serviço, mas eu logo vi que aquilo que era prometido não era como a realidade mostrava. Eu não tinha noção do que era uma máquina de costura. Comecei como ajudante geral, ajudava as pessoas a picotar, usando aquela tesourinha. E eu lembro que começamos a confeccionar japonas, eram jaquetas muito conhecidas na época, hoje em dia sumiu. Os bolivianos trabalhavam muito no inverno, com jaquetas de japona e de couro, era um serviço pesado, só tinha descanso no domingo.

No sábado a gente fazia o supermercado, comprávamos uma bolacha, uns pãezinhos, porque ele só dava comida durante a semana. O trabalho terminava ao meio-dia no sábado e daí em diante a gente se alimentava por conta própria. No tempo livre, a gente ia para o supermercado, ficava dando voltas por horas lá dentro. Depois de um mês eu conheci outros bolivianos, no supermercado.

O salário que a gente ganhava era em cruzeiro, mas como o dinheiro desvalorizava muito rápido, eu conversei com o chefe e passei a ganhar em dólar. O trabalho era duro, mas os meses foram passando e eu acabei me acostumando. Eu perguntei pra ele se eu podia fazer um pouco de esporte e jogar futebol no final de semana. Como ele morava lá no Tatuapé, era perto do clube Corinthians, e a gente começou a jogar perto do Parque São Jorge. Aos sábados a gente ficava desesperado pra sair: depois do almoço, tomava banho correndo e se vestia rápido. E ficava até as sete, oito da noite jogando, brincando entre nós mesmos. Às vezes aparecia um brasileiro para brincar com a gente. O meu cunhado também jogava.

A gente convivia em família mesmo, a única coisa que incomodava era o salário, porque se ganhava muito pouco e se trabalhava muito.

Com o dinheiro que eu ganhava, eu comecei a fazer economia. Naquela época não tinha essa facilidade de hoje para enviar dinheiro à Bolívia. Passados três, quatro meses, quem não se adaptava ia embora. Eu tava decidido a ir embora, estava louco para voltar, mas surgiu uma oportunidade de poder jogar bola em um campeonato dos bolivianos. Foi aí que eu conheci a quadra do Canindé, hoje chamada de Praça Kantuta. Lá os bolivianos jogavam no final de semana, no sábado até a meia-noite, foi meu primeiro contato com outros bolivianos. O meu chefe montou um time e me convidou

para jogar com ele, então eu resolvi ficar no Brasil, trabalhando na oficina e jogando bola aos finais de semana. Em setembro daquele mesmo ano surgiu outra oportunidade de trabalho, com um salário melhor, e eu tive que conversar com ele.

Fui trabalhar com um senhor boliviano chamado Jaime, que morava na Rua Coimbra. O serviço era um pouco mais leve, então foi melhor do que o primeiro, porque lá eu fazia de tudo, até cozinhava quando faltava cozinheiro. Com o Jaime foi muito bom, eu agradeço muito a essa pessoa, porque foi quem me ajudou bastante. Os filhos dele me conhecem até hoje, somos velhos amigos. Cada um já está estabelecido, alguns com empresa própria, outros continuam batalhando na vida. Essa família me abrigou e me abriu uma janela para a cidade, eles diziam “*Você tá enxergando muito pouco do que é São Paulo*”. O Jaime me orientou bastante, disse que eu podia fazer minha carreira aqui, por isso foi ao consulado boliviano, na Rua Honduras. Eu fui até lá, mas fiquei decepcionado porque era um monte de papelada. A primeira coisa que eles falaram foi que eu tinha que saber bem o português. Além disso, a minha família tinha que apresentar alguns documentos lá na Bolívia para mim. O Jaime me incentivava, dizia que o sobrinho dele tinha conseguido e que eu também conseguiria. Ele foi muito bom pra mim, ainda mais porque naquela época era muito caro ligar para a Bolívia, às vezes custava dez, quinze dólares numa chamada de quinze minutos. Quando consegui falar com a minha família, eles me disseram que estava difícil ter a cooperação do consulado.

Nesse período, eu continuei jogando futebol. O primeiro campeonato de futsal dos bolivianos aconteceu no Bom Retiro, perto da Avenida do Estado. Hoje, o local é uma CDHU, mas na época tinha um campo de futebol e duas quadras de salão, que faziam parte do Clube Sulamericano. Se o jogo era no domingo, era na Casa Verde. Tinham três campeonatos bolivianos organizados quando eu comecei a jogar, e depois surgiram outros. Um deles acontecia no Canindé, que em 1994 mudou para a Vila Guilherme, numa quadra chamada Vavá Esportes.

Surgiu a oportunidade de poder migrar pra Buenos Aires, onde já havia muitos bolivianos

Quando chegou o mês de novembro, ainda no meu primeiro ano aqui, eu tinha que ir à Bolívia providenciar toda a papelada para poder estudar aqui. Porém surgiu a oportunidade de poder migrar pra Buenos Aires, onde já havia muitos bolivianos,

porque de lá era mais fácil mandar dinheiro para a família. No Brasil, a gente ganhava em cruzeiro, não dava pra mandar pra Bolívia, onde só aceitavam o dólar.

Então encontrei um amigo dos tempos de futebol juvenil, o João Carlos, que tinha mudado para São Paulo há muitos anos, com sua família. Quando nos conhecemos, eu era técnico de uma equipe do bairro e ele era meu pupilo. Eu cheguei a indicá-lo para um time profissional, mas a família dele veio para cá e ele até largou a escola. Ele veio pra cá com doze, treze anos e também jogava nos campeonatos bolivianos em São Paulo. Quando o reconheci, fui falar com ele, mas o pessoal da oficina dele não queria que eu me aproximasse muito. Isso é muito comum, os chefes não querem que o seu pessoal entre em contato com pessoas de outras oficinas, pra não correr o risco de perder os funcionários. Até os times são organizados com base nas oficinas.

Depois de explicar para o irmão mais velho que eu era um conhecido, até o irmão me reconheceu, ele também tinha jogado comigo na Bolívia, então nós pudemos nos aproximar. Ele me contou que trabalhava desde menino, quando chegou aqui. Conversamos um pouco e ele disse que queria ir para Buenos Aires se juntar aos primos, porque lá se ganhava melhor e tinha mais trabalho. Fiquei muito próximo dele e da família, eles até me chamavam de primo. E por coincidência, eles moravam perto da oficina em que eu trabalhava com o Jaime, então frequentei muito a casa deles. Três semanas depois eu fui com eles para Buenos Aires.

Fomos de ônibus, dessa vez entrei ilegal por Uruguaiana. E já tinha uma oficina completa, porque foram dois irmãos mais velhos dele, o primo, o pai, outros parentes e eu, que era quase da família. Éramos oito. Para passar a fronteira, nos dividimos em alguns táxis, e o taxista falou: “*Você vai falar que está a passeio.*” Por isso, a gente foi de mochila, e naquela época não tinha uma fiscalização muito rigorosa do lado do Brasil. Quando a gente estava passando a fronteira, vimos outros bolivianos que foram barrados, eles deviam estar a caminho de Buenos Aires também, mas nós passamos e não tivemos problemas.

Chegando ao lado argentino da fronteira, nós passamos por momentos de medo, porque era de madrugada e não havia ônibus. Ficamos escondidos dentro do terminal, só partimos na manhã seguinte. À noite, chegamos a Buenos Aires, e eu não tive um choque, porque já estava acostumado com São Paulo, mas percebi que eles não gostavam de estrangeiro. Nós falamos espanhol como eles, e mesmo assim eles te olham feio. Eu acho que era por causa da grande quantidade de bolivianos que estava

migrando para lá, muito mais do que para São Paulo, por isso o preconceito era maior. É como o que eu vi acontecer aqui: quando eu cheguei a São Paulo, os brasileiros aceitavam melhor os bolivianos, eu fiz muitas amizades. O medo que os bolivianos tinham da polícia era um pouco exagerado, eles não mexiam com a gente, mesmo sendo ilegal, ao contrário, acho que a polícia nos protegia. Se algum boliviano estava perdido, podia pedir informações à polícia, sem temer que perguntassem sobre seus documentos. O boliviano era muito respeitado porque não vivia bêbado pelas ruas. Na Praça Padre Bento, que era um ponto de encontro de bolivianos, paraguaios, peruanos, assim como a Kantuta hoje, não havia bebida alcoólica, as pessoas estavam lá para encontrar mão de obra e bater papo.

Bom, então chegamos a Buenos Aires e fomos para a oficina de um coreano. Aliás, esse hábito de trabalhar das 7h à meia-noite é legado dos coreanos, os bolivianos que montaram suas confecções depois de trabalharem para os coreanos adotaram esse mesmo sistema de trabalho. Em Buenos Aires foi a mesma coisa, e esse sistema acabou se tornando um costume. Meu chefe coreano explicou o quanto iria pagar para cada um, mas como eu disse que sabia trabalhar na overloque, eu fiquei de overloquista, e ele me perguntou quanto eu queria ganhar. Alguns colegas me disseram que eu deveria pedir entre setecentos e oitocentos dólares e foi isso que eu fiz, e ele aceitou. Imagina, aqui eu ganhava cento e cinquenta dólares por mês no máximo! O problema é que lá a gente ganha bem por três meses no verão e três meses no inverno, o resto é sobrevivência. No Brasil, o serviço é mais constante. Outra diferença é que aos sábados depois do meio-dia ele fechava a oficina e só reabria às oito da noite no domingo, era um costume deles, ou seja, a gente tinha que dormir e comer em outro lugar. Então a gente saía para os bailes bolivianos, às vezes a gente passava a noite toda no baile. E eram bailes com música eletrônica boliviana, parecia que estávamos na Bolívia. Por isso, no final de semana se gastava muito dinheiro com comida e às vezes com hotel, tive que me controlar para economizar, principalmente porque eu recebia semanalmente, não por mês, e parte do salário vinha em vales para gastar em restaurante.

Eu cheguei a jogar bola em Buenos Aires também, só que lá era futebol de campo, que eu gosto mais. Nosso chefe não jogava junto, os coreanos são muito fechados.

**Não nos tratavam bem, nem os argentinos nem os bolivianos gaúchos,
chamavam-nos de negros!**

Depois do primeiro mês, eu resolvi receber por produção, não mais um salário fixo, e chegava a ganhar mil e cem, mil e duzentos dólares. Isso foi o que eu ganhei por ano no Brasil. Então fui ficando, mesmo sendo ilegal, e mandando dinheiro para minha família, porque lá já havia a facilidade de enviar por bancos, mesmo sem documentos. Além disso, eu cheguei lá na época da anistia e pude me regularizar logo, mas custou caro, uns oitocentos dólares. Tenho o meu documento até hoje, mas nunca mais voltei para a Argentina.

Um aspecto ruim de Buenos Aires era o modo como tratavam os bolivianos brasileiros, como eram chamados os bolivianos que vinham do Brasil. Nós éramos mais trabalhadores, tínhamos o costume de trabalhar nos finais de semana, então, para ganhar um pouco mais, muitos de nós começamos a trabalhar aos sábados e domingos em Buenos Aires. Os chefes coreanos perceberam que a produção nesses dias era melhor, porque eles pagam um pouco mais por peça. Assim, os bolivianos gaúchos, que eram os que tinham vindo da Bolívia direto, criaram uma rivalidade com os brasileiros, e eles trabalhavam muito pouco, tinham o costume de não trabalhar por duas horas depois do almoço, o chamado repouso. Então não nos tratavam bem, nem os argentinos nem os bolivianos gaúchos, chamavam-nos de negros! Mas isso não importava, o importante era trabalhar e ganhar bem. Quando ele dizia que tinha serviço, ficávamos no final de semana costurando, senão, íamos ao baile.

Apesar do salário maior, o trabalho em Buenos Aires era mais duro, porque o coreano fiscalizava tudo. Ele pegava um jornal, sentava num canto da oficina e ficava lendo, mas na verdade estava de olho.

No total, fiquei dois anos lá: cheguei no começo de 1993 e saí no final de 1994. Fui embora para ver o mundial de futebol, já que a seleção boliviana tinha se classificado para a Copa do Mundo que foi nos Estados Unidos, queria assistir os jogos tranquilo na Bolívia.

Retornando à Bolívia, via a seleção jogar e tudo mais, mas era como estar de férias

Eu estava certo que ia voltar para Buenos Aires, mas chegou a informação de que a época de vendas tinha acabado e que as coisas estavam ficando iguais à São Paulo. No Brasil, ao contrário, a economia estava melhor, por causa do Plano Real de 1994, e todos os bolivianos de Buenos Aires estavam indo para São Paulo.

Além disso, nesse período que passei no meu país, conheci minha esposa. Na verdade, ela era uma amiga do colégio e também tinha conhecido a Argentina, tinha parentes lá e estava trabalhando em Buenos Aires na mesma época que eu, mas não nos vimos lá. Quando nos reencontramos na Bolívia, juntamos. Compramos alguns bens com nossas economias e montamos nosso lugar.

A minha intenção era retornar sozinho a Buenos Aires e ela ficaria no terreno que compramos. Porque retornando à Bolívia, vi a seleção jogar e tudo mais, mas era como estar de férias. Hoje a nossa casa está lá, mas não é habitada. E gastamos nosso dinheiro com isso. Nossas famílias não queriam que deixássemos a Bolívia de novo, e pensamos em montar um negócio próprio, na área do comércio, mas para isso precisava voltar para Buenos Aires para juntar mais dinheiro. Aí chegou de Buenos Aires o primo de um amigo e comentou que a Argentina tinha caído, que as coisas estavam feias por lá. Por acaso liguei para o Jaime e perguntei como estavam as coisas em São Paulo, então fiquei sabendo que a moeda tinha mudado e estava se ganhando bem. Isso me animou para voltar pra cá e não mais para a Buenos Aires.

Vimos eu e minha esposa juntos, mas ficamos na casa de um amigo do Jaime, porque ele estava nos Estados Unidos. Começamos a trabalhar lá, o amigo estava precisando de ajuda, e ganhamos bem. Chegamos a ganhar setecentos, oitocentos dólares juntando o salário dos dois. Não era mesma coisa de Buenos Aires, mas já era melhor do que quando eu cheguei aqui pela primeira vez. Ficamos aqui até 1997 trabalhando e juntando nossas economias, não mais para estudar, isso era o que menos me interessava, queria montar uma oficina de costura. Foi com ajuda do Jaime que a gente conseguiu. A gente não tinha documentação, era ilegal, então ele alugou uma casa para mim, sou muito grato a ele. A oficina era na Rua Cesário Leme, perto da oficina do Jaime, no Brás, depois mudamos para a Vila Maria.

Já havia muito boliviano em São Paulo, especialmente no Pari

Como eu já conhecia muita gente por aqui, chamei amigos para trabalharem na minha oficina, nunca trouxe gente da Bolívia. Já havia muito boliviano em São Paulo, especialmente no Pari. Tinha até uma churrasqueira boliviana, acho que ela ainda está na Kantuta, faz uns *anticuchos*, uma carne de coração de boi servida no palito, com uma batata na ponta com pimenta de amendoim. A barraca dela fica perto das *salteñas*.

Depois surgiu um boliviano que vendia CDs piratas, outro que servia comida também, e foi juntando boliviano na Praça Padre Bento.

Em 1998 nasceram os meus filhos gêmeos. Eu já tinha um filho que nasceu na Bolívia, hoje ele tem vinte e um anos, e o caçula tem oito. Os gêmeos são o Denis e o Jairo, o mais novo é o Diego Orlando, que tem paralisia cerebral por causa de um erro médico, isso foi em 2002. No ano em que os gêmeos nasceram houve uma anistia, e aproveitamos para tirar a nossa documentação, que custou muito dinheiro mesmo. Só para tirar a minha documentação, da minha esposa e do meu filho mais velho pagamos mil e quinhentos reais.

**Eu acho que se não fosse pelos os coreanos, o trabalho seria diferente, não
haveria esse mau legado**

Nessa altura nós já tínhamos a nossa oficina há um ano, conseguimos a documentação da família e eu conhecia muita gente, principalmente por causa do esporte, do futebol. Os campeonatos bolivianos foram se espalhando, além dos torneios do Bom Retiro, do Canindé e da Casa Verde, surgiram o da Barra Funda, conhecido como Santa Casa, o da Zona Leste, chamado Carvalho, outro no Imirim e assim por diante.

Ficamos com a oficina até 2001. Nesse período a gente trabalhava bastante, costurando junto com todo mundo. No início era só eu e minha esposa, depois paguei um amigo para trabalhar conosco. Mas logo começaram os problemas na comunidade, as oficinas passaram a ser muito fiscalizadas, a Polícia Federal estava fiscalizando o trabalho escravo. Isso porque nas oficinas eles exploravam, entre aspas, a mão de obra, por causa do horário de trabalho e do salário baixo. E havia também uma preocupação, quase uma revolta dentro da comunidade em relação a essa fiscalização, porque, como eu disse, esse sistema de trabalho era um legado dos coreanos, e não era tão mal assim. Nas décadas de 1970 e 80, a exploração era muito pior do que nos anos 1990 e 2000. Eu acho que se não fosse pelos os coreanos, o trabalho seria diferente, não haveria esse mau legado. Por causa de tudo isso e também pela chegada dos gêmeos, resolvemos fechar a oficina. Eu achei que seria bom dar um descanso para a minha esposa, o trabalho era pesado.

Os bolivianos começaram a se organizar para além dos torneios de futebol.

Hoje em dia já é diferente, muito poucos bolivianos trabalham tantas horas, acho que isso está mudando, principalmente por causa das fiscalizações, que surgiram quando as oficinas estavam se proliferando dentro da comunidade boliviana, e a própria comunidade estava crescendo massivamente. Com isso, os bolivianos começaram a se organizar para além dos torneios de futebol, as intervenções da polícia serviram de alerta para a gente se organizar e surgiu a primeira instituição, chamada Bol-Bra. A Bol-Bra nasceu com o intuito de cuidar das oficinas de confecção bolivianas no Brasil, para a qual eu fui convidado. Fizemos umas quatro reuniões no bairro do Pari, na Rua Carlos de Campo e também na igreja do Pari, e então formamos uma diretiva. Eu já conhecia muita gente através do esporte, por isso fui chamado para participar.

No começo de minha infância e juventude, junto ao esporte, eu cresci na igreja, na paróquia do meu bairro. Eu era o coroinha e também do coro infantil. Lá é costume na época de Natal fazer um coral, do qual eu fiz parte até os dezesseis anos. Depois passei para o grupo dos *boy scouts*, como os escoteiros aqui. Nesse período, o padre nos ensinou muitas coisas, como amar a natureza, ser solidário ao próximo, ter espírito de liderança, tudo isso junto com a religião católica. Nos finais de semana, nos sábados especialmente, eu me dedicava às atividades da igreja, nos domingos eu praticava esporte. Logo passei a me interessar por essa questão da liderança. Aliás, em meu bairro sempre fui conhecido pela liderança da juventude, participando de muitas atividades, tanto no esporte, como cultura e na igreja. Então tive essa formação e sempre gostei de ser ativo.

Um colega meu daquela época hoje é muito conhecido na Bolívia. É um palhacinho chamado Cosquillas, que trabalha na televisão, entrou para o meio artístico porque continuou no teatro que começamos juntos, na igreja. Para mim, é um prazer ter sido seu companheiro e de muitos outros, que hoje também são famosos na Bolívia. Essa foi uma parte importante da minha formação, mas como o meu forte sempre foi o esporte, acabei deixando essas coisas de lado. Depois de muito tempo, eu tive que encontrar com eles, que perguntavam o que tava fazendo pessoalmente; eu contava tudo o que estava fazendo aqui em São Paulo dentro da comunidade boliviana. Éramos 25 jovens que crescemos juntos, hoje uns sete estão na mídia. Um amigo do colégio é deputado, pertencente do partido do atual presidente da república, o Evo. E os outros, lógico, estão levando a vida como está hoje em dia a situação da Bolívia.

Por tudo isso, fui convidado a fazer parte na organização da Bol-Bra pelo Germán, o Poma, e o irmão dele, Cristóvan, que eu conhecia dos campeonatos de futsal.

Ele estava na liderança, era presidente de um dos campeonatos, de uma das ligas, como a gente chama. E ele me convidou justamente por causa da situação em que se encontrava a comunidade boliviana, com relação à fiscalização das oficinas de costura, nos anos de 2001 e 2002. Eu fui assistir a umas duas, três reuniões, onde se discutia como a gente iria se organizar, primeiramente, porque não havia uma organização social boliviana na área confecção. Só existia a ADRB - Associação de Residentes Bolivianos em São Paulo – que era voltada à participação dos profissionais bolivianos que já estavam radicados aqui há mais tempo, como médicos, alguns engenheiros etc.. Ela só representava uma parte da comunidade, não estava ligada à maior parte de bolivianos, que estavam na área da costura. Os membros não aceitavam a associação dos que trabalhavam nesse ramo, preferiam os profissionais mais ricos.

Durante a minha juventude na Bolívia, quando estava no colégio, comecei a me envolver com política. Por volta de 1984, fiz parte da federação de estudantes secundários da cidade de La Paz. Nessa época eu lembro que nós estudantes ainda estávamos numa fase de poder defender a educação livre estatal. No governo do Paz Estenssoro, o ministro da educação estava querendo transferir uma grande parte da educação para as empresas privadas. Por isso, a gente começou a se manifestar, com passeatas, greves, piquetes, defendendo a educação livre e, sobretudo gratuita. Foi uma época muito difícil, porque todo o líder é perseguido, tivemos a noção de como é ser perseguido pela polícia, mas também foi uma boa etapa, porque eu ganhei muita experiência, comecei a conhecer políticos e muita gente importante dentro da política boliviana, aprendi muito. Porém, o que colocou parênteses nisso foi a minha saída de Bolívia; esqueci totalmente tudo aquilo.

Os maus tratos que sofriam alguns bolivianos era o que me indignava

Meus pais eram muito solidários com as pessoas que precisavam, até ultimo dia de vida o meu pai ajudou as pessoas. Eu levo um pouco desse ensinamento comigo, por isso eu me interessei em melhorar a vida da comunidade boliviana aqui em São Paulo. Os problemas da comunidade, sobretudo os maus tratos que sofriam alguns bolivianos, era o que me indignava. Achei que ao me envolver no nascimento desse instituto chamado Bol-Bra, eu poderia ajudar a cuidar dos interesses das oficinas de costura, dos trabalhadores. Era como o sindicato dos costureiros, mas voltado aos bolivianos, que não tinham como se legalizar e estavam sofrendo uma perseguição maior com relação à

ilegalidade das oficinas. Esse foi o primeiro passo de aproximação da comunidade boliviana com os políticos. Começou a surgir um interesse de quem trabalhava e de quem estava encarregado de fiscalizar esse tipo de trabalho ilegal em buscar soluções. Justamente nesse período o ingresso de bolivianos no país estava crescendo muito; acho que se poderia dizer, o fluxo de bolivianos que estavam procurando dias melhores estava se massificando. A população da comunidade boliviana em São Paulo estava crescendo bastante.

A ação da polícia na fiscalização de oficinas era um absurdo, como eram autoritários! A gente sempre respeita muito as coisas aqui. O medo que temos, e, sobretudo o fato de que o boliviano é introvertido, não é extrovertido, sempre tímido, sempre calado, fazia com que nós aguentássemos tudo. Por exemplo: se os policiais entravam na minha casa, entravam com metralhadoras, como se ali estivessem traficantes, pessoas de mal. Só que o único... Como eu poderia me expressar? Em espanhol a gente fala: a única “falta” que estávamos cometendo era ser ilegal e a oficina era ilegal porque não tinha documentação para poder legalizar. Então, o único erro do boliviano era esse: ser ilegal. Não se achava pessoas traficando, ou tudo aquilo que é negativo para a sociedade brasileira. Essa abordagem da polícia começou a constranger as famílias porque tinha crianças e mulheres, e até hoje em dia a gente sofre esse tipo de tratamento.

Essa fiscalização começou porque houve denúncias de oficinas que não tratavam bem os bolivianos. Algumas das oficinas denunciadas tinham sim esse tratamento ruim com os bolivianos, onde era praticamente praticado o trabalho escravo. Isso eu não posso esconder. Mas a maioria dos casos era realmente nas oficinas de famílias de trabalhadores.

A maioria dos que foram pegos foram conduzidos para a polícia federal, indiciados por serem ilegais e notificados a deixar o Brasil num prazo de sete ou oito dias. Mas, na realidade, isso não acontecia, a própria Polícia Federal não acompanhava aquela fiscalização. Eles fiscalizavam, davam um papel mandando abandonar o país, e só. Depois de saírem da Polícia Federal só deus sabe quantas pessoas abandonaram o país honestamente. Mas eu sei que a grande maioria ficou aqui, mudou de endereço, procurou outro trabalho. A fiscalização, de fato, só fazia a notícia aparecer, como uma encenação, para sair na imprensa.

A gente tem que reconhecer uma coisa: aqui o boliviano trabalha de uma maneira ilegal e, naquela época, de forma desorganizada. Não respeitava as leis

trabalhistas. Isso porque os bolivianos ficaram com o mal legado dos coreanos em sua forma de trabalhar. Eles só se preocuparam em lucrar como donos de oficinas, não ensinaram como trabalhar dentro da legalidade.

Eu me sinto orgulhoso de ser boliviano, porque pelo menos noventa por cento da roupa confeccionada passa pela mão dos bolivianos

Hoje em dia você vai ao Brás e encontra aquela mesma peça do shopping, com a mesma qualidade de tecido, mas com um preço ali embaixo, pelo menos uns cinquenta por cento mais em conta do que no shopping. Atualmente a maioria dos magazines dos shoppings contrata os serviços dos bolivianos. Eu me sinto orgulhoso de ser boliviano, porque pelo menos noventa por cento da roupa confeccionada passa pela mão dos bolivianos, passa pela mão dos paraguaios, alguns peruanos - mas os bolivianos são maioria nas oficinas de costura. A C&A, a Marisa, todas as grandes redes contratam oficinas bolivianas. E tudo por um preço de banana. Por isso que eu acho que o sindicato dos costureiros se revoltou, mas a gente não veio tirar emprego de ninguém como imigrante. Antigamente as lojas contratavam oficinas de brasileiros, elas não tinham descoberto a mão de obra dos bolivianos. As grandes lojas trabalhavam diretamente com os coreanos, que tinham as lojas ali no Brás e Bom Retiro. Mais tarde, quando construímos a Bol-Bra e passamos a oferecer a mão-de-obra para os magazines dos shoppings, não foi com o intuito de que eles comessem a se aproveitar de nós e fazer o que o coreano lojista fazia com a gente. Porém, lamentavelmente hoje em dia, esses shoppings descobriram que poderiam explorar o trabalho dos bolivianos.

Os coreanos já não são mais donos de oficinas. Eles perceberam que podem comprar as roupas prontas das oficinas dos bolivianos, ou mesmo na feira da madrugada, sem ter a dor de cabeça de manter uma oficina de costura. E para os bolivianos, poder costurar de maneira autônoma, sem ser empregado numa oficina também é melhor, podendo vender seus produtos na feira da madrugada, mas sempre de maneira ilegal.

A Bol-Bra surgiu para fazer com que os bolivianos tenham um tratamento mais digno, sobretudo que possam se legalizar. Só que muitos de meus patrícios não compreendem assim, e ainda continuamos com o mau costume de escapar à fiscalização. Aí, quando vem a fiscalização e alguém cai, começam as reclamações sobre os dirigentes da Bol-Bra. Nós sempre pedimos a todos que se legalizem, que

comecem a ter CNPJ, a legalizar a oficina, a cadastrar as pessoas que trabalham lá. Porque antigamente só era a Polícia Federal, mas ultimamente muitas instituições ficam em cima, e vem a multa do Ministério de Trabalho, do Ministério de Saúde, e outras. São tantas, que às vezes você acaba pagando por uma pessoa um absurdo de dez mil, vinte mil reais de multa, só por um funcionário, então o dono da oficina fica falido e tem que voltar para a Bolívia.

A maior parte dos bolivianos que vem para o Brasil hoje entra direto no ramo da costura, é o meio mais rápido para estar. Hoje, as oportunidades surgindo, como o Tratado do MERCOSUL, ou o Tratado Bilateral de documentação, facilitam a legalização, e com isso podemos procurar outros trabalhos. As instituições como a Polícia Federal, a Polícia Civil, o Ministério do Trabalho daqui mesmo de São Paulo, a prefeitura, estão se interessando muito pela causa dos que trabalham na confecção. E, sobretudo porque a gente sabe que a população de bolivianos cresceu muito. Tem muita oficina! Só no Brás deve ter cerca de mil oficinas; imagine no Bom Retiro, algumas cidades fora, por exemplo, em Barueri, em Americana, para onde a população boliviana migrou, por estar fora da área de fiscalização. Então, vemos que as autoridades estão mais preocupadas com que essa situação irregular dos imigrantes, para que o trabalho escravo, como é chamado por eles, possa diminuir.

Entretanto, uma coisa que temos que considerar é que a gente não é escravo do trabalho, não.

Por necessidade começamos a trabalhar de forma voluntária, e queremos superar essa situação logo, ganhando dinheiro o mais rápido possível. A meta é normalmente de um ano, aí fazemos as contas para ver quando poderemos nos tornar independentes, abrindo uma oficina de costura própria, ou nos dedicar a outra atividade, como o ramo da informática. Alguns estão entrando também na área da saúde, prestando serviço como agente ou vigilante de saúde. Então, a juventude que vem da Bolívia tem mais oportunidades quando consegue se regularizar.

No meu caso, eu me tornei independente em 1997, antes de nascerem meus gêmeos, Davi e Jairo. Tive a oficina até o ano de 2001, quando resolvi fechar. Eu trabalhei muito, e era uma dor de cabeça, ter uma oficina não é fácil. Você tem que se relacionar com todo tipo de pessoa, e mora todo mundo junto. Eu tinha em torno de seis empregados, eram seis tipos de caráter com que eu tinha que lidar no dia-a-dia. Eu

compreendi como era ser dono de uma oficina de costura. É lógico que existem vários tipos de donos de oficinas: tem aquele oficinista que quer ajudar seus empregados, e aqueles que só pensam em lucrar. Eu tive um ótimo exemplo de bom chefe, que me tratava como um filho. Quando eu me tornei dono, percebi as dificuldades e a responsabilidade que tem o chefe: pagar aluguel, água, luz, comida para os que estão trabalhando pra você. Minha esposa cozinhava para todos. E a oficina já nasce com dívidas de depósito adiantado de aluguel, compra das máquinas, etc.

O Jaime me ajudou, por isso eu o considero muito. Mesmo assim, manter a oficina foi muito difícil, eu estava sempre endividado no final de mês, porque não tinha produção, queria ajudar as pessoas, mas que tinha muitas pessoas que não me ajudavam. Então eu percebi que estava errado. Conversando com minha esposa chegamos à conclusão de que a gente não queria só ajudar as pessoas, também queria melhorar de vida. O único patrimônio que a gente tinha eram as máquinas de costura. Quando eu pensei em fechar, eu pensei duas, três vezes, “*Vamos fechar e vamos nos dedicar a outra coisa.*” Comecei a estudar informática. Meu filho mais velho estava crescendo, os gêmeos já estavam com três anos, e vi que com a costura a gente não ia pra frente.

É muito maltrato, e por quê? Porque simplesmente você é filho de estrangeiro, independente de ser boliviano, coreano, paraguaio, que hoje sofrem ainda com essa discriminação.

Quando nasceu meu caçula, o Diogo, tivemos problemas no hospital, o médico maltratou minha esposa e meu filho nasceu deficiente. Quando chegamos ao hospital, ela foi internada, mas não foi atendida rapidamente. Por isso o meu filho nasceu com paralisia cerebral. Os médicos esconderam isso de nós durante uns trinta dias, meu filho estava na UTI e ficamos aguardando para saber o que ele tinha.

Eu acho que fomos tratados assim porque somos bolivianos. A maioria das mães bolivianas não é tratada muito bem. Muita coisa mudou, mas ainda assim alguns que não sabem se expressar muito bem, ou falar tão bem português, ficam é na mão de Deus mesmo. Quando ficamos revoltados e pedimos mais informações, os médicos disseram que ele tinha sofrido uma paralisia cerebral, uma consequência do parto. Começamos a perguntar por que tinha acontecido aquilo e eles falaram que tinha um coágulo de sangue, pensando que nesse período ele ia se recuperar. Mas eles não fizeram nenhuma cirurgia, só Deus sabe por quê. Depois, consultando outros médicos, não deveriam ter

feito uma cirurgia, mas deviam ter feito algo ou contado a verdade. Este mês ele completa oito anos, está bem, mas seu nascimento também pesou na decisão de fechar a oficina, porque a gente tinha que se dedicar a ele, ele tinha que fazer fisioterapia e vários outros tratamentos. Como a gente estava sempre fora, não havia ninguém para assumir a oficina. Então, os empregados deixavam de trabalhar. Esse foi o motivo principal para fechar a oficina: dedicar-me ao meu filho.

Em seguida trabalhei um pouco na área de informática, mas logo depois veio a rádio, que surgiu muito em parte por tudo o que aconteceu com o Diego. Foi assim que eu comecei a me interessar em fazer um trabalho de conscientização e de orientação dos meus patrícios.

Durante dois anos a gente não agüentava mais as dificuldades com o meu filho, porque não tinha ajuda. A gente procurou de tudo, foi um período muito ruim, quase pensei em me separar de minha esposa. Aconteceram muitas coisas que às vezes não gostaria nem de lembrar porque foram momentos difíceis mesmo. A gente não estava preparado para poder fazer um tratamento adequado para ele. Mas, passado algum tempo, nós conseguimos compreender, graças a Deus e à ajuda de AACD e da Pestalozzi, que o Diego não era um menino problema, não era uma criança doente. Aliás, eu aprendi que os doentes às vezes são os pais, porque eles ficam doentes com o problema. Lá eu achei outro rumo de vida. Hoje eu devo muito a essa instituição pelo tratamento do meu filho, é uma instituição que me mostrou muitas coisas. Essa ajuda foi muito importante para nós, e é isso que tento orientar na rádio. Na época em que ele nasceu, a gente não conhecia ninguém, não sabia onde procurar apoio. Foi minha esposa que saiu atrás das pessoas, das informações, é a nossa guerreira, foi ela quem começou a abrir o espaço.

Porém, eu lembro que não foi fácil entrar na AACD. A gente teve que provar que realmente precisava de ajuda, que não tinha condições financeiras de pagar por um tratamento. Às vezes temos que mentir, eu tive que fazer isso, digo a verdade, mas tivemos que mentir. Eu não gostei desse tratamento que tivemos lá no início. E isso dificulta o acesso.

Eu acho que os maus-tratos que as gestantes bolivianas sofrem estão relacionados a muitas das crianças que nascem com alguma deficiência. Ainda hoje muitas bolivianas não fazem o pré-natal, porque têm aquele medo de serem maltratadas. Por incrível que pareça, a comunidade ainda está desinformada dos direitos que tem. Trabalhando na rádio, comecei a fazer entrevistas e descobri que não é bem assim, hoje

em dia, a saúde pública no Brasil, especialmente em São Paulo, mudou muito. Não precisa estar legalmente estabelecido aqui no Brasil para ser atendido por um médico, tem direito pra ir a um posto e ser atendido igual a qualquer ser humano. Pelo menos é a lei. E eu vejo que muitos postos abrem o espaço, não fecham, atendem qualquer estrangeiro ou qualquer pessoa sem documentação.

Há uns cinco ou seis anos, o pensamento era diferente, havia mais discriminação, não somente na área da saúde, mas na educação, nossos filhos também sofreram bastante. Na verdade, até hoje. É muito maltrato, e por quê? Porque simplesmente você é filho de estrangeiro, independente de ser boliviano, coreano, paraguaio, que hoje sofrem ainda com essa discriminação. Acho que isso vem da família mesmo, existem famílias brasileiras que discriminam o estrangeiro, por pensar que o estrangeiro prejudica o país, que somos prejuízo para o Brasil. Eles não sabem o quão útil é o imigrante. Mesmo o migrante nordestino é discriminado na cidade, então imagina para o estrangeiro. Quando eu converso com professores na escola do meu filho sempre pergunto qual a opinião deles sobre os estudantes estrangeiros e filhos de nordestinos na escola. Alguns ficam na dúvida, mas maioria sempre tenta disfarçar, diz que o problema deles é que não compreendem o português, ou então que são muito quietos. Uma coisa de que a gente se sente feliz é que a maioria dos filhos dos bolivianos, dos estrangeiros, são bons alunos. Não dão muito problema, pelo menos os meus filhos. Muitas vezes eles confundem muito as línguas, porque a gente fala espanhol em casa, mistura um pouquinho de português, e na hora da prova eles acabam confundindo algumas palavras.

Eu fico satisfeito de ver que hoje não se pode mais esconder que existe discriminação nas escolas, os bolivianos ficam em grupinhos e às vezes têm problemas com outras gangues, principalmente no Ensino Médio. É um problema social dentro da comunidade boliviana saber que os filhos dos bolivianos estão formando gangues e arrumando briga por aí. É preocupante. Esses grupos se formam porque os bolivianos são discriminados até a quinta ou sexta série, e à medida que crescem formam grupos para combater a discriminação. Meu filho ainda não está nessa situação. Meu filho mais velho já deixou a escola, agora ele trabalha fora, também envolvido no setor de confecção, na área do bordado. Ele é autônomo, já é casado e a esposa também trabalha fora.

A rádio era 24 horas, o dia inteiro e todos os dias com nossas músicas e com tudo aquilo e a comunidade começou a perceber que realmente precisava: comunicação.

Em 2002 eu comecei a trabalhar na Rádio Infinita. Antes dessa rádio, alguns bolivianos trabalhavam em outras rádios, comprando um espaço para apresentar programas em espanhol. Naquela época eu ainda tinha oficina. Eu lembro muito bem. Tinha um senhor de sobrenome Gonzales que trabalhou em uma rádio, a Mundial AM, ele tinha uma hora de espaço que falava em espanhol, e transmitia alguns eventos da comunidade. Outros jovens locutores surgiram, mas depois se descobriu que eram rádios piratas. Brasileiros tinham colocado a rádio no ar e vendiam espaços na programação. Então, em 2002 nasceu na Bol-Bra a proposta de uma rádio da comunidade. O Gonzalo Hortado, que era membro do diretório da Bol-Bra, trouxe dois amigos brasileiros que ofereceram os equipamentos e a papelada da rádio. Só mais tarde descobrimos que era tudo ilegal. A rádio funcionou durante uma semana na Bol-Bra: eles trouxeram o equipamento, montaram tudo e deixaram a rádio no ar. Era 24 horas, o dia inteiro e todos os dias com nossas músicas e com tudo aquilo e a comunidade começou a perceber que realmente precisava: comunicação. Logo os advogados descobriram que não era nada legal e também os brasileiros pediram dois mil reais pelo equipamento, então a gente desistiu. O projeto continuou com o Gonzalo e outro membro da instituição chamado Hugo. Eles se juntaram, ficaram sócios, compraram o equipamento e montaram a rádio vinte e quatro horas. Essa foi a primeira rádio da comunidade boliviana, a Sulamericana, que funcionou por três meses e depois caiu. A polícia apreendeu os equipamentos e desmanchou tudo. Então a gente juntou a comunidade para arrecadar dinheiro e montar a rádio de novo, mas sempre na ilegalidade. A instituição esportiva da qual eu pertencia alugou um espaço na programação da rádio junto com a Bol-Bra, pagávamos um valor “x”, que não quero mencionar agora. O nosso programa ia ao ar ao meio-dia e falava de esporte, deu muita audiência! Um mês depois a rádio caiu de novo, aí surgiu a idéia de reunir pessoas e entidades de rádio, a Pastoral do Imigrante, ali da Igreja Nossa Senhora da Paz começou a nos dar esse espaço. Acho que o Padre Roque... O Padre Bento que estava a cargo da Pastoral. Eles nos mostraram alguns caminhos para legalizar a rádio, a gente não poderia trabalhar de uma maneira ilegal, porque era uma coisa ilegal como as oficinas. Não faltaram pessoas que oferecessem equipamento. Aí surgiu a ideia de fazer uma associação para poder fazer funcionar como rádio: alguns de nós, líderes da

comunidade, nos reunimos e montamos uma instituição, já não apenas duas pessoas, agora era um grupo. A associação nasceu com o nome de Latina Sat, hoje em se chama Acesso Rádio Comunitária Infinita. De início trabalhamos ainda com aqueles brasileiros de Americana, e aproximadamente em 2002 a gente ganhou independência, mas ficamos com o técnico deles, que nos contou como funcionava a rádio pirataria. Fizemos uma programação sempre voltada à informação e à orientação, que era muito importante. Assim, tivemos contato com a Oboré, que trabalha a parte da saúde, e com a UNICEF, instituições que nos ajudavam nessa parte dos trabalhos nos postos de saúde. Fizemos campanha sobre prevenção de diabetes, tuberculose, dengue, a rádio difundia tudo isso. Além disso, dava informações sobre tudo da Bolívia, sobre os eventos da comunidade em São Paulo, entrevistas com convidados – políticos, um promotor de justiça, o diretor geral da Anatel. Lembro bem dele, o senhor Ferreira, que nos explicou os caminhos para a legalização como uma rádio comunitária. De cara vimos que não seria fácil, mas também não impossível.

Logo a rádio começou a funcionar durante vinte e quatro horas por dia, difundindo música, cultura, orientando a população. Porém a Anatel interveio em mais ou menos duas ocasiões. Por duas vezes fomos alvo de algo desagradável que existe meio da comunicação da pirataria. Certos grupos, que já são praticamente uma máfia, sentem-se donos dos espaços que existem para atuar de forma ilegal. Eles não deixam trabalhar aquelas pessoas que trabalham por uma causa justa pela comunidade. Como a gente falava espanhol, era alvo fácil, por isso a gente começou a ser ameaçado, perseguido. Infelizmente, alguns membros dessa máfia da pirataria trabalham na Anatel, outros na Polícia Federal, até alguns com alto poder econômico, com quatro ou cinco rádios prontas para funcionar e com espaço e tudo. Se você entra no espaço de eles, eles acabam com você, porque, segundo eles, você está prejudicando os lucros deles. Eles achavam que, como a comunidade é grande, a gente lucrava com a rádio. Ao contrário, a gente sempre foi voluntário, ninguém ganha nada. Se você disser hoje *“Tá pronto pra montar uma radio?”*, não estamos prontos. Não tem dinheiro, aí vamos ter que recorrer à comunidade.

O nosso maior problema agora é a perseguição, as denúncias, as mentiras que publicam sobre nós.

Sem falar nos processos. Eu fui processado duas vezes. Nós fomos denunciados por uma emissora grande de rádio. Não sei qual é o motivo deles para perseguir quem

faz um trabalho diferente do português. Hoje em dia, policiais investigam as nossas vidas, mas não temos nada a esconder. Mas a gente fica constrangido com relação à perseguição. Há pouco tempo eu fui alvo de perseguição de um repórter que achava que eu era traficante. Quando eu mostrei pra ele quem eu sou, eu acho que não acreditou. Acho que ele desconfiou de mim porque sempre participo das reuniões do Ministério do Trabalho sobre o trabalho escravo, das reuniões do Ministério da Saúde, sempre tem alguém da rádio presente, porque é nosso interesse, somos a comunicação da comunidade. Por isso, as pessoas da comunidade sempre lembram da gente, querem a rádio presente em todos os eventos, pois trabalhamos em prol de todos, mesmo sendo ilegal.

O nosso maior problema agora é a perseguição, as denúncias, as mentiras que publicam sobre nós. Eu não entendo como um cidadão que estuda para ser periodista pode fazer somente sensacionalismo, e não escrever a verdade? Eles escondem a verdade e só colocam aquelas coisas que são ruins para uma comunidade, ruins de uma pessoa, de uma instituição. Várias rádios ilegais não são perseguidas, por exemplo, nada contra as religiões, mas tem tanta rádio evangélica ilegal funcionando tranquilamente! Eu já questionei aquele periodista perguntando se tinha visitado uma rádio dessas onde dão conta de banco, dão conta bancária para que deposite dinheiro. E a gente faz isso? Não faz!

Eles acham que nós temos um poder aquisitivo muito grande. Eles acham que como a gente começou a apanhar, e um dia aprendeu a se defender, agora a gente prejudica o trabalho deles.

A questão é que a nossa rádio não existe pra fazer dinheiro. Quando a gente faz propaganda para um aviamento, ou para um restaurante é para cobrir os gastos, não para ter lucro. Temos que agradecer àquelas pessoas que cedem o espaço, que pagam o nosso consumo de luz, de água. Assim, a rádio Infinita nasceu com o intuito de poder sempre trabalhar pela comunidade e ser da comunidade. Agora estamos tentando a legalização da rádio. Em 2007, no governo Lula, surgiu uma política de incentivo a rádios comunitárias. A gente se inscreveu, cumpriu todas as etapas, mas quando faltava apenas a autorização de funcionamento, o Ministério da Comunicação enviou um comunicado dizendo que a gente não poderia falar em espanhol. Eu acho que é uma forma de discriminação. Depois disseram que a gente não poderia falar apenas para bolivianos. Concordamos. Por fim, disseram que não cumprimos todas as exigências.

Desde então, as coisas ficaram assim. Tivemos reuniões com políticos que apoiavam a nossa causa, hoje em dia nem sei como é que está, já faz quase dois anos que a gente nem se reúne mais. Mantivemos a rádio até fevereiro desse ano [2010]. Sofremos uma perseguição porque pensavam que eu e minha mulher fazíamos tráfico de mão-de-obra através da rádio. Um repórter me ligou algumas vezes, e eu percebi que estava sendo gravado. Ele perguntou se a rádio era pirata, eu respondi: “*sim é pirata, não é legal, mas está procurando a legalidade*”. Mas ele não mostrou essa parte, só colocou: “*sim a rádio é pirata*” e toda aquela carga negativa e ruim que existe sobre a comunidade. Ele recebeu uma informação superficial e não investigou de verdade. A rádio não tem nada a ver com o tráfico de pessoas, já falei que ninguém é traficante, ninguém é de uma gangue, todos somos pessoas que se sustentam por si mesmas, por seu próprio trabalho e a rádio é um meio de orientar a nossa comunidade. Nesses oito anos de vida que a rádio vai completar, passamos por muitas experiências e o bom foi que a comunidade nos aceita. Ninguém, aliás, é profissional, todos nascemos empiricamente. Hoje, muitos se tornaram bons comunicadores. Outros ainda têm que aprender muito. Eu, por exemplo, aprendi muito no dia-a-dia, no microfone mesmo, e hoje em dia me considero um bom comunicador.

Atualmente, eu e minha esposa trabalhamos como camelô na feirinha da madrugada. E começamos a viajar e conhecer um pouquinho do Brasil. Viajamos para vender e também comprar algumas coisas baratas que existem em outros estados. Conheci o Nordeste, Minas, antes eu não conhecia nem a praia de Santos! Mas a gente trabalha como camelo costurando e vendendo. Meu filho trabalha fora, minha nora também, eu sustento meus gêmeos e o Diego. Então não estamos envolvidos com tráfico. Por isso eu acho que aquele repórter não está atrás da verdade da informação. Eu me coloco no lugar dele, porque é seu emprego, o chefe dele manda fazer uma matéria e ele tem que fazer, senão não ganha o pão de cada dia. Só que eu acho que pessoalmente não é um bom trabalho, porque não é honesto, ele está enganando a população. E como brasileiro, ele tem uma concepção ruim dos bolivianos, acha que todos são traficantes.

Em São Paulo eu me sinto em casa, porque os meus filhos estão felizes

Vai completar 20 anos que saí da Bolívia. Dezoito anos passei aqui no Brasil, dois na Argentina. E já fiquei quase doze anos sem sair de São Paulo, até 2004 não fui

nem de férias para a Bolívia. Em 2008 a gente conseguiu viajar em família. Aliás, minha família na Bolívia só conhecia o meu filho mais velho. Lá nós conhecemos os nossos sobrinhos, tanto tempo que ficamos fora! Mas ali já era desconhecido pra nós, deu logo vontade de voltar para o Brasil. A gente era estranho, não era mais boliviano, não se sentia em casa. Tenho certeza de que muitos que estão aqui há cinco ou seis anos devem ter o mesmo sentimento. Isso porque no bairro que você morava em La Paz não moram mais aquelas pessoas que você conheceu na infância e na juventude. São outras pessoas que nem te conhecem, não é a mesma coisa. A gente se sentia incomodado, estranho no próprio país. Aí nós pensamos “*Nossa vida não é mais aqui*”.

Em São Paulo, eu me sinto em casa, porque os meus filhos estão felizes. Eles sofreram quando foram para a Bolívia. É claro que a família recebeu bem, mas não havia amigos, eles desapareceram. Ali a gente se sentiu solitário e indiferente. Eu perguntei a meus filhos se eles gostariam de ficar na Bolívia, eles achavam que até seria bom porque era mais tranquilo, não tem muita violência, mas eles também achavam que seria difícil se acostumar ao jeito que se mora lá. Os costumes e até o jeito de falar é diferente. Acho que eles percebem que para eles o Brasil oferece melhores oportunidades, sobretudo de estudo, porque a Bolívia ainda está superando os problemas, está se reerguendo, estabilizando. O Evo Morales está fazendo muitas coisas que talvez tornem a Bolívia um país muito melhor.

Nós, bolivianos, não fomos ensinados por nosso governo a sermos cidadãos estrangeiros. Quando saímos da Bolívia é que conhecemos o mundo externo. As coisas lá são muito diferentes. Em termos de impostos, aqui no Brasil todo mundo contribui, e com isso o governo oferece escola pública e gratuita e saúde também, mesmo que seja demorado, todos são atendidos. Na Bolívia, quem tem dinheiro é atendido, que não tem, está pior lá do que aqui.

**Os brasileiros precisam entender que o boliviano não vem usurpar seus
espaços, ou tirar o emprego de ninguém**

Lá, quando o governo fala de imposto, já começam greves e protestos, porque não temos o costume de contribuir para o crescimento do Estado. Porém, aqui no Brasil a gente percebe que as coisas são aceitas de uma maneira calada, sem protestos. O boliviano nunca teve o costume de contribuir com impostos, e quando chega aqui acha que é a mesma coisa, por isso existem tantas oficinas ilegais, porque não está

acostumado a ser legal, a contribuir legalmente, ter uma oficina legal, cadastrar os empregados. Custa muito a assimilar a importância da legalidade. Temos que compreender que sendo legalizados, temos direito a muita coisa.

Os brasileiros precisam entender que o boliviano não vem usurpar seus espaços, ou tirar o emprego de ninguém. O boliviano vem atrás de uma oportunidade de viver muito melhor do que em nosso país, sem o intuito de prejudicar o desenvolvimento, ao contrário, o ramo de confecção hoje tem noventa por cento de mão de obra boliviana. A maioria dos magazines e lojas de roupa é abastecida por peças produzidas por bolivianos. Hoje em dia, ainda permanece a remuneração por peça: o costureiro recebe de trinta centavos a um real por peça confeccionada, por isso que ele fica trabalhando quatorze, quinze horas por dia. Como o trabalho é informal, os trabalhadores não têm benefícios. Nesse aspecto, eu sou favorável à fiscalização, mas não como a fiscalização que fizeram em 2000, 2002, que incriminavam os bolivianos. Foi um absurdo.

O brasileiro precisa saber que o boliviano sempre vai ser grato ao Brasil. Não sou preconceituoso, mas posso dizer que em países como a Argentina, Espanha, e especialmente os Estados Unidos os meus patrícios sofrem muita discriminação e xenofobia. Já no Brasil, acho que por causa da boa relação que têm a Bolívia e o Brasil desde que o Lula e o Evo aproximaram os dois países, o brasileiro está aceitando mais o boliviano. O espanhol está sendo mais falado em reuniões de autoridades, e talvez o Brasil deva adotar um segundo idioma, porque é o único que fala português dos dez países da América do Sul.

Por fim, tenho que agradecer a muitas pessoas que ajudaram a minha família. Já moramos em quatro bairros: Brás, Vila Maria, Vila Guilherme, e atualmente no Tucuruvi. Em todos eles conheci pessoas que me fazem falta, e já deixei muita saudade. No fundo, no fundo, eu tenho muito para agradecer e uma coisa a pedir: a compreensão de que a maioria dos bolivianos, dos jovens que vêm aqui, têm a única finalidade de poder ter uma vida melhor, porque o Brasil nos oferece uma vida melhor.

* * *

A narrativa da história de vida de Andrés é uma verdadeira análise sobre a migração de bolivianos para São Paulo, em especial sobre a inserção dos mesmos na sociedade paulista. Sua forma de contar sua trajetória, buscando sempre elementos que o legitimem como um líder, ou porta-voz, da comunidade, sugere seu esforço em se posicionar como autoridade qualificada para advogar pelo grupo ao qual pertence. Ele

não apenas rememora sua infância e adolescência como o período em que foi preparado para ser líder, mas também exhibe o conhecimento que tem sobre a história e a política da Bolívia no intuito de provar que é um representante de seus compatriotas que vivem no Brasil. Diversas são as referências elencadas para conferir essa legitimidade almejada: escolas famosas que frequentou, times de futebol prestigiados em que jogou, cidade de origem dos pais que hoje é conhecida pela universidade aimará, amigos de infância que, como ele, consagraram-se pessoas importantes.

Andres apresenta-se, portanto, como uma pessoa portadora de experiência e conhecimento suficiente para ser o porta-voz da comunidade, da qual faz parte há vinte anos, tendo assim testemunhado diversas transformações da mesma. Assim, antes mesmo de falar sobre si, ele fala sobre o momento em que chegou a São Paulo, no início da década de 1990, quando “era um milagre encontrar um boliviano no ônibus”, atentando para a parca quantidade de bolivianos em São Paulo ainda naquele período, em comparação aos dois ou três mil bolivianos que frequentam a Praça Kantuta aos domingos atualmente.

O futebol aparece como tema que percorre toda a sua vida, desde pequeno, quando começou a jogar na escola com incentivo da professora de Educação Física, passando por times profissionais juvenis até o futebol às margens do Parque São Jorge, em São Paulo. Em oposição ao futebol dos grandes negócios mundiais, Andres, apesar de sonhar em participar da seleção de seu país e de, inevitavelmente tentar encontrar uma ligação entre ele e um dos maiores ícones do futebol do mundo, acaba por ser um jogador amador de futebol de várzea, ironicamente ao lado de um time profissional brasileiro, em seus breves momentos de folga do trabalho informal que realiza na base da produção de vestuário no Brasil.

Semelhantemente a Victor, Andres deixa a Bolívia não apenas por questões financeiras, mas principalmente por desejar conhecer o mundo, para além do seu país. Entretanto, observando a contínua chegada de compatriotas a São Paulo, ele afirma que a intensificação desse fluxo migratório é movida pelo sonho de uma vida melhor que, como vimos no capítulo anterior, está intimamente relacionado aos discursos difundidos sobre os centros do capitalismo – espacializados nas cidades globais – onde se acredita que a inclusão ao mundo moderno é acessível àqueles com disposição para o trabalho.

Filho de índios, nascido na capital da Bolívia, educado pela igreja católica e em escolas baseadas na racionalidade ocidental, ele desloca-se para a maior metrópole sulamericana e se torna um trabalhador informal na indústria da costura. Todos esses

deslocamentos – dos pais que deixam o povoado no interior e vão para La Paz, de Andrés que se afasta das tradições indígenas e cresce sob o paradigma ocidental, da migração para uma cidade global em que realiza um trabalho arcaico – revelam diversas temporalidades que convivem no mundo contemporâneo, e que são inclusive constitutivas do próprio capitalismo, em especial o trabalho informal e arcaico. Este, longe de ser uma reminiscência de sociedades pré-capitalistas que seria superada com a expansão do capitalismo, é essencial para essa expansão.

Em meio às transformações da economia capitalista mundial do século XX, muitos foram os teóricos que viam as bases das economias latino-americanas no “modo de produção subdesenvolvido”. Em seu ensaio “A Economia Brasileira: crítica à razão dualista”, Francisco de Oliveira oferece uma análise que rompe com essa perspectiva:

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor "atrasado" e um setor "moderno", não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado", se se quer manter a terminologia.⁶⁸

Sua análise sobre a formação da economia brasileira, a partir da Revolução de 1930, opõe-se às explicações baseadas na idéia de uma linha evolutiva em que o subdesenvolvimento seria naturalmente superado pela expansão capitalista. Oliveira, ao contrário, coloca a própria expansão capitalista como produtora do subdesenvolvimento, que garante uma reserva de acumulação primitiva fundamental ao próprio sistema.

O principal argumento de Oliveira é que as relações de trabalho e produção arcaicas não são contraditórias à acumulação capitalista, ao contrário, é nelas que se sustentam as altas taxas de exploração e, conseqüentemente, acumulação e concentração de renda.

A proliferação das relações informais de trabalho no contexto urbano brasileiro se dá no período de recessão dos anos 1980, simultâneo às reconfigurações do modo de produção capitalista global. A desmontagem das antigas fábricas foi concomitante à difusão de oficinas informais, instaladas em pequenas casas que servem local de

⁶⁸ OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1981, p.8.

trabalho e moradia. Nesse período começaram a chegar imigrantes latino-americanos com baixa qualificação profissional, atraídos pela demanda por mão de obra barata e informal, sendo o setor da confecção de roupas o que mais absorve esses trabalhadores.

Há na narrativa de Andrés a menção a coreanos como responsáveis pelas más condições de trabalho dos bolivianos nas oficinas, o que nos leva a indagar a relação entre esses dois grupos em São Paulo e, mais especificamente, na cadeia produtiva do vestuário. Segundo o colaborador, a longa jornada de trabalho nas oficinas é “um mau legado dos coreanos”, referindo-se ao processo de reestruturação da produção de roupas nos anos 1980.

Segundo Patrícia Freitas⁶⁹, os imigrantes coreanos em São Paulo tiveram um papel considerável na reestruturação da indústria da moda no país, atuando como dinamizadores do processo de produção flexível, na medida em que, a partir da década de 1970, chegaram aqui com certo capital e experiência no setor na Coreia do Sul. Os primeiros coreanos a chegarem ao Brasil o fizeram na década de 1960 por meio de acordos entre os dois países, cuja finalidade era uma migração para regiões rurais. Devido a diversas irregularidades, inclusive nas terras impróprias destinadas aos recém-chegados e a origem urbana dos mesmos, os coreanos dirigiram-se aos centros urbanos, majoritariamente para São Paulo, onde se instalaram no bairro da Liberdade, dada a proximidade com os japoneses.

Depararam-se principalmente com barreira da língua, que afetava diretamente a vida profissional e a sobrevivência na metrópole: em empresas e no comércio, eram sempre preteridos por brasileiros ou outros imigrantes que sabiam se comunicar melhor; quando abriam negócios próprios, muitos eram enganados pelos empregados ou por sócios nacionais ou de outras nacionalidades. No difícil processo de integração, estudado por Keum Choi⁷⁰, as mulheres passaram a desempenhar um papel fundamental no sustento da família, vendendo de porta em porta objetos que trouxeram consigo, e como a oferta de produtos importados no Brasil era mínima, a aceitação dos produtos foi grande. Além disso, algumas dessas mulheres montaram pequenas confecções ao perceberem a falta de mercadoria que havia no mercado.

⁶⁹ FREITAS, Patrícia Tavares de. *Imigração e Experiência Social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, IFCH, Unicamp, Campinas, SP, 2009.

⁷⁰ CHOI, Keum Joa. *Além do Arco-Íris: a imigração coreana no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História), FFLCH, USP, São Paulo, 1991.

“Trabalhavam em seus próprios apartamentos [utilizando-se de duas ou três máquinas de costura] e a demanda intensa obrigou-as ao emprego de mão de obra complementar, composta por conterrâneos desprovidos de capital. (...) As donas de casa e as crianças coreanas varavam noites inteiras para confeccionar [as peças de roupas]”.⁷¹

O cotidiano dos coreanos a partir de meados da década de 1970 era costurar dia e noite, e todos os membros da família estavam envolvidos nesse ramo de confecção. A produção e o comércio eram atraentes por exigirem pouco capital para o estabelecimento de uma empresa própria o que explica a opção de muitos coreanos por essa atividade. Andres apresentou seu ponto de vista sobre o trabalho intenso dos bolivianos nas oficinas de costura de hoje como sendo a continuidade de um sistema “criado” pelos coreanos. Da mesma forma, os bolivianos hoje montam suas oficinas com pouco investimento, necessitando apenas de um imóvel alugado e de algumas máquinas de costura. Assim sabemos que “único patrimônio que a gente tinha eram as máquinas de costura”.

A partir de fins década de 1970, coreanos com um novo perfil socioeconômico, dotados de algum capital e por isso capazes de investir em pequenos negócios, desempenharam o papel de agentes que redimensionaram a produção do vestuário nas oficinas iniciadas por familiares que vieram nos primeiros grupos. Além disso, muitos já tinham experiência na indústria têxtil e de confecção na Coreia, portanto chegaram ao Brasil já com conhecimento prévio sobre o setor.

Em contraposição às fábricas baseadas no ideal fordista de verticalização da produção, começam a surgir na década de 1970, formas mais flexíveis de produção de vestuário interligadas ao comércio atacadista do Bom Retiro. Patrícia Freitas considera que “essa forma de organização da produção em torno de regiões historicamente habitadas por imigrantes, onde moram e estabelecem negócios (...) é bastante comum no setor de confecção, comumente denominada ‘distrito industrial’”⁷². Exemplos desse fenômeno são o *Garment District* em Nova Iorque e o *Sentier* de Paris.

A partir de meados da década de 1980, concomitantemente à entrada dos coreanos no Bom Retiro, redes varejistas passaram a compor uma forte concorrência no mercado do vestuário: a multinacional C&A abriu sua primeira loja em São Paulo em 1976, as Lojas Riachuelo substituíram a venda de tecidos por roupa pronta em 1979,

⁷¹ Idem, p.96.

⁷² FREITAS, Patrícia Tavares de. *Imigração e Experiência Social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado), IFCH, UNICAMP, Campinas, 2009, p.137

somadas à multiplicação de shoppings centers. A isso podemos relacionar a “disputa acirrada” de que fala Keum Choi, que ocorria entre as confecções coreanas do Bom Retiro para atender ao comércio atacadista, mas também entre os novos espaços de comercialização de roupas. Esse quadro aparentemente hostil ao sucesso do comércio no bairro comercial tradicional é superado por meio de estratégias adotadas pelos coreanos de produção e distribuição das peças de roupas. Com a vinda de coreanos minimamente capitalizados a partir dos anos 1980, surgem lojas coreanas no bairro, cujas coleções são renovadas a cada 15 dias, adotando assim a dinâmica da *fast fashion* e,

para atingir essa alta produtividade, ao invés do modelo fabril centralizado, com funcionários fixos, os coreanos estabeleceram um sistema de produção descentralizado, também muito parecido com o modelo das grandes lojas varejistas (...) que mobiliza uma miríade de pequenos produtores: as pequenas oficinas de costura.⁷³

A expansão dos negócios coreanos, isto é, suas oficinas de confecções que são também vendidas no atacado em bairros históricos como Brás e Bom Retiro e que realizam trabalho por encomenda para grandes lojas, cria uma demanda por de mão de obra que só pode ser suprida por pessoas que estivessem numa situação irregular, assim como os chefes coreanos, pois o trabalhador brasileiro poderia denunciar a condição irregular de seus empregadores.

Estes novos agentes, ao constituírem esses novos espaços, transformaram a paisagem e o cotidiano de um bairro histórico característico pela presença de imigrantes que se dedicaram ao comércio e à produção de roupas, como foi o caso dos judeus e sírio-libaneses. A formação multiétnica do bairro da região central da cidade, ou seja, a convivência de imigrantes oriundos de diversos países é marcada por relações de cooperação e de conflito, uma vez que praticam atividades econômicas do mesmo ramo. A expansão da comunidade coreana e de seu comércio de roupas foi vista como uma ameaça por parte dos judeus e sírios já estabelecidos no bairro e no mesmo comércio, como Keum Choi verificou em sua pesquisa. A tensão na relação entre coreanos e judeus e sírios também está presente na relação entre bolivianos e coreanos, porém estes acabaram por criar laços de cooperação, como contam bolivianos entrevistados neste projeto, sobre as doações que receberam de chefes coreanos, como máquinas retas e overloques, para que pudessem montar oficinas próprias.

⁷³ Idem, p.145.

Temos na história de Andres, portanto, a referência não somente ao processo de reestruturação produtiva do vestuário no Brasil, com a atuação significativa dos coreanos, mas também o indício de que os bolivianos de hoje são, em grande medida, os coreanos de ontem, trabalhando durante longas jornadas de quatorze até dezesseis horas, em empregos informais, em que colegas de trabalho e o chefe são compatriotas, a maioria em situação irregular no Brasil – e, portanto, sem direitos de cidadania.

Além disso, Andres considera o papel dos bolivianos na indústria da costura hoje como essencial para o setor no país, e tem orgulho em afirmar que grande parte da roupa produzida passa pelas mãos dos bolivianos, qualificando-os como produtores de riqueza no Brasil, onde, porém, não são reconhecidos como tal. Sua análise sobre a posição desses trabalhadores também inclui transformações recentes no mercado da moda, ao afirmar que as redes varejistas e boutiques passaram a contratar oficinas de bolivianos sob o mesmo princípio predatório da exploração da mão de obra.

Dessa forma, o fluxo migratório boliviano acionado pela indústria da moda constitui um mecanismo de produção e reprodução de desigualdades. A subcontratação de trabalhadores bolivianos para o suprimento da demanda nas oficinas é a fonte da taxa de exploração máxima da mão de obra, já que, por esse mecanismo, a indústria importa apenas trabalhadores, destituídos da condição de cidadãos, portanto, fora do escopo dos direitos trabalhistas.

Hoje, o resultado de ao menos três décadas do processo de flexibilização da produção de roupas é que grande parte do setor têxtil está ancorado em mão de obra informal em oficinas irregulares, muitas delas chefiadas pelos próprios bolivianos. A transferência da propriedade dessas oficinas dos coreanos para os bolivianos foi um processo compreensível somente se investigada no nível das relações pessoais: Elisa, por exemplo, cuja história de vida será reproduzida no próximo capítulo, revela que chefes coreanos presentearam seus melhores funcionários com máquinas retas e overloques na condição de que estes produzissem exclusivamente suas encomendas. Dessa forma, como nos contou Andres, o ônus social de empregar mão de obra imigrante e informal, ou “a dor de cabeça de administrar uma oficina”, passa para os próprios bolivianos. Daí em diante, a maioria as oficinas tornam-se bolivianas e estabelecem vínculos diretos com as redes. Pequenas boutiques continuam a abastecer seus estoques no mercado atacadista do Bom Retiro, onde estão as lojas coreanas, que contratam confecções bolivianas. Portanto, a mão de obra boliviana é a base da produção do vestuário no Brasil, desempenhando um papel fundamental no

abastecimento das lojas nos bairros centrais da capital paulista, historicamente marcado pela presença de imigrantes e pelo comércio de roupas e tecidos, formando hoje o local onde se produz e se distribui roupas para o mercado nacional da moda. O “orgulho de ser boliviano” de Andres é revelador da importância da mão de obra estrangeira no Brasil e da intenção do colaborador de que seu grupo tenha esse reconhecimento pela sociedade brasileira.

Os trechos da reportagem da ONG Repórter Brasil reproduzidos abaixo dão conta da cadeia produtiva gerenciada pelas lojas Marisa, que inclui oficinas flagradas com trabalho análogo à escravidão:

O ponto de partida foi uma operação fiscal da SRTE-SP realizada no último dia 18 de fevereiro [de 2010], que inspecionou todas as instalações de uma pequena oficina de costura registrada como Indústria de Comércio e Roupas CSV Ltda., em nome do boliviano Valboa Febrero Gusmán.

No sobrado da Igreja "Boas Novas da Alegria", localizado na Vila Nova Cachoeirinha, Zona Norte da capital paulista, a fiscalização encontrou 16 pessoas de nacionalidade boliviana (uma delas com menos de 18 anos) e um jovem peruano trabalhando em condições análogas à escravidão na fabricação de peças de vestuário feminino para a Marisa, que se apresenta como "a maior rede de lojas femininas do país".

De acordo com o site da empresa, são "mais de 220 lojas espalhadas por todas as regiões do país"; "mais de 90 milhões de peças vendidas" e "mais de 44 milhões de clientes" frequentam as unidades da rede por ano.⁷⁴

A relação entre a produção da oficina e a rede varejista foi rapidamente observada devido ao fato de todos os costureiros estarem etiquetando as peças produzidas (blusas femininas) com o nome da marca. A reportagem revela uma estrutura de cadeia produtiva relativa à indústria da moda que, apesar de referente a uma marca específica, pode, em linhas gerais, aplicar-se ao setor como um todo⁷⁵. Assim, temos a seguinte estrutura para o caso exemplar das lojas Marisa:

⁷⁴ HASHIZUME, Maurício. “Escravidão de imigrantes é flagrada em oficina ligada à Marisa”. *Repórter Brasil*, 17 de Março de 2010. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.com.br>>

⁷⁵ “Quando chegaram à CSV os auditores encontraram um representante da trinca de empresas Dranys Confecções Ltda., Elle Sete Confecções Ltda. e Gerson Cesar de Almeida Confecções ME. A Elle Sete compra os tecidos, faz o primeiro corte e dispõe de um cadastro de subcontratadas que executam a parte mais substantiva de costura das peças. A Gerson de Almeida presta serviços de acabamento, passadoria, revisão, arremate e controle de qualidade. Na prática, contudo, as três atuam de modo tão combinado que é muito difícil dissociar os limites precisos entre uma e outra. Depois das etapas sob responsabilidade da Dranys/Gerson de Almeida/Elle Sete, as peças seriam submetidas à avaliação do magazine. Somente mediante aprovação, a mercadoria seguiria para o Centro de Distribuição Marisa, em Alphaville, Barueri (SP), de onde partiria para as várias lojas da rede pelo país. (...)”

Figura 1

Figura 1 – Cadeia produtiva das lojas Marisa mostra que a produção depende diretamente das oficinas informais de costura. (Fonte: ONG Repórter Brasil)

Nota-se que o papel do chefe boliviano não é exatamente de explorar o trabalho seus compatriotas para ter lucro próprio com a atividade, mas sim de fiscalizar a produção e gerenciar a mão de obra, sendo dependente financeiramente da empresa de quem recebe as encomendas, muitas vezes realizando jornadas de trabalho similares a de seus empregados. Andres é categórico ao afirmar que, como dono de oficina, estava sempre endividado, mostrando sua dependência financeira do fluxo instável de encomendas que recebia. Às empresas intermediárias cabe realizar as diversas etapas da produção e mascarar a relação entre as lojas finais e a cadeia produtiva. Dessa forma, as empresas formais da moda isentam-se da gerência e dos custos reais da mão de obra ao mesmo tempo em que aumentam a taxa de exploração sobre ela.

Para quantificar o grau de dependência entre as partes, a SRTE-SP apurou que 94,5% do faturamento da Dranys, no período de janeiro de 2009 a fevereiro de 2010, foram obtidos em encomendas da Marisa. "Após toda a análise dos locais de trabalho, das entrevistas realizadas e dos documentos auditados, concluímos tratar-se de uma rede de empresas a fundamentar a subordinação reticular", definem os autores do relatório de fiscalização. A GSV, segundo a SRTE/SP, "presta serviços de costura, com mão de obra escrava, com total exclusividade para a empresa Marisa Lojas S.A". Para a equipe fiscal, a Marisa é "inteiramente responsável pela situação encontrada" e "comanda e exerce seu poder de direção e ingerência de diversas formas sempre no sentido de adequar a produção de peças de vestuário à sua demanda, com exclusividade, a seu preço e à sua clientela". "Durante a fiscalização, Valboa [dono da oficina de costura] confidenciou à reportagem que buscava "vales" (com metade do valor final das encomendas) junto às empresas intermediárias, antes mesmo de terminar o serviço, para poder pagar aluguel e comida. Esses adiantamentos confirmam a falta de autonomia financeira do dono da oficina para manter negócio próprio." Idem.

Em termos concretos, isso significa que no valor final da mercadoria, não estão inclusos os custos necessários à subsistência dos trabalhadores. É o que mostra o último trecho da reportagem:

Durante a inspeção dos auditores à sede da Gerson de Almeida, no bairro do Bom Retiro, as mesmas blusas estavam recebendo etiquetas com o preço final ao consumidor de R\$ 49,99.

Grosso modo, os R\$ 49,99 que porventura vierem a ser pagos por uma cliente da Marisa estão assim repartidos: R\$ 2 para o trabalhador (4%), R\$ 2 para o dono da oficina (4%), R\$ 17 para os intermediários (34%) e R\$ 28,99 (58%) com a Marisa.⁷⁶

Além da Marisa, outras redes varejistas como a C&A, a Pernambucanas e a Zara também foram acusadas de empregarem mão de obra em situação análoga à escravidão por subcontratarem oficinas para a produção de suas coleções de roupa. A empresa de vestuário Collins foi igualmente autuada por flagrante trabalho análogo à escravidão em Agosto de 2010. Como mostrou a investigação realizada pela SRTE/SP, que rastreou a terceirização ilícita de toda a produção da Collins, a empresa, dirigida pelo coreano Won Kiu Lee, subcontratou oficinas que eram responsáveis por toda a confecção das peças por ela comercializadas, e cujos trabalhadores eram oriundos da Bolívia e do Paraguai. Tal estratégia de subcontratação de oficinas baseadas no trabalho informal, a partir de 2004, garantiu o crescimento exponencial da Collins, como mostra o gráfico abaixo, retirado do sítio da ONG Repórter Brasil:⁷⁷

Figura 2

Figura 2 - Crescimento do número de lojas coincide com a terceirização da produção das peças (Fonte: ONG Repórter Brasil e MTE)

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ PYL, Bianca. "DPU ajuíza ação contra a Collins por trabalho escravo", 10 de Maio de 2011. *Repórter Brasil*. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br>.

Pagando valores irrisórios às oficinas irregulares e eximindo-se de garantir as condições adequadas de trabalho, assim como os direitos dos trabalhadores, a empresa expandiu-se a olhos vistos: de 40 lojas em meados de 2006, passou a contar com quase 90 em 2010, constituindo-se em uma das maiores redes varejistas do país. Como afirma a reportagem: “a Collins contratou, entre janeiro de 2009 a junho de 2010, 78 oficinas irregulares, que produziram mais de 1,8 milhão de peças sem que qualquer empregado tivesse seu contrato de trabalho formalizado.”⁷⁸

Temos então, esboçado, em linhas gerais, a estrutura da indústria da moda, cuja base é o trabalho informal de imigrantes indocumentados, a qual alimenta toda uma gama da cadeia formal do setor, garantindo a alta taxa de exploração e vultosos lucros às grandes redes varejistas. Assim, podemos concluir que a imigração boliviana cumpre um papel fundamental à acumulação capitalista no setor têxtil, e por isso pode ser considerado um mecanismo que contribui à concentração de renda e à produção de desigualdades, sendo uma das posições mais baixas da pirâmide social ocupada pelos próprios imigrantes.

A partir das histórias de vida registradas, podemos compreender o processo produtivo com base na mão de obra boliviana informal no nível do vivido, tanto por parte daqueles que se tornam chefes de oficinas, como é o caso de Andres, como por aqueles que são mais explorados, a exemplo da narrativa de Ana Ruth (reproduzida no capítulo 2). Experimentado nas duas posições, a de empregado e a de empregador, Andres ameniza o caráter exploratório da função de dono de oficina, argumentando que as dificuldades em administrar a mão de obra e os poucos recursos financeiros não garantem ao oficineiro uma vida confortável, e denota ainda que não teve satisfação em ser chefe nessas condições.

É possível compreender na fala de Andres, e de outros colaboradores, que tanto o aliciamento quanto o controle sobre os trabalhadores é de responsabilidade dos bolivianos, daí o caráter pessoal da contratação na Bolívia para oficinas paulistas. Entretanto, é interessante notar que há um valor moral negativo aferido ao aliciamento de compatriotas na Bolívia, em outras palavras, pelo menos diante da sociedade brasileira, não se deve falar que trouxeram parentes ou amigos para trabalhar. Observa-se tal moralidade na história de Carla (reproduzida no capítulo 2), que afirma categoricamente que seu pai, dono de oficina, só empregou bolivianos que já residiam

⁷⁸ Idem.

no Brasil. Com a frase “nunca trouxe gente da Bolívia”, Andrés também mostra a preocupação de não ser responsável pela continuidade do fluxo de bolivianos para São Paulo, assim como Victor, que não deseja trazer os irmãos para junto de si para trabalharem na costura.

Outro aspecto relevante na narrativa de Andres é em relação ao trabalho escravo, já que ele afirma veementemente que “nas oficinas eles exploravam, entre aspas, a mão de obra, por causa do horário de trabalho e do salário baixo”, “entretanto, uma coisa que temos que considerar é que a gente não é escravo do trabalho, não.” Os trechos expressam sua intenção em se afastar da concepção da sociedade brasileira sobre o boliviano em São Paulo, a qual tem visibilidade na mídia devido ao trabalho análogo à escravidão. Muitas das reportagens veiculadas transferem essa discussão para o plano moral quando dissemina a noção de que essa população explora a si mesma, já que os chefes das oficinas são também bolivianos.

Porém, se atentarmos à descrição de Andres sobre o chefe Jaime, percebemos o caráter paternalista da relação, em que afeto, ajuda e proteção são a contrapartida do trabalho árduo e estafante. Por outro lado, o chefe toma para si o direito de controlar a vida dos seus trabalhadores, restringindo a liberdade de ir e vir dos mesmos. Vimos também em Victor a caracterização do chefe como um homem bom, que “busca fazer favores aos outros”, que implicitamente devem ser retribuídos, em especial por aqueles que trabalham para ele. O incômodo de Andres em relação à baixa remuneração pelo trabalho intensivo era amenizado pelo “bom chefe, que me tratava como filho”. Chefes e empregados, comparados com pais e filhos pela proximidade entre patrões e trabalhadores, muitas vezes morando no mesmo local que é, inclusive, a própria oficina, a convivência e o cotidiano semelhante revelam as classes sociais que se confundem: os rodízios para os horários dos banhos, a comida feita pelas esposas dos chefes para todos os empregados, a moradia coletiva, os momentos de lazer na prática do futebol organizado por oficinas. O “convívio em família” e a alegada intenção de Andres, quando chefe, em ajudar as pessoas que empregava, tornam a exploração menos desumana na percepção de parte dos subordinados. Por conseguinte, não é unânime a concepção desse regime de trabalho como análogo à escravidão, pois chefes e empregados têm vidas muito semelhantes. O que se pode perceber é que a flexibilização do trabalho imposta pela reengenharia da produção industrial produz a desigualdade em cadeia e a ilusão da partilha, ou do fim das classes. Trabalhadores e patrões que vivem lado a lado no processo produtivo pertencem a classes sociais desreguladas pela nova

forma da produção. Seria ilusório pensar que esse processo estaria determinando o fim da mais valia. Ela se reproduz e se aprofunda criando de um lado a desregulação dos direitos do trabalhador e concentra a acumulação no campo intermediário, entre o capital financeiro e o sistema mercantil, já que o importante são os investimentos voláteis dos fluxos monetários.

Dada estrutura da cadeia produtiva de roupas em São Paulo, a exploração é encoberta, pois aqueles que lucram com a venda do produto final não têm contato direto com os que realmente o fabricam; há diversos intermediários, como vimos no exemplo da deflagração da cadeia produtiva das Lojas Marisa, que ligam os dois extremos.

Sabemos que as situações de grave exploração, restrição da liberdade e confisco de documentos são de fato reais, não apenas pelas investigações noticiadas pela ONG Repórter Brasil, mas, principalmente, por histórias de vida que testemunham tal realidade, como a de Ana Ruth. Há, porém, uma postura bastante difundida entre a população boliviana no sentido de transformar essa imagem atribuída ao grupo, imagem um tanto negativa e homogeneizadora como algo relacionado aos preconceitos contra os bolivianos. A esse respeito, Sayad aponta que “está no estatuto do imigrante (...) só poder ser tratado e captado através dos diferentes problemas a que se encontram associados (...). [O imigrante] existe apenas, no limite, graças aos problemas que coloca para a sociedade.”⁷⁹ A “encenação midiática” de que fala Andres, que difundiu a carga negativa sobre a comunidade, com a caracterização do boliviano como explorador ou como escravo, é a crítica que faz a respeito do tratamento dos meios de comunicação em relação à questão migratória. Assim, o jornalista fala “como brasileiro, tem uma concepção ruim dos bolivianos”. Divulgado o resultado das fiscalizações da Polícia Federal, que apenas detectavam as condições análogas à escravidão, sem buscar uma solução para a questão, a mídia brasileira desempenha o papel de formadora de opinião negativa sobre os bolivianos residentes em São Paulo que, se não fossem escravos, seriam exploradores desumanos. Entretanto é preciso destacar que esses discursos tanto da mídia, como dos próprios colaboradores representam situações e tempos diferenciados dos processos migratórios que envolvem essa comunidade de destino.

A história de vida desse colaborador é rica em análises, e, portanto, profunda e iluminadora, das fissuras e brechas do campo normativo, como aponta Silvia Rivera a respeito das fontes orais.

⁷⁹ SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998, p.15.

As observações de Andres sobre a evolução da migração boliviana para São Paulo, interpretada e comparada ao que vivenciou em Buenos Aires, desvendam certo padrão xenofóbico a respeito da presença estrangeira nessas duas cidades. Sua experiência na Argentina, onde percebeu que “não gostavam de estrangeiro” – fato que ele associa à grande quantidade de bolivianos que estavam se deslocando para lá – é comparada ao que observou ao longo dos dezenove anos que vive no Brasil: de início os bolivianos eram respeitados pelos brasileiros, mas, à medida que a população vinda da Bolívia cresceu em São Paulo, o preconceito também aumentou. Ele inclui nessa mudança a postura da polícia, que antes protegia o boliviano, mas hoje os fiscaliza e persegue.

Por que o crescimento da população boliviana, tanto pelo aumento do fluxo migratório como pelo nascimento de descendentes – arbitrariamente considerados filhos de imigrantes e não cidadãos brasileiros plenos pelo senso comum – reflete no aumento da xenofobia? O crescente deslocamento de bolivianos para São Paulo está ligado não somente à expansão do setor da confecção, que emprega mão de obra estrangeira informal, mas também à migração que ocorre depois que um membro da família já está estabelecido na cidade, ou seja, a migração de povoamento, quando familiares se deslocam para se reunirem ao parente pioneiro. São agora famílias bolivianas que residem no Brasil não apenas jovens sós em idade produtiva que se dirigem à maior metrópole da América do Sul, o que aumenta os custos sociais, já que as crianças necessitam de escolas, cresce a presença de bolivianos em postos de saúde e hospitais, gastos que são considerados onerosos ao Estado, já que, dessa forma, dos ganhos econômicos com os trabalhadores estrangeiros deve-se deduzir os gastos referidos. Como na maioria dos casos, a informalidade e a ausência de regulação do trabalho esconde a sonegação dos tributos, por isso o fundo público retira de outros fundos o montante necessário para essa política humanitária. Há deste modo um desequilíbrio a ser ajustado.

Outro ponto fundamental à postura xenófoba é a crença de que trabalhadores nacionais perdem postos de trabalho com a chegada dos estrangeiros. A experiência pessoal de ser boliviano em São Paulo leva Andres a dizer que “existem famílias brasileiras que discriminam o estrangeiro, por pensar que o estrangeiro prejudica o país, que somos prejuízo para o Brasil. Eles não sabem o quão útil é o imigrante.” Os empregos ocupados por trabalhadores bolivianos recém-chegados são majoritariamente em oficinas de costura que, como contou Andres, é o meio mais rápido de ser estar

empregado. Mais do que isso, muitos só podem realizar o deslocamento a São Paulo porque são financiados pelos futuros patrões, e são trazidos por coiotes. Pode-se considerar que a costura acabou se constituindo um mercado de trabalho para imigrantes, apesar dos conflitos com o Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, que alega que os bolivianos competem injustamente – por trabalharem em condições análogas à escravidão – com as costureiras brasileiras. Inclusive, muitas das denúncias de emprego de mão de obra análoga à escravidão em oficinas bolivianas foram feitas pelo próprio sindicato, sob o argumento de que os bolivianos representam “uma ameaça para a categoria com um possível rebaixamento da profissão”.⁸⁰ O que fica oculto aos olhos da sociedade é que o trabalho informal, em condições indignas, não foi inventado pelos bolivianos indocumentados, nem mesmo pelos coreanos que participaram da reestruturação do mercado da moda no Brasil, mas foi expandido pela mundialização do mercado e pela flexibilização da produção; esta última é parte do processo de reestruturação da produção no capitalismo contemporâneo. A culpabilização do imigrante pela sua condição de indocumentado ou trabalhador explorado, associado à escravidão moderna, é a base das atuações policiais e da discriminação de bolivianos.

Nesse contexto, em que a fiscalização policial feriu as expectativas dos bolivianos de como deveriam ser tratados, já que passaram a ser abordados como criminosos e traficantes, como pontuou Andres, iniciou-se uma articulação política nomeada Bol-Bra, que apesar de ter motivação econômica – ligada à regularização das oficinas – representa um movimento de luta por reconhecimento. Faz-se necessário compreender que essa articulação é específica de um segmento boliviano, que não agrega toda a população, a exemplo dos trabalhadores em condições mais vulneráveis. Trata-se de uma organização de chefes bolivianos, donos de oficinas de costura, que passaram a conviver na ilegalidade já vivenciada por coreanos em que poucos buscavam formas de regularizarem seus negócios nos princípios da lei, diferentemente da ADBR – Associação de Residentes Bolivianos – organização existente há 41 anos e que representa os bolivianos que se deslocaram para São Paulo nas décadas de 1960 e 1970, membros da classe média que deixaram a Bolívia por questões políticas.

Outra consequência da fiscalização policial às oficinas irregulares se deu na ocupação da cidade de São Paulo pelos bolivianos que, como nos disse Andrés, mudaram-se para as periferias e outros municípios próximos a São Paulo para

⁸⁰ SILVA, Carlos Freire. *Trabalho Informal e Redes de Subcontratação*, Dissertação (Mestrado em Sociologia), FFLCH-USP, São Paulo, 2008, p.101.

escaparem dela. Sylvian Souchaud, estudando a espacialização da população boliviana na região metropolitana de São Paulo, observou que o grupo apresenta dois modelos de ocupação espacial: “o primeiro, bastante clássico, limita-se ao centro. O segundo, menos comum, tende à dispersão nas periferias”.⁸¹ Sua pesquisa exploratória indicou “que os imigrantes com maior tempo de presença acumulada situam-se nas áreas centrais, embora elas tenham recebido imigrantes nos anos recentes (...). Nos lugares mais periféricos, os tempos de residência dos imigrantes são menores”.⁸² De acordo com Souchaud, a população boliviana na região enfocada revela uma modalidade de territorialização original, não se limitando à região central da cidade, expandindo-se para as áreas periféricas e municípios vizinhos. Ele não apresenta explicações para esse fenômeno, lacuna que pode ser preenchida aqui pela fala de Andrés, sobre a ocupação de cidades como Barueri e Americana por chefes de oficinas no intuito de fugir da área em que há uma fiscalização policial mais rígida. Desse modo, podemos compreender a presença de bolivianos em regiões afastadas do centro de São Paulo como resultado de uma política de repressão à mão de obra informal na costura, isto é, a ação policial tem efeito direto na espacialização da população boliviana na região metropolitana de São Paulo.

O desrespeito praticado contra bolivianos, que tiveram suas famílias ameaçadas pelas forças policiais, ganha positividade no momento em que há uma mobilização em prol da conquista de respeito e reconhecimento. Em outra passagem de sua narrativa, Andres conta que o desrespeito sofrido foi o estopim para tentativa de mobilização comunitária e superação da condição subalterna dos imigrantes: seu filho caçula, que, por complicações no parto atribuídas à discriminação sofrida no atendimento hospitalar, nasceu com paralisia cerebral.

Para ele, a discriminação sofrida no hospital foi a causa de uma tragédia familiar. Além disso, o desconhecimento dos direitos que tinha teve de ser vencido na busca por tratamento do filho, período que ele “nem quer lembrar”. Entretanto, ao analisarmos o discurso sob a perspectiva de Axel Honneth, essa luta pela saúde do filho desencadeou em sua vida processos que podem ser interpretados como lutas por reconhecimento, motivadas por “desapontamentos das expectativas normativas que o sujeito ativo acreditou poder situar na posição de seu defrontante para o respeito”, esse

⁸¹ SOUCHAUD, Sylvian. “A Imigração Boliviana em São Paulo”, p.7. Disponível em <http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/48/60/59/PDF/2010Souchaud_NIEM_ImigracaoBolivianaSaoPaulo_2009VersaoFinal.pdf>

⁸² Idem, p.14.

seria o “elo psíquico que conduz do mero sofrimento à ação ativa”⁸³. Nesse caso, o sofrimento encontra sua positividade quando se torna potencial de transformação da realidade, como a criação de uma rádio voltada a uma comunidade deixada de lado pela sociedade brasileira e por ela mesma. Pelo que Andres nos diz, trabalhar na rádio foi, para ele, uma guinada na maneira como ele se inseriu na comunidade e, para a comunidade, foi o primeiro passo para olhar para si mesma.

Hoje, a rádio não está no ar, pois as dificuldades em conseguirem a legalização estão ligadas às leis impostas aos estrangeiros no Brasil, como o Estatuto do Estrangeiro que no Artigo 106 define: “É vedado ao estrangeiro: (...) IX - possuir, manter ou operar, mesmo como amador, aparelho de radiodifusão, de radiotelegrafia e similar, salvo reciprocidade de tratamento.”⁸⁴ Por isso, quando submeteram o pedido de licença de rádio, os bolivianos tiveram que colocar como presidente da associação o nome de um brasileiro. A lei, além de alijar uma parcela da população que reside e trabalha no Brasil do direito de comunicação, faz parte do aparato jurídico que encobre o caráter político da imigração, como defende Sayad, ao afirmar que a neutralidade política do imigrante é a terceira ilusão que sustenta a imigração – depois da presença provisória e subordinada ao trabalho:

Todas as especificações pelas quais se define e se identifica um imigrante encontram seu princípio gerador (...) no estatuto político que é próprio de um “não-nacional” que, a esse título, só pode estar excluído do campo político. Política e polidez, e sem dúvida mais polidez do que política, exigem semelhante neutralidade, que é também chamada de “obrigação de ser reservado”: a forma de polidez que o imigrante deve adotar e que ele se sente na obrigação de adotar (...) constitui uma dessas malícias sociais (ou malícias do social) pelas quais são impostos imperativos políticos e consegue-se a submissão a esses imperativos. Sem que se perceba perfeitamente, a arbitrariedade (no sentido lógico) que existe em opor “nacional” e “não-nacional” e em reduzir todas as discriminações de fato a esta oposição (de direito) fundamental, a distinção legal, ou seja, refletida, pensada e confessa, que se opera assim no plano político de modo totalmente decisivo constituiu como que a justificativa suprema de todas as outras distinções.⁸⁵

Lúcio Kowarick, em “Viver em Risco”⁸⁶, trata da vulnerabilidade no Brasil urbano e procura, ao fim e ao cabo, um novo agente potencialmente transformador da

⁸³ HONNETH, Alex. *Luta por Reconhecimento*. São Paulo, Editora 34, 1992, p.223.

⁸⁴ BRASIL. Estatuto do Estrangeiro. Decreto-lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. Disponível em <www.pge.sp.gov.br>

⁸⁵ SAYAD, *Op. Cit.*, p.58.

⁸⁶ KOWARICK, Lúcio. *Viver em Risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

sociedade. Primeiramente, justifica-se no declínio do pensamento marxista e na crença perdida no proletariado como possibilidade de transformação social. Em seguida, investiga as situações em que a humilhação é mais presente no cotidiano das pessoas: os cortiços, as favelas e os loteamentos periféricos, formas de moradia precárias, sem infraestrutura básica (saneamento, transporte, segurança). A informalidade e a instabilidade sempre estiveram presentes na sociedade brasileira: camelôs, biscateiros, artistas ocasionais, vendedores em janelas de automóveis, flanelinhas, trabalhadores da construção civil a empreitada, catadores de lixo e sucata, trabalhadores temporários no comércio, diaristas, essas e outras são figuras sociais comuns no Brasil, uma população que “se vira” para sobreviver. Para ele, a questão social brasileira é justamente a dificuldade em expandir e consolidar os direitos de cidadania.

Sem nunca estarem efetivamente incluídos numa sociedade salarial – visto que a imensa maioria deixa a terra natal por falta de perspectivas e oportunidades de sobrevivência – esses imigrantes entram direto para uma posição social marcada pela extrema instabilidade (tanto de emprego como de moradia) e vulnerabilidade, pois estão à mercê dos chefes, sem documentos, sem falar a língua portuguesa, com total desconhecimento da cidade em que se encontram. Assim como milhões de brasileiros, os imigrantes bolivianos são a prova do nosso *déficit de cidadania*.

Nessa perspectiva, Kowarick mostra-se de acordo com Honneth, quando afirma que é a experiência de desrespeito, somada a uma expectativa de respeito daquele que vivencia sua negação, o elemento fundamental à evolução dos direitos na sociedade; é através da luta por reconhecimento que mais pessoas conquistam o direito a ter direitos e mais liberdade é alcançada por todos os cidadãos.

É de se esperar que a “experiência de desrespeito”, profundamente presente nos bairros populares, venha a se constituir na matéria prima de resistência e lutas coletivas que façam os grupos escanteados escaparem da vulnerabilidade socioeconômica e civil que caracteriza o cotidiano de suas existências.⁸⁷

Tendo em vista a situação de subcidadania em que se encontram os bolivianos no Brasil e, em especial na cidade de São Paulo, compreende-se a dificuldade desses sujeitos em articularem-se coletivamente para reivindicarem a ampliação de seus direitos. Entretanto, numa breve passagem da entrevista, Andres expressa seu estranhamento em relação à postura dos brasileiros e suas lutas sociais: “aqui no Brasil

⁸⁷ HONNETH, *Op. Cit.*, p.301.

a gente percebe que as coisas são aceitas de uma maneira calada, sem protestos”, o que aparece em oposição às tradições das lutas sociais na Bolívia, como o movimento katarista, durante a ditadura militar no país, de caráter rural-indígena contra o racismo e a condição subalterna do índio, o movimento cocaleiro e dos ayllus, de caráter anti-imperialista, formado por mineiros demitidos e pequenos camponeses, que migraram para a fronteira agrícola da coca, em Las Yungas e Chaparte, cujo líder era Evo Morales e que reivindicam a legitimidade das plantações de coca pelas comunidades originárias, conflitos recentes como a Guerra da Água, em 2000, quando a população se revoltou contra o serviço de abastecimento de água privatizado, e que representou uma vitória contra o neoliberalismo, a Guerra do Gás, em 2003, contra a decisão do presidente Sánchez de Lozada de exportar gás para os Estados Unidos por portos chilenos. Andres, conta, ainda, sobre sua participação contra o projeto de privatização da educação na Bolívia, experiência que considera fundamental em sua formação de cidadão consciente e politizado.

No Brasil, os bolivianos, destituídos de documento e, consequentemente, de cidadania, devem trabalhar sem reclamar. Mais uma vez recorrendo a Sayad, essas são as duas exigências feitas aos imigrantes: o trabalho e o silêncio, de acordo com a concepção de que o imigrante tem a “obrigação de ser reservado”, ou seja, exige-se dele neutralidade política e nega-se-lhe o direito à cidadania. A luta pela regularização das rádios bolivianas, em que diversas barreiras são impostas como a língua espanhola, a lei que proíbe o envolvimento de estrangeiros em meios de comunicação, a falta de documentos, mostra que há uma lógica circular das segregações e das dominações geradoras de racismo: “a igualdade de direito é recusada usando-se como pretexto as desigualdades de fato, e a igualdade de fato, por sua vez, torna-se impossível devido à desigualdade de direito (...)”. Em outras palavras, a arbitrariedade que existe em opor o “nacional” ao “não-nacional” é um instrumento político-ideológico que permite a manutenção da exploração de imigrantes tolhidos de direitos. “Exportam-se' ou 'importam-se' exclusivamente trabalhadores, mas nunca (...) cidadãos”⁸⁸. Essa arbitrariedade a que Sayad refere-se está diretamente relacionada à função social dos imigrantes de produzirem riquezas para um país em que não nasceram, mas elegeram como o lugar de sua morada, muitas vezes até a morte. Isto significa que suas vidas são

⁸⁸ SAYAD, *Op. Cit.*, p.66.

quase que inteiramente investidas no Brasil, assim como as de seus descendentes, brasileiros de nascimento.

A história de vida de Andres nos mostra que esse sujeito adotou o Brasil como sua morada, onde construiu sua vida e o futuro da família – os filhos estudam e trabalham em São Paulo, sentem-se e são brasileiros – e considera a Bolívia como sua terra natal, mas que ficou no passado. A narrativa de suas visitas ao país andino, em que sentia que estava de férias, mostra que a Bolívia passou a significar um local de descanso, não mais de trabalho, e o estranhamento dos lugares transformados, diferentes do momento em que os deixou, deixa patente o desenraizamento de Andres – e de sua família – que teve efeito direto no seu sentimento de pertença a sua pátria. Após o deslocamento e a fixação em São Paulo, Andres passa a ter íntima relação com o Brasil, identificando-se como um boliviano-brasileiro, membro de uma associação não coincidentemente nomeada Bol-Bra. Qual é, então, a validade do termo estrangeiro para uma pessoa que tem 41 anos e mora há 20 num país, sem nele ter nascido e por isso destituído do status de cidadão?

Sousa Santos pontua que vivemos hoje um modelo neoliberal de democracia que “ao invés de produzir redistribuição social, a destrói”⁸⁹. Essa democracia política formal vem acompanhada de um fascismo social, que “expulsa gente da sociedade civil para o estado de natureza, que era o estado anterior ao da sociedade civil para Locke, Hobbes e Rousseau.”⁹⁰ Disso resulta uma “democracia de baixa intensidade” que trabalha para o capitalismo, no sentido de garantir e institucionalizar desigualdades entre grupos sociais. Sousa Santos conclui que “não pode haver um fetichismo legal”⁹¹, tendo em vista que as classes dominantes usam a legalidade e a ilegalidade quando e como lhes convém. Temos no Brasil, portanto, formas institucionais de exclusão dos direitos de cidadania, que, no caso dos trabalhadores bolivianos, é garantida pelo Estatuto do Estrangeiro.

No tempo da globalização, que, como vimos no capítulo 3 tem sua face perversa na desorganização do trabalho e na precarização da vida, é possível vislumbrar hipóteses de sua positividade no potencial de cooperação internacional mais eficaz, a qual pode resultar, por meio de lutas e movimentos sociais, na expansão do escopo dos direitos e na concepção de uma cidadania global. A aproximação diplomática entre o

⁸⁹ SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a Teoria crítica e Reinventar a Emancipação Social*, São Paulo: Boitempo, 2007, p.81.

⁹⁰ Idem, p.88.

⁹¹ Ibidem, p.98.

Brasil e a Bolívia, principalmente a partir dos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Evo Morales, respectivamente, pode abrir caminho para o livre trânsito de cidadãos entre os países, com a garantia do respeito aos direitos humanos e de cidadania. Além disso, na perspectiva de Honneth e Kowarick, podemos esperar que as populações subalternas, como os bolivianos – e também nordestinos – em São Paulo, que vivem o limite da precariedade e do desrespeito aos direitos, quando feridas em sua expectativa de serem tratados como cidadãos, são os agentes potencialmente transformadores da realidade.

No mundo efetivamente globalizado, as pessoas poderão migrar livremente protegidas pelos direitos universais sem serem criminalizadas por seu deslocamento, e uma cidadania global, em que as diversidades não sejam polarizadas, poderá ser a base de uma democracia de alta intensidade, quando não poderá existir pessoas em situações indignas e de subcidadania.

6. O índio é a origem da América

Nerian Elisa Alarcón Catari foi a quarta colaboradora da pesquisa, quem conhecemos numa palestra proferida pelo cônsul da Bolívia Jaime Valdívia Almanzana na Fundação Getúlio Vargas. Única boliviana em meio a brasileiros na platéia, Elisa não se acanhou em questionar o palestrante sobre as ações do consulado em prol da comunidade boliviana no Brasil, e mostrou-se uma mulher de fibra ao apontar diversos problemas que seus compatriotas enfrentam em São Paulo. Convidada para participar de nossa pesquisa, ela prontamente colocou-se à disposição, e deu uma entrevista emocionante, que resultou na história de vida reproduzida a seguir.

Em sempre me senti a mais

Eu me chamo Nerian Elisa Catari e nasci na Bolívia no dia 16 de Dezembro de 1973, em La Paz. Meus pais se casaram muito novos, minha mãe tinha 14 e ele 17 para 18, e quando eu estava na barriga dela ele veio a falecer, por acidente. Como ela era novinha, teve que escolher entre o trabalho e cuidar de mim. Apesar de ter um negócio próprio, a minha avó, mãe dela, falou pra ela ajudar no trabalho ou cuidar da criança. Então, quando eu tinha dois anos, ela me deixou com a minha tia, que é irmã do meu pai, dizendo que seria por quinze dias. Depois ela sumiu. Minha tia começou a me criar, mas ela já era casada e tinha dois filhos. As pessoas começaram a falar que eu era filha deles, mas meu tio não gostava disso, ele dizia que eu era sobrinha. Os outros filhos também não eram dele, então já havia uma briga entre a minha tia e o marido. Outro tio, irmão mais velho do meu pai, topou me criar, e eu fui morar com ele a partir dos três anos de idade e fiquei lá até a primeira série, junto com oito primos. Esse meu tio era mineiro lá em Vila Matilde, entre Oruro e La Paz. Depois, a minha tia optou por me trazer de volta a La Paz pra morar com ela. Eu também cheguei a morar com um outro tio, porque como o meu pai era o caçula querido, os meus tios brigavam para me ter, então eles acabaram se revezando. Por último eu fiquei com uma tia, que não tinha muitas condições de me criar.

Então foram os meus tios que me criaram. Até a primeira série do ginásio, eu achava que os meus tios eram meus pais, eu os chamava de pai e mãe. Cresci com oito

primos, então sempre tinha briga, até que um dia um deles me falou: “*Minha mãe não é tua mãe, meu pai não é teu pai!*” e isso ficou na minha cabecinha. Eu fiquei encucada, então minha tia acabou assumindo: “*É verdade, eu não sou tua mãe*”. Até então eu nunca tinha visto minha mãe, ela não existia.

Logo veio a curiosidade de conhecer a minha mãe, mas eles sempre falaram mal dela, que ela não prestava, “*ela te abandonou*”, diziam. Até os doze anos eu os ouvi falando isso, ninguém queria falar onde ela estava. “*O que é que falta pra você? Por que você quer ir atrás dela?*” Mas eu sempre tive curiosidade. Então, um belo dia eu tirei as palavras do meu avô, porque você sabe que com avô a gente consegue tudo. Fui descobrindo as coisas aos pouquinhos e acabei montando o quebra-cabeça.

Depois da escola, fui atrás dela, às escondidas. Fui até o centro da cidade, onde ela vendia, assim como minha avó, são várias gerações que vendem comida. E ela é branquinha, e eu morena, mas quando eu cheguei lá, as pessoas me reconheceram como filha dela, por causa da fisionomia, do rosto redondinho, só a cor muda: “*Puxa vida! Você tem os traços da tua mãe! Ela vende lá.*” Eu cheguei perto dela e perguntei “*Você que é a Sônia? Eu sou sua filha.*” Ela ficou surpresa, pois achou que eu nunca iria aparecer. Naquela época havia muita discriminação contra mãe solteira, eu até entendo ela não ter falado para o meu padrasto que eu existia. Ela já tinha casado de novo e tinha seis filhos, comigo sete. Uma morreu agora, então agora são cinco, todos homens. Todas as vezes que eu encontrava com ela, ela me desprezava por não querer que o meu padrasto soubesse. No primeiro dia, ela me recebeu bem, mas depois ela sempre me dava uns 50 ou 100 bolivianos, que seria uns 50, 100 reais, e falava que eu tinha que ir embora. Eu contei para o meu avô que eu tinha procurado minha mãe, e ele disse “*Ah, mas seus tios não vão gostar.*” Mas ele aceitou a situação, porque ele era policial aposentado e ganhava muito pouco, então o dinheiro era importante. O que eu procurava era carinho, mas ela não soube me dar, não soube me entender. E eu não sabia por quê. “*Pra que você foi atrás dela?*”, minha tia perguntou. Era uma coisa que veio de mim, porque a família do meu pai me dava comida, roupa, mas eles não me davam aquilo que eu queria. Eu não era tratada diferente, mas sempre me senti estranha, pois enquanto meus primos eram filhos de pai e mãe, eu era sozinha, sobrinha, sempre me senti a mais. Quando eu ia atrás da minha mãe e ela me dava dinheiro, tentando me esconder do meu padrasto, foi muito doído. Até os meus catorze anos eu passei esse sofrimento.

Não era nada disso

Eu estava estudando num colégio de secretariado, porque antigamente era assim, não existia computador, e os cursos eram de datilografia, taquigrafia, e quando eu me formasse, eu ia sair com o colegial e com uma profissão. Como meu avô nem sempre ficava comigo, porque ele ficava com os outros tios, eu acabei ficando com aquela tia que não tinha muitas condições.

Ela tinha conhecidos que moravam aqui no Brasil que falaram pra ela que estavam precisando de uma adolescente para ajudar na casa, porque não tinha filha mulher, só tinham filhos homens. Disseram que iriam me fazer estudar e trabalhar no Brasil, mas não era nada disso. Era só pra trabalhar.

Eu vim com quinze pra dezesseis anos, em 1999. Eles me trouxeram junto com eles, foi uma viagem de ônibus. Primeiro pegamos um trem de La Paz até Santa Cruz, depois um ônibus até Porto Quijarro, que é a fronteira, depois um ônibus de Corumbá até São Paulo. Eu não tive problemas na fronteira, entrei como turista, me deram 60 dias pra ficar no Brasil. Essa família morava numa casa no Jardim Brasil, em Santana, trabalhavam com a costura, tinham uma oficina. E eles só me fizeram trabalhar, até as dez horas da noite, eu arrematava, fazia serviços de costura, mas também arrumava a casa, limpava, cozinhava, lavava a roupa, eu fazia de tudo. Eles eram padrinhos de casamento dessa tia. Eu não a culpo, ela não sabia, ela queria uma coisa boa pra mim. Ela cometeu esse erro, alguém ofereceu e ela aceitou, sem saber direito onde e como eu estaria. Então eu larguei o curso técnico de secretariado, que era junto com o ensino médio, e vim para cá em março. Aqui trabalhei dois anos para aquela família, mas chegou um momento em que eu não agüentei. Eles nunca tinham me pagado nada e eu trabalhava muito. E eu era uma menina que quebrava as coisas, isso para eles era o fim do mundo: *“ah, você quebrou isso e isso, então no fim do mês você não recebe nada!”* Eu pensei *“Puxa vida, eles vão me deixar sem nada, não vão me pagar nada”*. Isso acontece muito, as pessoas falam que não, mas acontece sim. Eu decidi ir embora e eles fizeram um escândalo. Os meus parentes na Bolívia me incentivaram.

Você não sabe aonde vai parar, com todo imigrante é assim

Quando eu percebi que eles nunca iriam me dar nada, eu fugi de lá levando só a minha roupa do corpo. Eu perguntei para umas pessoas, uns brasileiros na rua, onde eu

poderia encontrar algum boliviano, porque ali não tem muito boliviano, e me falaram para ir à Estação da Luz. Hoje eu penso em como eu fui corajosa, agora que tenho uma filha, penso nela. Antigamente tinham umas pessoas que vendiam frutas, bolsas, lá na Luz, então eu saí perguntando por algum boliviano, até que alguém disse onde havia uma. Eu fui atrás dela e perguntei “*Você que é boliviana?*”, “*Não, eu sou brasileira*”, ela era do Mato Grosso, mas parecia boliviana. Eu contei pra ela a minha história, falei da minha situação. “*Fique em casa.*”, disse. Ela morava ali perto. “*Fica aqui em casa, e você me ajuda a vender*”. A filha dela tinha uma banca de bolsas, e ela uma de frutas e balas. “*Só que você está proibida de falar castelhano, você tem que falar português.*” Eu era tímida, tive que aprender. Ela me tratou bem, não me pagava um salário mínimo, mas me dava liberdade de comer o que quisesse, ir aonde quisesse, com limites, claro, eu só tinha dezessete anos. Todo mundo me conhecia como sobrinha dela, até hoje em dia. Mas, como as pessoas dizem, há tempos de vacas gordas e de vacas magras, e ela foi despejada do apartamento onde morava. Acho que foi a prefeitura que tirou ela de lá, hoje o prédio não existe mais. Outra vez me vi desamparada. “*O que eu faço?*”, pensei, “*sem documento, só com as minhas roupas, o que é que eu vou fazer?*”. Aí eu comprei jornal pra procurar serviço como babá. Estava nas mãos de Deus. Eu não queria voltar a ser costureira porque eu odiava! Acabei encontrando um serviço como babá na Rua Nove de Julho, Deus é grande. Aí eu fui falar com a senhora brasileira que queria que eu cuidasse do menino dela. “*Você tem carteira de trabalho?*”, ela perguntou. Eu disse que não. “*Tem documento?*” “*Também não.*” Para minha sorte, no primeiro andar do prédio havia uma boliviana, e essa senhora foi buscá-la para falar comigo. Ela era de La Paz também. A brasileira explicou que eu procurava um serviço de babá, mas não tinha nenhum documento. Nós conversamos e ela aconselhou que eu trabalhasse para a brasileira. Foi o que eu fiz: trabalhei como babá cuidando do menino dela. Logo depois, ela e o marido se separaram, e eu me vi sem saber o que fazer de novo. A boliviana do prédio me acolheu. Ela vendia salgadinhos da Bolívia e disse que eu iria aprender e ajudá-la. Eu ajudava a fazer os salgadinhos e a vender, onde tinham os jogos de futebol, os campeonatos dos bolivianos. O que eu não sabia, é que eu ia encontrar aquela primeira família com que eu morei quando vim pro Brasil. Eles estavam à minha procura e não me achavam, eu era menor de idade. Num desses jogos em que nós vendíamos os salgados, eles me viram. Quando me viram, já começaram a me pegar, me puxavam dizendo que iam me levar de volta. Eu fiquei apavorada e me mandei de lá. Fugi e só apareci de tarde, aí eu tive que contar pra ela a minha história. Ela disse “*Tem*

muitos bolivianos acostumados a fazerem isso! Fica aqui, não sai daqui, não.” Eles não vieram mais.

Depois de um tempo, essa boliviana que me acolheu foi embora para os Estados Unidos, eu queria ir com ela, mas não tinha documento. Eu tinha dezenove anos, e como eu conhecia os bairros da Luz, Armênia, Sé, fui andando em busca de um emprego. Nesse tempo, eu tive que voltar à costura, não tinha o que fazer. Na Armênia, tinha um peruano que vendia e costurava também, como eu não tinha carteira de trabalho nem nada, ele me aceitou. Ele fazia as roupas e vendia em sua loja. Eu trabalhava na loja vendendo e costurando, e ele saía também para fazer vendas para outras lojas. O peruano e a mulher, uma brasileira morena, eram muito legais, eu não tenho nada de mal para falar deles. Apesar de me pagarem apenas um salário mínimo, me davam liberdade, me aconselhavam. Depois da Armênia, fui morar em Guarulhos, com uma brasileira que trabalhava na loja comigo. Ela me levou pra casa dela, e a gente saía de casa juntas para trabalhar. A loja acabou falindo, e eu procurei emprego no jornal e comecei a trabalhar em Santana. Muita gente é assim, não trabalha com registro, os patrões não pedem documento, mas na época eu achava que todo mundo pedia documentos. Eu nunca mais trabalhei com bolivianos, só com brasileiros, ou judeus, então eu trabalhava em horário comercial, nunca mais fiquei até as dez, onze horas da noite trabalhando. E também não morava nas oficinas, fiquei na casa dessa amiga brasileira.

A mãe dela era legal comigo, porque eu tinha uma cabeça boa, e a filha dela não muito, então ela dizia que a filha tinha que ser como eu, mais quieta. A mãe achava ótimo eu morar lá. Nos meus dias de folga eu ficava em casa, como eu não tinha documento, tinha receio de sair. É claro que em Guarulhos a gente saía pra dançar, eu era mocinha, tinha dezenove, vinte anos. A partir daí foi mais fácil, mas o começo foi difícil, você não sabe aonde você vai parar, com todo imigrante é assim.

Com 21 anos eu fui até o consulado da Bolívia, contei minha história e pedi que falassem com a família que estava com os meus documentos, porque eu os queria de volta, e consegui recuperá-los, mas ainda estava irregular no Brasil. Quando eu tinha vinte e cinco anos, chegou a Anistia, acho que foi em 2002. Aí eu consegui me regularizar, paguei a multa, não lembro o valor, talvez uns 80 reais, mas paguei. Foi fácil, não foi difícil não. Tive que tirar um documento sobre meus antecedentes criminais, que o próprio consulado deu, e outros papéis que tive que tirar em outros lugares. Assim foi.

Eu falei o que eles queriam ouvir

Durante todo esse período, eu voltei para a Bolívia algumas vezes. Depois de fugir da casa daquela primeira família, os meus parentes não tiveram notícias minhas por muito tempo. Eu só voltei para vê-los quando tinha dezenove, vinte anos. Eles achavam que eu estava morta, porque eu não mandava notícias, e cheguei de surpresa. Eu queria ficar lá, mas já não me acostumava mais. Além disso, minha família começou a cobrar, pois acham que a gente ganha um absurdo aqui. Mas não é assim. Costureiro ganha uns setecentos, oitocentos reais, dependendo da firma. Então eles começaram a cobrar “*o que você fez lá? O que ganhou?*”, e isso me fez querer voltar para o Brasil. Eu fui outras três vezes para a Bolívia, em intervalos de quatro anos. Nunca ninguém me pediu nada, acho que perceberam que eu tinha vindo para cá para trabalhar e sobreviver, não estava fazendo nada de errado.

Porém, na última vez que eu fui pra lá, eu estava grávida da Daniela. Eu fui para ficar com a minha família e para comer comida boliviana, eu estava com desejo de comida boliviana. Aí eu fui sozinha, isso foi no ano 2000. Chegando lá, eu tive vergonha de contar tudo para a minha família, que é do tipo antigo, eles iriam me julgar, então acabei falando o que eles queriam ouvir: que estava grávida e ia casar. Até hoje eles não sabem a verdade. Logo em seguida o pai da minha filha foi atrás de mim, na Bolívia e a gente casou lá.

Na volta, entrando no Brasil, a polícia me parou. Como eu já estava regularizada, eu não tive problemas, pude entrar.

A minha vida é aqui

Eu morei cinco anos em Guarulhos. Nesse período, eu não conheci muita gente, era muito fechada, não era muito de conversar. Tive um namorado boliviano que dizia “*aqui não se vive, se sobrevive.*” Porque é uma correria de vida. Eu tentei convencê-lo a ficar aqui, mas ele não quis, pois tinha vindo na época em que o Real era forte, para juntar dinheiro trabalhando na transportadora do irmão, e depois voltar para a Bolívia. Quando ele voltou pra lá a gente rompeu, porque a minha vida é aqui. Ele sempre me dizia para estudar, porque eu ainda era nova, mas é muito difícil conseguir estudar aqui. Ele era formado em administração de empresas, mas para ele foi fácil, porque ele teve

alguém que pagou seus estudos. Pra mim não, sozinha, eu tinha que me virar. É fácil julgar os outros, mas viver a vida não é.

Enfim eu me esforcei e voltei a estudar, fiz o supletivo lá na Avenida Tiradentes. Foi assim que conheci o pai da Daniela. Eu tinha uma amiga brasileira, fomos amigas por quinze anos, desde quando nos conhecemos numa pensão no Pari, até o dia em que brigamos. Ela tinha quinze anos, morava com a mãe nessa pensão, e eu tinha dezoito. Pegamos amizade muito grande porque ela era parecida comigo: quietinha, centrada, tinha uma educação parecida com a minha. Um dia ela falou “*Elisa, há quanto anos nos conhecemos? Você nunca me levou num restaurante boliviano!*”. Eu me afastava dos bolivianos, achava que iam me explorar. Por isso sempre convivi com brasileiros. De tanto ela me cobrar mostrar algo da Bolívia, um belo dia eu a levei num restaurante boliviano. Eu pedi alguma coisa típica da Bolívia e, numa outra mesa, tinha uma turma de bolivianos. Eles estavam comemorando depois do jogo de futebol quando viram que minha amiga era brasileira e se aproximaram dela. Dois deles sentaram com a gente, e um deles, o pai da minha filha, se interessou pela minha amiga. O problema é que ela era alta e ele era baixo, então ela disse “*Ele é muito baixinho para mim!*” foi engraçado. Ele então veio na minha direção e pronto! A gente marcou um encontro. Ele foi me buscar no colégio e começamos a namorar. Ele nunca me levava para a casa dele, sempre arrumava uma desculpa. Eu comecei a desconfiar, aí, um dia ele me apresentou para o pai dele, que disse “*Meu filho é solteiro*”, mas depois descobri que ele tinha quatro filhos e era casado com uma brasileira. Nessa altura, eu já não tinha mais o que fazer, já estava grávida de dois meses. Foi um balde de água fria. Eu, que me preservava tanto, não imaginava passar por uma situação como essa aos 27 anos. Até porque, minha família sempre julgava mal a minha mãe, e diziam “*Você vai ser igual, vai parir um filho atrás do outro.*” Eu caí na conversa dele. É claro, minha filha é linda e eu a amo, mas eu não tinha imaginado assim. O pai dela falou que não era pra fazer barraco, porque ele gostava de mim, e que a mulher dele não tinha que saber. Ele era mecânico. Prometeu me ajudar de todo modo, e colocou umas coisas horríveis na minha cabeça: disse que a mulher era barraqueira, que ia fazer coisas ruins para ele e para mim, falava para eu pensar nas crianças dele e na minha, que estava na minha barriga. Assim, eu fiquei com receio, e não disse nada para ela, mas devia ter falado. Além disso, ele dizia que não era casado com ela, e que uma hora iria contar para ela e se casar comigo e eu acreditei. Eu passei muito mal na gravidez, não conseguia comer nada e desmaiava muito. Então fui para a Bolívia passar um tempo com a minha família.

Voltando pra cá, ele continuou morando com a mulher e logo eu tive a Daniela. Era a minha primeira gravidez, eu não sabia nada e tinha vergonha de perguntar. Num sábado, eu lavei muita roupa e limpei a casa. Quando eu sentei, eu senti uma coisa estranha na barriga. No dia seguinte eu acordei molhada. Era a bolsa que tinha estourado, mas eu não sabia de nada. Só na segunda eu fui para o hospital, procurando um lugar para eu poder fazer o parto, que eu achava que ainda faltavam dias para acontecer. Ela nasceu dia 12, mas era para dia 18. Chegando ao hospital, o médico resolveu fazer um exame de toque, porque minha gravidez já estava avançada. Eu me senti muito invadida, porque muitos médicos foram me tocando, vários estagiários. Eles resolveram me internar, mas eu dizia que era para dia 18. *“Mas a sua bolsa estourou, você tem que ficar”*, o médico disse. Eles ligaram para o pai da minha filha, que me convenceu a ficar no hospital *“Se os médicos estão dizendo que você precisa ficar, você não pode sair daí.”* Fiquei. Eu queria ter parto normal, mas ela estava sentada. Então foi cesárea. Eu me senti amparada pelos médicos, mas não pela minha família. O pai dela também me amparou, foi para o hospital e trouxe tudo. Depois, fui pra casa e tive que me virar sozinha. Na época eu estava morando na Armênia com mais duas famílias numa casa, a gente dividia o espaço. Eu ainda estudava à noite e trabalhava durante o dia todo. E consegui terminar o supletivo. Quem me ajudou quando eu voltei pra casa com a Daniela recém-nascida foi a Heloísa, a mãe da minha amiga. Ela sempre me acompanhou e me ajudou. Ela me ensinou a dar banho na nenê, como fazer arrotar.

Quando voltei do hospital com a Daniela, fomos para aquela casa na Armênia e eu pedi para o pai da minha filha: *“Eu quero ter a satisfação de cuidar da minha filha. Quero ter esse momento com ela.”* Ele concordou, então até os dois anos de idade ele pagava o aluguel, eu cuidava da minha filha e da casa, e também fazia alguns serviços de tricô e crochê para uma judia. Com isso eu pagava algumas despesas como fraldas, porque se gasta, né? Quando ela fez dois anos, eu percebi que precisava voltar a trabalhar, não queira ficar dependendo dele, já estava acostumada a ser independente. Procurei creches para deixar a Daniela, mas não encontrei vaga, então tive que pagar. Escolhi o berçário “Faz-de-conta”, perto da Armênia, deixava ela lá durante o dia e arrumei um serviço de costureira. Um antigo patrão português tinha me dado uma máquina overlock, mas eu precisava de outras máquinas. Eu costurava para uma confecção de um português e de um brasileiro, eles eram sócios. Lá, algumas pessoas eram registradas, outras não, como era o meu caso. Eu não me importava em não receber os benefícios, o salário já estava muito bom. Quando ele estava para falir, todos

os empregados começaram a cobrar as coisas que ele tinha que pagar, eu achei aquilo um absurdo. Algumas pessoas entraram com processo contra ele, porque estavam há dois ou três anos na firma, achavam que tinham que receber alguma coisa. Mas o homem faliu, eu acho que ele não merecia isso, era uma pessoa boa. Como eu não pedi nada pra ele, ele disse: *“Eu não tenho dinheiro para te dar, então vou te dar uma máquina.”* Eu respondi *“Não precisa me dar nada, você já me pagou o salário todos os meses.”* Mas ele insistiu, dizendo que eu trabalhei para ele por mais de um ano sem registro, então eu merecia ganhar a máquina. Assim eu ganhei uma overloque.

Então estava na hora de pensar em algum modo de ganhar mais dinheiro, por causa da minha filha. Então eu procurei um lugar para morar onde eu pudesse trabalhar com a máquina. Então eu fui morar com uns cariocas, que me acolheram bem, eles me alugaram um quarto e moravam ao lado. Disseram que eu podia trabalhar, não tinha problema. Fui contratada por uns camelôs para costurar pijamas. A qualquer hora aparecia serviço deles, era muita coisa. Um dos cariocas falou *“Você tem que pensar em você e na sua nenê, não deve trabalhar tanto. Eles não podem abusar de você!”* Só que eu queria comprar mais máquinas, e acabei comprando outra. Quando dava algum problema nas máquinas, o pai da minha filha, que era mecânico, vinha arrumar pra mim. Parei de trabalhar para os camelôs, que cada vez queriam entregas mais rápidas, e passei a trabalhar para uma firma em que eu já tinha trabalhado. Nessa altura eu já tinha três máquinas: overloque, reta e galonera. Dava para arrumar alguém para me ajudar, mas eu não queria fazer alguém passar pelo que eu passei. Achei melhor trabalhar sozinha. Eu me organizei: das oito da manhã às seis da tarde eu costurava, a partir da seis ficava com a minha filha e arrematava o serviço. Tirei minha filha do berçário, porque era particular e estava difícil pagar, e ela ficou comigo em casa, enquanto eu trabalhava. Eu me inscrevi em todas as creches gratuitas que pude, e depois de um tempo, uma delas me chamou. Eu achei ótimo, era lá na Barra Funda, só meio período, mas foi bom, porque a costura faz muita poeira, não era bom a Daniela ficar lá o tempo todo. Até os seis anos ela ficou nessa creche.

O pai na Daniela às vezes sumia por uns tempos, dizendo que ia para a Espanha atrás de uns parentes. Esse sempre foi o sonho dele, ir para a Espanha. Um dia ele me ligou, dizendo que estava na Espanha, mas eu vi no telefone o código de São Paulo, sem vergonha! Ele disse que tinha achado uma casa no Grajaú pra mim, que teria mais espaço para a Daniela. Eu achei bom, porque eu morava num quarto, com os cariocas, a poeira fazia mal pra ela, o aluguel era menor e o pai dela me ajudava. Só que eu fui sem

consultar o dono da roupa, ele não quis levar as encomendas até lá, era muito longe. Ninguém queria levar a roupa até lá, então tive que procurar um emprego como costureira outra vez, arrumei um no Bom Retiro. Todo dia eu madrugava às cinco horas para levar a Daniela para a creche e em seguida ir para o trabalho, mas o pai dela queria que eu tirasse ela da creche. Eu não confiava muito nele, eu sabia que não podia prever o dia de amanhã, por isso não tirei ela, não. Na última vez que ele disse que ia viajar, eu não acreditei mais, e resolvi falar tudo para a mulher dele. Eu pensava na minha filha, que estava crescendo e, um dia, podia me julgar mal. Eu sabia que tinha errado, mas não queria errar mais, por isso, peguei a Daniela, que já tinha cinco anos, e levei para a mulher conhecer. Todo mundo tinha que saber a verdade. Foi um caos.

Quando a Daniela fez seis anos, eu a coloquei na escola, e para ficar mais perto da cidade, mudei para Itaquera, mas também era muito longe. Em seguida, fui para a Casa Verde, aí sim era mais perto. Ela estuda na Escola Paulo Nogueira, que fica entre a Casa Verde e o Bom Retiro, e quando ela estava na primeira série, apareceu a oportunidade de entrar para o Conselho de Pais, aí eu me ofereci. Eu sempre me interessei por educação, e acho que hoje a educação está sendo deixada de lado. Eu percebo que hoje os alunos são muito diferentes dos alunos da minha época. Lembro que quando a professora entrava na sala e dizia bom dia, ninguém falava um pio. Hoje é uma bagunça, os alunos não respeitam o professor, e o professor perdeu a autoridade. Os pais também são responsáveis.

Eu entrei no Conselho de Pais e todo mundo me olhou como se eu fosse um zero à esquerda. Pensaram “*Vamos deixar ela aí, não vamos falar nada*”, mas muitos me olharam com preconceito, a diretora achou que eu não ia falar nada. No primeiro ano eu não falava nada mesmo, só participava. Eu achava estranho porque, se é um Conselho, o direito de voz dos pais tem que ser válido, mas eles me consideravam um enfeite. E se eu falasse, era a mesma coisa que nada. A diretora me ajudou, sabia que eu era mãe solteira, então me orientou para conseguir um ônibus escolar para a Daniela, hoje a prefeitura fornece esse serviço. Antes, a hora do almoço era uma correria, eu tinha que levá-la à escola e não tinha tempo de comer. Tive que ter paciência para esperar uma vaga, não podia passar por cima dos outros, tinha uma fila. É duro ser mãe solteira, ainda mais quando a criança é pequena. Com os anos, esse é o terceiro, eu comecei a mostrar o que eu tenho a oferecer no Conselho, até porque se eu nunca falar nada, a Daniela vai crescer e também não vão dar oportunidade para ela falar. Na escola dela tem bastante aluno boliviano. Quando ela entrou na escola, eu percebi que as tias que

ficam na porta recebendo os alunos tratavam mal os bolivianos, com estupidez. Alguns bolivianos não sabem falar muito bem o português, outros não falam nem o castelhano, são aimarás, quéchuas, que são trazidos do interior da Bolívia. Então as tias da entrada não entendiam nem queriam entender o que esses alunos falavam, tratavam com muita estupidez. Eu achava errado, e logo falava para a diretora que isso não podia acontecer, ela tinha que falar com os funcionários. Hoje em dia, não tem essa de tratar mal os bolivianos.

A Daniela só fala português, eu fiquei com receio de deixar ela confusa se aprendesse o castelhano, mas foi besteira minha, né? Criança tem muita facilidade para aprender, hoje ela falaria as duas línguas. Quando ela começou a ser alfabetizada na escola, ela aprendeu as letras, mas demorou a aprender a ler. Eu fiquei preocupada que ela perdesse o ano, então fui à escola falar com a professora, que me disse que ninguém mais perdia o ano por causa da progressão continuada. “*Mas ela vai passar de ano sem conteúdo?*” eu perguntei. Foi aí que colocaram uma professora para acompanhar a Daniela, para dar um reforço. É assim: se a escola vê que a mãe se preocupa, eles ensinam, mas se não... Para uma criança aprender é preciso de esforço dos três lados, do aluno, da professora e da família.

O índio é a origem da América toda, por que a gente tem que se sentir tão acuado?

Depois que começaram a aparecer notícias de preconceito contra alunos bolivianos, as escolas estão tentando negar, dizem que está tudo bem. É como o preconceito contra os negros, ninguém diz que tem. Muitos brasileiros olham para os bolivianos como se nós fôssemos completos ignorantes, por ter traços diferentes. Teve uma época em que a Daniela dizia “*Eu sou brasileira, não sou boliviana.*” Mas os traços não enganam. Eu tive que falar para ela: “*Você é brasileira, a sua mãe é boliviana. Os dois lados são ótimos.*” Como eu disse, existe preconceito, como no caso dos negros. Eles estão se unindo, as coisas estão mudando porque as pessoas estão falando sobre isso. Mas também têm o preconceito em relação aos bolivianos.

Quando eu estava num seminário com o cônsul, eu discordei em parte do que ele falou, porque eu acho que o trabalho contra o preconceito não funciona se fica apenas nas leis. Essa é uma campanha que começa nas escolas. As pessoas não aceitam quando você fala em preconceito, ninguém quer saber desse tema, acham que é um caso isolado. Mas não é. Por exemplo, numa firma onde eu trabalhei quase quatro anos, o

chefe era coreano, e ele estava expandindo os negócios. No primeiro dia que entrou uma loirinha, ela foi colocada como supervisora, sem ter nenhuma experiência. Ele já me conhecia há anos, sabia do que eu era capaz, mas escolheu a loira. Eu me senti muito mal, pensei que se fosse loira ele iria me colocar. Na Bolívia isso também acontece. Veja pela minha mãe, que é clarinha, trata fregueses morenos, como eu, de qualquer jeito. Agora, quando aparece uma senhorinha bem vestida, ela trata muito bem. Eu falei para ela “*Você trata os outros assim, lá fora os outros me tratam assim.*” Aqui, se eu vou de chinelo numa loja, as vendedoras já me olham de lado.

No próprio Conselho de Pais, me olhavam com desprezo. Com dois anos lá, eu resolvi falar com a diretora sobre abordar o tema das culturas brasileira e boliviana na escola. Muitos alunos são bolivianos, então acho que seria importante que tanto eles quanto os brasileiros aprendessem sobre as duas culturas. A diretora se surpreendeu comigo, pensava que eu era uma ignorante. Eu também participo de um conselho em outra escola, mas em ambos sou a única boliviana. Eu gostaria de incorporar outros bolivianos de grupos culturais, tenho uns amigos que sabem danças folclóricas, quero chamá-los.

A Feira Kantuta é um lugar onde os bolivianos se reúnem. Eu não freqüentava muito quando era jovem, eu me afastava, porque tem bolivianos que fazem coisas erradas. Alguns bebem, de se jogar no chão, e os brasileiros falam mal. Se eu vejo alguém numa situação dessas, eu falo mesmo “*Você não tem vergonha, não? Aqui a gente está em outro país!*”, por isso eu preferia não participar. Depois que a feira mudou de lugar, foi lá para a Armênia, onde está até hoje, eu já fui umas duas vezes.

Como boliviana, eu acho que o preconceito deve ser trabalhado com as crianças desde cedo, os bolivianos precisam conhecer sua cultura e saber que eles podem fazer muitas coisas, não só costurar. Todo brasileiro associa o boliviano com costureiro, porque essa é a única oportunidade que oferecem aos bolivianos. Tem uma história que aquele meu namorado boliviano, que voltou para a Bolívia, contou. Quando ele estava na escola, na Bolívia, a professora deu para cada aluno um papel com uma profissão. Ele, que era moreno como eu, recebeu a de pedreiro, um colega loirinho recebeu a de engenheiro. Hoje, ele é formado e o colega não. “*A sociedade é cruel*”, ele dizia.

Em qualquer lugar esse tipo de preconceito existe, na escola também. Olham pra mim, acham que eu sou costureira. Eu sou, mas agora quero trabalhar com educação, já estou trabalhando com recreação. Estou buscando outras oportunidades, e quero ter igualdade em relação às outras pessoas. Tem que haver chances iguais para todos. Eu

não quero passar por cima dos brasileiros, sei que sou de outro país, mas, veja bem, se nós somos pobres na Bolívia – todo mundo sabe que a Bolívia é pobre – a gente tem que poder sair e ter um lugar onde a gente possa crescer. Nós somos um país pequeno, a Bolívia perdeu território para vários outros países: Brasil, Peru, Chile, não tem saída para o mar, como que a Bolívia vai fazer? Então cada um tem que buscar sua sobrevivência, assim como o brasileiro busca nos Estados Unidos. Uns se dão bem, outros não se dão bem.

Você me pergunta se eu me dei bem, o que eu posso dizer? Eu acho que se tivesse crescido com aquele tio, eu seria formada hoje em dia, mas acho que se tivesse me criado com aquela tia, acho que teria uma dúzia de filhos. Não sei, depende, é o destino. O bom de ter vindo para o Brasil foi conhecer outro país. É claro que eu não queria ter passado por essa situação de ilegal, de trabalhar duro até a meia-noite, não queria que tivesse sido assim. Mas foi bom conhecer amigos que, fiz amizade com aquela brasileira, apesar de tudo o que aconteceu entre nós, ela é como uma irmã para mim. O lado negativo é que não dão oportunidade para o índio, e não olham o boliviano como pessoa. Hoje em dia está se falando muito sobre o preconceito contra o negro, eu acho ótimo, mas e o índio? O índio é a origem da América toda, por que a gente tem que se sentir tão acuado? Além disso, nós bolivianos somos de fora, temos que respeitar a diplomacia, não queremos passar por cima dos brasileiros, mas os nossos filhos são brasileiros, eles também vão ter que se sentir assim? Aqui em São Paulo, todos são filhos de estrangeiros: de alemão, italiano, e porque o índio tem que se sentir assim? As pessoas associam o índio com o mato, acham que tem que dar terras, mas por que não dar educação? Os índios têm que ter educação, têm que falar da sua cultura, não só o branco. É a mesma coisa na Bolívia: por que o boliviano branco fala do aimará e do quéchua, e não o aimará e o quéchua falam de si mesmos?

Eu acho um absurdo quase não ter índios no Brasil, eles sofreram muito, foram mortos. Isso tudo é muito triste, eu amo minha raça. Eu tenho os dois lados: minha mãe é branca e meu pai era índio. E na Bolívia, o branco trata o índio como o branco trata o negro no Brasil. Não precisam nem falar, basta um olhar. Faz nove anos que estive pela última vez no meu país, não sei se isso mudou depois que o Evo Morales se tornou presidente, pois ele é índio como eu.

Apesar de tudo, eu vou ficar aqui no Brasil, não pretendo voltar para a Bolívia, a não ser para visitar minha família, que ainda não conhece a Daniela. E luto por igualdade. As pessoas não admitem que exista desigualdade, dizem que é invenção

minha, mas quando isso aparece na televisão, não tem como negar. Quando eu cheguei aqui, em 1989, não tinha muito preconceito contra boliviano, mas sim contra nordestino, ninguém queria ser nordestino. Mas aí o presidente Lula mostrou que nordestino também é gente.

* * *

Há uma infinidade de temas discutidos por Elisa em sua narrativa. O que imediatamente salta aos olhos é a sua articulação em abordar questões fundamentais relacionadas aos movimentos migratórios: direitos, educação, preconceito e discriminação.

Na história de vida dessa menina rejeitada pela mãe, enviada ao Brasil pela tia, onde se transforma em mulher e mãe, temos mais uma vez a busca feminina pela família, que se concretiza com o nascimento dos filhos. Novamente a figura mitológica da Pacha Mama, deidade mais importante da região andina, aquela que engendra e que dá vida aos seres, cumpre a função do ideal feminino: a mulher é aquela que gera a vida e que garante sua continuidade, daí a constituição da família ser uma busca fundamental às mulheres andinas. Elisa conta sua trajetória em três fases: sua infância junto aos tios e apartada da mãe, período em que não sentia efetivamente fazer parte da família; sua juventude, que teve um começo abrupto com o deslocamento para São Paulo junto a uma família de conhecidos, os quais passaram a explorá-la quase como escrava doméstica, depois sua fuga e as várias moradias que habitou, com as mais diversas pessoas; por fim, seu amadurecimento como mulher e a maternidade, que lhe trouxe além da filha, um lugar para si no mundo.

Além destes aspectos, a etnia parece ser um tema central de sua vida, a ponto de traçar a trajetória de Elisa de forma definitiva. Podemos encontrar em diversos momentos de sua história a etnia, isto é, a origem indígena, como fator que modelou os caminhos dessa moça, conclusão a que ela chega ao fim de sua narrativa. Assim, ao longo da entrevista, a colaboradora não apenas contou os fatos de sua vida, mas analisou sua própria trajetória como a história do índio nas Américas.

A vida na Bolívia, Elisa narra tendo como tema único seu drama familiar, e, dada sua tenra idade, ela não atentava para questões sociais e políticas relativas a seu país, sua única preocupação era buscar sua origem: a mãe. Quando veio ao Brasil já adolescente, ela passou por diversas experiências, muitas delas áridas, em que teve que lançar mão das estratégias mais temerárias para sobreviver. A primeira delas foi a fuga da casa da família boliviana que a empregava em serviços domésticos sem nenhuma

remuneração, de onde saiu apenas com a roupa que vestia. Encontrando-se numa metrópole desconhecida, sua iniciativa foi perguntar por bolivianos que pudessem ajudá-la. Dessa forma, Elisa busca por conterrâneos que a tirassem da situação desesperadora em que estava. Por que ela não pediu ajuda aos brasileiros que encontrou na rua? O que ela procurou foi ajuda de semelhantes, isto é, daqueles que falavam sua língua e vinham do mesmo lugar, mas, acima de tudo, sabia que só teria compaixão por ela alguém igualmente indocumentado, imigrante e indígena. Curiosamente, indicaram-lhe uma brasileira com aparência de boliviana, migrante do Mato Grosso, região de fronteira com a Bolívia. Confundida por sua ascendência indígena, a brasileira camelô, que vivia também na informalidade na cidade de São Paulo, e que, portanto, faz parte da população que “se vira” para sobreviver, compadece-se da situação de Elisa e a acolhe em sua casa. Apesar da nacionalidade distinta, essas duas mulheres aproximam-se e passaram a ser consideradas inclusive como parentes pelos conhecidos, laço que se estreita devido não apenas pelos traços físicos, mas pelas trajetórias semelhantes: ambas representam os índios de hoje, desprovidos de seus territórios originais, perversamente incluídos na sociedade, que vivem em situações de vulnerabilidade extrema.

Dos sete milhões de pessoas que compõem a população boliviana, 1.5 milhões são aimarás e 2.5 milhões são quéchua, o que evidencia a maioria indígena no país, alcançando a proporção de 60% do total⁹². Essa parcela majoritária vive, desde os tempos coloniais em posições subalternas na hierarquia social, relegadas por políticas públicas e com poucos meios de subsistência, já que os cultivos tradicionais perderam muito com a abertura da economia a partir da redemocratização neoliberal do país na década de 1980. A política de desagregação das comunidades camponesas e o esgotamento das minas não foram compensados pela política de desenvolvimento industrial tardio, processo que não absorveu a força de trabalho disponível. Mineiros demitidos e pequenos agricultores foram obrigados a deixarem o campo e dirigirem-se às cidades em busca de trabalho, e incharam seus subúrbios. Restou-lhes dedicar-se a trabalhos informais, como relataram Fiorella e Andrés sobre seus pais ou parentes, assim como Elisa conta sobre sua mãe, que vendia comida numa praça na região central de La Paz, ou também como a avó havia feito. Ela viveu a maior parte de sua infância em Vila Matilde, entre Oruro e La Paz, onde seu tio trabalhava como mineiro. As ocupações profissionais da mãe e do tio de Elisa definem seu lugar social: ela faz parte

⁹² CUSICANQUI, Silvia Rivera. “Pachakuti: the historical horizons of internal colonialism”. Bolívia, 1991, p.8.

da população mais sofrida do país, secularmente submetida a uma pequena classe dominante branca.

A vulnerabilidade, tanto de Elisa quanto da mato-grossense que a acolheu, aparece com toda sua força no ato do despejo, e o conseqüente desamparo de Elisa, que novamente precisou sair em busca de abrigo e emprego. Depois de trabalhar como babá para uma família brasileira, mais uma vez é uma descendente indígena que lhe dá emprego e moradia, mas agora uma boliviana como ela. Vendedora ambulante, a boliviana que a acolheu logo se mudou para os Estados Unidos, como é o sonho de Victor, analisado no capítulo 4. As sucessivas mudanças de emprego e moradia de Elisa, sempre intimamente associados, dão a dimensão da instabilidade do imigrante indocumentado, mas, como ela mesma analisa, a precariedade da vida do boliviano é potencializada por sua origem indígena, facilmente identificável pelo fenótipo da pele morena, baixa estatura, olhos puxados, rosto redondo e cabelos negros.

Outros momentos também são simbólicos em sua trajetória, como quando conhece o pai de sua filha. Após ter vivido em meio a brasileiros, pois buscava afastar-se de bolivianos por medo de ser explorada, como alegou, Elisa levou uma amiga a um restaurante boliviano para apresentar-lhe a comida típica de seu país. Lá, conheceu um rapaz por quem se interessou que, não por acaso era boliviano. Não por acaso, já que o outro namorado também era boliviano, o que denota que há um interesse não dito em se relacionar com bolivianos, provavelmente pelas afinidades como a nacionalidade e origem comuns, a língua e as referências culturais, etc.; entretanto, há de se considerar também a dificuldade em se integrar na sociedade brasileira, cuja discriminação contra indígenas – aos quais se inclui a maioria dos bolivianos em São Paulo – apesar de velada, foi correntemente denunciada nas histórias de vida registradas na pesquisa.

É interessante notar o amadurecimento da narradora e como aos poucos ela foi tomando consciência da posição do índio no mundo contemporâneo. São várias as pistas que Elisa desvenda ao longo de sua vida para construir o conhecimento sobre a temática do indígena, como quando seu namorado contou-lhe sobre sua experiência de discriminação na escola, pela professora, que, numa atividade, distribuiu profissões de prestígio para alunos brancos, e profissões de baixo valor social para alunos indígenas. Esse processo de percepção da etnia como elemento de classificação social, e de como “a sociedade é cruel”, pelo qual Elisa passou remete à própria colonização na América espanhola, que transformou a diversidade de culturas pré-colombianas na categoria homogeneizada de “índio”, como afirma Silvia Cusicanqui:

A questão étnica foi um processo colonial. Em tempos anteriores à colônia, sem dúvida, havia muitas identidades locais vinculadas ao parentesco e ao território que foram incorporadas (...) pelo estado Inca Tiwantinsuyu. Então, o que houve ali foi uma cosmogonia cultural que permitia que a dominação fosse legítima, porque os incas incorporaram os deuses dos vencidos e fizeram com que eles se tornassem parte do seu próprio panteão de deuses. Quando tratamos de etnia na colônia, tudo é homogeneizado, degradando a condição do índio, e índio é uma categoria, sobretudo tributária, ou seja, são índios porque pagam tributos, ou pagam tributos porque são índios.⁹³

Dessa forma, a colonização foi um processo de dominação que se baseou na etnicização dos vencidos, isto é, criou-se uma categoria rebaixada de seres humanos para se legitimar o poder colonial. Pois, ainda segundo Silvia Cusicanqui, a partir da colônia passa a existir classes distintas de seres humanos: os ateus e hereges era sub-humanos, porque idolatravam o diabo; os indígenas convertidos ao cristianismo estavam numa posição intermediária, que seriam os neófitos, sempre sob suspeita de voltarem a serem idólatras, considerados semi-selvagens e por isso nunca incorporados plenamente na sociedade; por fim, os cristãos europeus, brancos, que eram considerados – ou que se consideravam – os seres humanos plenos. O conceito ou a noção de etnia surge, portanto de uma imposição dos vencedores sobre os vencidos, já que essa hierarquização cultural não existia nas sociedades pré-coloniais.

Então, a etnicidade é um fenômeno colonial. Durante a república mudaram os princípios ideológicos pelos quais os índios foram sendo discriminados, pois se antes era porque eram hereges, depois era porque eram selvagens frente aos civilizados. Finalmente no século XX fala-se de desenvolvidos *versus* subdesenvolvidos, portanto sempre haverá uma categorização para desqualificar e dizer o que é menos humano.⁹⁴

Assim, da mesma forma que os indígenas dos tempos da colônia apreendem a etnia como um fator de rebaixamento social, Elisa desenvolve sua consciência a respeito da posição subalterna do índio na sociedade contemporânea ao deixar o seio da família na Bolívia, onde vivia sem ser discriminada ou sentir-se inferiorizada, e ao viver em São Paulo na condição de estrangeira indocumentada de origem indígena.

O preconceito contra o índio se expressa cotidianamente por meio de diversas atitudes discriminatórias, que, para Elisa, vão desde um olhar até a preferência por loiras

⁹³ Entrevista de Silvia Rivera Cusicanqui a Vanessa Generoso Paes in: PAES, Vanessa Generoso. *Trânsito de Identidades e Estratégias de Negociação Familiar: deslocamentos populacionais entre a Bolívia e o Brasil*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.538.

⁹⁴ Idem, p.539.

no mercado de trabalho. Tomando a vida de Elisa como exemplo, podemos perceber que a discriminação está em todos os lugares: na escola, no atendimento a clientes no comércio, no ambiente de trabalho, no conselho de pais, etc.. Inclusive, a rejeição de sua mãe, antes justificada pelos problemas que uma filha fora do casamento poderia causar, passa a ser questionada como uma possível atitude discriminatória daquela que lhe deu a vida, já que Elisa percebe o preconceito da mãe contra fregueses indígenas e sua atitude cordial com clientes brancos. Todas essas experiências de rebaixamento social, em que ela foi tratada como uma pessoa com menos valor do que outras, fizeram com que Elisa adotasse uma postura bastante militante em favor da revalorização de sua cultura e de seu povo.

De maneira bastante perspicaz, essa boliviana realizou o que Sousa Santos qualifica como tradução de movimentos sociais, procedimento essencial para se criar uma Epistemologia do Sul. Ao aproximar o nordestino do boliviano, dadas as posições subalternas de ambos os grupos na cidade de São Paulo, ela identifica que a população que é “privada de sua humanidade”, nas palavras de Sousa Santos, deve ser despolarizada, isto é, que os diferentes movimentos sociais que hoje tentam ganhar força por meio da polarização – da afirmação de suas especificidades – devem, ao contrário, buscar elementos de aproximação entre si. Para o sociólogo português, é no caráter anti-imperial, contra-hegemônico e emancipatório que os movimentos vão encontrar uma inteligibilidade entre si, criando assim o que ele chama de “pluralidades despolarizadas”.⁹⁵

Ao falar dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Evo Morales, o primeiro nordestino e o segundo indígena, Elisa atenta para a força dos movimentos sociais em ambos os países, Brasil e Bolívia, não apenas pela dignidade dos dois grupos, mas principalmente pela conquista efetiva de direitos de cidadania e valorização de suas culturas.

Os migrantes nordestinos na Zona leste da cidade de São Paulo deslocaram-se para a região sudeste devido às mazelas que enfrentaram no nordeste brasileiro, também pela construção de Brasília e pelo crescimento industrial e de construção civil de São Paulo, que demandavam grandes contingentes de mão de obra barata. Chegaram na capital paulista num período em que as reconfigurações urbanas resultaram numa cidade

⁹⁵ SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a Teoria crítica e Reinventar a Emancipação Social*, São Paulo: Boitempo, 2007, p.99.

de modelo centro-periferia, relegando aos recém-chegados os distantes subúrbios loteados sem infra-estrutura para receber a população⁹⁶. As condições de trabalho, igualmente desumanas, aliadas à moradia precária, foram o estopim de greves operárias e movimentos sociais por moradia digna, saneamento básico, escolas e transportes para as famílias que literalmente construíram a São Paulo moderna com as próprias mãos.

Já os movimentos indígenas marcaram a história da região, desde o início tempos coloniais, como a revolta de Takiy Unquy que se espalhou pelos atuais territórios do Peru e Bolívia entre as décadas de 1530 e 1570 contra a imposição do cristianismo e a favor do retorno dos cultos religiosos pré-incaicos; e como a rebelião de Vilcabamba, resistência inca que estourou em 1536 e perdurou por décadas como uma espécie de zona livre do poder colonial até ser derrotada em 1572 com a morte do líder Tupac Amaru I em Cuzco. Em 1870, a rebelião liderada por José Gabriel Tupac Amaru e as revoltas lideradas por Tupac Katari, que buscavam o restabelecimento da ordem cósmica do mundo, baseados no conceito andino “*nayrapacha*”, que significa o passado capaz de redimir o futuro, de “virar a mesa”, fecharam o ciclo dos protestos indígenas na colônia, e fazem parte da memória coletiva de violência contra população indígena, pois os rebeldes foram queimados vivos, decapitados e esquartejados, e os pedaços de seus corpos foram espalhados pela região em que haviam se rebelado.⁹⁷

No período republicano, a partir de independência boliviana em 1874, os direitos de cidadania foram garantidos aos índios apenas como indivíduos, a legislação liberal negava proteção às comunidades indígenas. Mesmo na Revolução de 1952 – que acabou com as relações degradantes de trabalho na terra, como o *pongueage* e o *manajeiro*, serviços realizados gratuitamente por indígenas em troca de comida e abrigo, e o *aljiri*, venda dos produtos do camponês ao patrão a preços por este fixados – a reforma agrária ampliou a noção liberal da terra como propriedade alienável, e a cultura indígena baseada nas terras comunais continuou a ser considerada um obstáculo ao progresso. Havia, portanto, a expectativa de que as comunidades tradicionais fossem naturalmente incorporadas ao capitalismo, isto é, que os processos modernizadores transformariam os indígenas em camponeses e operários: “o nacionalistas revolucionários dos anos 50

⁹⁶ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “Segregação Urbana, Enclaves Fortificados e Espaço Público” In: *Cidades de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, São Paulo: Edusp, Editora 34, 2000, p.211-256.

⁹⁷ CUSICANQUI, Silvia Rivera. “Pachakuti: the historical horizons of internal colonialism”. Bolívia, 1991, p.4-5.

pensava que a comunidade desapareceria e que todos se tornariam modernos, capitalistas e assalariados.”⁹⁸

A coragem de Elisa ao entrar para o Conselho de Pais e lutar pela inclusão da cultura boliviana indígena nas escolas nada mais é do que a busca pela integração plena de sua filha na sociedade, ou seja, das novas gerações indígenas de toda a América. A negação da menina em ser descendente de bolivianos mostra a difícil convivência com estudantes brasileiros, que apartam e discriminam os diferentes; essa é a mesma experiência que Elisa enfrenta entre os pais dos estudantes.

A perpetuação da discriminação é o cerne contra o qual lutam os movimentos indígenas que continuamente ressurgem e se renovam no tempo e no espaço, como o movimento Katarista de 1974, quase dois séculos após a morte de Tupac Katari e um século depois da independência da Bolívia. Ao dizer que “os índios têm que ter educação, têm que falar da sua cultura, não só o branco. (...) por que o boliviano branco fala do aimará e do quéchua, e não o aimará e o quéchua falam de si mesmos?” Elisa explicita a luta secular dos povos originários contra o silenciamento de suas culturas subjugadas pelas estruturas coloniais, e a luta pela conquista de autonomia, direitos e dignidade.

Portanto, como coloca Silvia Cusicanqui:

Today, as in the past, indigenous movements demand a radical restructuring of society. Indian autonomy (territorial, social, cultural, linguistic and political) is the starting point for building a new egalitarian, multi-ethnic nation. These ideas were present in the struggles of Manqu Inka in 1536 and both Amaru and Katari in 1780. But, as in the past, indigenous struggles today clash head on with tenacious colonial structures that condemn Indians to a fate of punishment and mutilation.⁹⁹

Falando da forma como se sente acuada numa sociedade que lhe nega estima social e acesso aos direitos de cidadania, Elisa leva as mãos ao peito, fazendo o gesto de que sente o coração apertado num mudo que a oprime. Essa opressão faz parte das regras sociais que ela e vários colaboradores introjetam sob a forma da timidez, em outras palavras, a personalidade introvertida do boliviano é nada mais do que o efeito das relações de colonialidade nas subjetividades desses sujeitos, que têm medo de falar, pois sabem que o que é esperado deles é o silêncio. Com isso, percebemos que a maior

⁹⁸ CAMARA, Marcelo Argenta. “Bolívia: de 1952 ao Século XXI – Processos Sociais, Transformações Políticas” in *Bolívia: de 1952 ao Século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007, p.87.

⁹⁹ CUSICANQUI, *Op. Cit.*, p.7.

barreira imposta aos bolivianos em São Paulo é a mesma que se apresenta a eles ainda na Bolívia: a discriminação, cuja base ideológica é a racionalidade ocidental de que fala Sousa Santos, que hierarquiza as diferenças sempre tendo como superior o modo de vida do Norte.

Em algumas passagens de sua narrativa, Elisa demonstra a preocupação em não desrespeitar os brasileiros, colocando-se sempre como uma pessoa que veio de fora. Essa avaliação da condição de forasteira, que ela interpreta como abaixo dos nacionais, explicita que sua identidade é em grande medida pautada pela concepção dominante sobre o estrangeiro que ela assumiu para si. O comportamento exemplar que Elisa se esforça por cumprir leva-a a criticar o consumo de bebidas alcoólicas que observa entre alguns de seus conterrâneos no Brasil. A questão da bebida reaparece aqui, novamente pautada pelo respeito, ou obediência, às regras da sociedade brasileira, que apesar de ser grande consumidora de álcool, tem discurso moralizante em relação ao consumo por parte dos bolivianos que, como imigrantes, devem apenas trabalhar. Entretanto, o conceito de forasteira é questionado quando diz que “o índio é a origem da América toda”, e que é “um absurdo não ter índios no Brasil [porque] eles sofreram muito, foram mortos”, Elisa resgata a noção dos indígenas como povos originários com direito sobre as terras, unindo-se a todos os índios brasileiros.

A militância de Elisa em São Paulo está em consonância aos movimentos sociais contemporâneos na Bolívia, como o katarismo, protagonizados pelos indígenas em prol da valorização de suas culturas, formas de organização comunitárias e de autoridade para alcançar autonomia e soberania na sociedade boliviana. Essa corrente de pensamento influenciou outros movimentos subsequentes, como a Confederação Nacional de Ayllus e Markas do Qollasuyu (Conamaq) e o movimento *cocalero*, reação ao plano de erradicação do cultivo tradicional da folha de coca, incentivado pelos Estados Unidos, que o associam ao tráfico internacional de cocaína. Esses movimentos conseguiram articular a construção de identidades de resistência, sob a égide comum contra a exclusão e a dominação sob as quais viviam. Para Manuel Castells, as identidades de resistência são:

[...] criadas por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos quais permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos.¹⁰⁰

¹⁰⁰ CASTELLS Apud CÂMERA, *Op. Cit.*, p.96.

Os *cocaleros*, que posteriormente formaram o partido MAS (Movimento ao Socialismo), lograram, com base na plataforma anti-imperialista, ampliar seu apoio popular para os centros urbanos, conquistando a presidência da Bolívia com Evo Morales, líder campesino e indígena, em 2006. Pela primeira vez, um índio, representante da maioria da população boliviana, tornou-se presidente do país. Como disse Elisa, sobre o presidente brasileiro nordestino Lula, a tomada do poder, por vias democráticas, de um membro de uma minoria política – mas não numérica – representa a tentativa de reversão da desvalorização do grupo, mostrando que “nordestino também é gente”. Assim ela espera que aconteça na Bolívia, com o presidente Evo.

Entretanto, a luta da vida dessa mulher, que é, acima de tudo, uma mãe indígena, é garantir que o combate ao preconceito e à discriminação não se restrinja às leis, mas que se torne efetivo a partir da educação das crianças nas escolas. Para ela, essa educação não se refere apenas ao acesso dos indígenas às escolas, mas que se rompa com o ciclo do preconceito com todas as crianças, já que a discriminação que ela sofre no Conselho de Pais é semelhante ao tratamento que sua filha recebe na escola, tanto por funcionários e professores como pelos alunos. Durante a reunião com o cônsul da Bolívia Jaime Valdívia Almanzana, Elisa cobrou do consulado, como representante do governo da Bolívia em São Paulo, políticas que efetivamente tragam melhorias para a população boliviana residente na cidade. Para ela “o trabalho contra o preconceito não funciona se fica apenas nas leis. Essa é uma campanha que começa nas escolas”, instituições de ensino que devem combater as discriminações semeando a interculturalidade. Porém, o que tem sido denunciado na mídia – e que foi reforçado nas histórias de vida de Carla e Elisa – vai de encontro à cultura da paz e ao respeito às diferenças, como as reportagens veiculadas sobre casos de bullying contra alunos bolivianos¹⁰¹ – assim como os “grupinhos” formados por esses alunos perseguidos no intuito de se defenderem.

Giovanna Magalhães verificou em sua pesquisa que diversas barreiras dificultam o acesso à escola de jovens e crianças oriundas de outros países. Para os que estavam em situação irregular no Brasil na primeira metade da década de 1990, o Estatuto do Estrangeiro, juntamente com a Resolução n.9, negava o direito à educação aos que não possuíam documentos. As matrículas dos que estavam nas escolas foi cancelada e

¹⁰¹ “ALUNOS bolivianos pagam para não apanhar em escola estadual em SP”, Folha de São Paulo, 28 de Setembro de 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/805761-alunos-bolivianos-pagam-para-nao-apanhar-em-escola-estadual-de-sp.shtml>> Acesso em 20 de Outubro de 2010.

alguns estudantes retornaram à Bolívia para dar continuidade aos estudos, dessa forma, afastando-se dos pais. Nessa conjuntura, a Pastoral do Migrante atuou como mediadora desse conflito entre esses sujeitos feridos no direito a ter direitos (ARENDT) e o poder público, o que resultou em atualizações do referido estatuto por meio da resolução SE n.10/95, a qual dispensou a necessidade de apresentar documentos para a realização da matrícula, estendendo o direito à educação a todas as crianças e adolescentes e entrando em consonância com a Constituição Federal de 1988.¹⁰² Além das questões burocráticas referentes à matrícula e, em alguns casos, aos certificados de conclusão de curso, para estrangeiros indocumentados, o idioma configura um entrave para a integração na escola. Como nos contaram Elisa e Carla, a língua passa a ser um instrumento de discriminação quando professores, funcionários e estudantes brasileiros se recusam a tentar compreender o que falam os estudantes bolivianos. Mais graves são os casos dos que não falam espanhol, apenas aimará ou quéchua. Dessa forma, a escola, como instituição social, reproduz os preconceitos e as discriminações presentes na sociedade, ao invés de combatê-las.

O questionamento de Elisa sobre a educação para o indígena – “as pessoas associam o índio com o mato, acham que tem que dar terras, mas por que não dar educação?” – pode ser comparado ao que Cláudia Souza argumenta sobre a representação do camponês analfabeto no projeto de Educação Rural brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, construção conceitual que

(...) revela a intolerância aos valores sociais e ao modo de vida do homem rural, ou seja, um projeto de subordinação da cultura popular à cultura moderna.

A representação elaborada acerca do camponês revela-nos a rejeição do arcabouço cultural do adulto analfabeto rural, concebendo-o como ícone do atraso econômico brasileiro e identificando-o como um empecilho à plena realização do desenvolvimento econômico necessário ao ingresso do território campestre na modernidade pretendida pelo processo capitalista. A forma intolerante de representação do camponês revela, na verdade, o lugar político que o Estado e as classes dominantes definiram para este grupo social na integração de excluídos ao projeto modernizador brasileiro.¹⁰³

A escola de hoje ainda está baseada na racionalidade do Norte, e tem por objetivo padronizar os estudantes em modelos pré-concebidos, o que, no caso dos

¹⁰² MAGALHÃES, Giovanna Modé. *Fronteiras do direito humano à educação: um estudo sobre os imigrantes nas escolas públicas de São Paulo*. (Mestrado em Sociologia da Educação) São Paulo: USP, 2010.

¹⁰³ SOUZA, Cláudia Moraes de. “A representação do analfabeto no Brasil desenvolvimentista: educação de adultos, integracionismo e o anticomunismo”. *Revista UNIFIEO*, v. ano 4, p. 97-108, 2005.

bolivianos em escolas públicas de São Paulo, significa abandonar a cultura de origem para tentar integrarem-se na sociedade brasileira aderindo à cultura dominante.

A percepção de que os elementos que identificam o boliviano, como a língua e a aproximação com estudantes oriundos da Bolívia, que formam como que guetos na própria escola, faz com que muitos daqueles nascidos no Brasil com ascendência boliviana optem – opção ilusória já que a discriminação persiste – pela caracterização de si próprios como brasileiros, como disse Elisa sobre sua filha, e Carla sobre seu colega. No período em que chegou ao Brasil, Elisa observou que havia um preconceito generalizado sobre o nordestino em São Paulo, “ninguém queria ser nordestino” ela disse. Hoje, ela constata o mesmo efeito da discriminação sobre os bolivianos quando sua filha diz não querer ser boliviana.

A aproximação política entre a Bolívia e o Brasil pelos presidentes oriundos de grupos subalternos nos dois países – Evo Morales é índio e Lula é nordestino – aponta para um futuro com justiça social. Esses representantes políticos denotam ainda que está em curso um movimento de revalorização cultural e identitária em direção à autonomia dos povos secularmente subjugados, mas que só será alcançada se aliada a políticas públicas – sociais e educacionais – que primem pelo respeito às diferenças.

Igualdade, direitos, reconhecimento e interculturalidade são princípios que devem orientar não somente as políticas migratórias e de acolhimento dos bolivianos, mas principalmente devem ser os pilares das sociedades latino-americanas, do Sul, rompendo com a colonialidade e racionalidade ocidentais vindas dos países do Norte.

7. Considerações Finais

A presença boliviana na cidade de São Paulo tem sido tema de pesquisas acadêmicas, desde a década de 1990, quando o fluxo migratório Bolívia-Brasil ganhou visibilidade acentuada, devido ao crescimento dessa população na capital paulista. Num primeiro movimento, a apreensão dessa migração ocorreu por causa da denúncia do trabalho escravo, por veículos midiáticos, atraindo a atenção da sociedade civil e de parlamentares para discutir as questões relacionadas aos direitos humanos. Políticas de erradicação do trabalho escravo contavam com abordagens da Polícia Federal nas oficinas de costura irregulares, reportadas pelos meios de comunicação e comumente qualificadas como “criminosas”, “clandestinas”, “sujas”, “indignas”. Porém as condições de trabalho análogas à escravidão foram o despertar da política brasileira para a incorporação desses trabalhadores.

Atualmente, diversos estudos enfocam a comunidade boliviana em São Paulo, sob vários aspectos – como o acesso à saúde e à educação, as condições de trabalho, as manifestações culturais –, apontando a necessidade de conhecer-se e apreender-se essa população em sua diversidade e complexidade. Entretanto, as condições de trabalho análogas à escravidão ainda persistem, como consta nas histórias de vida registradas e reproduzidas nos capítulos anteriores, mas o que vemos agora é uma tentativa de afastamento, por muitos bolivianos, de sua representação como escravos. Esse novo discurso, que nega ou rejeita a escravidão como uma realidade vivida por uma parcela significativa dos bolivianos em São Paulo, revela que o grupo assimilou a representação, pela sociedade brasileira, do trabalho escravo como uma condição subalterna. Assim, há uma tentativa em minimizar a miserabilidade em que vivem esses sujeitos e, como vimos em Andrés, o estigma da escravidão, que, no Brasil, remete à escravidão negra. Os bolivianos não aceitam essa representação, já que eles também consideram os negros inferiores. Isso pôde ser compreendido na passagem em que ele conta que os bolivianos brasileiros eram chamados de negros em Buenos Aires, por trabalharem demais. Os estigmas vivenciados não são necessariamente esclarecedores daqueles vividos por outros grupos sociais.

No processo de integração dos bolivianos à sociedade paulistana, instituições de apoio desempenham papel fundamental na mediação de conflitos sociais e dificuldades legais que eles enfrentam, como a Pastoral do Migrante — e o albergue por ela mantido,

a Casa do Migrante — e o Centro de Apoio ao Migrante, que abrem uma porta de solidariedade para socorrer e acolher essas pessoas em situações de vulnerabilidade extrema.

Políticas públicas começaram a ser pensadas, principalmente no início do século XXI, com a aproximação diplomática internacional entre o Brasil e a Bolívia, cujas medidas de peso foram o Acordo Bilateral de 2002, a Anistia de 2009 e o Acordo de Livre Residência Para Cidadãos do MERCOSUL, Chile e Bolívia, no mesmo ano. Outras instituições sociais, como escolas e hospitais, também oferecem acolhida, com base na concepção de que o acesso à educação e à saúde um direito de todas as pessoas, independentemente de sua nacionalidade. Vimos, porém, que, em muitos casos, a discriminação contra o estrangeiro, o indocumentado e o indígena, presente nas mais diversas situações cotidianas, é reproduzida no interior dessas instituições públicas, discriminação que é resultado da hierarquização das diferenças, parte constitutiva da racionalidade ocidental, conforme a crítica de Sousa Santos.

No decorrer de nossa pesquisa, pudemos perceber que a desqualificação das culturas indígenas, a base da identidade boliviana e, portanto, da identidade nacional, foram os pilares para a construção de uma autoimagem baseada na pobreza e no fracasso do país, que ocupa uma posição subalterna no mundo globalizado, assim como seus cidadãos que resolvem experimentar o mundo para além das fronteiras nacionais. A decisão de migrar, portanto, nem sempre se relaciona à falta de recursos financeiros; mesmo quando esta constitui uma das motivações, o imaginário sobre a integração social disponível nos países do Norte, ou mesmo no Brasil, hoje representado como país emergente, é tão forte, que mobiliza grandes contingentes populacionais ao deslocamento.

A saída da Bolívia acarreta, para muitos, o afastamento físico da família, que tem que se reconfigurar na nova situação, mantendo-se os elos afetivos por meio de telefonemas e de remessas de dinheiro, atualmente fundamentais à economia de muitas famílias e da própria Bolívia. Assim, o deslocamento aparece como uma estratégia familiar, não apenas individual, em garantir o sustento, uma vez que se diversifica a obtenção da renda, por meio do envio de um de seus membros a outros países. O Brasil, que hoje é um dos destinos migratórios de bolivianos, começou a recebê-los ainda durante a Ditadura Militar na Bolívia, num movimento de fuga de perseguições políticas. Esses primeiros bolivianos, que adotaram o país como residência permanente, marcaram o início da migração boliviana para o Brasil, em especial para São Paulo. Na

década de 1980, ocorreu uma inflexão desse fluxo migratório, com a vinda de bolivianos trazidos para o trabalho na costura, setor da produção de roupas que crescia e se reconfigurava, com o investimento de coreanos.

O crescimento da população boliviana, em grande parte, porque alguns dos que iniciaram sua vida no Brasil em oficinas, como trabalhadores extremamente explorados, conseguiram galgar posições melhores nesse mercado, montando suas próprias oficinas, restaurantes e lojinhas e empregando contrerrâneos. Essa pequena diferenciação social é fundamental para alimentar os sonhos daqueles que hoje saem de sua terra natal. Por outro lado, ela é o primeiro movimento na tentativa de afastar-se da condição de escravo, que, em seguida, se reflete no discurso que nega a existência dessa condição. Nesse discurso, evidencia-se, também, a demonização dos coreanos, representados como os responsáveis por estabelecer esse “sistema de trabalho”, que inclui longas jornadas e baixa remuneração, embora tenha sido possível entender, pelo cruzamento entre a pesquisa bibliográfica e as histórias de vida, que essa constitui uma das faces perversas do capitalismo. O esfacelamento das relações de trabalho formais e a precarização das condições de trabalho na produção de roupas no Brasil são sintomas do processo de reestruturação produtiva do sistema capitalista em nível mundial. Portanto, o dilema da desigualdade social e das formas perversas de exploração da força de trabalho, entre elas, a condição análoga à escravidão — a qual extrai a mais valia absoluta dos trabalhadores — liga-se, intimamente, ao capitalismo, que, como analisamos nas entrevistas, desregula as relações de trabalho e coisifica os sujeitos.

A intensificação dos fluxos migratórios contemporâneos, entre eles o de bolivianos para São Paulo, ocorre, por um lado, devido à difusão, nos meios de comunicação, da ideia da globalização como um processo que elimina privatismos e abre a possibilidade de ascensão social a todos aqueles dispostos a trabalhar; por outro, devido à busca por mão-de-obra barata, desprotegida de direitos de cidadania. As pessoas que ocupam essas posições subalternas dispõem-se a trabalhar sem documentos e por salários irrisórios, porque são iludidas pela possibilidade de se integrar no mundo capitalista, e porque, em muitos casos, a única alternativa que lhes resta. Além disso, a condição subalterna do vivido desses grupos vai muito além de transformações econômicas recentes: ela é, ao contrário, o resultado da continuidade das formas coloniais de poder e de saber, profundamente arraigadas nos modos de viver e de apreender o mundo, ou seja, são formas de poder cognitivas, base da lógica ocidental.

Com efeito, a noção de inferioridade dos grupos indígenas e, consequentemente, da presença “intrusa” de bolivianos na metrópole paulista, deriva da lógica colonial, que se expressa na discriminação cotidiana, sob as mais variadas formas. Como nos revelaram as histórias de vida, a perversidade das posturas xenófobas e discriminatórias reflete-se, profundamente, na autoestima e nas subjetividades dos que são considerados rebaixados, subalternos. No tocante às formas oficiais de discriminação, enumeram-se, no Brasil, assim como em países receptores de mão-de-obra estrangeira, a burocracia envolvida no processo de obtenção de documentos, as altas taxas que devem ser pagas pelos interessados e a constante renovação dos papéis, que funciona como gestão perversa da presença imigrante no país. Na conjuntura atual, a cooperação entre os países vizinhos do Cone Sul representa um ganho, no sentido de ampliar as possibilidades de mobilidade humana e, se persistir, pode apontar para um futuro mais humano, na medida que não subjuga o valor da vida ao valor produtivo. Todavia, da mesma forma que testemunhamos, hoje, movimentos de xenofobia e de um nacionalismo preconceituoso frente à presença já histórica de magrebinos na França, cujo contexto de crise econômica levou ao retrocesso nos direitos de cidadania, já conquistados por descendentes de imigrantes, pode-se esperar que a gestão dos estrangeiros e de seus descendentes também se enrijeça no Brasil, caso haja mudanças na conjuntura econômica, hoje de crescimento. Tende-se a ignorar que as pessoas que cruzam fronteiras internacionais e passam a viver em outro país, que não o seu de origem, são produtoras de riquezas para ambos os países e ocupam um mercado de trabalho disponível, porque a população local o considera rebaixado, “trabalho para imigrante”.

Todas as formas de discriminação têm efeitos profundos sobre as identidades individuais e coletivas, a ponto de se introjetarem de tal maneira, que a repressão aos modos cotidianos de agir, de festejar, de vestir-se, assim como os gostos e os hábitos, ocorre nas subjetividades, isto é, internamente, nos sujeitos dos grupos subalternos. Movimentos que apontam a direção contrária, isto é, a positividade dos conhecimentos e culturas alternativas ao modo de vida ocidental, aparecem nas feiras, festas e expressões culturais que ocupam as ruas da cidade, trazendo música, comidas e brincadeiras e, dessa forma, transformam a paisagem urbana. Essas manifestações desvendam os preconceitos e as discriminações, como parte do projeto de dominação/exploração da atual fase do capitalismo financeiro, predador dos valores, das vontades, da ética e dos princípios humanistas, além de revalorizarem as culturas consideradas

“bárbaras”, “selvagens” ou “atrasadas”. Essas posturas críticas são fundamentais para garantir a autoestima dos grupos e para cultivar a diversidade cultural das sociedades da América Latina, a fim de contribuir para uma ecologia dos saberes, que se deverá aprofundar e apresentar, inclusive nas escolas e nas universidades. Nesse processo, insere-se o trabalho aqui apresentado.

8. Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

ARANTES, A.A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, Ed. Unicamp, 2000.

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos*. São Paulo: Cia das letras, 1994.

_____. *O Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

BULMER, Martin e REES, Anthony (orgs.). *Citizenship Today: the contemporary relevance of T.H. Marshall*. Inglaterra: UCL Press, 1996.

CACCIAMALI, Maria Cristina e AZEVEDO, Flávio Antônio Gomes. Entre o Tráfico e a Opção de Mobilidade Social: os Imigrantes Bolivianos na Cidade de São Paulo. Disponível em <www.usp.br/prolam/downloads/2006_1_7.pdf>

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo*, São Paulo: Editora 34, EDUSP, 2000.

CARLOS, Ana Fani A. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 2007.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

_____. *A Discriminação Negativa*. São Paulo: Ed. Vozes, 2008

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Invisible Realities: Internal Markets and Subaltern Identities in Contemporary Bolívia*. Disponível em www.sephis.org/pdf/cusicanqui.pdf

_____. Pachakuti: the historical horizons of internal colonialism. Bolívia, 1991. Disponível: http://www.web.ca/~bthomson/degrowth/pachakuti_cusicanqui_1991.pdf

CYMBALISTA, Renato e XAVIER, Iara Rolnik. “A Comunidade Boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade”, *Cadernos Metrópole*, n.17, 1º Sem/2007, p.119-133.

DELGADO, Lucila A. Neves, et alii. *História Oral*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

EHRENBERG, John . *Civil Society: a critical history of an idea*, New York University Press, 1999.

FREITAS, Patrícia Tavares de. *Imigração e Experiência Social: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em <<http://libdigi.unicamp.br>>

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral. Possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas, 2006.

FRÚGOLI Jr., H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações*. São Paulo: Cortez: EDUSP, 2000.

_____. “O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, Departamento de Antropologia da USP, v.48, n.1, jan/jun, 2005.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959.

GANS, Herbert J. *The War Against the Poor: The Underclass And Antipoverty Policy*. Perseus Book, 1996.

GUIMARÃES, N. A. . Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. In: Camarano, Ana Amélia. (Org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006, p. 171-197.

HIRSCH, Olivia. *Migração sul-sul: o caso dos bolivianos no Brasil e na Argentina*. Observador On-line, v.3, n.4, abr/2008. Disponível em <<http://www.opsa.com.br>>

HONNETH, Alex. *Luta por Reconhecimento*. São Paulo, Editora 34, 1992.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. *Teorias da Globalização*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Imigrantes Invisíveis: a intolerância na cidade*. In: Anais do XIX Encontro Regional de História. Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP. São Paulo, 08-12 de setembro de 2008. CD-ROM

JOSEPH, I. A respeito do uso da Escola de Chicago. In VALLADARES, L. P. (org.). *A Escola de Chicago: impactos de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Ed. UFMG; IUPERJ, 2005.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. “Por que se Importar com a Desigualdade?”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol.45, n.4, 2002, p 649-675.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em Risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. *Sobre a Vulnerabilidade Socioeconômica e Civil. Estados Unidos, França e Brasil* in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.18, n.º 51, fevereiro/2003.

LEFEBVRE, Henri. *La revolucion urbana*. Madri: Alianza Editorial, 1972.

_____. “Perspectivas da Sociologia Rural” in: *Introdução à crítica da Sociologia Rural*. São Paulo, Editora Hucitec, 1986, pp.173.

MAGALHÃES, Giovanna Modé. *Fronteiras do direito humano à educação: um estudo sobre os imigrantes nas escolas públicas de São Paulo*. (Mestrado em Sociologia da Educação) São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2010.

MAGNANI, J.G.C. e TORRES, L.L. *Na Metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2000.

MARQUES, Angela Maria. *Movimentos Migratórios Fronteiriços: Bolivianos e Paraguaianos em Mato Grosso do Sul*. Trabalho apresentado no XXVII Congresso Anual de ILASSA. 1 a 3 de Fevereiro de 2007.

MARSHALL, Thomas H. “Citizenship and Social Class”. In: *Sociology and the Crossroads*, Londres, 1963.

MATINEZ, Vanessa Nogueira. *Equidade em Saúde: o caso da tuberculose na comunidade de bolivianos no município de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2010.

MATINS, José de Souza. “O vôo das andorinhas” in: *Não há terra para plantar nesse verão*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

_____. O problema das migrações no limiar do terceiro milênio. In. Vários Autores. *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais*. Petrópolis: Vozes, 1998

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. B *Brasil Fora de Si. Experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. *Manual de História Oral*, São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. *Augusto e Léa: um caso de (des)amor em tempos modernos*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

_____. *Canto de Morte Kaiowá: história oral de vida*. São Paulo: Loyola, 1991.

MERA, Carolina. *Diáspora coreana en America Latina*. s/data. Disponível em <<http://ceaa.colmex.mx/estudioscoreanos/images/mera.pdf>>

MIGNOLO, Walter D. El potencial epistemológico de La historia oral: algunas contribuciones de Silvia Rivera Cusicanqui. In: Daniel Mato (coord.): *Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas em Cultura y Poder*. Caracas: Consejo Lationoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela, p.201-212.

MURRA, John. “As sociedades andinas anteriores a 1532” in: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: A América Latina Colonial I*, vol.1, São Paulo: EDUSP; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, p.63-99.

OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1981.

PAES, Vanessa Generoso. *Trânsito de Indetidades e Estratégias de Negociação Familiar: deslocamentos populacionais entre a Bolívia e o Brasil*. Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PAIVA, Odair da Cruz (org.). *Migrações internacionais: desafios para o século XXI*. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007.

_____. *Caminhos Cruzados: a migração para São Paulo e os dilemas do Brasil moderno nos anos 1930/50*. Tese (Doutorado em História Social) FFLCH-USP, 2000.

PATARRA, Neide Lopes. *Migração, condições de vida e dinâmica urbana : São Paulo, 1980-1993*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1997.

Populações e Políticas Sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

PORTES, Alejandro. “Globalization from Below: the rise of transnational communities” In: SMITH, W.P E KORCZENWICZ. *Latin America in the World Economy*. Westport: Greenwood Press, 1996, p. 151-168

_____. (Ed.). *The Informal Economy: studies in advanced and less developed countries*, Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 1989.

ROSSINI, Rosa Ester “A Interculturalidade na metrópole: os velhos e os novos migrantes internacionais” in: CARLOS, Ana Fani A. e OLIVEIRA Ariovaldo Umbelino de (orgs.) *Geografias de São Paulo*. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a Teoria crítica e Reinventar a Emancipação Social*, São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. “Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes”, *Novos estud. - CEBRAP*, Nov 2007, n.79, p.71-94.

SASSEN, Saskia. *The Global City. New York, London, Tokyo, Princeton*, New Jersey: Princeton University Press, 1991.

_____. *As Cidades na Economia Global*. São Paulo: Studio Nobel, 1998,.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998.

SERNAU, Scott. *Words Apart: social inequalities in global economy*. Pine Forge Press, 2006.

SILVA, Carlos Freire. *Trabalho Informal e Redes de Subcontratação*, Dissertação (Mestrado em Sociologia), FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

SILVA, S. A. *Costurando Sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas Editora, 1997.

_____. “Bolivianos em São Paulo: entro o sonho e a realidade”. *Estudos Avançados*, n.57, vol.20, São Paulo, USP, 2006, p.157-170.

_____. “‘A Praça é Nossa!’ faces do preconceito num bairro paulistano”. *Travessia – Revista do Imigrante*, n.51, jan/abr, São Paulo, 2005, p.39-44.

SOUCHAUD, Sylvain. “A Imigração Boliviana em São Paulo”. Disponível em http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/48/60/59/PDF/2010Souchaud_NIEM_ImigracaoBolivianaSaoPaulo_2009VersaoFinal.pdf

SOUZA, Cláudia Moraes de. “A representação do analfabeto no Brasil desenvolvimentista: educação de adultos, integracionismo e o anticomunismo”. *Revista UNIFIEO*, v. ano 4, p. 97-108, 2005.

SOUZA, Jessé. *A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAMAS da exploração: a imigração boliviana em São Paulo. Disponível em <<http://passapalavra.info/?p=31342>>

TRENKLE, Norbert, “Globalização e Migração” in: Vários autores, *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Vários Autores. *Bolívia: de 1952 ao Século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2007.

VELHO, Gilberto (org). *O Desafio da Cidade*, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1986.

WACQUANT, L.J.D. “Três premissas perniciosas no estudo do gueto norte-americano” in: *Mana. Estudos de Antropologia Social*, vol.2, n.º 2, Rio de Janeiro, Museu Nacional, out/1996.

Documentos

BRASIL. *Código Penal*. Decreto-lei nº 10.803. 11 de Dezembro de 2003. Disponível em <www.planalto.gov.br>.

_____. *Estatuto do Estrangeiro*. Decreto-lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Disponível em <www.pge.sp.gov.br>

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Para Apurar a Exploração de Trabalho Análogo ao de Escravo*. São Paulo, 2006.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatórios dos Estados Membros sobre a Implementação do Programa Interamericano para a promoção e Proteção dos Direitos Humanos dos Imigrantes, Incluindo os Trabalhadores Migrantes e suas Famílias*. La Paz, 2007. Disponível em <scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_07/CP17649P07.doc>

COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES E MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Perfil Migratório do Brasil 2009*. S/ local: OIM Publications, 2010.

ONU. *Overcoming Barriers: human mobility and development*. Human Development Report, 2009.

Artigos e Reportagens de Jornais e Revistas

“ALUNOS bolivianos pagam para não apanhar em escola estadual em SP”, Folha de São Paulo, 28 de Setembro de 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/805761-alunos-bolivianos-pagam-para-nao-apanhar-em-escola-estadual-de-sp.shtml>> Acesso em 20 de Outubro de 2010.

“ANISTIA a estrangeiros irregulares atende expectativa do governo”, Portal do Ministério da Justiça, 7 de Janeiro de 2010. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br>> Acesso em 25 de Maio de 2010.

BERTOLOTTO, Rodrigo. “Rádios bolivianas em SP unem comunidade e se ocultam para driblar fiscalização”, UOL, 27 de Dezembro de 2007. Disponível em <: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2007/12/26/ult23u859.jhtm>> Acesso em 10 de Agosto de 2010.

CAMARGO, Beatriz e HASHIZUME, Maurício. “Vida difícil de bolivianos vai muito além da exploração no trabalho”, *ONG Repórter Brasil*, 18 DE Dezembro de 2007. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1254>> Acesso em 22 de Março de 2010.

CAMPOS, André. “Anistia não esgota problemas enfrentados por imigrantes”, *ONG Repórter Brasil*, 09 de Março de 2010. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1712>> Acesso em 22 de Março de 2010.

_____. “Regularização de imigrantes não garante confecções formalizadas”, *ONG Repórter Brasil*, 15 de Setembro de 2009. Disponível em < <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1646>> Acesso em 18 de Abril de 2011.

HASHIZUME, Maurício. “Escravidão de imigrantes é flagrada em oficina ligada à Marisa”. *ONG Repórter Brasil*, 17 de Março de 2010. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.com.br>> Acesso em 03 de Abril de 2011.

MIGNOLO, W, “*Só descolonização da subjetividade trará mudança à América Latina, diz Walter Mignolo*”, *Deutsche Welle*, 8 de Junho de 2010. Disponível em <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,5285265,00.html>> Acesso em 16/12/2011.

“O SUBMUNDO dos coreanos clandestinos”. *Veja São Paulo*, 15 de outubro de 1986. Disponível em <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/vejasp/450_anos/textos/imigrantes/coreanos.html> Acesso em 23 de maio de 2011.

PYL, Bianca. “DPU ajuíza ação contra a Collins por trabalho escravo”, *ONG Repórter Brasil*, 10 de Maio de 2011. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.com.br>> Acesso em 20 de Maio de 2011.

_____. “Anistia a estrangeiros beneficia mais de 40 mil pessoas”. *ONG Repórter Brasil*, 11 de Janeiro de 2010. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1690&name=Anistia-a-estrangeiros-beneficia-mais-de-40-mil-pessoas>> Acesso em 23 de Março de 2010.

_____. “Pacto visa promover trabalho digno na cadeia das confecções”, *ONG Repórter Brasil*, 29 de Agosto de 2009. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1619>> Acesso em 23 de Março de 2010.

_____. “Exploração de estrangeiros na cadeia têxtil é debatida”, *ONG Repórter Brasil*, 02 de Fevereiro de 2010. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1701>> Acesso em 20 de Março de 2010.

PYL, Bianca e HASHIZUME, Maurício. “Escravizados produziram coletes de recenseadores do IBGE”, *ONG Repórter Brasil*, 20 de Outubro de 2010. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1813>> Acesso em 10 de Novembro de 2010.

“RECLUTAN gente joven para llevarla a trabajar como ilegal em São Paulo”, *La Razon*, 18 de Janeiro de 2011. Disponível em <<http://www.la-razon.com/version.php?ArticleId=125070&EditionId=2431>> Acesso em 15 de Setembro de 2011.

RIBEIRO, Marcelo. “Boliviano que trabalha 14 horas por dia em São Paulo: ‘Meu coração já é brasileiro’”. *O Globo*, 14 de Dezembro de 2010. Disponível em <<http://o.globo.globo.com/megazine/boliviano-que-trabalha-14-horas-por-dia-em-sao-paulo-meu-coracao-ja-paulista-2911297>> Acesso em 15 de Janeiro de 2011.

TAIGUARA, Bruno Miranda e. “Tramas da exploração: a migração boliviana em São Paulo”, *Passa Palavra*, 7 de Novembro de 2010. Disponível em <<http://passa.palavra.info/?p=31342>> Acesso em 12 de Dezembro de 2010.

VACA, Mery. “Bolívia sente impacto da crise com queda em remessas do exterior”, *BBC Brasil*, 18 de Junho de 2009. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/06/090618_bolivia_remessas_pu.shtml> Acesso em 03 de Junho de 2010.

Vídeos

Costurando Sonhos: a presença boliviana em São Paulo. Eder Marques Loiola, Livia Almendary, Maurício Rodrigues Pinto e Raquel Quirino Piñas (roteiro, direção e pesquisa), São Paulo, Brasil: Diversitas-USP, 2008, DVD.

Kantuta. Rodrigo Leite (argumento, roteiro e direção), Renato Candido (Produção), São Paulo, Brasil: Produtora CTR-ECA-USP, 2008, CD-ROM.

Sin Retorno. Gabriela Keseberg Dávalos (reportagem, produção e direção), Iván Niura (edição), La Paz, Bolívia: Fundação UNIR Bolívia, 2008. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=0cuO0fPZYb8&feature=related>> Acesso em 15 de Setembro de 2011.